**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

GUILHERME CUNHA WERNER

**O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL E AS REDES CRIMINOSAS:
PRESENÇA E INFLUÊNCIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS**

São Paulo
2009

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL E AS REDES CRIMINOSAS:
PRESENÇA E INFLUÊNCIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS**

Guilherme Cunha Werner

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Balbachevsky

São Paulo
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Werner, Guilherme Cunha

O Crime Organizado Transnacional e as Redes Criminosas: Presença e Influência nas Relações Internacionais Contemporâneas. São Paulo. Universidade de São Paulo, 2009
xiii, 227.p.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política.

1. Crime Organizado Transnacional 2. Relações Internacionais 3. Segurança Humana e Securitização 4. Interpol e Europol 5. Tese de Doutorado (USP/FFLCH)

I. Título

A meu filho, Guilherme e à
minha esposa Patrícia, com
meu amor eterno.

AGRADECIMENTOS

À Professora Elizabeth Balbachevsky, pela excelência e atualidade de seus ensinamentos e pela amizade e dedicação na paciente orientação e constante estímulo durante todos estes anos mostrando os caminhos da Ciência Política.

Ao Professor José Augusto Guilhon de Albuquerque, pela amizade e estímulo.

As Professoras Janina Onuki e Suzana Maria Pimenta Catta Preta Federighi, que muito acrescentaram à presente dissertação com fundamentais sugestões durante a qualificação.

A meus pais James e Therezinha, pela minha formação.

Aos colegas do Departamento de Polícia Federal, que possibilitaram o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos meus estudos.

Ao Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (NUPRI), pela disponibilidade das dependências e de seu vasto acervo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, aos seus eminentes professores e à Secretaria de Pós-Graduação, com particular destaque à presteza e dedicação da Rai.

RESUMO

O objetivo do trabalho é compreender como os Estados e os órgãos de segurança articulam-se no combate do crime organizado transnacional. As hipóteses foram analisadas em três perspectivas: 1.) identificação das mudanças ocorridas no crime organizado que levaram à superação do conceito tradicional de organização hierárquica para a sua nova articulação através das redes difusas de atuação econômica, com a abertura de espaço para a atuação de novos atores; 2.) definição da influência da transnacionalização do crime na mudança da percepção dos Estados em relação à segurança, transpondo o debate da perspectiva política para a perspectiva da segurança humana, identificado no processo de *securitização* proposto pela Escola de Copenhague, através das medidas adotadas no plano interno, regional e internacional; e 3.) observação da influência que os valores compartilhados exercem nos órgãos destinados à manutenção da segurança, possibilitando a criação das comunidades de cooperação policial internacional. Conclui pela necessidade de alterar os paradigmas de análise do crime organizado, traçando novas perspectivas sob o enfoque do processo de securitização, da segurança humana, da cooperação e do consenso, com destaque ao papel exercido pela Interpol e a Europol.

ABSTRACT

The objective of this work is to understand how the states and the public safety security articulate fight against transnational organized crime. The hypotheses were tested in three perspectives: 1.) Identification of changes in organized crime that led to overcome the traditional concept of hierarchical organization and its new articulation through the diffuse economical networks activity, with the opening of space for the performance of new actors, 2.) Define the crime *transnationalization* influence in the State changing perception in relation to security, transposing the discussion of political perspective to the perspective of human security, identified in the *securitization* process, developed by the School of Copenhagen through, and the measures adopted in the internal, regional and international level, and 3.) Observe the influence of shared values on the organs responsible for security maintaining, enabling the creation of international police cooperation. Concluded by the need to change the paradigms of analysis on organized crime, setting out new perspectives in focus of the *securitization* process, human security, cooperation and consensus, highlighting the role played by Interpol and Europol.

RESUMEN

El objetivo de este programa está en comprender cómo los estados y los organismos de seguridad se articulan in la lucha contra la delincuencia organizada transnacional. Las hipótesis se probaron en tres perspectivas: 1.) Identificación de los cambios en la delincuencia organizada que llevó a superar el concepto tradicional de organización jerárquica y de su nueva articulación través de las redes difusas de actividad económica, con la apertura de espacio para el desempeño de nuevos actores, 2.) Definición de la influencia de la *transnacionalización* de la delincuencia en el cambio de la percepción de los Estados en relación con la seguridad, la transposición de la discusión de la perspectiva política a la perspectiva de seguridad humana, identificados en el proceso de *securitización* que ofrece la Escuela de Copenhague, a través de las medidas adoptadas en el llano interno, regional e internacional, y 3.) Observación de la influencia que los valores compartidos ejercen sobre órganos para mantener la seguridad, permitiendo la creación de comunidades de cooperación policial internacional. Celebrados por la necesidad de cambiar los paradigmas de análisis de la delincuencia organizada, estableciendo nuevos puntos de vista sobre el enfoque del proceso de *securitización*, la seguridad humana, cooperación y consenso, poniendo de relieve el papel desempeñado por la Interpol y Europol.

SUMÁRIO

Introdução

Capítulo I

A construção do conceito de crime organizado transnacional

1. Transnacionalismo: uma nova dimensão do crime organizado
2. Os novos atores transnacionais
3. Análise dos conceitos acadêmicos do crime organizado e a identificação de sua transnacionalização
4. O crime organizado transnacional na percepção dos Organismos Internacionais
5. O conceito de crime organizado transnacional

Capítulo II

Análise das causas e manifestações do crime organizado transnacional

1. As causas e os fatores determinantes da transnacionalização do crime
 - 1.1. A globalização e o enfraquecimento do poder dos Estados
2. As manifestações do crime organizado transnacional

Capítulo III

A perspectiva nacional no debate do crime organizado transnacional

1. Distinção entre crime e violência
2. Segurança, segurança nacional e o uso legítimo da força

Capítulo IV

Crítica aos modelos de análise do crime organizado transnacional

1. Exposição dos modelos de análise do crime organizado transnacional
2. Visão Associativa: da hierarquia às redes, uma mudança de paradigma
3. Visão de Mercado
4. Surgimento das redes difusas de atuação econômica
5. O terrorismo como modalidade do crime organizado transnacional

Capítulo V

Estado, Segurança, Segurança Humana e Securitização

1. Segurança, o seu alcance no debate das Relações Internacionais
2. O Estado, a perspectiva estadocêntrica, e os poderes erráticos
3. Segurança e Segurança Humana
4. O enfoque europeu e suas escolas:
 - 4.1. Escola de Aberystwyth
 - 4.2. Escola de Paris
 - 4.3. Escola de Copenhague
5. A securitização
6. A securitização na perspectiva das organizações internacionais.
 - 6.1. Organização das Nações Unidas (ONU).
 - 6.2. Organização dos Estados Americanos (OEA).
 - 6.3. União Européia (UE).

Capítulo VI**Cooperação Comunidades e Complexos de Segurança.**

1. Cooperação e consenso
2. As novas perspectivas nas Relações Internacionais
3. Cooperação e Construtivismo: um debate nas Relações Internacionais
4. Comunidade de Segurança e os Complexos de Segurança
 - 4.1. Teoria das Comunidades de Segurança
 - 4.2. Teoria dos Complexos de Segurança
5. Atores Supranacionais de cooperação: Interpol e Europol
 - 5.1. Interpol
 - 5.2. Europol
6. Cooperação Internacional e o Crime Organizado Transnacional

Conclusão**Bibliografia**

ÍNDICE

Introdução	01
 Capítulo I	
A construção do conceito de crime organizado transnacional	12
1. Transnacionalismo: uma nova dimensão do crime organizado	13
2. Os novos atores transnacionais.....	19
3. Análise dos conceitos acadêmicos do crime organizado e a identificação de sua transnacionalização	22
4. O crime organizado transnacional na percepção dos Organismos Internacionais	31
5. O conceito de crime organizado transnacional	35
 Capítulo II	
Análise das causas e manifestações do crime organizado transnacional	39
1. As causas e os fatores determinantes da transnacionalização do crime	39
1.2. A globalização e o enfraquecimento do poder dos Estados	42
2. As manifestações do crime organizado transnacional	47
 Capítulo III	
A perspectiva nacional no debate do crime organizado transnacional	53
1. Distinção entre crime e violência	56
2. Segurança, segurança nacional e o uso legítimo da força	59
 Capítulo IV	
Crítica aos modelos de análise do crime organizado transnacional	73
1. Exposição dos modelos de análise do crime organizado transnacional	73
2. Visão Associativa: da hierarquia às redes, uma mudança de paradigma	77
3. Visão de Mercado	87
4. Surgimento das redes difusas de atuação econômica.....	91
5. O terrorismo como modalidade do crime organizado transnacional	90
 Capítulo V	
Estado, Segurança, Segurança Humana e Securitização	111
1. Segurança, o seu alcance no debate das Relações Internacionais	112
2. O Estado, a perspectiva estadocêntrica, e os poderes erráticos	114
3. Segurança e Segurança Humana.....	119
4. O enfoque europeu e suas escolas:	126
4.1. Escola de Aberystwyth	129
4.2. Escola de Paris	130
4.3. Escola de Copenhague	131
5. A securitização.....	135
6. A securitização na perspectiva das organizações internacionais.....	140
6.1. Organização das Nações Unidas (ONU)	140
6.2. Organização dos Estados Americanos (OEA)	145
6.3. União Européia (UE)	151

Capítulo VI

Cooperação Comunidades e Complexos de Segurança	158
1. Cooperação e consenso	159
2. As novas perspectivas nas Relações Internacionais	160
3. Cooperação e Construtivismo: um debate nas Relações Internacionais	166
4. Comunidade de Segurança e os Complexos de Segurança	171
4.1. Teoria das Comunidades de Segurança	172
4.2. Teoria dos Complexos de Segurança	175
5. Atores Supranacionais de cooperação: Interpol e Europol	177
5.1. Interpol	180
5.2. Europol	190
6. Cooperação Internacional e o Crime Organizado Transnacional.....	197
Conclusão.....	197
Bibliografia	204

LISTA DE FIGURAS

1. Hierarquia Padrão	79
2. Hierarquia Regional	80
3. Hierarquia em Núcleo	81
4. Grupo Central	82
5. Estrutura em Redes	83
6. Rede em Cadeia	84
7. Rede em Estrela ou Central.....	84
8. Canais em Rede	84
9. Modelo Analítico	89

LISTA DE TABELAS

Elementos Característicos do Crime organizado	30
Elementos Característicos do Terrorismo	99

INTRODUÇÃO

I. Precedentes

O objetivo da presente tese é estudar as influências do crime organizado transnacional e o regime internacional de cooperação que se estabeleceu entre os organismos policiais, bem como, analisar como o tema foi internacionalmente *securitizado* através das políticas internacionais destinadas ao seu combate, identificando assim a sua presença e influência nas Relações Internacionais contemporâneas; para tanto, retomaremos as bases da pesquisa e as conclusões então obtidas na dissertação de mestrado, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no ano de 2005, sob orientação da Professora Doutora Elizabeth Balbachevsky.

A dissertação teve como tema central a análise do crime organizado transnacional, na agenda internacional, bem como a tomada de posição do governo brasileiro. O trabalho definiu o crime organizado através de um minucioso levantamento dos diversos conceitos apresentados pelos acadêmicos, cotejando-os com as definições utilizadas pelas agências nacionais e internacionais de segurança, e ao final, delimitar seu exato significado e estabelecer o seu alcance para a melhor compreensão de tal fenômeno.

Essa perspectiva de análise destacou do universo dos conceitos trabalhados as características essenciais do crime organizado, com a catalogação dos elementos indispensáveis para a sua caracterização individualização, bem como sua perspectiva transnacional.

Os resultados desse estudo apontaram para a importância da vertente econômica das atividades criminosas, materializada através do ganho ilícito, característica primordial e objetivo inerente a todas as atividades ilegais e, concomitantemente, possibilitou confirmar o caráter

transnacional das atividades e sua influência no mundo contemporâneo globalizado, através das perspectivas:

- a.) Política: o crime organizado transnacional como resultante de um aparato estatal fraco com um baixo grau de representatividade e articulação das instituições públicas;
- b.) Econômica: em razão da demanda do mercado por bens e serviços ilícitos, em uma visão puramente comercial das atividades ilegais;
- c.) Social: através da identificação da existência dos elementos sociais, culturais e étnicos, como fatores presentes no desenvolvimento do crime organizado transnacional, e sua forma de organização hierarquizada e em redes.

Nesse contexto, surgiu como imperativa a necessidade das organizações criminosas protegerem seus ganhos ilícitos através dos mecanismos da lavagem de dinheiro, destinados a ocultar o caráter e a procedência de tais ativos dificultando ou impedindo sua recuperação; identificando o seu impacto na economia formal e na formulação das políticas públicas pertinentes ao seu combate tanto no plano nacional quanto internacional.

A identificação das tipologias do crime organizado possibilitou a sistematização dos seus diversos aspectos sociais intrínsecos, revelando a evolução dos arranjos organizacionais ao longo do tempo. Originariamente, esses grupos eram identificados como hierarquizados (organização em pirâmide de hierarquia ou grupo central de comando), entretanto, em um dado momento histórico, ocorreu a transição para uma forma de atuação descentralizada, em redes difusas, sendo que este processo de transição permaneceu sem resposta.

A abordagem da temática utilizou a perspectiva construída e desenvolvida através de dois fluxos que estão diretamente relacionados:

- 1.) reconstruindo a forma como o aparato do Estado brasileiro adequou-se à crescente ampliação do crime organizado

transnacional, e em especial no que tange a lavagem de dinheiro; e, simultaneamente,

2.) elucidou a forma como o Brasil incorporou em sua agenda de políticas públicas um tema originário da agenda internacional, iniciada com a Conferência Ministerial Mundial sobre Crime Organizado Transnacional até a assinatura, na cidade de Viena, em 2000, da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional.

A pesquisa desenvolvida na dissertação de mestrado foi concluída com o cruzamento destes dois fluxos, ocasionando a identificação de um terceiro fluxo estabelecido pela constituição das redes internacionais de cooperação no combate à lavagem de dinheiro, contando com a participação do Brasil, através das agências de inteligência financeira, que se voltaram ao combate do crime organizado transnacional, com a adoção das diretrizes da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional.

No Brasil, verificou-se o desenvolvimento das novas políticas de segurança pública, destinadas a estabelecer as regras necessárias à cooperação entre os diversos órgãos do governo relacionados com a segurança pública, fiscalização tributária e inteligência financeira, formando uma comunidade destinada ao seu combate.

Entretanto, esse terceiro fluxo, identificado justamente na necessidade de construção das redes de informação e cooperação no combate ao crime organizado transnacional, insere-se de forma importante na nova concepção de segurança internacional, sendo um dos denominados *novos temas* das Relações Internacionais, motivo pelo qual se faz necessário o aprofundamento do seu estudo através da identificação de como se formam os organismos de cooperação policial internacional.

II. O desenvolvimento das novas hipóteses

A questão a ser identificada no presente trabalho surge da necessidade do aprofundamento da abordagem decorrente da mudança de paradigma ocorrida no tratamento dos temas relacionados à segurança, ou seja, os temas antes relacionados à soberania nacional, passam a ser considerados como temas afetos à democracia e ao desenvolvimento humano, como perspectiva de atuação do Estado, em razão das ameaças efetivas à sua segurança. O crime organizado transnacional é uma espécie que engloba várias modalidades de crimes que atentam contra a segurança humana, como o tráfico de entorpecentes, tráfico de armas, o tráfico de pessoas e o terrorismo.

No centro deste debate encontra-se justamente a mudança de paradigma, ocorrida em especial nas últimas décadas, em relação à temática da segurança, bem como a necessidade de um alargamento do conceito de segurança, o qual identifica que as ameaças não mais se originam na esfera estritamente militar, mas sim, transcenderem para outras esferas, como a política, econômica, social e ambiental, conforme proposto pelos pesquisadores das Relações Internacionais de perspectiva construtivista.

Portanto, o objetivo específico do presente trabalho é aprofundar o estudo sobre o crime organizado transnacional, estabelecendo a forma como tal fenômeno influencia a agenda internacional contemporânea, segundo a perspectiva acadêmica das Relações Internacionais, destacando o papel dos atores responsáveis pela segurança, e como, através dos discursos, os temas políticos que deverão ser tratados na esfera da segurança, identificando-os como uma possível ameaça. Tal processo depende necessariamente do reconhecimento da existência de significados intersubjetivos compartilhados entre os formadores de opinião e os responsáveis pela formulação e implementação das políticas de segurança.

O paradigma da Teoria Realista é utilizado para o tratamento dos temas referentes à segurança segundo a lógica preponderantemente militar

na defesa dos Estados contra uma ameaça externa. Assim, ao apresentar uma perspectiva *estadocêntrica*, não resolve as questões postas pelas novas ameaças à segurança, em especial a segurança humana.

Torna-se então necessário alarga suas balizas conceituais, uma vez que a segurança encontra-se na linha de frente da agenda política contemporânea, sendo necessária a mudança no seu tratamento em razão de ser um fator relativo à sobrevivência.

O final da guerra fria e a superação do confronto bi-polar agregam ao debate da segurança temas até então alheios à abordagem especificamente militar, estudiosos e analistas perceberam outras variáveis sociais e o peso dos atores não governamentais na nova agenda.

O crime organizado transnacional até então organizado de forma hierárquica e rígida, fragmentou-se através de redes difusas, sendo que a passagem de um modelo para o outro ocorreu, de forma concomitante, com o recrudescimento do seu combate pelas organizações estatais.

A identificação dessas alianças voláteis e das redes de comando formadas ao redor de uma liderança é determinada: *intrinsecamente* pelas características individuais, habilidades especiais e capacidade de agregação dos seus participantes, que se estruturam de forma flexível e de modo que o ganho ilícito seja o principal elemento de agregação; e *extrinsecamente* com o fortalecimento do combate à criminalidade, impondo a necessidade de se criar novos mecanismos de distanciamento dos líderes com os seus comandados, com o objetivo de impedir a identificação e dificultar a captura. O crime organizado transnacional nesse cenário passa a se formar ao redor das estruturas de **redes difusas de atuação econômica**, aspecto fundamental para a compreensão das suas principais dimensões e de manifestações como o terrorismo e a corrupção.

A nova proposta é identificada nos paradigmas de estudo de diversos institutos voltados ao enfrentamento dos novos temas, como o equilíbrio social e a paz, destacando-se nesse contexto o enfoque europeu estabelecido pela Escola de Copenhague. A identificação das ameaças à segurança dos Estados e as estratégias traçadas para o estabelecimento

das políticas de segurança a serem desenvolvidas, modificaram os paradigmas da análise estritamente militar, ampliando o espectro de classificação das ameaças para os setores, econômico, social, político e ambiental; impondo a necessária releitura do próprio conceito de segurança para as Relações Internacionais

O exato diagnóstico do impacto do crime organizado transnacional na segurança global gravita ao redor de sua atuação no sistema internacional, sua influência, importância e da capacidade de mudar a perspectiva da agenda internacional de segurança, através da análise do processo denominado *securitização*.

Assim, o crime organizado transnacional não se apresenta exclusivamente como um tema vinculado à segurança internacional sob a óptica militar, pelo contrário, deve ser compreendido dentro de uma perspectiva multidisciplinar; em razão da sua influência nas esferas sociais, econômicas, políticas e ambientais; uma vez que sua atuação deteriora a trama social, adultera o mercado formal com as atividades lícitas e corrompe as instituições estatais por meio de instrumentos como a corrupção e do jogo de influência.

A perspectiva do referencial realista na análise do papel a ser desenvolvido pelos Estados como atores centrais vem sendo revista em razão da presença desses novos atores, os quais, em alguns casos, têm natureza dupla: a.) fazem pressão dentro do Estado, influenciando a opinião pública e a agenda política, porém; b.) conservam sua dimensão internacional, transformando-se em interlocutores dos novos temas relativos às questões ambientais, de comércio internacional, as migrações, o tráfico de drogas, os direitos das minorias.

Assim os organismos como Anistia Internacional, Greenpeace e os Médicos sem Fronteiras, dentre outros, desenvolvem um importante papel na formulação da agenda de segurança internacional, sendo essa a primeira questão a ser abordada, a da transnacionalização da atuação política de determinados organismos e o seu peso na formulação das agendas.

A análise apresentada não afasta a importância dos Estados, como atores atuantes nas Relações Internacionais, uma vez que é no interior dos Estados e que operam as organizações internacionais ou transnacionais de caráter não-governamental, nascidas na sociedade civil. Entretanto existem outros atores que se confrontam com os Estados, sem lhe reconhecer a devida superioridade, como o terrorismo e o narcotráfico, e demais manifestações do crime organizado transnacional, estabelecendo um contraponto com as outras instituições de atuação lícita reconhecida, como as organizações não governamentais e as empresas multinacionais.

Revela-se nesse ponto uma nova forma de atuação ilícita denominada *poder errático*,¹ o qual questiona e se opõe aos poderes institucionais regularmente e legitimamente constituídos dos Estados, com uma proposta de desenvolvimento de um processo anárquico nas relações internacionais e a conseqüente desvalorização do papel dos Estados, através do enfraquecimento da sociedade civil, com características próprias bem marcantes, similares à apresentada pelo crime organizado transnacional.

Uma nova realidade se descortina em decorrência da rápida internacionalização do sistema econômico e financeiro, trazendo à tona uma categoria singular de atores não governamentais, personagens que até então agiam internos as suas fronteiras ou no máximo alcançando um número diminuto de nações, passam a atuar de forma globalizada, desenvolvendo atividades criminosas na forma de redes transnacionais.

Nesse cenário, o crime organizado transnacional apresenta-se como um novo tema das Relações Internacionais, reconhecido pela formação de um poderoso sistema de redes difusas de atuação econômica.

Os novos atores, a princípio, não se propõem a alterar o quadro institucional básico das relações internacionais, ou seja, assumir a posição central dos Estados, mas passam, entretanto a influenciar o processo decisório e na arena internacional.

¹ Conceito criado por Adriano Moreira (2002: 371–372).

A presença do crime organizado transnacional como um novo ator nas Relações Internacionais é concomitante com, a formação de uma sociedade internacional que engloba as inovações dos sistemas econômicos, dos fluxos transnacionais de pessoas e bens, e o comércio internacional, bem como as mudanças nas perspectivas das sociedades e instituições regionais e supranacionais destinadas ao seu combate, com o alargamento das atribuições da Interpol, e com a criação da Europol no plano regional europeu.

III. Estrutura do trabalho

O *tema* central da presente tese é a presença e a influência do crime organizado transnacional nas Relações Internacionais contemporâneas, e tem por objeto central o estudo do seu impacto na comunidade internacional, o *objetivo* é compreender como os Estados e os órgãos de segurança se articulam no seu combate.

As *hipóteses* propostas delineiam-se em três perspectivas distintas e visam:

- 1.) Identificar se as mudanças ocorridas no crime organizado que levaram à superação do conceito tradicional de organização hierárquica e identificar sua nova articulação através das redes difusas de atuação econômica, as quais ignoram as fronteiras nacionais, e se tais mudanças influenciaram na transnacionalização do crime; e se este novo cenário propiciou a criação de um ambiente favorável à articulação dos atores ligados à segurança através das organizações internacionais;
- 2.) definir se o processo de transnacionalização do crime influenciou na mudança da percepção dos Estados em relação à segurança, transpondo o debate da perspectiva política para a perspectiva da segurança humana, identificado no processo de

securitização proposto pela Escola de Copenhague, e as medidas adotadas no plano regional e internacional;

3.) observar qual a importância e a influência que os valores compartilhados exercem nos órgãos destinados à manutenção da segurança, bem como na criação das comunidades de cooperação policial internacional.

Para validar as hipóteses propostas, o trabalho será desenvolvido em seis capítulos, nas quais serão abordados os aspectos teóricos mais importantes do crime organizado transnacional, buscando estabelecer a sua forma de atuação, identificar suas características, influências e presença nas Relações Internacionais contemporâneas, e o papel dos organismos supranacionais no seu combate.

Trata-se de um trabalho com de abordagem estritamente teórica, que tem por objetivo, estabelecer novos conceitos destinados a compreensão do crime organizado transnacional, portanto a metodologia adotada utiliza os dados empíricos, apenas como um recurso indispensável para a compreensão e esclarecimento de determinadas considerações teóricas; portanto o que se busca é identificar e estabelecer todo um construto teórico aplicáveis sob o ponto de vista da *securitização* e das comunidades de segurança e complexos de segurança, no contexto internacional, afastando-se dos estudos de casos e voltando-se a construção de uma teoria pura do crime organizado transnacional.

O *primeiro capítulo* atualiza os aspectos conceituais do crime organizado transnacional, com o aprofundamento da análise das novas abordagens do tema, cotejadas as definições já consagradas, construindo os alicerces teóricos que possibilitarão contextualizar a sua presença e influência nas Relações Internacionais contemporâneas, identificando-o como uma atividade transnacional, fornecendo assim o instrumental necessário ao estabelecimento de uma definição mais abrangente que possibilitem definir modalidades como o terrorismo e a corrupção.

O *segundo capítulo* busca analisar as causas e as manifestações do crime organizado transnacional e os fatores que determinaram a sua

transnacionalização, destacando a influência dos processos de globalização e o enfraquecimento do poder estatal ocasionado pela dificuldade em se estabelecer alianças voltadas ao compartilhamento de valores comuns com outros Estados.

O *terceiro capítulo* faz um apanhado geral da produção acadêmica nacional, e identifica a sua perspectiva sob o ponto de vista da violência e da segurança, inseridos no debate da segurança nacional e no uso legítimo da força, bem como identifica a necessidade de se adotar uma mudança no paradigma do debate nacional, atualizando-o para uma perspectiva que englobe a Segurança Humana pessoal e da Defesa Institucional estatal.

O *quarto capítulo* sintetiza todo o debate identificando suas duas principais vertentes, uma associativa (hierarquia e redes) e outra focada no mercado (atividade econômica que objetiva o ganho ilícito). Assim o crime transnacional é uma associação estratégica de indivíduos que têm por meta o ganho ilícito, ou seja, uma rede difusa de atuação econômica, comprovando tal afirmação através da atuação do narcotráfico e do terrorismo.

O *quinto capítulo* estabelece o peso do crime organizado transnacional na agenda política internacional, e identifica a sua influência nos debates de segurança contemporâneos, definindo segurança e segurança humana, apontando como se estabeleceu o seu processo de *securitização* no contexto internacional em especial sob o prisma do pensamento das Escolas Européias de Aberystwyth, Paris e Copenhague.

O *sexto capítulo* identifica a atuação dos aparatos policiais no plano regional e internacional, ampliando o alcance do conceito de comunidades de segurança e dos complexos de segurança, face às novas ameaças a segurança humana, uma vez que a sua principal característica é a de congregar as comunidades que compartilham os mesmos valores e interesses, sendo que a segurança humana é um valor universalmente compartilhado, e a crime organizado transnacional, a sua principal ameaça.

Por fim, destaca-se a entrou em vigor em 1º de janeiro de 2009 o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de

dezembro de 1990, aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 54, de 18 de abril de 1995, e promulgado através do Decreto n.º 6.583, de 29 de setembro de 2008, prevendo a convivência do sistema antigo e atual de forma simultânea até o final do ano de 2012. Como ainda várias dúvidas estão sendo debatidas e esclarecidas para adoção da forma oficial da língua, optou-se por adotar como paradigma ortográfico as regras vigentes até o ano de 2008.

Capítulo I

A construção do conceito de crime transnacional organizado

O presente capítulo retoma os estudos desenvolvidos para a elaboração da dissertação de mestrado, e tem como objetivo central, atualizar os aspectos conceituais do crime organizado transnacional, com o aprofundamento da análise das novas abordagens do tema, cotejadas com as definições já consagradas e, assim, criar os alicerces teóricos que possibilitem identificar a sua presença e influência nas Relações Internacionais contemporâneas.

Através de uma ampla revisão bibliográfica, serão apresentados os conceitos propostos por acadêmicos, organismos governamentais e supranacionais, tomando como ponto de partida os estudos do crime organizado até sua identificação como uma atividade transnacional.

A finalidade é propor ao final um conceito preciso e abrangente que possibilite englobar atividades como a corrupção e o terrorismo ao debate sobre o crime organizado transnacional.

A base teórica constituída possibilitará nos capítulos seguintes estabelecer qual o peso do crime organizado transnacional na agenda política internacional, identificando o seu impacto e o seu peso e influência na agenda dos debates de segurança, bem como nas mudanças de paradigma ocorridas.

E ao final, estabelecer como o tema foi *securitizado* na arena internacional e assim, construir os alicerces indispensáveis para identificar a necessidade da integração dos aparatos policiais no plano regional e internacional, ampliando o alcance do conceito de comunidades de segurança e os complexos de segurança.

1. Transnacionalismo: uma nova dimensão do crime organizado

O crime organizado transnacional é uma expressão relativamente nova, que durante muito tempo foi utilizada como sinônimo de crime organizado, porém, não se trata de um fenômeno novo, ao contrário, o crime transnacional tem a sua origem remota identificável no debate crítico do crime organizado; sendo o aspecto transnacional uma faceta utilizada por muitos pesquisadores para explicar o impacto da globalização² na criminalidade, tomando por base os relatórios produzidos pelas agências de inteligência e comunidades de segurança, dos quais argumentam os pesquisadores que o crime organizado passou a ter um maior impacto em decorrência do fim da guerra-fria (Beare e Williams, 2003: 100:103).

Existe uma convergência na percepção da atuação do crime organizado, de como este evoluiu durante a década de 80 e 90, não mais estando adstrito a determinados grupos étnicos ou regiões do globo, em especial, em razão dos novos mercados, do aumento na demanda por bens e serviços ilícitos, sendo o aspecto transnacional a faceta utilizada para explicar o impacto e a influência da globalização na criminalidade (Sterling, 1997: 10-11; Castells, 2000: 205-207; Castle, 1997: 4-6; e Robinson 2001: 18-20).

Entretanto, é importante destacar que nem todas as atividades do crime organizado transnacional são cometidas por organizações criminosas e nem tampouco, os criminosos organizados dedicam-se à prática do crime transnacional (Muller, 2005: 13). Apesar de existir pouca divergência em se estabelecer o que faz determinada prática ilícita ser transnacional ou não, ainda paira muita controvérsia no tocante da exata definição de crime organizado, trata-se de um debate de várias décadas que se encontra

² Globalização na presente tese é tratada através da perspectiva proposta pelo sociólogo Zygmunt Bauman, compreendendo o fenômeno da globalização, não apenas sob a perspectiva do ponto de vista econômico, mas como uma forma de mudança do comportamento social, gerando uma profunda mudança nas estruturas dos Estados, nas condições de trabalho, e nas relações internacionais, em uma constituição da própria subjetividade coletiva, sendo uma *modernidade líquida*, ou seja, um fenômeno social que não permite a percepção de uma consistência, amoldando-se a realização social (Bauman 2004: 66-68 e 110).

inacabado e distante de atingir um consenso (Giraldo e Trinkunas, 2007: 351).

As abordagens fundamentadas exclusivamente nos dados empíricos, muitas vezes realizadas sem o critério e o rigor científico conceitual necessário, dificultam a mensuração do peso do crime organizado transnacional na agenda política internacional. Nesse contexto é importante definir o exato significado do termo transnacional, expressão amplamente utilizada em diversas disciplinas do conhecimento e, em especial, nas Relações Internacionais, para podermos compreender a exata dimensão do crime organizado transnacional.

Transnacional significa literalmente algo que se realiza através das nações. É o termo destinado a identificar as atividades que se desenvolvem através das fronteiras dos Estados, denotando desta forma o *movimento*: a) físico de objetos incluindo populações humanas, b) de informações e idéias; c) de dinheiro e créditos (Evans e Newnham 1998: 541-542).

O termo foi inicialmente utilizado por Samuel Huntington (1973) no artigo *Transnational Organizations in World Politics*, em um estudo de Política Internacional, voltado à observação do papel de algumas organizações no cenário mundial, identificando os modelos de atuação empresas como: Unilever, Fundação Ford, Igreja Católica, Agência de inteligência Norte-Americana (CIA), Banco Mundial, Strategic Air Command, Anaconda, Intelat, Chase Manhattan, AID, J. Walter Thompson e Air France (Huntington, 1973: 333-334).

O autor classifica como organizações transnacionais, em razão de obedecer a três critérios distintos: a) estrutura complexa que apresenta um comando central hierarquizado; b) forma de atuação específica; exerce as suas atividades com respaldo na especialização e no domínio de uma técnica; e c) desenvolvem as suas atividades através de várias fronteiras, sem que tal fato represente um obstáculo as suas atividades, utilizando-se dos instrumentos interbancários para a transferência dos capitais financeiros (Huntington, 1973: 333-334 e Evans e Newnham 1998: 259 e 541-542).

O caráter transnacional insere-se nos estudos das Relações Internacionais, conforme aponta Hans Peter Schmitz (2007), em três momentos distintos do debate acadêmico, denominado de Transnacionalismo, os quais podem ser identificados e separados em diferentes fases da seguinte forma:

Relações Transnacionais: a primeira onda de pesquisas abrange o período entre 1970 e 1980, representado nos trabalhos de Huntington, 1973, Keohane e Nye, 1971, Roenau, 1980 e Willetts 1982³, os quais definiram o transnacionalismo como os contatos, coalizões e interações entre atores que ocorrem através das fronteiras, sem, contudo serem controladas pelos órgãos centrais de política externa dos Estados (Keohane e Nye, 1971: xi); esta primeira onda era motivada por duas mudanças graduais no cenário internacional, com a proliferação e o crescimento de atores não estatais, como as empresas multinacionais, que interagiam através das fronteiras, sem o devido controle da maioria dos governos e outra, através da crítica aos pesquisadores das Relações Internacionais que consideravam os únicos atores visíveis os Estados e as organizações intergovernamentais. A principal contribuição teórica do período foi desafiar a posição *estadocêntrica* nas Relações Internacionais, o que possibilitou ampliar a análise das organizações não governamentais e da cooperação mundial (Huntington, 1973: 333-334). A principal crítica é que a agenda transnacional não ganhou o devido reconhecimento no debate acadêmico, em razão da pressão das questões relacionadas à Guerra Fria e ao desarmamento (Schmitz, 2007:1-2).

³ As principais obras de referência são: Huntington, Samuel P. (1973) 'Transnational Organizations in World Politics', *World Politics*, 25 (2): 333-368; Keohane, Robert O. and Joseph S. Nye (ed.) (1971) *Transnational Relations and World Politics*, Cambridge: Harvard University Press; Rosenau, James N. (1980) *The Study of Global Interdependence. Essays on the Transnationalization of World Affairs*, London; Frances Pinter e Willetts, Peter (ed.) (1982) *Pressure Groups in the Global System: The Transnational Relations of Issue-Oriented Non-Governmental Organizations*, New York: St. Martin's Press.

Redes Transnacionais de Informação: a segunda onda de pesquisas abrange o período de 1990 a 2000, com os estudos de Boli e Thomas, 1999; Burgerman, 1998; Evangelista, 1999; Florini, 1999; Keck e Sikkink, 1998; Khagram, Riker e Sikkink, 2002; Lipschutz, 1992; O' Brien et al., 2000; Peterson, 1992; Price, 1998; Risse-Kappen, 1995; Risse, Ropp and Sikkink, 1999; Smith, Chatfield and Pagnucco, 1997 e Thomas, 2001,⁴ os quais definiram as redes transnacionais, como redes de atividade e suporte baseadas na difusão de idéias e valores (Keck e Skkink, 1998: 1). O foco das pesquisas ligava-se à proliferação dos atores não estatais na arena internacional, aliando este fator ao fortalecimento das redes mundiais de comunicação, o que possibilitou o intercambio das idéias. Tal perspectiva de análise baseia-se no pensamento Construtivista, muito em voga nas Relações Internacionais do período, impulsionado pelos fatores de abertura do pós guerra-fria. As organizações não governamentais e as redes operavam de forma igual na agenda global, as organizações multinacionais e organismos não governamentais utilizavam as instituições internacionais para pressionar os Estados em busca da aprovação de suas agendas, o

⁴ As principais obras de referência são: Boli, John and George M. Thomas (ed.) (1999) *Constructing World Culture. International Non-Governmental Organizations Since 1875*, Stanford: Stanford University Press; Burgerman, Susan D. (1998) 'Mobilizing Principles. The Role of Transnational Activists in Promoting Human Rights Principles', *Human Rights Quarterly*, 20 (4): 905-923; Evangelista, Matthew (1999) *Unarmed Forces. The Transnational Movement to End the Cold War*, Ithaca: Cornell University Press; Florini, Ann M. (1999) *The Third Force. The Rise of Transnational Civil Society*, Tokyo: Japan Center for International Change and Carnegie Endowment for International Peace; Keck, Margaret E. and Kathryn Sikkink (1998) *Activists Beyond Borders. Advocacy Networks in International Politics*, Ithaca: Cornell University Press; Khagram, Sanjeev, et al. (ed.) (2002) *Restructuring World Politics. Transnational Social Movements, Networks, and Norms*, Minneapolis: University of Minnesota Press; Lipschutz, Ronnie D. (1992) 'Reconstructing World Politics: The Emergence of Global Civil Society', *Millennium*, 21 (3): 389-411; O'Brien, Robert, et al. (2000) *Contesting Global Governance. Multilateral Economic Institutions and Global Social Movements*, Cambridge: Cambridge University Press; Peterson, M.J. (1992) 'Transnational Activity, International Society, and World Politics', *Millennium*, 21 (3): 371-388; Price, Richard (1998) 'Reversing the Gun Sights: Transnational Civil Society Targets Land Mines', *International Organization*, 52 (3): 613-644; Risse-Kappen, Thomas (ed.) (1995) *Bringing Transnational Relations Back In. Non-State Actors, Domestic Structures and International Institutions*, Cambridge: Cambridge University Press; Risse, Thomas, et al. (ed.) (1999) *The Power of Human Rights. International Norms and Domestic Change*, Cambridge: Cambridge University Press; Smith, Jackie, et al. (1997) *Transnational Social Movements and Global Politics: Solidarity Beyond the State*, Syracuse: Syracuse University Press e Thomas, Daniel (2001) *The Helsinki Effect. International Norms, Human Rights, and the Demise of Communism*, Princeton: Princeton University Press.

que combinava o internacionalismo com transnacionalismo. A principal crítica desta segunda onda é a impossibilidade de identificar novos atores neste cenário global além das empresas multinacionais (Schmitz, 2007: 2-3).

Sociedade Civil Global: é a terceira onda de pesquisas do transnacionalismo, iniciada no ano 2000 e presente até hoje. Destacam-se as pesquisas de Anheier, Glasius e Kaldor, 2001; Bob, 2005; Cooley e Ron, 2002; Hertel, 2006; Hopgood, 2006; Jordan e Van Tuijl, 2000; Orenstein e Schmitz, 2006; Schmitz, 2006; Singer, 2003; Tarrow, 2005; Wapner, 1996,⁵ as quais têm como postulado básico o fato das esferas das idéias, valores, instituições, organizações, redes mundiais e indivíduos estarem distribuídos nas arenas familiares, estatais e de mercado, atuando muito além dos limites nacionais, políticos e econômicos (Anheier, Glasius e Kaldor, 2001; 17). A principal contribuição é estabelecer que as redes transnacionais não apenas exercem pressão sobre os Estados ou criam novas formas de regulamentação global (Wapner 1996, apud Schimtz 2007:1-3), como também indicam que a mobilização transnacional apresenta efeitos negativos, identificando atores não estatais violentos, observável na atuação do terrorismo, o qual vinha sendo ignorado até então (Schimtz 2007:1-3).

⁵ Principais obras: Anheier, Helmut, et al. (ed.) (2001) *Global Civil Society 2001*, Oxford: Oxford University Press; Bob, Clifford (2005) *The Marketing of Rebellion: Insurgents, Media, and International Activism*, Cambridge: Cambridge University Press; Cooley, Alexander and James Ron (2002) 'The NGO Scramble. Organizational Insecurity and the Political Economy of Transnational Action', *International Security*, 27 (1): 5-39; Hertel, Shareen (2006) *Unexpected Power. Conflict and Change among Transnational Activists*, Ithaca: Cornell University Press; Hopgood, Stephen (2006) *Keepers of the Flame. Understanding Amnesty International*, Ithaca: Cornell University Press; Jordan, Lisa and Peter Van Tuijl (2000) 'Political Responsibility in Transnational NGO Advocacy', *World Development*, 28 (12): 2051-2065; Orenstein, Mitchell A. and Hans Peter Schmitz (2006) 'The New Transnationalism and Comparative Politics', *Comparative Politics*; Schmitz, Hans Peter (2006) *Transnational Mobilization and Domestic Regime Change. Africa in Comparative Perspective*, Houndmills: Palgrave Macmillan; Singer, Peter W. (2003) *Corporate Warriors: The Rise of the Privatized Military Industry*, Ithaca: Cornell University Press; Tarrow, Sidney (2005) *The New Transnational Activism*, Cambridge: Cambridge University Press; e Wapner, Paul (1996) *Environmental Activism and World Civic Politics*, Albany: State University of New York Press.

O *transnacionalismo* diverge do *internacionalismo*, o qual designa os movimentos políticos iniciados em meados do século XIX, caracterizados de maneira geral pela preponderância atribuída à comunidade de interesses das nações-estado, estando vinculada à idéia do *cosmopolitanismo*, indicando a necessidade de uma unidade jurídica supranacional (Bobbio et al, 1994: 293 e 642-643).

A expressão *internacional* indica a necessidade de uma regulamentação das relações entre Estados soberanos (Evans e Newnham 1998: 259), como um conjunto *normativo* que regulamente as relações entre os Estados, sendo uma norma de coordenação que se presta a favorecer tal cooperação, com base no voluntarismo em razão de inexistir neste contexto uma autoridade superior de sobreposição (Dupuy, 1993: 05-06).

Mesmo que as teorias transnacionais não identifiquem de forma categórica o crime organizado transnacional como um ator efetivo, apenas reconhecem a sua inserção em uma importante parcela das atividades econômicas através dos movimentos do mercado, ou socialmente através das redes de relacionamento desenvolvidas em diversos países, as quais não guardam o devido respeito aos limites legais impostos pelos Estados no controle de suas fronteiras (regras de migração e regimes aduaneiros) (Giraldo e Trinkunas, 2007: 350-352).

A sua dimensão política pode ser reconhecida através da corrupção⁶ como expressão do abuso do poder econômico, a qual debilita as instituições democráticas, empobrece as nações, gera injustiças e possibilita o surgimento e desenvolvimento das atividades ilícitas (McClean, 2007: 109-110).

⁶ Inicialmente a corrupção pode ser definida como o abuso do poder público no proveito privado, como por exemplo, subornar funcionários públicos, fraude a licitações, desvio de fundos e verbas públicos, bem como a extensão e do impacto da corrupção entre funcionários públicos e políticos nos países (Lamsdorff, 2007: 06-07 e Campos e Pradhan, 2007: 09 e 116). A corrupção é combatida internamente por muitos Estados, e apenas atualmente acabou por integrar a pauta do debate internacional da Organização dos Estados Americanos (OEA) e Nações Unidas, com a produção de instrumentos internacionais para o seu combate (McClean, 2007: 110-111). O tema será retomado nos capítulos seguintes em razão da sua importância e relevo.

2. Os novos atores transnacionais

As organizações não governamentais (ONG's) e demais categorias que incluem todas as entidades políticas, econômicas e comerciais, que operam de forma transnacional, ou seja, em um plano distinto do estatal, sem observar os limites impostos pelas fronteiras entre Estados, e cujos membros não são os governos ou seus representantes legais, mas sim os representantes dos interesses particulares e específicos que podem eventualmente coexistir com os interesses de determinados Estados, sendo identificados como atores transnacionais.

Assim, pode-se apontar como organização dessa natureza, a Igreja Católica, que durante vários séculos foi reconhecida como um exemplo indiscutível de tal manifestação; além da vasta categoria de organizações não governamentais, atualmente incluindo os movimentos de libertação nacional, os partidos comunistas, as guerrilhas separatistas, os grupos terroristas com suas células dispersas pelo mundo, os traficantes de drogas e os criminosos transnacionais (Dougherty e Pfaltzgraff Jr, 2003:39).

A escola Idealista das Relações Internacionais apresenta tais organizações como uma vanguarda emergente da sociedade civil que lança um desafio ao poder estatal, e ao capital internacional. Nessa linha de abordagem, os entusiastas da globalização vêem os atores emergentes dos setores sociais privados, como responsáveis pela criação de redes de relacionamento internacional, que até certo ponto, estimulam a mútua compreensão e a solidariedade internacional de forma mais eficiente que os próprios Estados, em um nítido contraponto a visão Realista que identifica as organizações não governamentais como representantes dos interesses de determinados Estados em particular ou dos grupos empenhados no sucesso individual em detrimento inclusive da solidariedade e da estabilidade das relações internacionais.

Tanto os idealistas como os realistas reconhecem a importância e a ambivalência dos atores econômicos transnacionais, como os bancos e as empresas multinacionais, responsáveis pelo desenvolvimento interno dos

Estados através dos investimentos que realizam no plano econômico e nos empregos que geram no plano social (Josellin e Wallance 2001: 01-05).

Os novos atores podem ser observados e estudados sob a óptica da econômica, conforme proposto pelo trabalho de Suzan Stange (1988), tendo lançando mão do instrumental da Economia Política Internacional, tomando por base os paradigmas desenvolvidos pelos teóricos das relações internacionais a.) *Escola Realista*: de tradição mercantilista, enfatizou a necessidade do Estado em controlar o mercado; b.) *Escola Liberal*: fiel às idéias de livre mercado e livre concorrência, como instrumentos de promoção do bem estar global; c.) *Escola Marxista*: crítica do capitalismo, por apresentar uma natureza atávica de exploração. Apesar das três formas de abordagem não convergirem a um ponto comum, é possível lançar mão do arcabouço teórico comum e, assim, desenvolver uma idéia de *poder estrutural*, unindo os conceitos da política com a economia (Griffiths 2004: 70-71).

O *poder estrutural* proposto por Suzan Strange implica em conferir a capacidade de decisão; ou seja, de como as coisas devem ser desenvolvidas, e de como são formadas as estruturas dentro das quais os Estados se relacionam com os outros Estados, com as empresas corporativas e com as pessoas; nesse contexto a autora apresenta quatro estruturas analíticas diferenciadas para o exercício do poder: a) *Estrutura de conhecimento*: canais através dos quais as idéias, percepções e crenças se comunicam e influenciam as idéias e percepções; b.) *Estrutura financeira*: maneira como o crédito é criado, distribuído e gerenciado com a possibilidade de fomento e acesso ao crédito e financiamentos; c.) *Estrutura de segurança*: provisão de segurança dada a cada cidadão contra a ameaça de outros Estados; d) *Estrutura da produção*: criação de riqueza da sociedade e a dinâmica de trocas de bens e produtos de consumo; assim o poder relativo de cada parte em um determinado relacionamento será maior ou menor, conforme a estrutura circundante envolvidas no relacionamento (Strange, 1995: 172; Griffiths, 2004: 70 – 71).

A posição tradicional dos estudos da segurança, em especial os apresentados pela Escola Realista, classificam a segurança sob o prisma *estadocêntrico*, tendência identificável mesmo nesta visão mais ampla, influenciada na abordagem econômica proposta por Suzan Strange, sendo a importância do Estado inegável.

Os novos atores identificados pelos estudiosos das Relações Internacionais obedecem à percepção de uma sociedade internacional ou mundial, que na visão de Raymond Aron (1987), incluem os sistemas interestatal e econômico, os movimentos transnacionais, o comércio internacional, as sociedades e instituições regionais e supranacionais. Nesse sentido, Rosenau (1990), identificou cinco pontos importantes para compreensão das relações internacionais atuais: a.) pós-industrialização que propicia o desenvolvimento de tecnologias eletrônicas que reduzem as distâncias globais, estabelecendo um rápido movimento de pessoas produtos e idéias pelo planeta; b.) a emergência de problemas planetários: não se resumem ao poder de resolução dos Estados; c.) declínio da habilidade dos Estados em resolver problemas no plano nacional; d.) emergência de novas e mais poderosas subcoletividades dentro das sociedades nacionais; e.) incremento no nível de educação e conhecimento dos cidadãos adultos tornando possível o fortalecimento das democracias em detrimento de regimes autoritários (apud Vigevani et al. 1999: 80-81).

A globalização modificou a forma de relacionamento e competição entre as nações, bem como afetou a natureza das instituições e o seu papel na política mundial. A soberania tornou-se mais difusa, sendo possível perceber a importância de grupos desvinculados aos Estados, em diversas regiões como Québec, Escócia, Irlanda, Espanha, Palestina Chechnya, insurgentes com grande capacidade de atuação, espaço na mídia internacional, bem como, os problemas ambientais, a movimentação de pessoas e o crime organizado transnacional. Estes novos atores desafiam os governos, sua soberania e a ordem política internacional, exigindo o estabelecimento de uma cooperação entre Estados (Woods, 1999: 24 – 25).

A ascensão das ameaças não-estatais à segurança é identificada da mesma forma que as provocadas pelos conflitos intra-estatais e da mesma forma, apresentam consequências nefastas no plano regional e global. O crime organizado transnacional desenvolve-se em meio ao crescente nível de interações internacionais, constituindo-se em uma ameaça à percepção da segurança e de sua noção ontológica, sendo percebido progressivamente em termos mais amplos e mais complexos (Felício, 2007: 52).

A perspectiva do referencial realista, em torno do papel desenvolvido pelo Estado como ator central – *estadocêntrico* – vem sendo revista em razão dos novos atores identificados nos estudos das Relações Internacionais contemporâneas. Em alguns casos, tais atores apresentam uma natureza dupla: a.) fazem pressão dentro do Estado, porém; b.) conservam sua dimensão internacional, transformando-se em interlocutores em temas anteriormente adstritos às relações entre Estados, como as questões ambientais, de comércio internacional, as migrações, o tráfico de drogas, os direitos das minorias, influenciando na formulação da agenda de segurança internacional (Vigevani et al. 1999: 80-81).

A transição do ponto de vista *estadocêntrico*, será retomada e analisada no transcurso do Capítulo VI, quando for abordada a questão da aplicabilidade dos conceitos de comunidade de segurança e complexos de segurança, e o papel que as organizações internacionais desempenham na segurança internacional.

3. Análise dos conceitos acadêmicos do crime organizado e a identificação de sua transnacionalização

O conceito de crime organizado serviu e ainda serve de base para o estudo e o dimensionamento da percepção do crime transnacional, por haver sido amplamente discutido por várias décadas, apesar dos teóricos não terem atingido um consenso absoluto, persistindo ainda algumas divergências.

A maioria dos estudiosos concorda que o crime organizado pode diferir em sua estrutura, tamanho, forma de organização e ramo de atividade. Entretanto, existe um núcleo comum em suas características que fornece um indicador seguro e abrangente deste fenômeno que pode ser extraído através da análise dos diversos conceitos propostos (Albanese, 2007: 03-04).

Torna-se assim possível a identificação de alguns dos elementos fundamentais que servem, inclusive, para distinguir a ação criminosa eventual praticada por um conjunto de indivíduos reunidos apenas para determinada atividade ilícita (associação criminosa) do crime organizado.

A mera reunião de indivíduos para a execução de um ato criminoso, não é, em si mesma, indicativa da manifestação do crime organizado, uma vez que o crime organizado tem a característica da continuidade e da liderança; sendo uma:

“atividade criminosa que envolve dois ou mais indivíduos, especializados ou não, associados de forma a adotar uma estrutura social com alguma espécie de liderança, fazendo uso de métodos operacionais com o fim de atingir os objetivos da organização” (Albini, 1971: 35-38)

Nos primórdios das pesquisas científicas encontramos um importante marco teórico da criminologia nos trabalhos de Edwin H. Sutherland (1961) que consideravam o crime organizado um parasita social que surge, e organiza-se dentro de uma perspectiva de liderança, de divisão das tarefas a serem desempenhadas em um determinado território, interferindo nas atividades legítimas por meio da prática dos denominados *crimes do colarinho branco*⁷ (Sutherland, 1961: 52-54 e 227-233).

Diversas definições foram propostas ao longo do tempo pelos pesquisadores, destacando-se a formulada por Donald R. Cressey⁸

⁷ Assim o crime de branco-colarinho “*white-collar crime*”, segundo Sutherland (1983), é o crime praticado por pessoas que gozam de *status* social e respeitabilidade junto a sua classe ou grupo social, ocupando uma posição de destaque na sociedade onde se insere; o termo foi escolhido para focalizar a atenção neste fenômeno criminológico, considerando a posição social dos seus perpetradores, e em especial nos atos ilegais realizados por homens de negócios, profissionais, e políticos (Baker 2004: 03-04, e Sutherland, 1961: 22-26).

⁸ Donald R. Cressey (1919-1987) é considerado um dos mais importantes estudiosos do crime organizado, seu livro “*Theft of the Nation: The Structure and Operations of Organized Crime in*

(Abadinsky 2007: 02 e Albanese, 2007: 182), a qual mesmo após várias décadas, ainda mantém sua atualidade, sendo a adotada por diversas agências internacionais. O autor apresenta um conceito de crime organizado e sua posição dentro do sistema social, *sendo uma organização voltada para a maximização dos lucros com a venda de bens e serviços ilícitos* (Cressey, 1969:72).

O autor socorre-se das Ciências Sociais, seguindo um padrão distinto do proposto pelos acadêmicos das ciências jurídicas, e ao despir-se do formalismo normativo, obteve uma visão multifacetada do fenômeno, sua interação no plano econômico, político e social, identificando assim a intenção criminosa como elemento definidor da estrutura do crime organizado⁹ (Cressey 1969: 311-316).

Portanto, o crime organizado é a atividade praticada por um grupo de pessoas engajadas em determinados empreendimentos ilícitos, onde posições específicas são previamente definidas na organização para cada participante, contando com os executores, corruptores e corrompidos (Cressey 1969: 319).

A construção do conceito de crime organizado deve ser realizada de forma a identificar todos os possíveis arranjos, evitando-se a imprecisão, conforme aponta Petrus van Duyne (1996), através de um criterioso trabalho de revisão da literatura pertinente se faz necessário, para *organizar o não tão organizado conceito de crime organizado*, apontando os trabalhos de Smith (1978; 1980), Reuter (1983), Weschke (1986) e Klaus Von Lampe (1998), os quais demonstram através de critérios interdisciplinares de natureza econômica, política e social, ser possível identificar nas atividades desenvolvidas pelo crime organizado, as características de uma *empresa*

America", publicado em 1969 é a obra inaugural na abordagem da temática, como professor de Sociologia na Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara, tendo no biênio 1966/1997, posteriormente como consultor sobre crime organizado na *Commission on Law Enforcement and Administration of Justice*, tendo desenvolvido seus estudos, e com a experiência adquirida escreveu "*Theft of the Nation*", um estudo sobre a máfia e posteriormente "*Criminal Organization*", o qual serve de base para muitos outros estudos sobre o crime organizado.

⁹ O crime organizado apresenta ainda os seguintes elementos constitutivos: (1) organização totalitária; (2) busca da imunidade e da proteção da lei pela corrupção; (3) permanência; (4) atividades lucrativas de risco relativo; (5) uso de medo contra as vítimas e sócios e da chantagem contra os sócios públicos; (6) contínuo ataque ao poder legal constituído; (7) isolamento dos líderes; e (8) disciplina rígida e hierarquia de graus. (Cressey, 1969: 314-5).

criminosa, apresentando um conceito construído sobre o ponto de vista do *crime empreendimento*, para explicar o crime organizado (Van Duyne, 1996: 52-54).

Posteriormente, essa linha de análise possibilitou conceituar o crime organizado como uma *organização sistemática*, um empreendimento criminal contínuo que busca distribuir bens e serviços ilícitos e se infiltrar nos negócios lícitos (Albanese, 2007: 6-8).

O conceito de crime organizado e sua influência no sistema social adotam uma abordagem multifacetada no desenvolvimento das atividades ilícitas planejadas para a obtenção da maximização dos lucros obtidos na execução de serviços ilegais relacionados com a oferta de produtos proibidos, provendo de forma racional as demandas efetuadas pelos membros da sociedade onde atua (Naylor, 2003:37-44).

O crime organizado, nesse sentido, é analisado como um empreendimento realizado e desenvolvido, sem um vínculo ideológico,¹⁰ os autores se relacionam através de uma interação social íntima baseada na hierarquia, trata-se de uma especialização funcional do indivíduo dentro da organização (Abadinsky 2007: 6). Trata-se de uma relação social, onde a intenção criminal é o seu elemento definidor e as tarefas são distribuídas de forma racional e eficiente¹¹ (Cressey 1969:311), é a percepção da *divisão racional do trabalho* na atividade ilícita (Lampe, 1998:38) envolvendo simultaneamente: a.) grandes quantias de capital; b.) testa de ferro; c.) o

¹⁰ O vínculo ideológico é uma questão bastante controversa do estudo do crime organizado que se projeta de forma bastante acentuada na questão do crime organizado transnacional, sendo que a ideologia pode ser considerada como o estudo sobre a origem e fundamento das idéias em relação aos símbolos que representa, sob o prisma da Ciência Política pode ser compreendido como a descrição do nível de pensamento político marcadamente menos analíticos que a abordagem filosófica ou da teoria sistemática, e historicamente, a ideologia é um produto da industrialização e da fragmentação da sociedade moderna, percebida ao longo dos últimos dois séculos como uma resposta à necessidade de se motivar e liderar os movimentos políticos (Heineman 1996: 23-24).

¹¹ O autor transpõe a noção de divisão racional do trabalho para o estudo do crime organizado, buscando compreender como a atividade ilícita é cometida pelas pessoas que ocupam uma posição pré-determinada no empreendimento ilegal, sendo tais atividades coordenadas por meio de outros criminosos, obedecendo a um conjunto de regras pré-estabelecidas. Os ocupantes tomam seus lugares em um jogo de posições, que existe independentemente dos seus titulares, cada um está obrigado por deveres, e respaldado por direitos previamente especificados, a mudança de um participante não compromete a continuidade do empreendimento. (Cressey, 1969: 313). O conceito proposto de cetera forma apresenta como pano de fundo a formação das redes.

uso de violência ou a ameaça; d) corrupção de funcionários públicos. (Lupsha, 1983: 59 -60).

O aspecto tradicional do crime organizado é a sua estrutura rígida, com a disciplina dos seus integrantes, aliada a uma hierarquia em graus, com o isolamento dos líderes, mas com a possibilidade de ascensão dos seus integrantes (Cressey, 1969: 313). Estrutura-se na divisão de poder em níveis de comando, como a característica da agregação dos seus integrantes, adotando um perfil de *empreendimento racional e continuado que objetiva o ganho ilícito* (Albanese 2007:31-32).

As posições na hierarquia e a divisão do trabalho podem ser estipuladas por relações de parentesco, amizade ou habilidade, mas sua permanência é assegurada pelo empenho em manter a integridade da organização (Abadinsky, 2007:04-06; Gambetta, 1993:75-76; Johansen e Lampe, 2002:07-09), trata-se basicamente de um código de conduta a ser obedecido.

A ausência da vinculação ideológica dos seus participantes impõe uma forte interação social baseada na distribuição do poder em níveis de comando hierarquizado,¹² entretanto as atividades desenvolvidas pelo empreendimento ilícito podem ser simultaneamente ilegais e legais, dependendo do grau de articulação do empreendimento e dos seus participantes (Abadinsky, 2000:6).

Neste ponto, é possível conceber empreendimentos ilícitos vinculados a atividades legais como nas empresas de fachada, que acabam por influir na economia formal como um concorrente efetivo, porém desleal, bem como na relação entre a ausência de vínculo ideológico e a distribuição de poder nos níveis hierarquizados, sendo que a hierarquia pode ser identificada em organizações com vínculos ideológicos, mas não é uma

¹² A hierarquia é uma questão tratada de acordo com a especialização funcional, grau de parentesco ou amizade do indivíduo com o grupo, sendo determinante para estabelecer o papel de cada um na organização, embora a interação seja restrita aos associados, admite-se o envolvimento de pessoas alheias aos seus quadros, e os integrantes devem seguir uma série de regras de disciplina rígidas, contendo sanções, inclusive a morte, objetivando a manutenção do empreendimento e evitando-se e afastando os concorrentes, visando o monopólio das atividades em determinada base territorial, sendo a violência e o suborno as principais ferramentas utilizadas para assegurar o poder e manter a disciplina do grupo (Abadinsky, 2000: 6).

característica determinante, como veremos a seguir ao estudarmos o terrorismo e sua forma de organização através de células.

A divisão das atividades conforme o grau de especialização dos integrantes do crime organizado é determinante das relações e dos vínculos realizados para o empreendimento (Lupsha, 1983: 59 - 61), sendo que o relacionamento estabelecido vai muito além das relações entre os seus participantes e os seus vínculos com o mundo formal, em razão da infiltração do capital ilícito no mercado legítimo (Albanese, 2007:08-09); tais atividades necessitam certo grau da conivência, e muitas vezes da cooperação, do poder público criando-se vínculos lastreados na corrupção (Block, 1980: 57 e Block e Chambliss, 1981: 12).

A corrupção, outra importante característica do crime organizado, é uma variável que se faz presente através da extorsão (onde o agente público exige uma quantia ilegal para fazer algo ilegal ou deixar de realizar ato legítimo) ou do suborno (o agente público aceita quantia em dinheiro ou benefício para deixar de aplicar a lei); nessas situações ocorre o uso indevido do cargo e o desrespeito a correta aplicação da lei, apresentando-se como um problema global com conseqüências danosas para toda a sociedade (McClean, 2007: 109-110).

Trata-se de uma manifestação que é observável em diversos regimes de governo, o que também inclui as novas democracias, que deverão empreender esforços no sentido de desenvolver governos estáveis que atuem no interesse dos seus cidadãos (Albanese, 2007: 230-231).

A faceta endógena da corrupção pode ser observada incrustada no interior das estruturas burocráticas do próprio Estado, desenvolvendo-se à sua sombra, e contando com a colaboração e participação dos servidores públicos, exercendo influência política na administração pública e no sistema judiciário, atuando de forma a interferir nos agentes políticos e econômicos (Von Lampe, 1998: 38).

Criam-se assim estruturas coordenadas e organizadas de forma similar às burocracias de Estado, constituídas através da associação dos indivíduos que adotam uma metodologia própria (Michalowski 1985, 368),

desenvolvem ações conjuntas com vários criminosos e empregam habilidades especializadas durante um longo período de tempo, (Rhodes, 1984: 02-04; Siegel, 1995: 376), atuam de forma livre em todos os territórios (Naím 2006: 103, Castle 1997:05-07 e Gorgues 2002: 34-35).

O crime organizado passa a ser identificado como uma *organização empresarial*, (Abadinsky, 2007: 6-8 e Ziegler 2003: 55-57.), que se caracteriza por apresentar uma estrutura mais enxuta, mais especializada, isto é, desprovida dos princípios das organizações mafiosas vinculadas por uma estrutura rígida e baseada na hierarquia, disciplina e conduzida por um rígido código de honra (Alarchi, 1988: 57 – 58; Buschetta, 1999:37-40 e Gambetta, 1996: 75 – 76). Tais características são afastadas, sendo o crime organizado identificado em pequenas empresas lícitas que desenvolvem suas atividades seguindo uma dinâmica comercial, com a utilização dos avanços tecnológicos e desenvolvimento de relações através de redes sociais (Giraldo e Trinkunas, 2007: 350-352), criando redes de operação que distribuem os bens ilícitos (Naylor 2002: 10).

Com o objetivo de estabelecer um critério que sirva de base para o estudo do crime organizado transnacional, delimitando o seu exato significado, será utilizado o estudo do crime organizado proposto por Howard Abadinsky (2007: 03-07) o qual retoma a abordagem política adotada pelo governo federal dos Estados Unidos no Ato de Controle da Criminalidade de 1970,¹³ que identificou nove atributos essenciais do crime organizado, assim definidos:

1. Não apresenta objetivos políticos: sua motivação é a busca pelo ganho ilícito e poder, sendo este a distinção apontada pela maioria dos estudiosos para diferenciar o crime

¹³ O Ato de Controle do Crime Organizado de 1970, assinado pelo Presidente norte-americano Richard Nixon, foi o principal instrumento do governo federal no combate ao crime organizado, fornecendo maiores prerrogativas para o poder judiciário através da ampliação dos poderes do grande júri, bem como provendo com novos instrumentos destinados a proteção das testemunhas e de criminalização da obstrução da justiça.

organizado do terrorismo¹⁴, atividade de motivação nitidamente política;

2. Hierarquia: compreendida como um eixo de comando com estrutura vertical, no topo, encontra-se o chefe da organização e abaixo os seus subordinados; sendo que o papel de cada participante é definido por um organograma que segue a lógica da configuração em forma piramidal;
3. A participação de seus membros é definida através das qualidades individuais específicas, tais como a raça, antecedentes criminais, pertencimento a determinado grupo social, etc.;
4. Formam uma *sub-cultura*, onde os participantes aceitam padrões de comportamento e regras distintas das adotadas pela sociedade, criando normas próprias que passam a ser aceitas e obedecidas;
5. Perpetuação da organização criminosa com a agregação de novos membros os quais se comprometem a seguir as normas e os valores da organização;
6. Uso da força e da corrupção como instrumentos específicos de proteção e regulamentação da organização criminosa;
7. Especialização e divisão das tarefas entre os membros do grupo objetivando aperfeiçoar suas atividades;
8. Monopólio das atividades ilícitas objetivando a hegemonia na distribuição de determinados bens ou serviços em um território pré-estabelecido;
9. Comando através de normas e regras pré-estabelecidas como qualquer outra organização legitimamente constituída.

O mesmo critério serviu de base para Jay Albanese (2007) propor uma conceituação de consenso baseada na frequência com que determinadas características são utilizadas pelos diversos autores que

¹⁴ A questão do terrorismo e sua inter-relação com o crime organizado é diverso do enfoque dado quando o objeto de estudo é o crime organizado transnacional e as redes difusas de atuação econômica, conforme será desenvolvido mais a frente no Capítulo II.

trataram da questão nos últimos 35 anos, estabelecendo assim as principais características do crime organizado através destas definições, assim podemos observar:

Característica	Frequência
Organização hierarquicamente estruturada:	16
Busca racional pelo lucro:	13
Uso da ameaça ou da força física:	12
Corrupção objetivando a manutenção da imunidade:	11
Demanda pública pelos serviços ilícitos:	07
Monopólio sobre determinado mercado em particular:	06
Sociedade restrita a determinados membros:	04
Sem ideologia aparente:	04
Especialização das atividades:	03
Código secreto ou código de honra:	03
Extenso planejamento operacional:	02

Fonte: Jay Albanese (2007) *Organized Crime in our Times*. pág. 04

Portanto, com base neste minucioso levantamento o autor propôs o seguinte conceito:

“crime organizado é o empreendimento criminoso desenvolvido de forma racional e continuada, objetivando o ganho ilícito através do fornecimento de bens ou serviços com grande demanda, e se mantendo com o uso da força física e da ameaça, buscando assim o controle e o monopólio da atividade ilícita, utilizando-se também da corrupção de funcionários públicos”. (Albanese 2007:03-06).

O estudo do crime organizado serve de base para a compreensão e identificação do crime organizado transnacional, uma vez que as alianças celebradas entre os diversos grupos criminosos se inserem no processo de globalização financeira, utilizam o incremento das tecnologias da informação e comunicação, articulam-se e se projetam no âmbito transnacional.

Trata-se da globalização organizacional do crime, onde as grandes máfias, de base étnico-tradicional (italiana, japonesa, americana, chinesa, russas, colombiana, etc.), celebraram diversos acordos com objetivo de atuações conjuntas, ocupações de mercado, redução de custos, tendo por

meta a expansão do mercado e uma maior invulnerabilidade (Castells: 2000: 205).

A evolução tecnológica, ironicamente, foi determinante para estimular as preocupações com o crime organizado transnacional, favorecendo os meios da sua execução, com o aumento nas oportunidades para a prática do crime através das fronteiras; entretanto, também promoveu o desenvolvimento e a especialização técnica dos órgãos policiais, da criminalística e serviu de argumento para a criação dos organismos de cooperação internacional (Deflem, 2000: 764).

4. O crime organizado transnacional na percepção dos Organismos Internacionais

A percepção supranacional do crime transnacional pode ser observada através das respostas políticas dadas pelas organizações internacionais, destacando-se a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA) e União Européia (EU), as quais incorporaram em seu debate o impacto do crime organizado transnacional na agenda global e a sua influência para a segurança mundial, conforme será observado no próximo capítulo.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, a partir de 1998, deliberou pela elaboração da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional,¹⁵ cujo texto final foi firmado durante a

¹⁵ O Governo brasileiro ratificou a convenção em junho de 1991, dez anos após a assinatura da Convenção de Viena, durante uma Assembleia Geral das Nações Unidas para traçar o Plano Global de Combate a Lavagem de Dinheiro, ou *Global Plan Against Money Laundering* (GPAML) (Brasil-COAF, 2001) e em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas (UNDCP) da ONU que é responsável pela articulação do controle internacional de drogas e crimes correlatos. A cooperação técnica é o pilar principal do Plano de Ação Contra Lavagem de Dinheiro e compreende atividades de sensibilização, criação de instituições e capacitação de pessoal. A política interna é realizada pela Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), órgão do Governo encarregado de planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de prevenção e repressão ao tráfico ilícito, uso indevido e produção não autorizada de entorpecentes, bem como as atividades de recuperação de dependentes. A aprovação e supervisão da Política Nacional Antidrogas, proposta pela SENAD, é feita pelo Conselho Nacional Antidrogas (CONAD), órgão colegiado que reúne representantes das diversas instâncias da administração pública envolvidas na questão. (Werner, 2005: 129-132).

Conferência de Palermo¹⁶ na Itália, realizada de 12 a 15 de maio de 2000,¹⁷ razão pela qual passou a ser também conhecida como Convenção de Palermo.

A Convenção de Palermo aponta as seis características que devam estar presentes na identificação do crime organizado transnacional: a.) grupo organizado para cometimento de crime; b.) hierarquia e vínculos pessoais que permitam ao líder o controle do grupo; c.) violência, intimidação e corrupção; utilizados como ferramentas para arrecadar lucros controlar territórios e mercados; d.) lavagem dos ativos através da integração do ganho ilícito no mercado, legitimando assim os ganhos; e.) potencialidade de expansão em novas atividades além das fronteiras; f.) vínculo de cooperação com outros grupos do crime transnacional organizado.

A proposta acabou por ser incorporada na elaboração do texto final da Convenção de Palermo de 2000 contra o Crime Transnacional Organizado, a qual define crime transnacional de forma mais ampla em seu artigo 2º apresenta a seguinte definição:

“grupo estruturado de três ou mais pessoas existente há algum tempo e atuando conjuntamente para cometer um ou vários delitos graves com a intenção de obter um benefício econômico ou qualquer outro benefício material.” (Nações Unidas – Convenção contra o Crime Organizado Transnacional 2000¹⁸).

¹⁶ A cidade de Palermo na Sicília, Itália foi escolhida para os debates, como homenagem póstuma a dois importantes ícones do combate a Máfia Italiana, os magistrados Paolo Borsellino e Giovanni Falcone brutalmente assassinados em atentados a bomba de 1992, crimes de autoria do mafioso Salvatore Riina, chefe da família Corleonesi, ligada a Cosa Nostra (Time Magazine, October 24, 2006).

¹⁷ A tarefa de elaboração do texto ficou a cargo de um “Comitê *Ad Hoc*”, aberto à participação de todos os Estados, realizada em sucessivos encontros em Viena, Áustria, entre janeiro de 1999 e outubro de 2000.

¹⁸ Trata-se de um ato normativo internacional que prevê as medidas especiais destinadas a investigar, prevenir e combater a criminalidade organizada transnacional, sendo composta pela Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, Convenção de Palermo, promulgada pelo Decreto n.º 5.015 de 12 de março de 2004, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 231, de 29 de maio de 2003, adotada em Nova York, em 15 de novembro de 2000 entrou em vigor internacional, em 29 de setembro de 2003, e no Brasil entrou em vigor em 28 de fevereiro de 2004. Posteriormente os seus três protocolos: a.) Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, Relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por via Terrestre, Marítima e Aérea, promulgado pelo Decreto n.º 5.016 de 12 de março de 2004, aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 231, de 29 de maio de 2003, adotado em Nova York em 15 de novembro de 2000, entrou em vigor internacional em 29 de setembro de 2003, e no Brasil em 28 de fevereiro de 2004; b.) Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à

A definição apresentada não tem o escopo de definir o crime organizado transnacional constituído de forma randômica, ou seja, pelo acordo de vontades em alianças provisórias destinadas ao cometimento de determinados crimes, e sim de identificar as atividades ilícitas praticadas através da associação com vínculos de continuidade, e tendo o ganho ilícito como ponto central da suas atividades (McClean 2007:38-41).

A Organização dos Estados Americanos (OEA) considera o crime organizado transnacional como uma nova ameaça aos valores compartilhados pelos Estados membros para a garantia e manutenção da paz e da democracia, identificando de forma categórica, ameaças como o *terrorismo, tráfico de drogas, corrupção, lavagem de ativos e tráfico de armas* (SerOEA/Ser.K/XXXVIII CES/doc.14/03 add.13 dezembro 2003), sem contudo apresentar uma exata definição para o crime organizado transnacional.

A União Européia, desde 1994, identificou o crime transnacional como uma ameaça à estabilidade econômica e social de todo o bloco, e em dezembro de 1998, propôs através da Junta de Ação do Conselho da União Européia o seguinte conceito de crime organizado:

“atividade criminosa estruturada durante um determinado período de tempo, com mais de duas pessoas, objetivando o cometimento de condutas ilícitas sérias, puníveis com pena de prisão de mais de quatro anos, com a finalidade de obter vantagem ilícita ou influenciar na ação ou operação de autoridades pública” (Conselho Europeu 1998 – art. 1).

A análise do Conselho Europeu parte de duas premissas básicas, para estabelecer os critérios a serem utilizados para conceituar o crime organizado, uma obrigatória e outra opcional, da seguinte forma:

Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças promulgado pelo Decreto n.º 5.017 de 12 de março de 2004, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 231, de 29 de maio de 2003, adotada em Nova York em 15 de novembro de 2000, entrou em vigor internacional em 29 de setembro de 2003, e no Brasil em 28 de fevereiro de 2004; c.) Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo à Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, suas Peças, Componentes e Munições, promulgado pelo Decreto n.º 5.941 de 26 de outubro de 2006, aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 36, de 22 de fevereiro de 2006, entrou em vigor internacional em 3 de julho de 2005, e para o Brasil em 30 de abril de 2006.

Critérios Obrigatórios: a.) colaboração de três ou mais pessoas; b.) por um período de tempo prolongado ou indefinido; c.) suspeitos do cometimento de crimes ou sérias ofensas; d.) objetivando lucro e/ou poder; e,

Critérios Facultativos: a.) cada participante tem um papel ou atividade específica; b.) utiliza alguma espécie de disciplina interna ou controle; c.) utiliza a violência ou qualquer outro meio de intimidação; d.) exerce influência sobre os meios políticos, na Administração Pública, no Poder Judiciário através da corrupção, bem como sobre a economia formal e nos meios de informação; e.) utiliza as estruturas comerciais; f.) mecanismos de lavagem de dinheiro; g.) operando no nível internacional (Conselho Europeu, 2002:06-07).

Resumidamente, seria a atividade ilegal levada a cabo através dos grupos estruturados ao redor de três ou mais pessoas, por um período de tempo prolongado, tendo por alvo a prática de crimes sérios através da ação combinada de métodos de intimidação, violência, corrupção ou outros meios, para obter diretamente ou indiretamente, benefícios materiais ou financeiros (Conselho Europeu, 2002: 6).

A Europol estabeleceu onze critérios para a identificação dos grupos criminosos organizados, do crime organizado e do crime organizado transnacional, estabelecendo por meio desses critérios as características específicas de cada manifestação, conforme descritos no Relatório de Atividades da Europol (Europol Annual Report 2001: 02-05):

- 1- Colaboração de mais de duas pessoas;
- 2- Tarefas específicas para cada uma das pessoas;
- 3- Atuação por um certo período de tempo;
- 4- Exposição do tipo de disciplina ou controle;
- 5- Pessoas suspeitas de já haverem cometido crimes graves;
- 6- Atuação em nível supranacional (transnacional);
- 7- Utilização de violência ou outros tipos de intimidação;
- 8- Utilização de estruturas comerciais ou similares;

- 9- Lavagem de dinheiro;
- 10- Exerce influência sobre os meios políticos, na Administração Pública, no Poder Judiciário através da corrupção, bem como sobre a economia formal e nos meios de informação;
- 11- Atuação destinada à obtenção de dinheiro e/ou poder;

Portanto é possível inferir dessas características que: a.) *grupo criminoso organizado* é composto por duas ou mais pessoas, que atuam em colaboração, suspeitas de já haverem cometido outros crimes que atuam para obter dinheiro ou poder (critérios 1, 5 e 11); e b.) *crime organizado* é a ação de duas ou mais pessoas, que atuam em colaboração, suspeitas de já haverem cometido outros crimes que atuam para obter dinheiro ou poder; por um período de tempo (critérios 1, 5 e 11 mais o 3); e c.) o *crime organizado transnacional* como a ação de duas ou mais pessoas, que atuam em colaboração, com distribuição de tarefas específicas para cada uma das pessoas, por certo período de tempo, sujeitas a alguma espécie de disciplina ou controle, englobando pessoas suspeitas de já haverem cometido crimes graves, com atuação em nível supranacional, utilizando a violência ou outros tipos de intimidação, integrando estruturas comerciais ou similares, fazendo uso da lavagem de dinheiro para ocultar o ganho ilícito, exerce influência sobre os meios políticos, na Administração Pública, no Poder Judiciário através da corrupção, bem como sobre a economia formal e nos meios de informação, atuando para obter dinheiro e/ou poder (utiliza todos os critérios em conjunto) (Europol - Annual Report 2001: 02-05).

5. Conceito de crime organizado transnacional

A forma como o crime organizado é praticado, seu reflexo na sociedade e sua identificação como componente ativo do sistema econômico, representa uma importante perspectiva de análise uma vez que

as atividades ilícitas são executadas pelos criminosos para os seus clientes, algumas vezes inclusive, contando com a conivência ou tolerância do poder público. Trata-se de uma relação de consumo *fornecedor – cliente*, praticada nos moldes da atividade lícita, operando na maior parte do tempo de forma oligopolista, estabelecendo-se uma constante competição com outras organizações criminosas em busca do domínio do mercado (Fiorentini 2005: 274-276).

O crescimento do crime organizado agregou em sua denominação uma das características mais importantes, a característica transnacional, implicando em novas questões para os Estados nacionais (Phil Williams, 2005:57-59; Dimitri Vlassis, 2001: 356 – 359; Nikos Passas, 2001: 22 –25; Gerhard O. W. Mueller, 2001: 13 – 15; Jeanne Giraldo e Harold Trinkunas, 2007: 348 – 351 e Jay Albanese, 2007: 205 – 211). Tais estudos contribuíram para a construção de uma definição ampla e global do crime organizado transnacional, identificando a sua forma de ação e interação com a sociedade (Fijnaut, 2001: 02–03).

O problema pode ser definido como um amplo e complexo conjunto de atividades ilícitas praticadas de forma continuada por um conjunto ordenado de pessoas que objetivam o enriquecimento indevido, sendo freqüentemente realizado sem o respeito a qualquer lei estabelecida, inclusive atentando contra a integridade das pessoas e dos Estados através da corrupção política (Broome 2000: 01-05).

O crime organizado transnacional pode ser definido sinteticamente como uma manifestação dos grupos organizados que apresentam as seguintes características: a.) baseados em um Estado, b.) cometem seus crimes em um, ou geralmente em diversos países anfitriões em razão das condições de mercados favoráveis; e c.) as atividades ilícitas desenvolvidas apresentam baixo grau de risco de serem descobertas (Shelley, 1995: 463-464). Assim a perspectiva transnacional se caracterizará quando o planejamento ou a execução do crime envolva mais de um país (Albanese, 2007: 205).

É importante observar que o crime organizado transnacional encontra-se relacionado à criminalidade organizada, entretanto é possível imaginar uma única pessoa praticando um crime transnacional¹⁹ (Muller, 2005: 15).

A identificação do crime organizado transnacional como uma ameaça a segurança coletiva ou global, deve ser feita da seguinte forma: a.) apontar o papel dos Estados no combate as atividades criminosas como à lavagem de dinheiro,²⁰ tráfico de armas, e cumprimento de pedidos de extradição, o que não pode ser um obstáculo à cooperação internacional; b.) estabelecer a ação do crime e o seu comportamento, uma vez que tais características, algumas vezes, estariam restritas a atividades confinadas em áreas específicas do planeta, não representando, conseqüentemente, uma ameaça evidente a segurança global (Werner, 2005: 57-58).

O crime organizado transnacional, como será visto no próximo capítulo, superou o modelo hierárquico, adotando as redes na estruturação de suas atividades ilícitas, entretanto, ainda vislumbrando-se nas periferias das grandes organizações transnacionais, arranjos hierárquicos como fato

¹⁹ É possível identificar determinados fraudadores que agem de forma individual e utilizam a tecnologia da rede mundial de computadores para atentarem contra instituições financeiras sediadas em diversos países, entretanto tal atividade em razão do caráter individual não pode ser considerada como atuação do crime organizado transnacional, a própria definição pressupõe a participação de mais de dois autores.

²⁰ A lavagem de dinheiro é um instrumento destinado a salvaguardar os bens adquiridos através das atividades ilícitas; operação bastante complexa, fracionada e diversificada, composta por um conjunto de atos e comportamentos direcionados à conversão dos valores e bens obtidos ilicitamente em capitais lícitos e disponíveis para serem utilizados por seus titulares (Werner, 2005: 95-97); trata-se de um mecanismo que se desenvolve fundamentalmente em três etapas bem definidas: **colocação** (em inglês *placement* e do francês *placement*) é a primeira fase no processo da lavagem de dinheiro, tendo por objetivo diluir materialmente os grandes volumes em espécie, pois tais montantes chamam a atenção das autoridades financeiras, bem como devem ser reportados quando movimentados. Assim os criminosos transferem estas importâncias do lugar de sua aquisição para outras praças mais seguras, sendo uma operação bastante delicada. (UNDCP, 1999: 34-35); **ocultação** (em inglês *layering* ou em francês *empilage*) onde, após a inserção no mercado financeiro, os montantes ilícitos devem ser desvinculados a sua origem, fazendo-se necessário a realização de diversas operações complexas, tanto a nível nacional como internacional, para afastar os vestígios de sua ilicitude, buscando assim que se perca o seu rastro e dificulte a verificação contábil (Lunde, 2004: 44), tendo por objetivo romper com a cadeia de evidências, ante a possibilidade de eventuais investigações sobre a origem do dinheiro (DCOIE, 2001: 68); e **integração** (do inglês *integration* ou em francês *integracion*) objetiva o retorno ao sistema financeiro para investimento ou a utilização na economia legal do dinheiro já legalizado através dos procedimentos de ocultação, este montante, já limpo, necessita de uma *fachada legal* para ter a aparência de legítimo, assim, os valores são distribuídos na economia de tal maneira que eles retomam ao sistema bancário com a aparência de lucros normais de uma negociação comercial. O dinheiro é incorporado formalmente ao circuito econômico financeiro legal, aparentando ter sido originado em transações lícitas, sem despertar qualquer suspeita (GAFI/FATF 2002: 12-19 e Werner, 2005: 95-97).

que dificulta em uma primeira abordagem a exata percepção dessa superação.

Portanto o crime organizado transnacional pode ser definido de forma resumida, porém bastante abrangente, como sendo: a associação estratégica de indivíduos que, atuando de forma supranacional, têm por meta a obtenção de um ganho ilícito.

Trata-se de um grande gênero que engloba diversas modalidades ilícitas que apresentam-se como uma ameaça às áreas política, social econômica e ambiental, além da militar, em razão de afrontar os valores fundamentais dos Estados como a liberdade e a igualdade, inerentes à evolução humana.

É importante observar que o ganho ilícito é caracterizado não apenas pela vantagem advinda das atividades ilícitas, mas sim qualquer ganho genérico, material ou de poder estratégico, sendo o poder aqui compreendido como a capacidade de influenciar nos órgãos públicos através da corrupção ou na sociedade e na opinião pública através do poder econômico ou de intimidação.

Capítulo II

Análise das causas e manifestações do crime organizado transnacional

O crime organizado transnacional é um sério problema que terá a importância no Século XXI para os políticos que a Guerra Fria teve durante o século XX, e o colonialismo no século XIX; os terroristas e grupos de criminosos transnacionais se proliferarão em razão dos benefícios obtidos a partir da globalização, tirando proveito da dinâmica do comércio, transferências de capitais, telecomunicações e rede de computadores, instrumentos que propiciam seu crescimento (Shelley 2007).²¹

Nesse cenário Jeffrey Robinson, estabelece que, enquanto vivemos num mundo que adota a filosofia de soberania do século XVII, reforçada pelo modelo judiciário do século XVIII, defendido por um conceito de combate ao crime do século XIX, que ainda está tentando chegar a um acordo com a tecnologia do século XX, o século XXI pertencerá aos criminosos transnacionais (Robinson, 2003: 19).

1. As causas e os fatores determinantes da transnacionalização do crime

As redes de criminosos passam a integrar o sistema social, uma vez que estabelecem suas ligações através de vínculos de confiança entre os criminosos (Williams e Godson 2002:328), entretanto tais redes apresentam um caráter volátil, em razão da necessidade do anonimato dos seus integrantes; e em especial na origem ilícita dos capitais adquiridos,

²¹ Assertiva de introdução da palestra crime organizado e terrorismo, perspectivas nacionais e internacionais, Seção III do Seminário Internacional O Crime Organizado e Democracia, promovido pelo Núcleo de Estudos da Violência (NVU) da Universidade de São Paulo de 26 a 28 de novembro de 2007

assegurando a impunidade e o ganho ilícito (Nações Unidas, Pesquisa Piloto, 2002: 41-45).

Conforme aponta Uwe Mühlhoff, Chefe de Polícia de Düsseldorf, a *criminalidade organizada é o capitalismo agravado (verschärfter kapitalismus)*,²² e surge concomitante com o capitalismo, a margem de toda a transparência e numa clandestinidade quase perfeita, realizando a extrema *maximização* dos lucros, e operando na forma de cartel²³ através da divisão dos territórios onde atuam, criando uma dominação monopolista das atividades ilícitas (Ziegler, 2003: 52-54).

A globalização do capitalismo promove tanto a integração quanto a fragmentação, na mesma medida em que se desenvolvem as diversidades e também se estimulam as disparidades. Na realidade, a globalização do capitalismo implica na globalização das tensões e contradições sociais, na mesma medida em que se transnacionalizam as forças produtivas, compreendidas nas instituições, códigos, e parâmetros que organizam as relações de consumo, transnacionalizam-se também os grupos sociais e as classes sociais (Ianni 349-350), e nesse contexto também o crime.

Entretanto, trata-se de um processo em constante evolução, partindo da institucionalização do crime organizado como componente ativo da sociedade, observável no início do século XVI, através dos modelos adotados pelas máfias italianas,²⁴ iniciando-se com a Máfia Siciliana; sendo

22 Em tradução livre *verschärfter kapitalismus* significa o mais duro capitalismo, ou o capitalismo mais rigoroso.

23 Cartel sob o ponto de vista da Ciência Econômica é uma organização (formal ou informal), de produtores dentro de um determinado setor que atuam na forma de *oligopólio* (pequeno número e empresas que dominam o mercado impondo barreiras ao ingresso de novos empreendedores) e determinam a política a ser adotada por todas as empresas fixando preços e cotas a serem praticadas no mercado, apresentando um comportamento próximo ao do *monopólio* (estrutura de mercado onde apenas uma empresa, com produtos sem substitutos próximos e com barreiras a entrada de novos concorrentes) (Truett e Truett, 1982: 500-501).

24 Existem muitas teorias a respeito da origem do termo máfia, uma delas estabelece que o adjetivo Siciliano *mafiusi*, possivelmente derivado da palavra árabe *mahyas* que significa apara fanfarrão vanglorioso e agressivo, ou *marfud* que significa rejeitado; em uma tradução livre poderá significar fanfarronada, bravata, presunção ou insolência. Assim a referência ao *mafiusu*, é ambígua na Sicília do século XIX, podendo tanto significar famoso e arrogante, como também um empreendedor destemido e orgulhoso, entretanto o etnógrafo Giuseppe Pitrè aponta que a associação da palavra com as atividades criminosas, foi feita inicialmente por Giuseppe Rizzotto e Gaetano Mosca na clássica peça teatral *I mafiusi di la Vicária* (A Bela Gente de Vicária), que retratava as gangues de criminosos de Palermo (Gambetta, 1993: 136 – 137; Gundle e Rinaldi 2007: 116-120), outras fontes indicam o levante dos camponeses Sicilianos contra a unificação forçada da Itália sob o reino da casa de Sabóia

sucessivamente reproduzido através da Cosa Nostra, que se desenvolveu em meados do século XIX; da Camorra (máfia napolitana), da Ndrangheta, na região de Reggio Calábria, da Sacra Corona Unita, em Puglia e Sidra, na Catania nos anos que se sucederam (Alarchi, 1988: 14 – 23; Albinì, 1971: 37 – 38; Albanese, 2007: 126 – 127; Lunde, 2004: 55 – 63; e Ziegler, 2003: 56) e dissemina-se com os movimentos de imigração do final do século XIX e início do XX, em especial promovida pelos italianos e irlandeses para os Estados Unidos da América, onde difundiram o crime organizado para o novo mundo, surgindo a Cosa Nostra americana, conhecida por Máfia. O seu desenvolvimento econômico e estrutural ocorreu durante o período em que vigorou a Lei Seca,²⁵ compreendido entre 1919 e 1933, justamente no contrabando e comercialização das bebidas alcoólicas, ampliando os seus laços empresariais com as máfias italiana, irlandesa e canadense (Alarchi 1988: 22 – 25; Albinì, 1971: 49; Robinson, 2001: 31 - 40 e Ziegler 2003: 111 - 115).

O ponto de vista europeu identificou as origens do crime organizado transnacional no final da I Guerra Mundial, sendo empiricamente válida tal assertiva, em razão do nível da criminalidade ter aumentado drasticamente em decorrência do aumento do fluxo de criminosos através das fronteiras, com uma propagação quase epidêmica de uma nova classe de criminosos que abusaram da modernização da vida social, cometendo crimes com a falsificação de dinheiro e de passaportes, roubo em transportes ferroviários, tráfico de escravas brancas e de drogas, utilizando-se das tecnologias disponíveis na época, como a comunicação e o transporte. Esses criminosos tinham em comum a capacidade ímpar de transcender as fronteiras do tempo e do espaço em desrespeito às jurisdições nacionais e às instituições policiais dos Estados, o que serviu como veremos a seguir, de catalisador na

em 1865, nos documentos romanos originais surge a expressão máfia para designar os camponeses revoltados (Ziegler, 2003: 56-57).

²⁵ Lei Seca denominada em inglês *Prohibition of Alcohol*, conhecida também como *Prohibition*, foi a proibição adotada nos Estados Unidos, a partir de 16 de janeiro de 1919, com a ratificação da 18ª Emenda à Constituição, objetivando impedir o comércio e o fabrico de bebidas alcoólicas, esta norma permaneceu em vigor até 5 de dezembro de 1933 quando foi abolida, muito em razão da sua inaplicabilidade prática .

a criação e o fortalecimento da cooperação policial internacional (Deflem, 2000: 762-763).

Dessa forma, nas fontes do crime global, existem organizações nacionais, regionais e étnicas enraizadas, cuja maioria ostenta uma longa história, relacionada à cultura dos países e regiões específicos, com sua ideologia, código de honra e mecanismos de filiação e comprometimento:

“Tais organizações solidamente fundadas na cultura do país não desaparecem nas novas redes globais, ao contrário, a formação das redes de escala global permitem que as organizações criminosas tradicionais sobrevivam e prosperem, à medida que escapam dos controles de um determinado Estado nos momentos difíceis”²⁶ (Castells, 2000: 206-207).

1.1. A globalização e o enfraquecimento do poder dos Estados

As principais causas prováveis, para a existência do crime organizado, são apontadas por Howard Abadinsky (2000), e podem ser identificadas nas abordagens teóricas propostas pelos respectivos autores assim classificadas:

a.) *Tensão Social*: proposta por Émile Durkheim (1951) aponta como a força impulsionadora das práticas delitivas a pressão social e a cobrança pelo êxito que a sociedade exerce sobre o indivíduo,;

b.) *Diferencial Associativo*: desenvolvida por Edwin H. Sutherland (1973) estabelece que tanto o comportamento lícito quanto o ilícito, são aprendidos em razão da influência e do reflexo do meio social, as condutas anti-sociais criminosas dependem de um ambiente propício para o seu desenvolvimento;

²⁶ A máfia norte-americana, após os duros golpes sofridos nos anos 80, encontra-se revigorada nos anos 90 mediante a incorporação de membros da máfia siciliana e através de alianças efetuadas com as tríades chinesas e máfia russa e uma série de quadrilhas de origem étnica. Assim no processo de internacionalização a máfia italiana segue a mesma tendência verificada nas tríades chinesas uma das maiores e mais bem articuladas organizações criminosas no mundo (Castells, 2000: 206).

c.) *Sub-cultura*: estabelece um padrão de conduta, com um conjunto de regras praticadas e aprovadas em um consenso geral, originadas por costumes e tradições compartilhadas ao longo do tempo pelos indivíduos colocados à margem da sociedade, criando valores próprios, mas contrários a lei e ao estado de direito (Wolfgang e Ferracuti, 1967: 99, Shaw e McKay, 1972: 72 e Kobrin, 1966: 156, apud Abadinsky, 2000: 14-34);

d.) *Oportunidade Diferenciada*: estabelece que em uma sociedade as oportunidades jamais serão distribuídas de forma homogênea e equânime para todos, sendo o caminho ilícito a forma fácil e disponível de atingir o sucesso (Ohlin, 1960 107 e 145, apud Abadinsky, 2000: 14-34);

e.) *Controle Social*: estabelece que o crime ocorre quando o freio social impostos pela sociedade aos indivíduos encontra-se enfraquecido (Maas, 1997: 52, Aichhorn, 1963 e Hierchi 1969, apud Abadinsky, 2000: 14-34);

f.) *Sucessão Étnica*: onde os grupos de imigrantes se articulam a acabem por beneficiarem-se das atividades ilegais disponíveis (Toby 1958: 548 Reuter 1983: 136, apud Abadinsky, 2000: 14-34).

Por seu turno, Jay Albanese (2007), sintetiza a abordagem de Abadinsky, apresentando os quatro fatores desencadeadores do crime organizado:

a.) *Positivo*: provocado por fatores externos, normalmente de porte social ou econômico;

b.) *Clássico*: baseado, no livre arbítrio associado a um comportamento hedonista, o qual busca maximizar o prazer e minimizar a dor;

c.) *Estrutural*: os fatores políticos e econômicos promovem a competitividade e beneficiam o ganho individual em detrimento do desenvolvimento da sociedade;

d.) *Ético*: liberdade de decisões ligadas a fatores étnicos, onde as condutas ilícitas além de trazer benefícios, garantem a ascensão no grupo, reforçando o sentimento de pertencimento (Albanese, 2007: 85-98).

Diversas são as teorias destinadas a explicar as razões para o surgimento do crime organizado transnacional, Phill Williams e Roy Godson (2002), tomam por base os estudos apresentados anteriormente e apontam três fatores como indicativos, a **oportunidade**, as **pressões e incentivos**, e os **recursos disponíveis**, que podem ser desencadeados tanto no plano interno quanto no global através de gatilhos acionados nas esferas:

- a.) *política*: com a mudança de natureza do Estado, em especial na forma de lidar com as liberdades públicas;
- b.) *econômica*: na modificação das oportunidades ou regras do mercado e
- c.) *social*: nas tensões e pressões de grupos étnicos e de imigrantes nas alterações de normas e regras sociais (Williams e Godson, 2002: 341).

Nesse contexto, Huselyin Durmaz (2005) identifica seis principais causas para a acessão do crime organizado transnacional:

- 1.) *Fim da guerra-fria* e a possibilidade do crime se expandir em locais anteriormente dominados por regimes totalitários com estruturas sociais enfraquecidas (Sterling, 1994; Harris, 2001; Gammelgard, 2001; Stanislowski, 2004 e Williams e Godson 2002, apud Durmaz, 2005: 13-18);
- 2.) *abertura das fronteiras*, e em especial na União Européia e dos países do antigo bloco comunista, promovendo a livre circulação das pessoas, bens e serviços (Moore, 1996 e Carter, 1997, apud Durmaz, 2005: 13-18);
- 3.) *globalismo e crescimento econômico* dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, com a criação de oportunidades para as atividades ilícitas se desenvolverem livremente, e aquecimento da demanda por bens e serviços,

inclusive ilícitos auxiliado pelo desenvolvimento das comunicações (Williams, 1994, Gross, 2003, Carter, 1997; Edwards e Gill, 2002 e Harris, 2001 apud Durmaz, 2005: 13-18);

4.) fluxo imigratório, onde o imigrante passa a ser considerado mão de obra para o crime, sendo reconhecido como um problema interno a segurança tão grave como o próprio tráfico ilícito de drogas e o terrorismo (Moore, 1996, Jandl, 2004 e Benyon, 1994, apud Durmaz, 2005: 13-18);

5.) *crise econômica* enfrentada pelos países pobres e com o Estado desestruturado, uma vez que os governos se mostram ineficientes em lidar com as questões impostas pela corrupção, e no surgimento e fortalecimento dos mercados ilícitos internos (Stanislowski 2004, Mutscheke, 2000; Politi, 2001 e Willian e Godson, 2002, apud Durmaz, 2005: 13-18);

6.) *conflitos étnicos* agravados a partir dos anos 90, nos quais os grupos de insurgentes se envolvem com as atividades ilícitas como tráfico de drogas, armas, e migração ilegal para o financiamento de suas atividades, sendo a motivação política uma fachada para encobrir as suas atividades criminosas (Williams 1994 e Andréas, 2003, apud Durmaz, 2005: 13-18).

O crescimento do crime organizado transnacional pode ser explicado através das duas perspectivas propostas por Jeanne Giraldo e Harold Trinkunas (2007), que podem ser destacadas das apontadas anteriormente, ou seja, a **globalização**, com o crescimento dos fluxos transnacionais de pessoas, bens e dinheiro, fortalecimento da infra-estrutura das redes financeiras mundiais, que contribuem de forma significativa para o desenvolvimento tanto das atividades lícitas como ilícitas; e pelo **declínio da autoridade estatal** em razão da dupla transição ocorrida, uma com a abertura política das economias anteriormente fechadas pelo autoritarismo e outra provocada pela inquietação civil e pelo enfraquecimento das instituições estatais decorrentes do enfraquecimento dos vínculos e do

compartilhamento de valores e ideais provocados pelo fim da guerra fria (Levi, 2002 e Zoellich, 2001, apud Giraldo e Trinkunas 2007: 355-356).

Um exemplo da viabilidade do crime organizado pode ser percebido no fenômeno contemporâneo das Máfias Russas. Durante todo o período da antiga União Soviética a criminalidade se manteve oculta, em razão do regime totalitarista. Entretanto em meados dos anos 80, que com a chegada da Perestroika²⁷ a atividade criminosa floresceu em razão das mudanças econômicas do pós guerra-fria, possibilitando a organização do crime através das Máfias Russas inclusive contando com a participação de integrantes do antigo regime (Webster et al, 1997: 26-28).

A transição econômica e política dos anos 90, e a sobrevivência dos grupos de criminosos do período soviético, possibilitaram a articulação com os dissidentes do antigo regime, e ex-funcionários dos aparatos de segurança e inteligência, que se beneficiaram da fraca regulamentação da economia e do choque da abertura política, quando puderam globalizar suas atividades ilícitas²⁸ (Fickenaar e Voronin 2001:6-9, Lunde 2004 84-91 e Webster, 1997: 36-40).

Assim é possível apontar do conjunto de estudos analisados, de forma sintética, as duas causas prováveis para a transnacionalização do crime organizado e o seu avanço no plano supranacional:

- *Globalização* compreendida não apenas sob a perspectiva do ponto de vista econômico, mas como uma forma de mudança do comportamento social, gerando uma profunda mudança nas estruturas dos Estados, nas condições de trabalho, e nas relações

²⁷ Perestroika (do russo Перестройка, significa reconstrução, reestruturação) foi o conjunto de medidas políticas introduzidas por Mikhail Gorbachev, a partir de 1985 para reestruturação do país no ponto de vista econômico, em conjunto com as reformas políticas da Glasnost (do Russo: гласность que significa transparência) neste sentido Mikhail Sergeevich Gorbachev (1987) *Perestroika : new thinking for our country and the world* New York: Harper & Row .

²⁸ Atualmente existem várias modalidades mafiosas no território russo divididos em diversas organizações espalhadas nas principais cidades, com conexões com os cartéis de drogas colombiano e com a máfia italiana e norte americana, no ano de 2000 estimava-se que a máfia russa possuía 60.000 membros sendo a maior organização a Solnstevo com aproximadamente 4.000 membros, seguida da Izmaylovo com 1.000 membros; houve um significativo aumento no crime organizado da era Gorbachev (1985-91) onde existiam segundo as estatísticas oficiais 760 membros, no ano de 1994 passou para a cifra de 5.700 e em 2000 para 60.000 membros (Lunde, 2004: 84).

internacionais, em uma constituição da própria subjetividade coletiva;

- *Enfraquecimento da atuação dos Estados*: influenciadas pela *abertura política* que promoveu um enfraquecimento no controle do tráfico internacional de pessoas e mercadorias, *corrupção* fomentada pelos grandes fluxos de capitais ilícitos, e a *impossibilidade do compartilhamento dos valores* entre as civilizações ocidentais e orientais, tratando-se de causas complementares responsáveis pelo enfraquecimento da atuação dos Estados.

2. As manifestações do crime organizado transnacional

É possível identificar as atividades do crime organizado transnacional, consideradas como aquelas que se desenvolvem em mais de um país – assim conforme aponta Gerhard O. W. Muller (2005), ao analisar os trabalhos das Nações Unidas e em especial do 5º Congresso de Prevenção Criminal e Tratamento dos Criminosos em Genebra 1975,²⁹ que identificou inicialmente algumas categorias do crime organizado, sendo tal lista atualizada em 1994³⁰ através de uma pesquisa das tendências criminais em contraponto a operacionalidade dos sistemas judiciais, identificando ao final 18 categorias, que ainda continuam atuais, assim distribuídas:

1. Lavagem de dinheiro: em razão do seu impacto na economia global, sendo a principal atividade ilícita, engloba outras atividades, e é responsável em movimentar US\$ 400 a 500 bilhões por ano,³¹ sendo os recursos ilícitos reintegrados a

²⁹ Departamento de Economia e Assuntos Sociais - Organização das Nações Unidas: 5º Congresso de Prevenção Criminal e Tratamento dos Criminosos em Genebra 1975, A/CONF./56/10, n.º E.76.IV.2.

³⁰ Fourth United Nations Survey of Crime Trends and Operational of Criminal Justice Systems – Conference n.º 169/15/add. 1, 4 April 1995.

³¹ As estimativas econômicas em relação aos montantes das atividades ilícitas desenvolvidas no âmbito global devem ser consideradas com certa cautela em razão da forma através da qual os dados e

economia formal, entretanto a cifra pode ser bem maior em razão da dificuldade de se estabelecer o volume exato dos montantes;

2. Tráfico ilícito de drogas: considerado a maior economia informal do mundo, maior que a renda interna de muitos países, opera algo ao redor de US\$ 320 bilhões anuais,³² entretanto a cifra não é exata, da mesma forma, em razão de ser estabelecida, tomando por base o volume de drogas apreendido, não sendo contabilizado o consumo;
3. Corrupção e suborno: tornaram-se atividades transnacionais em razão da transnacionalização da economia como um todo, sendo cometida, corroendo as estruturas de governo de muitos países;
4. Infiltração nos mercados legítimos: consequência das atividades criminosas e da própria lavagem de dinheiro que trata de mecanismos destinados a salvaguardar os ganhos com as atividades ilícitas;
5. Falência fraudulenta: outra consequência da internacionalização da economia ligada diretamente às atividades de lavagem de dinheiro;
6. Fraude a seguros: também em consequência da globalização da economia, as operadoras de seguros passam a atuar no mercado internacional na garantia dos riscos de perdas globais, estima-se um prejuízo na ordem aproximada de US\$ 100 bilhões anuais;
7. Crimes através do computador: utilizando a Internet – rede mundial de computadores, como uma ferramenta para a prática

levantamentos estatísticos são efetuados, uma vez que existem atividades ilegais, que em razão de sua própria natureza, não são facilmente rastreáveis, sendo a lavagem de dinheiro um importante instrumento dessa reinserção dos ativos ilícitos na economia formal, dessa forma é praticamente impossível estabelecer uma estimativa efetiva que represente o real montante dos volumes movimentados pelas atividades ilícitas.

³² Valor atualizado (UN 2007/2008).

- de crimes como fraudes, espionagem industrial, prostituição, pedofilia e extorsão, gerando grandes prejuízos a economia;³³
8. Roubo de propriedade intelectual: uso indevido de marcas e patentes, consistindo em atividades de pirataria e contrafação de marcas, incluindo programas de computadores, o qual sozinho é responsável por prejuízos na ordem de 7.5 bilhões de dólares em 1990 (índice que serviu de base para a presente classificação);
 9. Tráfico ilícito de armas: uma das principais e mais rentável das atividades ilícitas, normalmente é praticado por um pequeno grupo de atacadistas responsáveis pela distribuição das armas aos fornecedores locais, conta com uma ampla rede de participantes inclusive nos governos, favorecendo os materiais bélicos e armamentos para as guerrilhas e grupos insurgentes;
 10. Terrorismo: apesar da maioria dos terroristas operarem em uma determinada localidade, com finalidades ideológicas específicas, muito das atividades terroristas tem o caráter transnacional, uma vez que dependem de financiamentos externos e de locais para as suas células se basearem, buscando assim dificultar a persecução penal, tais locais são denominados santuários;
 11. Apoderamento ilícito de aeronaves: incluindo também a destruição da aeronave em vôo, tratando-se de uma atividade ligada ao terrorismo;

³³ A internet ou espaço virtual da rede mundial de computadores deve ser compreendida como um instrumento para a prática das atividades ilícitas, nesse sentido a Justiça Federal compete processar e julgar os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente considerado, conforme previsto na Constituição Federal (art. 109, inciso V). Desta forma, em se evidenciando que determinado crime previsto em Tratado ou Convenção em que o Brasil comprometeu-se a reprimir como no caso de divulgação de fotografias e filmes pornográficos ou de cenas de sexo explícito envolvendo crianças e adolescentes, previsto na Convenção Sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo governo brasileiro em 20 de Setembro de 1990, através do Decreto Legislativo nº 28, devem ocorrer além das fronteiras nacionais para se configurar como delito de competência da justiça Federal, uma vez que o simples fato do crime ter sido cometido por meio da Internet não é suficiente para justificar tal atuação que passa a ser da Justiça Estadual, conforme entendimento no de competência nº 57.411-RJ (2005/0207517-1).

12. Pirataria marítima: um problema do século XIX que ressurgiu com bastante força na América Central e especialmente na costa da África, destinada ao ataque de navios de carga, prejudicando o comércio internacional;³⁴
13. Apoderamentos em terra (roubo de cargas): trata-se de um fenômeno novo que surge com a abertura das fronteiras e a ampliação dos transportes por terra das mercadorias através de diversos países, em especial no leste europeu;
14. Tráfico de seres humanos: imigração ilegal ou forçada de pessoas através das fronteiras para prostituição e trabalho escravo;
15. Comércio ilegal de órgãos humanos: legitimando transplantes ilegais de órgãos;
16. Roubo e comércio de obras de arte e objetos culturais: comércio de obras de arte e venda para antiquários e museus de patrimônio histórico; mercado que movimenta aproximadamente US\$ 4.5 bilhões, onde mensalmente são roubadas 2.000 obras de arte, existindo mais de 45.000 obras listadas;
17. Crimes contra o meio-ambiente: incluindo o tráfico de animais silvestres, recursos vegetais e minerais, e a *biopirataria*;³⁵
18. Outras ofensas cometidas por grupos e criminosos organizados que atue de forma transnacional: cláusula

³⁴ A Somália por razões políticas é o hoje um dos países com a maior participação mundial na pirataria de alto mar, desenvolvendo suas atividades no chifre da África nas rotas comerciais do Oceano Índico, gerando uma tensão internacional mobilizando o International Maritime Bureau (IMB) e impondo ao Conselho de Segurança das Nações Unidas adoção de medidas destinadas a condenar os atos de pirataria e roubos a navios, conclamando pela adoção da Resolução 1816/2008, aprovada por unanimidade, que decidiu que os Estados cooperem com o governo transitório do país, utilizar todos os meios necessários e de forma compatível com as disposições pertinentes do direito internacional para o combate a pirataria (UN/SC/9344).

³⁵ A biopirataria é a exploração, manipulação, exportação ou qualquer prática de comércio internacional de recursos biológicos que contrariem a Convenção Sobre Diversidade Biológica (CBD) de 1992 que estabelece normas e princípios sobre a proteção da diversidade biológica em cada país signatário na conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e a justa repartição dos benefícios provenientes do uso econômico dos recursos genéticos, respeitada a soberania de cada nação sobre o patrimônio existente em seu território, a convenção integra o ordenamento jurídico nacional através do Decreto n.º 2.519 de 16 de março de 1998.

genérica que busca englobar hipóteses não previstas, como comércio de veículos roubados, muito em voga na União Européia (Muller 2005: 17-20).

As categorias do crime organizado transnacional podem ser divididas, na proposição de Jay Albanese (2007), em três grupos distintos: a.) *provisão de bens ilícitos*, no roubo de objetos de arte culturais, propriedade intelectual, tráfico ilícito de armas e drogas, pirataria apoderamento de veículos e cargas, e tráfico de órgãos humanos; b.) *provisão de serviços ilícitos* através da lavagem de dinheiro e tráfico de pessoas, crimes por computador e contra o meio ambiente; e c.) *infiltração no mercado legítimo* por meio da fraude a seguros, falência fraudulenta, fraudes por computador, empresas de fachada infiltradas em atividades lícitas, corrupção e suborno de agentes públicos (Albanese, 2007: 206).

Dependendo das circunstâncias uma atividade pode se deslocar de um grupo para outro, como a corrupção que se infiltra na esfera legítima, e pode também ser considerada como um fornecimento de serviço ilícito se praticado por uma organização específica que vende seus serviços para outra, perceptível na corrupção da atividade de fiscalização aduaneira; podem também ser cometidos através de uma mesmo *modus operandi* como nos crimes cometidos com o uso de computador que apresentam uma característica dupla, servindo para a infiltração nas fraudes ou no fornecimento de serviços como a prostituição e drogas vendidas pela internet (Albanese, 2007: 206)

Por seu turno o terrorismo e o apoderamento ilícito de aeronaves podem ser considerados como espécies que não se enquadram na divisão proposta, em razão do seu caráter ideológico (Albanese, 2007: 2006 e Hoffman, 1998: 41-43), entretanto, o terrorismo é uma importante manifestação do crime organizado transnacional, conforme será analisado no próximo capítulo.

Uma importante ressalva é a da existência de criminosos, que apesar de exercerem atividades transnacionais, não se enquadram no conceito de

crime transnacional, uma vez que agem movidos por interesses de ocasião, em geral se encontram envolvidos em ramos de atividade lícita e legítima, mas acabam colaborando com as organizações criminosas de forma eventual e esporádica. Comumente, tal comportamento é observado em pequenas instituições financeiras, legítimas que colaboram com o crime organizado efetuando remessas de dinheiro irregulares ou fazendo parte no processo de lavagem de dinheiro e sonegação fiscal (Girando e Trinkunas 2007: 351).

Capítulo III

A perspectiva nacional no debate do crime organizado transnacional

Os pesquisadores nacionais encontram-se focados nos estudos da violência e do crime organizado, por serem problemas de grande repercussão na sociedade brasileira contemporânea, em consonância com o amplo debate nacional sobre segurança pública iniciado na década de 80 durante a abertura política. Estes fenômenos são amplamente noticiados pelos meios de comunicação e são debatidos no mundo acadêmico, conforme podemos observar na produção científica. Entretanto, ainda carece de um aprofundamento conceitual, uma vez que o crime organizado não é percebido como um fenômeno de contornos transnacionais.³⁶

³⁶ O crime organizado no Brasil é representado caracteristicamente pelo jogo do bicho que atua nas grandes cidades, com destaque para o Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Goiás e Espírito Santo, com envolvimento também nas áreas de jogos ilegais, bingos e cassinos, lenocínio, narcotráfico e lavagem de dinheiro, na década de 80 esta atividade ilícita movimentava US\$ 500.000 por dia com apostas sendo 4% a 10% deste montante destinado aos banqueiros (Mingardi: 1998, 95); entretanto trata-se de uma contravenção penal, tecnicamente não se inserindo no conceito de crime organizado. Os comandos do Rio de Janeiro representam uma das formas mais violentas de organização criminosa em atuação no Brasil. Surgiram na década de 60 e 70 a partir do grupo criminoso conhecido por Falange Vermelha, formada por chefes especializados em roubo a bancos, destacando-se o Comando Vermelho, o qual surgiu no Presídio de Segurança Máxima Bangu 1; o Terceiro Comando, uma dissidência do Comando Vermelho, criado em 1988, no mesmo presídio, em razão de lutas internas pelo poder, atuando no narcotráfico, tráfico de armas, seqüestro e extorsão, roubos e assaltos à banco (Silva: 2003, 26). O crime organizado paulista é representado pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), uma organização criminosa surgida no início da década de 90, no presídio de segurança máxima do anexo da Casa de Detenção de Taubaté. Formado por traficantes e criminosos das mais diversas atividades delitivas, atuando com mais destaque no Estado de São Paulo, principalmente dentro dos presídios, de onde seus líderes arregimentam novos membros, forçando-os a participar no tráfico de drogas dentro da cadeia, e fora dela através dos seus familiares, construindo uma rede de atividades ilícitas que vai desde a venda de proteção, assassinatos encomendados, os seqüestro, extorsões, roubos e tráfico de armas. (Silva: 2003, 26 e DECOIE: 2001, 52-53) Pode ser acrescentada a esta lista, grupos menores e independentes, articulados ou não com o crime organizado internacional, os quais acabam se especializando na prática de venda de proteção, extorsão, tráfico de armas, roubos e assalto a bancos, seqüestro, contrabando, prostituição, tráfico de mulheres e crianças, narcotráfico, roubo de cargas, recepção, fraudes previdenciárias, evasão de divisas, falsificação de moedas e lavagem de dinheiro, servindo quando muito, de apoio ao crime organizado transnacional. A preocupação das autoridades brasileiras na transformação do Brasil em um território fértil à atuação do crime organizado transnacional surge em razão das facilidades bancárias e de comunicação, da vasta extensão territorial com inúmeros portos e aeroportos oficiais e clandestinos, bem como a proximidade geográfica com os países produtores de drogas, agregados a permeabilidade da faixa de fronteiras e a densa malha viária, hidroviária e aeroportuária, contando ainda com um mercado financeiro estável (Werner, 2005: 119-121).

Os estudos desenvolvidos no Brasil continuam esbarrando na mesma problemática conceitual. Apesar da questão ter sido incorporada na agenda de segurança pública por força do debate internacional.³⁷ A percepção nacional do problema ainda se encontra limitada aos estudos da violência e da atuação dos organismos e segurança pública (Werner, 2005: 147).

As pesquisas nacionais foram desenvolvidas através de três eixos de percepção conforme identificado por Pastana (2003): a.) por um lado nos trabalhos destinados a analisar a continuidade das práticas extralegais do período autoritário e após a abertura política, destacam-se as pesquisas de Tereza Pires Caldeira (1991), Alba Zaluar (1997) Paulo Sérgio Pinheiro (1983) Sérgio Adorno (1998);³⁸ b.) no segundo eixo de estudo, a violência é relacionada à pobreza e a exclusão social é considerada a causa da criminalidade. Encontramos os trabalhos de Alba Zaluar (1985, 1986, 1991), Paulo Sergio Pinheiro (1983), Boris Fausto (1994), Sérgio Adorno e Bordini (1989),³⁹ como perspectiva de estudo muito debatida e criticada; c.) no terceiro eixo de pesquisa, que investiga as causas da violência popular, caracterizadas pela revolta coletiva contra o sistema oficial de justiça, que se externam nos linchamentos e na atuação dos grupos de extermínio,

³⁷ A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional foi promulgada no Brasil em 21 de março de 2004, através do Decreto nº. 5.015/2004, uma vez que o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo nº. 231, de 29 de maio de 2003, o texto da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, adotada em Nova York, em 15 de novembro de 2000, sendo que o Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação junto à Secretaria-Geral da ONU, em 29 de janeiro de 2004, portanto a referida Convenção entrou em vigor internacional, em 29 de setembro de 2003, e no Brasil, em 28 de fevereiro de 2004.

³⁸ As principais referências são: CALDEIRA, Tereza Pires do Rio (1991) *Direitos Humanos ou Privilégios de Bandidos?* Novos Estudos Cebrap, n.º 30, julho de 1991; ZALUAR, Alba (1997) *Exclusões e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas* Revista Brasileira de Ciências Sociais volume 12, n.º 35 outubro 1997; PINHEIRO, Paulo Sérgio (1983) *Crime, Violência e Poder*. Ed. Brasiliense São Paulo; ADORNO, Sergio (1998) *Consolidação democrática e políticas de segurança pública no Brasil rupturas e continuidades. Democracia e instituições políticas brasileiras no final do século XX*. Ed. Bagaço, Recife.

³⁹ As principais referências são: ZALUAR, Alba (1985) *A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. Brasiliense São Paulo; (1986) *Crime e trabalho no cotidiano das classes populares*. (1991) *"Cultura da violência"*, Rio de todas as crises, série Estudos, v., IUPERJ, Rio de Janeiro. PINHEIRO, Paulo Sérgio (1983) *Crime, Violência e Poder*. Ed. Brasiliense São Paulo; FAUSTO, Boris (1984) *Crime e Cotidiano*. Ed. Brasiliense São Paulo; ADORNO, Sergio e BORDINI, E. B. T. (1998) *Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo 1974-1985*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, volume 3 n.º 9 fevereiro de 1998.

desenvolvidas pela pesquisadora Maria Victoria Benevides (1983)⁴⁰ (Pastana, 2003: 32-34).

As críticas da associação efetuada entre crime e a pobreza, no debate da violência urbana, repousa justamente na impossibilidade de trabalhar com conceitos como *pobre* e *pobreza*, além dos inevitáveis estereótipos que carregam, tornam-se menos exatos em uma sociedade marcada pela desigualdade social agregada à forte concentração de renda. As pesquisas feitas por Alba Zaluar nas favelas do Rio de Janeiro nos anos 80 e 90, mostram que o percentual de pobres que optam pela criminalidade é relativamente baixo; além disso, curiosamente, as maiores taxas de mortes violentas foram observadas nos Estados mais produtivos e ricos do país, como Rio de Janeiro e São Paulo, ao passo que as menores taxas foram encontradas entre os mais pobres, como Maranhão, Bahia e Ceará (Misse, 1995: 04 – 05)

O debate da segurança pública ingressou na agenda nacional a partir dos anos 80, diferenciando-se dos padrões consagrados pelas abordagens anteriores que a associava à temática da segurança nacional; recebendo uma conceituação própria; em especial no tocante ao uso do aparato militar das Forças Armadas nos trabalhos preventivos e de dissuasão, próprio do policiamento ostensivo ou, no combate aos traficantes de drogas no Rio de Janeiro⁴¹ (Sento-Sé e Ribeiro, 2001: 426).

Nesse período, iniciaram-se as pesquisas de caráter multidisciplinar, nos núcleos de estudos vinculados às universidades, destacando-se o Núcleo de Estudos da Violência (NEV)⁴² da Universidade de São Paulo

⁴⁰ Referência: BENEVIDES, Maria Vitória (1983) *Violência Povo e Política: violência urbana no noticiário da imprensa*. Ed. Brasiliense, São Paulo.

⁴¹ O uso do exército na segurança pública sofre influência do debate realista do uso do instrumental de *hard power* ou seja da coerção física com uso da força e do poderio militar, em ações de *hard security* com o uso da força militar em lugar da adoção do aparatos tradicional de segurança pública judicial, esta doutrina é influenciada pelo pensamento norte americano em especial desenvolvido nas ações da Guerra ao Terrorismo e ao Narcotráfico, é uma postura equivocada uma vez que a doutrina militar baseia-se no confronto bélico de contorno distinto do combate ao crime e da segurança pública, esta questão será abordada em profundidade nos próximos capítulos, em especial no que tange a securitização e as forma de combate ao crime organizado transnacional.

⁴² O Núcleo de Estudos da Violência (NEV) é um dos núcleos de apoio a pesquisa da Universidade de São Paulo, foi criado durante a transição democrática, em 1987, é com uma abordagem de caráter interdisciplinar em suas pesquisas, buscam debater uma questão teórica comum: a persistência de graves violações de Direitos Humanos durante o processo de consolidação democrática e à promoção

(USP), com os pesquisadores por Sérgio Adorno, Paulo Sérgio Pinheiro, Paulo de Mesquita Neto e Nanci Cárdua, do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP)⁴³ da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com os trabalhos de Cláudio Chaves Beato Filho, e o Núcleo de Pesquisa das Violências (NUPEVI)⁴⁴ da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), como as pesquisas de Alba Zaluar e Michael Reicheinheim.

1. Distinção entre crime e violência

A temática da violência e do crime é evidenciada na influência da mídia nas representações sociais, incutindo o medo na população, fenômeno gerado em razão da excessiva exposição de notícias sobre crimes, impregnando a sociedade e distanciando-a dos valores da cidadania, conforme aponta Alba Zaluar. Em contrapartida, o crime organizado só passa a ocupar um lugar de destaque nas pesquisas acadêmicas a partir dos anos 90, sendo um desdobramento decorrente do debate em torno da violência, em razão da sua estrutura complexa e da capacidade de movimentar um grande volume de dinheiro (Zaluar, 1997: 26-27 e 69 e 2001: 369-378).

e proteção dos direitos humanos, em 2007 realizou um importante Seminário Internacional destinado a debater o Crime Organizado e a Democracia (Fonte NEV/USP <http://www.nevusp.org>).

⁴³ O Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) ligado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é voltado para a elaboração, acompanhamento de implementação e avaliação crítica das políticas públicas na área da justiça criminal; utilizando os instrumentais da pesquisa aplicada e multidisciplinar, destinado a análise quantitativa e em articulação com diferentes instituições e órgãos públicos que lidam com o problema da criminalidade e violência (Fonte: <http://www.crisp.ufmg.br>).

⁴⁴ O Núcleo de Pesquisa das Violências (NUPEVI), vinculado a iniciou suas atividades em 1997 e com um enfoque também interdisciplinar tem por foco de análise a violência das regiões metropolitanas de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro, e busca compreender e distinguir os entrelaçamentos de processos complexos e diferenciados entre si que perpassam o aparecimento da violência nas relações sociais; sendo esta compreensão fundamental para elaboração de novas políticas públicas de segurança e de prevenção, tendo por linhas de pesquisa a violência a pobreza e a identidade masculina (Fonte: <http://www.ims.uerj.br/nupevi/>).

A violência é uma questão fundamental a ser enfrentada quando da elaboração das políticas públicas de segurança, ou seja, a exata distinção entre os conceitos de violência e crime deve ser estabelecida, nesse aspecto, o crime passa a ser visto como uma conduta regulada através da norma jurídica, sendo menos abrangente que a violência, conforme aponta Beato Filho (2003). Assim a heterogeneidade dos diversos eventos rotulados como violentos apresentam um peso importante e influenciam na formulação das políticas públicas que são de ordem cognitiva, significando assim a identificação dos fatores de risco distintos a cada situação. Desta forma, busca-se a solução para problemas distintos de amplo espectro abrangendo desde o crime das ruas até o crime organizado, indistintamente, o que dificulta a abordagem do crime organizado e impede a sua exata identificação das suas características específicas (Caldeira, 1998 *apud* Beato F. 2003: 5).

A correta identificação das variáveis responsáveis pelo crime repousa no fato de estarmos tratando de um conceito que envolve comportamentos diferenciados, bem como uma diversidade de eventos. Neste contexto, quando falamos do *crime*, estamos falando de fenômenos distintos que abrangem crimes violentos como o homicídio ou, não violentos, como a fraude (Beato Filho. 2003: 5), bem como na possibilidade do próprio crime organizado inserir-se dentro do contexto social como um mecanismo de sujeição dos grupos sociais mais pobres, sendo fonte geradora de empregos e forma de auferir poder e benefícios (Ramalho 2002: 12-25).

Essa percepção está distante da adotada nas políticas que tratam da segurança pública nacional, principalmente, pela tendência de definir as ações praticadas por organizações criminosas e os ilícitos delas decorrentes como simples ações praticadas por uma associação criminosa de qualquer espécie, conforme podemos observar atualmente em nosso ordenamento jurídico,⁴⁵ no qual a expressão quadrilha ou bando é um item integrado de

⁴⁵ O Governo Federal editou em 03 de maio de 1995, a Lei nº 9.034, referente à utilização dos meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas, prevendo em seu Artigo 1º - “Esta lei define e regula meios de prova e procedimentos investigatórios que versarem sobre crimes resultantes de ações de quadrilha ou bando”. Como o dispositivo era impreciso, tendo sido alterado em 11 de abril de 2001, pela Lei nº 10.217, passando a ter a seguinte redação:

maneira simples e equivocado ao conceito de crime organizado (Werner, 2005: 17-18).

Em razão dessas novas necessidades, em especial de distinguir o crime da violência e de definir o crime organizado, diversos pesquisadores nacionais vêm se dedicando a busca pela definição do crime organizado. Nesse estudo, Adriano Oliveira (2007), após a análise da produção acadêmica dos principais pesquisadores nacionais, destacou alguns pontos importantes: a.) dos trabalhos de Guaraci Mingardi (1996; 1998),⁴⁶ que apontam as características das atividades criminosas, reconhecendo-as como organizações criminosas, utilizam as definições que englobam as ações de grupos criminosos em diversas atividades, inclusive do jogo do bicho, sem, entretanto fazer referência aos mecanismos de atuação. b.) Por seu turno, Alba Zaluar (1994; 2002; 2004)⁴⁷ restringe a abordagem das ações das organizações criminosas, limitando-as ao âmbito do tráfico de drogas nos bairros pobres e de baixa densidade sócio-econômica, classificando os mecanismos e grupos de atuação, sem, contudo, definir os mecanismos provenientes das ações das organizações criminosas.⁴⁸ c.)

artigo 1º “Esta lei define e regulamenta os meios de prova e procedimentos investigatórios que versem sobre ilícitos decorrentes de ações praticadas por quadrilha ou bando ou organizações ou associações criminosas de qualquer tipo.”, entretanto a falha conceitual ainda persiste.

⁴⁶ Guaraci Mingardi (1996) O Estado e o Crime organizado. Tese de Doutorado da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – FFLCH/USP, O que é o Crime Organizado São Paulo, (1998), *O Que É Crime Organizado: Uma Definição das Ciências Sociais*. Revista do Ilanud, n.º 8, pág. 25-27.

⁴⁷ Alba Zaluar, (1994), *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ. (2002), *Violence Related to Illegal Drugs, Easy Money and Justice in Brazil, 1980-1995*, in C. Geffray, G. Fabre e M. Schiray (orgs.), *Globalization, Drugs and Criminalisation: Final Research Report on Brazil, China, India Mexico*. França, Unesco/Most. (2004), *Integração Perversa: Pobreza e Tráfico de Drogas*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

⁴⁸ A postura de protetores das comunidades pobres pode ser observada na estrutura do crime organizado no Estado do Rio de Janeiro, sendo decorrente da necessidade de se manter o controle das bocas de fumo, responsáveis pela distribuição das drogas, assim esta postura mesmo que permaneça no discurso empurra as organizações umas contra as outras, quem é o legítimo protetor e, portanto mandatário em determinada favela pode ser um traficante ligado ao Comando Vermelho ou ao Terceiro Comando, dependendo do seu grau de prestígio e poder na comunidade. (Mingardi, 1998: 132) Trata-se de uma estratégia que atende unicamente aos interesses do crime organizado, o qual se sobrepondo ao Estado em regiões carentes, apenas dissemina o medo e a injustiça, sendo falacioso o conceito do Estado paralelo. Esse fenômeno contribui para a formação de redes ilícitas nestas comunidades, em razão desta ausência de atuação estatal, acabando por prejudicar a percepção de democracia, incutindo na população a exclusão social e a marginalização (Arias, 2002: 05 – 08)

Thiago Rodrigues (2002; 2003)⁴⁹, Argemiro Procópio (1999)⁵⁰ e Lia Osório Machado (2002)⁵¹ adotam uma linha de pesquisa voltada ao estudo do tráfico de entorpecentes internacional, e o papel das ações de enfrentamento realizadas pelos Estados Unidos e Brasil, concluindo pela ineficácia da política *proibicionista*, entretanto, apesar de utilizarem o termo crime organizado com frequência, os autores não trabalham com a sua definição (Oliveira: 2007: 699 – 700).

Após tecer algumas críticas, Adriano Oliveira elabora uma proposição de crime organizado minimalista, que leva em consideração a interação racional dos atores baseado na seguinte lógica: um indivíduo associa-se a outro com a intenção de aumentar os seus ganhos (Oliveira: 2007: 699 – 717).

Trata-se de uma visão parcial da problemática, de forte viés das ciências econômicas; identifica a otimização do trabalho ilícito através da associação e especialização, com a divisão do trabalho, sendo os mecanismos necessários para burlar os sistemas de controle legalmente estabelecidos, diminuir os riscos e os custos das operações e ampliar e assegurar os ganhos ilícitos.

2. Segurança, segurança nacional e o uso legítimo da força

Não podemos dissociar o crime organizado do contexto da pluralidade de agentes associados à prática de condutas ilícitas, porém, há uma especificidade, a atuação coletiva é distinta da grande maioria dos criminosos, e por conseguinte, a divisão de trabalho se apresenta de forma

⁴⁹ Thiago M. S. Rodrigues (2002), *A Infindável Guerra Americana: Brasil, EUA e o Narcotráfico no Continente*. São Paulo em Perspectiva, vol. 16, n.º 2, pág 102-111 (2003), *Narcotráfico: Uma Guerra na Guerra*. São Paulo, Desatino.

⁵⁰ Argemiro Procópio . (1999), *O Brasil no Mundo das Drogas*. Petrópolis, Vozes.

⁵¹ Lia Osório Machado (2002), *Drug Trafficking and Money Laundering in the Amazon Region: Geo-economic and Geopolitical Effects*, in C. Geffray, G. Fabre e M. Schiray (orgs.), *Globalization, Drugs and Criminalization: Final Research Report on Brazil, China, India, and Mexico* France, Unesco/Most.

distinta (Werner, 2005: 17); neste sentido, o termo organizado, remete não só a referida atuação coletiva, mas também, e ao mesmo tempo, apresenta em seu conteúdo, um certo grau de organização e de divisão do trabalho ilícito realizado (Maia. 1997: 04-05).

A proposta de Alba Zaluar para a construção de um conceito de crime organizado perpassa as definições clássicas e tradicionais, baseadas na hierarquia, relacionadas com a definição e as características extraídas dos estudos da máfia, identificando as condições como o crime se desenvolve no tocante a divisão do trabalho e das atividades, bem como nos empreendimentos realizados. Ficou claro que se trata de um conjunto de atividades realizadas através de redes de relacionamento, com divisão de tarefas e utilização de métodos variáveis, com a agilidade típica das relações subterrâneas, tendo por meta o lucro dentro de uma economia informal (Zaluar, 2001: 377), entretanto a contextualização das redes no estudo do crime organizado, não foi devidamente trabalhada e aprofundada nos estudos da realidade brasileira.

As pesquisas de Guaraci Mingardi (1998: 81-90), analisadas por outra perspectiva, propõem dois modelos distintos para delimitar e definir o crime organizado: a.) o *modelo tradicional ou territorial*, que se desenvolve através de um grupo de pessoas voltadas para as atividades ilícitas, clandestinas, organizadas hierarquicamente e com planejamento empresarial. Compreende a divisão do trabalho e do lucro, cujas atividades se baseiam no uso da violência e da intimidação, contando algumas vezes com a proteção do Estado. Apresenta característica distinta de qualquer outro grupo criminoso e um sistema de clientela, com imposição da lei do silêncio aos seus membros ou pessoas próximas e o controle pela força de determinada porção territorial; e b.) o *modelo empresarial* onde as organizações criminosas transpõem para o crime os métodos empresariais, deixando de lado quaisquer resquícios como honra e lealdade; como as

empresas votadas ao tráfico de entorpecentes e a lavagem de dinheiro⁵² (Mingardi 1998: 82-83).

Em razão da dificuldade de estabelecer um conceito do crime organizado, alguns pesquisadores colocam em evidência a associação criminosa, assim considerada como toda e qualquer associação destinada à prática de crimes, que organizarem-se de forma a garantirem a impunidade, notadamente em relação às suas lideranças, e agem sob o manto protetivo do poder econômico ou político utilizando-se da corrupção (Borges, 2002:15).

Nessa linha de estudo encontramos a afirmação de Luiz Flávio Gomes (1997),⁵³ de que o crime só pode ser organizado quando decorrer de uma atividade ilícita pré-existente, estando a ela diretamente relacionada, como no contrabando, aonde também é identificada a sonegação fiscal, na lavagem de dinheiro, e nos crimes contra o sistema financeiro nacional (Gomes, 1997: 54-57).

Rodolfo Tigre Maia (1997) justifica a dificuldade conceitual em razão da ausência de uma definição legal expressa no ordenamento jurídico nacional, o que não impede a percepção do crime organizado como uma manifestação dentro de um contexto onde se observa uma pluralidade de agentes associados à prática de condutas ilícitas, entretanto limita-se a indicar a especificidade na atuação coletiva distinta da grande maioria dos criminosos o que remete a organização criminosa a uma organização onde

⁵² O autor complementa, estabelecendo um quadro com as principais características que devem estar presentes no crime organizado tradicional: (1.) explorar atividades ilícitas, (2.) atividades clandestinas, (3.) hierarquia, (4.) previsão de lucro, (5.) divisão do trabalho, (6.) uso da violência, (7.) simbiose com o Estado, (8.) mercadorias ilícitas, (9.) planejamento empresarial, (10.) uso da intimidação, (11.) venda de serviços clandestinos, (12.) clientelismo, (13.) lei do silêncio, (14.) monopólio pela violência, (15.) controle territorial, sendo as quatro últimas, atributo exclusivo do crime organizado. (Mingardi: 1998: 82 – 83).

⁵³ Luiz Flávio Gomes destaca as seguintes características do crime organizado: (1.) hierarquia estrutural, (2.) planejamento empresarial (3.) uso de meios tecnológicos sofisticados, (4.) recrutamento de pessoas, (5.) divisão funcional das atividades, (6.) conexão estrutural ou funcional com o poder público ou com agentes do poder público, (7.) oferta de prestações sociais, (8.) divisão territorial das atividades ilícitas, (9.) alto poder de intimidação, (10.) capacitação de fraude efetiva, (11.) conexão local, regional, nacional ou internacional com outras organizações criminosas, (12.) finalidade de cometer crimes, (13.) objetivo de acumulação de riqueza indevida (Gomes, 1998: 93-98), dentro desta óptica, uma organização criminosa, e toda a organização que apresente ao menos três das onze primeiras características enumeradas, e obrigatoriamente as duas últimas as quais seriam da essência do crime organizado. (Gomes, 1998: 99)

se utiliza a divisão do trabalho ilícito a ser realizado como diferenciadora das suas atividades (Maia, 1997: 04-05 e 50-51).

O debate no âmbito jurídico-normativo permaneceu arraigado ao estudo do ordenamento legislativo vigente, entretanto, não apresenta um conceito específico do que vem a ser crime organizado e não abre o debate a questão da criminalidade transnacional. Existe uma tendência em definir o crime organizado como sinônimo de quadrilha ou bando⁵⁴, bem como na utilização das expressões organização criminosa e crime organizado como sinônimas.

O crime organizado não pode ser analisado como sinônimo de organização criminosa, a qual é identificada através de sua estratégia ou dos mecanismos utilizados para assegurar o ganho ilícito e a impunidade por meio do uso de interposta pessoa,⁵⁵ ou de empresas de fachada as quais emprestam as atividades ilegais uma aparência lícita, sendo tal mecanismo muito difundido na lavagem de dinheiro (DCOIE, 2001: 67-69), portanto é pouco esclarecedora uma definição como: o *crime organizado é aquele praticado por uma organização criminosa* (Gomes e Cervini, 2003: 92-95).

Inserido nesse contexto o Departamento de Polícia Federal⁵⁶ desenvolveu um amplo estudo sobre a criminalidade organizada,⁵⁷ e com

⁵⁴ Uma das críticas feitas à Lei nº 9.034/95, baseia-se na ausência de um conceito explícito de crime organizado que, em última análise, é a carência de definição do que seja organização criminosa se comparada à noção muito mais simplista que se possa ter de quadrilha ou bando, onde em seu primeiro artigo estabelece: “Art. 1º - Esta lei define e regula os meios de prova e procedimentos investigatórios que versem sobre ilícitos decorrentes de ações praticadas por quadrilha ou bando ou organizações ou associações criminosas de qualquer tipo” (redação dada pela Lei 10.217/2001). É importante lembrar que no ano de 1989, tramitou um projeto de lei, Projeto-Lei nº 3.516, de proposta do então Deputado Federal Michel Temer, que apesar de haver sido aprovada pela Câmara dos Deputados, mas permaneceu no Senado Federal, sem ser submetido à votação, tendo em seu texto de lei uma definição de organização criminosa como: a atividade *que, por sua característica, demonstre a existência de uma estrutura criminal, operando de forma sistematizada, com atuação regional, nacional ou internacional*.

⁵⁵ A pessoa interposta é aquela que em um negócio apresenta-se como sendo a contratante, para ocultar a identidade da pessoa que realmente o faz, emprestando o seu nome para a realização da atividade criminosa. É conhecida pela denominação popular de “laranja”. Por outro lado também ser utilizado nome de pessoa falecida ou inexistente, conhecida por “fantasma”.

⁵⁶ Em 16 de fevereiro de 2001, foi editada a Instrução Normativa nº. 003/2001 do Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal, estabelecendo a competência da Divisão de Repressão ao Crime Organizado e de Inquéritos Especiais, suas projeções nos Estados, estabelece as atribuições de seus titulares e a competência da Divisão de Repressão ao Crime Organizado e de Inquéritos Especiais – DCOIE, atribuições de seus titulares, considerando no artigo 2º a definição do crime organizado.

⁵⁷ O estudo foi ampliado tendo sido redefinidas às características do crime organizado da seguinte forma: (1.) caráter transnacional, (2.) planejamento empresarial, (3.) estrutura organizacional, (4.)

base nos trabalhos de investigação da Divisão de Repressão ao Crime Organizado e de Inquéritos Especiais (DCOIE), da Coordenação-Geral Central de Polícia, conceituou o crime organizado como:

“a associação criminosa, definida no Código Penal e na legislação especial, dotadas de estrutura empresarial dissimulada ou própria para ocultação de atividades ilícitas, que utilizam meios e materiais sofisticados, tecnologias e métodos avançados, além de eventual emprego de integrantes com nível de formação especializada”⁵⁸ (Brasil DCOIE/DPF/MJ 2001: 50-52)

Em consonância com esse estudo, o Ministério da Justiça propôs um Projeto de Lei para incluir no Código Penal Brasileiro uma definição de associação criminosa, ou seja, três ou mais pessoas organizadas em grupo, de forma estruturada e com divisão de tarefas, valendo-se da violência, intimidação, corrupção, fraude ou quaisquer outros meios assemelhados, com o fim de cometer crime, entretanto tal projeto nunca chegou a se concretizar,⁵⁹ (Brasil – Ministério da Justiça) assim ainda persiste a

hierarquia férrea, (5.) poder econômico-financeiro, (6.) poder de representação, (7.) poder de mobilidade, (8.) fachada legal, (9.) demanda de mercado, (10.) uso de modernos meios tecnológicos, (11.) corrupção, (12.) alto poder de intimidação. (Fonte: Seminário sobre o “Crime Organizado e Lavagem de Dinheiro”, promovido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça em Brasília - Julho de 2002)

⁵⁸ Conforme disposto na Instrução Normativa nº 003/2001 – DG/DPF, de 16 de fevereiro de 2001, que estabelece as atribuições da Divisão de Repressão ao Crime Organizado e de Inquéritos Especiais (DCOIE), sendo que posteriormente com a edição da Instrução normativa nº 13/2005 foi criada a Diretoria de Combate ao Crime Organizado (DCOR), responsável por coordenar as atividades das Delegacias Especializadas no combate ao tráfico de entorpecentes, armas, roubo ao patrimônio da união e crimes financeiros.

⁵⁹ Inicialmente foi encaminhado um projeto de lei que previa a inclusão do artigo 228A no Código Penal Brasileiro, objetivando definir a Organização Criminosa e estabelecer uma pena base de reclusão, de cinco a dez anos aumentada de 1/3 a 1/2 se o agente promover, instituir, financiar ou chefiar a organização criminosa, tal projeto acabou sendo substituído e, em seu lugar foi aprovada a Lei nº 9.034/1995 que estipulou os meios operacionais de repressão ao crime organizado sem definir a ação praticada por organizações criminosas, Esta lei define e regula os meios de prova e procedimentos investigatórios que versarem sobre crime resultante de ações de quadrilha ou bando, o qual foi revogado pela Lei nº 10.217/2001 que passou a estabelecer: artigo 1º Esta Lei define e regula meios de prova e procedimentos investigatórios que versem sobre ilícitos decorrentes de ações praticadas por quadrilha ou bando ou organizações ou associações criminosas de qualquer tipo. Com o advento da Lei nº 10.446/2002, dispondo sobre infrações penais de repercussão interestadual e internacional as quais exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição, assim o seu artigo 1º estabelece que quando houver a repercussão interestadual ou internacional que exija repressão uniforme, poderá o Departamento de Polícia Federal proceder à investigação, dentre outras, das seguintes infrações penais: seqüestro, cárcere privado e extorsão mediante seqüestro, se o agente foi impelido por motivação política ou quando praticado em razão da função pública exercida pela vítima; formação de cartel; infrações relativas à violação a direitos

necessidade de se distinguir crime organizado da modalidade de delito da figura tradicional da quadrilha ou bando.

A preocupação das autoridades brasileiras na transformação do Brasil em um território fértil à atuação do crime organizado transnacional surge em razão das facilidades bancárias e de comunicação, aliada à vasta extensão territorial e proximidade geográfica com os países produtores de drogas; agregados à permeabilidade da faixa de fronteiras e a densa malha viária, hidroviária e aeroportuária, contando ainda com um mercado financeiro estável (Werner, 2005: 121).

Argemiro Procópio (1999 e 2003), ao analisar a questão do narcotráfico no Brasil, destaca os aspectos fundamentais que influenciam na formulação das políticas de segurança, estabelecendo um contraponto ao conceito de justiça no Brasil. Assim os conceitos de segurança e de justiça não são complementares quando da elaboração das políticas públicas de segurança, uma vez que no plano governamental, a idéia de justiça vem sendo tratada de forma restritiva, abrangendo apenas a justiça social, ficando na maioria das vezes, limitada à questão da distribuição de rendas; diferente do conceito de justiça da Europa e Ásia, onde ocorre uma complementação entre justiça social e direitos humanos, sendo mais abrangente em seu conjunto, significando: segurança, saúde, acesso ao conhecimento à informação, etc.. Portanto, deve ser adotada uma perspectiva inserida no contexto da inclusão social, em seu sentido mais abrangente, para a formulação das políticas de segurança pública, com a inclusão dos temas diretamente relacionados com a dignidade da pessoa humana (Procópio Filho, 1999: 81-82).

O narcotráfico, por exemplo, é um fenômeno essencialmente transnacional. Possui tradição ditada sobre tudo nas leis da oferta e da demanda, e como tal, nutre-se das debilidades da ordem político-econômica

humanos, que a República Federativa do Brasil se comprometeu a reprimir em decorrência de tratados internacionais de que seja parte; e furto, roubo ou receptação de cargas, inclusive bens e valores, transportadas em operação interestadual ou internacional, quando houver indícios da atuação de quadrilha ou bando em mais de um Estado da Federação, entretanto apesar dos esforços legislativos não o diploma legal não apresenta uma definição de crime organizado.

e do enfraquecimento da sociedade humana levando à intensificação do hedonismo,⁶⁰ dos egoísmos nacionais e dos abusos de poder, tanto na esfera interna quanto na externa. Complementa o autor:

“A transnacionalização do crime organizado acompanhou a crescente onda da globalização da produção, dos mercados, da liberalização do fluxo de bens, dos serviços, dos fatores de produção e da formação de áreas economicamente integradas como a União Européia e o Mercosul, entretanto a persistência de um quadro de pobreza generalizada, a perversa distribuição de renda, e o desemprego crescente, vinculados as transformações no plano da produção internacional afetam as economias de países tanto industrializados como em desenvolvimento, tudo isso aliado a exclusão social favorecendo a expansão e a diversificação do comércio de drogas.” (Procópio Filho, 2003: 34-35).

Os estudos da segurança humana tende a ser mais abrangentes no tocante a outras formas de criminalidade igualmente prejudiciais como tráfico de pessoas e de armas, exploração da prostituição, comércio ilegal de produtos contrafeitos e contrabandeados; bem como em conjunto com os estudos das implicações da segurança humana na segurança nacional, conforme proposto por Marco Cepik (2001a 2001b).

A discussão sobre segurança deve ser feita de forma a abranger a segurança nacional, através da avaliação das tentativas de superação dos impasses do tema no contexto brasileiro, em razão do contraponto:

“recorrente da utilização da noção de segurança nacional como um princípio autoritário de justificação das práticas políticas; o que torna questionável a compatibilidade entre segurança nacional e uma concepção democrática de governo e de redução dos conflitos nas sociedades contemporâneas, dada a irredutibilidade da segurança coletiva não é possível

⁶⁰ Nas páginas da agenda das desgraças mundiais, destacam-se o racismo, a intolerância de ordem étnico-religiosa, o desrespeito aos direitos humanos, a degradação ambiental global, o narcotráfico sustentado em parte pelo hedonismo consumista, e na eterna busca pelo prazer a qualquer preço que levam a clandestinidade do uso dos narcóticos; clandestinidade que robustece os negócios ilícitos e transforma o comércio ilegal em instrumento de poder com enorme capacidade de destruição social, fere valores morais corroendo a ética do pacto social, em que segundo Hobbes se troca a liberdade pela segurança razão de ser do Estado moderno (Procópio Filho, 1999: 17).

simplesmente abandonar o conceito de segurança” (Cepik 2001a 02).

O debate de segurança pública que permeou toda a abertura política e a redemocratização, conforme atualmente analisado, baseou-se em uma mudança do paradigma e no abandono da doutrina de segurança nacional, cujo objeto de proteção jurídica encontrava-se identificado com os objetivos nacionais permanentes de paz pública e prosperidade nacional, com um viés antidemocrático;⁶¹ uma vez que tal abordagem confunde a criminalidade comum com a criminalidade política. A visão inicial da segurança nacional compreendia toda a espécie de ofensa à segurança do Estado, que colocasse em risco a ordem política e social. Entretanto tal abordagem deve referir-se a nação como um todo, em seu conjunto, e ter por objetivo a própria existência e sobrevivência do Estado, sua independência em relação aos outros países, sua soberania, não se confundindo com a segurança do governo ou com a ordem política e social⁶² (Fragoso, 1983: 60-64).

Os estudos de segurança pública do final dos anos 80 utilizavam a raiz do pensamento weberiano, onde

“o Estado exerce uma relação de dominação de homens sobre homens, apoiada no meio da coação legítima, onde as pessoas dominadas se submetem à autoridade invocada pelas que dominam, sendo o Estado uma associação que pretende o monopólio do uso legítimo da coerção física” (Weber, 1999: 526 e 1974: 98-99).

⁶¹ É importante se estabelecer uma distinção entre o crime político e o crime social (atente contra a ordem político e social), sendo que o crime político pode ser definido em razão da sua motivação, como a conduta ilícita que objetiva atingir a segurança do Estado de forma externa (soberania e integridade territorial) e interna (instituições e regimes) para sua caracterização é importante observar a intenção do agente e os seus motivos, bem como o bem jurídico violado. O crime político atinge a organização do Estado e o interesse político dos cidadãos. Por seu turno o Crime Social é aquele que atinge a organização social. Nesse contexto surge a denominada Doutrina de Segurança Nacional, introduzida no Brasil através da Constituição de 1824 e 1934, com o objetivo de tutelar a soberania nacional, trata-se de proteção do Estado dos ataques externos. A Constituição de 1934, inserida em um contexto histórico da luta contra o anarquismo e o comunismo, através de diversos dispositivos legais manteve tal perspectiva que acabou por culminar em 1967 com a edição da Lei de Segurança Nacional, através do Decreto-Lei nº. 314 em 13 de Março do mesmo ano, tendo vigorado até a o advento da Lei nº. 7.170 de 14 em Dezembro de 1983, o qual, inserida no espírito da abertura política da época, modificou o enfoque, ao adotar um posicionamento voltado a defesa das instituições nacionais, mesmo assim tal conceito ainda continua a ser percebido por diversos pesquisadores através de um viés ideológico vinculado ao controle político da ordem político social.

⁶² A ordem política é a estrutura política do Estado, na forma em que a Constituição a estabelece; e a ordem social é o regime social e econômico que o sistema político estabelecido institui e tutela, a ordem político social se refere ao que se tem chamado de segurança interna (Fragoso, 1983:63-65).

Através dessa perspectiva teórica, Paulo Sérgio Pinheiro (1991) e Sergio Adorno (2002), desenvolveram um conjunto de estudos críticos ao papel das instituições no Estado democrático e do denominado uso legítimo da violência:

“novos regimes políticos se confrontaram com o desafio de exercer o monopólio da violência do Estado dentro dos padrões de legalidade (Pinheiro, 1991: 45-46), sendo um dos maiores desafios do controle democrático da violência e, por conseguinte, da instauração do Estado de direito que nesta sociedade reside, por conseguinte, no monopólio estatal de violência física legítima.” (Adorno, 2002:25)

Entretanto, duas questões devem ser superadas, a primeira voltada à separação do conceito de segurança nacional das medidas de segurança pública e, a segunda, voltada a identificar como Estado exerce o *uso legítimo da força* e não da *violência*. É importante estabelecer que a violência pressupõe uma ação contrária a ordem moral, jurídica ou política (Abbagnano, 2000: 1002), assim, dizer que o poder político estatal exerce o monopólio legítimo da violência é afirmar que, a violência é o meio específico e exclusivo, para o exercício do poder político, sendo este contrário a lei; portanto uma ação de Estado, legitima-se que desenvolva-se dentro dos limites da lei, não pode ser desempenhada como uma pretensão de exercício ilimitado da vontade dos governantes (Bobbio et al, 1994: 1293-1295).

Nesse contexto, Max Weber estabeleceu que a coerção física é desempenhada através do Estado, por meio das instituições legitimamente constituídas para tal finalidade, ou seja, aquelas que detenham as atribuições legais para o uso legítimo da força.

O monopólio do uso legítimo da força é desempenhado através da coerção física destinada a vencer toda a força que seja contrária a lei, devendo ser exercida apenas e exclusivamente *através das instituições de Estado designadas para tal finalidade* (Weber, 2005: 56-57).

A segurança pública no Estado moderno e democrático, deve ser compreendida através da visão teórica proposta por Thomas Hobbes, na

obra *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*, onde o autor destaca a missão do Estado de resgatar o homem de sua eterna insegurança vivenciada no estado de natureza, onde prevalece a *condição de guerra de todos contra todos* (Hobbes, 1988: 82).

No estado de natureza os homens não estavam obrigados a cumprir o pactuado, não havia uma instância superior ou poder comum que pudesse fazer valer as regras previamente estabelecidas, sendo tal poder conferido ao soberano *o poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum* (Hobbes, 1988:106).

A legitimidade deve ser vista aqui, como o balizamento de atuação do Estado decorrente exclusivamente do pactuado através das leis, não sendo legítima a ação estatal baseada na violência - *exercer o monopólio da violência* - não pode ser reconhecido como uma característica do Estado moderno, e nem tampouco um caminho para na implementação das políticas públicas destinadas a garantia da segurança e da paz social.

Portanto uma afirmação de que o Estado detém o monopólio do *uso legítimo da força*, não pode ser considerada como correta, em razão inclusive da imprecisão no uso dos conceitos, por si só antagônicos de *força* e da *violência*, sendo certo que o Estado é a fonte legitimadora do uso legítimo da força compreendida como uma coação física utilizada em última instância para garantir a ordem pública e a paz social em benefício dos cidadãos.

Nessa linha, utilizando-se do mesmo arcabouço teórico, destacam-se as conclusões do VIII Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinqüentes das Nações Unidas, de 7 de setembro de 1990, onde foram estabelecidos os Princípios Básicos Sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei; assim o *uso legítimo da força* deve ser exercido com moderação e na exata medida e proporção da gravidade da infração em consonância com o objetivo legítimo a ser atingido, com o escopo de

minimizar os danos e ferimentos e respeitar e preservar a vida humana (United Nations CCPCJ; 1990).

Entretanto a própria ordem internacional por intermédio do Pacto de Direitos Civis e Políticos de 1966, possibilitou a derrogação das garantias dos direitos humanos por motivos de segurança nacional, estabelecendo um justo equilíbrio a ser observado na busca da garantia dos bens relativos a todas as nações no compromisso pela busca a preservação da vida e da segurança dos seus cidadãos, conforme previsto no *Princípio de Siracusa*⁶³ (Fragoso, 1983: 64-66).

A busca pela superação dos impasses provocados pela noção tradicional de segurança nacional se faz presente no discurso de segurança pública contemporâneo, sendo que os estudos propostos por Marco Cepik (2001), identificam duas linhas distintas no debate:

- a.) A tentativa liberal de delimitar juridicamente as situações em que os governantes poderiam mobilizar as razões de segurança nacional para justificar práticas políticas, ou seja, a tentativa de resolver a tensão entre segurança estatal e a segurança individual na área jurídico-normativa; sendo a posição predominante no debate internacional, embora contribua para uma avaliação realista dos riscos inevitáveis para a democracia (ocasionados pela operação de organizações de força e de inteligência responsáveis pela segurança nacional), tal debate entretanto mostrou-se incapaz de ir além da delimitação jurídica das ameaças consideradas legalmente válidas para que os governos possam alegar as razões de *segurança nacional* para legitimar os seus atos;
- b.) a proposta da substituição do conceito de segurança nacional pelo conceito de segurança humana trata-se de uma tentativa equivocada de tentar resolver a ambigüidade moral do conceito de segurança nacional através do recurso ao conceito

⁶³ Princípio de Siracusa: reconhece a possibilidade de limitação ou suspensão das prerrogativas de liberdades civis previstas no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, conforme previsto nos artigos 12 a 14, 19, 21 e 22, durante um estado de emergência interno (Fragoso, 1983: 62).

de segurança humana; advertindo para o risco de perda da eficiência do aparato militar e de segurança deslocados para as funções que não são as institucionalmente previstas⁶⁴ (Cepik, 2001a: 5).

A crítica desenvolvida deve ser sistematizada em um contexto amplo, que reconheça o papel dos Estados na primazia da segurança, uma vez que a sua própria existência é uma condição necessária e indispensável para a realização de qualquer valor individual ou coletivo no plano interno e internacional; a partir daí o direito internacional público identifica a segurança nacional com a segurança estatal uma vez que todos os estados têm como preocupação fundamental a continuidade de sua existência organizacional, a manutenção de sua integridade territorial, a sobrevivência de sua população e a independência em relação aos outros governos.

O desempenho relativo de um estado no provimento de ordem pública e na defesa nacional constitui o elemento mínimo a partir do qual é possível julgar suas pretensões na busca pela lealdade e obediência por parte dos cidadãos. Entretanto o Estado como garantidor da segurança não atenua a tensão com a segurança individual, levando-se ainda em conta as eventuais diferenças de regimes políticos que garantam uma definição precisa da noção de segurança nacional (Cepik, 2001a: 6-8).

Os autores nacionais tangenciam as questões relativas ao crime organizado, não se aprofundando no debate das suas implicações transnacionais. A discussão da segurança pública no Brasil ainda encontra-se presa à polêmica dos limites da *segurança nacional* e da atuação dos órgãos policiais e ao Poder Judiciário dentro do contexto democrático, entretanto, o crime organizado transnacional é um problema que encontra repercussão na sociedade contemporânea e deve ser inserida na agenda nacional de forma mais concreta, o que só será possível com a reflexão dos

⁶⁴ O uso das forças militares (exército, marinha e aeronáutica), no patrulhamento urbano e nas atividades voltadas ao policiamento preventivo, recebe críticas em razão da especificidade e distinção dos trabalhos a serem executados, uma vez que as técnicas de defesa (militares) não podem ser transpostas de maneira integral para atividades de segurança (garantia da ordem pública e da paz social), pois tais atividades apresentam características próprias, sendo este o fundamento que levou inclusive a criação da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) através do Decreto n.º 5.289, de 29 de novembro de 2004.

paradigmas críticos do conceito de segurança nacional e com a superação do conceito de segurança para um contexto voltado a segurança humana.

O debate da temática referente ao crime organizado transnacional vem desenvolvendo-se de forma muito tímida a partir da década de 90, com a adoção de uma política destinada a atender a uma demanda internacional de segurança, pautada inicialmente no combate as drogas. O governo federal através do Ministério da Justiça criou a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) em 1997,⁶⁵ com a missão precípua de coordenar as atividades de combate ao crime organizado transnacional, considerando-o como a manifestação criminosa que não respeita as fronteiras dos países e detém um imenso poder estratégico, estrutura organizativa e utilizando-se dos meios instrumentais de alta tecnologia, permitindo-lhe aproveitar das fraquezas dos sistemas legislativos estatais, provocando um profundo dano social (Werner, 2005: 145).

A transnacionalização do crime impõe a criação de um sistema legislativo internacional sincronizado na cooperação entre os órgãos de Estado, na busca pela prevenção e repressão do ilícito. Em razão da complexidade do tema, bem como da ausência de uma legislação nacional específica, por força da agenda de segurança internacional o Brasil incorporou ao seu sistema legislativo, importantes instrumentos do combate ao crime transnacional como a Convenção de Viena contra o Tráfico de

⁶⁵ A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), criada pelo Decreto n.º. 2.315, de 4 de setembro de 1997, posteriormente a Lei n.º 11.343 de 23 de agosto de 2006, instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) e prescreve as medidas para prevenção do uso indevido de substâncias entorpecentes e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, estabelece que o processo e o julgamento dos crimes de tráfico de entorpecentes quando caracterizado como ilícito transnacional, é da competência da Justiça Federal (art.70), definindo também os instrumentos da Cooperação Internacional *em conformidade com os princípios da não-intervenção em assuntos internos, da igualdade jurídica e do respeito à integridade territorial dos Estados e às leis e aos regulamentos nacionais em vigor, e observado o espírito das Convenções das Nações Unidas e outros instrumentos jurídicos internacionais relacionados à questão das drogas, de que o Brasil é parte, o governo brasileiro prestará, quando solicitado, cooperação a outros países e organismos internacionais e, quando necessário, deles solicitará a colaboração, nas áreas do intercâmbio de informações sobre legislações, experiências, projetos e programas voltados para atividades de prevenção do uso indevido, de atenção e de reinserção social de usuários e dependentes de drogas; intercâmbio de inteligência policial sobre produção e tráfico de drogas e delitos conexos, em especial o tráfico de armas, a lavagem de dinheiro e o desvio de precursores químicos e intercâmbio de informações policiais e judiciais sobre produtores e traficantes de drogas e seus precursores químicos* (art.65).

Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1998,⁶⁶ Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional,⁶⁷ e seus protocolos adicionais, bem como adotou políticas destinadas ao intercâmbio de informações e especialização nas investigações (Werner, 2005: 141-145), modificando inclusive a estrutura dos órgãos responsáveis pela segurança e justiça, criando no âmbito do Departamento de Polícia Federal a Divisão de Repressão ao Crime Organizado (DRCOR), e a Justiça Federal com a criação das Varas Especializadas em Crime Financeiro e Lavagem de Dinheiro.⁶⁸

⁶⁶ O Brasil aprovou o texto da Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas, aprovada em Viena, em 20 de Dezembro de 1988, através do Decreto Legislativo n.º 162, de 14 de junho de 1991, promulgada pelo Decreto n.º 154 de 26 de Junho de 1991. Esta mesma definição é adotada pela Diretiva da Comunidade Européia para a Lavagem de Dinheiro, de junho de 1991 (EU CEE Diretiva 1991, art. 1º), apresentando como precedente histórico a Convenção para a Repressão do Tráfico Ilícito das Drogas Nocivas (Decreto n.º 2.994/1934), Convenção Única Sobre Entorpecentes (Decreto n.º 54.216/1964), e Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas (Decreto n.º 79.388/1977).

⁶⁷ O Brasil aprovou a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, através do Decreto n.º 5.015 de 21 de março de 2004, uma vez que o Congresso Nacional aprovou por meio do Decreto Legislativo n.º 231, de 29 de maio de 2003, o texto da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, adotada em Nova York, em 15 de novembro de 2000, sendo que o Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação junto à Secretaria-Geral da ONU, em 29 de janeiro de 2004, portanto a referida Convenção entrou em vigor internacional, em 29 de setembro de 2003, e no Brasil, em 28 de fevereiro de 2004, trata-se de um ato normativo internacional que prevê as medidas especiais destinadas a investigar, prevenir e combater a criminalidade organizada transnacional, sendo composta pela Convenção e três Protocolos adicionais: a.) Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, Relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por via Terrestre, Marítima e Aérea, promulgado pelo Decreto n.º 5.016 de 12 de março de 2004, aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 231, de 29 de maio de 2003, adotado em Nova York em 15 de novembro de 2000, entrou em vigor internacional em 29 de setembro de 2003, e no Brasil em 28 de fevereiro de 2004; b.) Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças promulgado pelo Decreto n.º 5.017 de 12 de março de 2004, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 231, de 29 de maio de 2003, adotada em Nova York em 15 de novembro de 2000, entrou em vigor internacional em 29 de setembro de 2003, e no Brasil em 28 de fevereiro de 2004; c.) Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo à Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, suas Peças, Componentes e Munições, promulgado pelo Decreto n.º 5.941 de 26 de outubro de 2006, aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 36, de 22 de fevereiro de 2006, entrou em vigor internacional em 3 de julho de 2005, e para o Brasil em 30 de abril de 2006.

⁶⁸ A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) baseia-se no princípio da articulação permanente dos órgãos públicos em três níveis: estratégico, inteligência e operacional. As operações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro mantêm-se no âmbito de competência dos respectivos órgãos e devem ser articuladas, caso a caso, pela criação de forças-tarefa específicas (MJ – Brasil 2007). Nesse cenário, atendendo a Recomendação n.º 27 Gafi/Fatf foram criadas as varas da Justiça Federal destinada a apurar os ilícitos de lavagem de dinheiro, conforme Resolução n.º 314/2003 do Conselho Nacional de Justiça, (De Sanctis 2008: 20-25).

Capítulo IV

Crítica aos modelos de análise do crime organizado transnacional

Após a revisão da literatura especializada sobre o tema será possível estabelecer uma visão crítica dos modelos de análises das formas de organização do crime organizado e partindo dessa análise estabelecer uma **tipologia** do crime organizado transnacional. Vários autores apresentam construtos teóricos próprios os quais acabam por convergir a um núcleo comum, conforme a será seguir exposto.

O presente estudo lança mão de um importante instrumental teórico desenvolvido pelas Nações Unidas através do Escritório de Drogas e Criminalidade da Organização, ocasião em que foram coletadas informações de quarenta grupos do crime transnacional organizado em dezesseis países, identificado os principais grupos do crime organizado transnacional, ocasião em que foram identificados cinco tipos diferentes de organizações, do modelo hierárquico as redes criminosas.

1. Exposição dos modelos de análise do crime organizado transnacional

O ponto de partida pode ser identificado nos estudos propostos por de Phil Williams e Roy Godson (2002) é a analisa o crime organizado, a qual pode ser transposta para o crime organizado transnacional, de modo a estabelecer um elo que conecta determinadas condições sociais a certas formas de organizações ilícitas. Os autores apontam uma relação causal entre o meio social e as atividades desenvolvidas sob três perspectivas:

- a.) **política:** que identifica o desenvolvimento do crime organizado como resultado de um Estado fraco, que não

consegue impor a lei e a ordem, e no baixo grau de representatividade institucionais públicas adotadas;

b.) **econômica**: identificável através da demanda de mercado por bens e serviços ilícitos e o nível de controle que as organizações são capazes de exercer para garantir o fornecimento de tais bens de forma racional;

c.) **social**: observa a base cultural para o desenvolvimento do crime organizado, incorpora a idéia das redes de criminosos como integrantes do sistema social, sendo fundamental a existência de vínculos entre os participantes (Williams e Godson 2002: 315-347).

Proposta similar é a de Jean Ziegler (2003), que também destaca, sob outro prisma, três formas de organização:

a.) **capitalista**: estruturada de acordo com os parâmetros da maximização dos lucros e do controle vertical das atividades seguindo o modelo adotado nas empresas e bancos multinacionais;

b.) **militar**: que utiliza a violência como meio para atingir os seus objetivos ilícitos, estabelecendo uma relação baseada no comando e na obediência seguindo uma hierarquia ferrenha, e

c.) **étnica**: baseado no grau de parentesco e na origem dos seus participantes; entretanto o autor descarta a possibilidade de coexistirem as formas apresentadas, citando os cartéis de drogas da Bolívia (Ziegler, 2003: 26-27).

Atualmente os estudos de Jeanne Giraldo e Harold Trinkunas (2007) que identificam três visões competitivas para a análise do crime organizado transnacional, que podem inclusive coexistir; propondo uma abordagem a partir da identificação dos seguintes elementos:

a.) **hierarquia**: modelo clássico perceptível dos estudos das máfias e outras manifestações tradicionais do crime organizado sob a perspectiva étnica;

- b.) **redes:** uma abordagem que utiliza o instrumental sociológico, a qual considera a formação das redes criminosas e a sua articulação intersubjetiva, e
- c.) **mercado:** que adota o enfoque influenciado nas ciências econômicas e baseado nos mercados onde os bens e serviços ilícitos se desenvolvem e o seu impacto na economia formal (Giraldo e Trinkunas 2007: 357).

A abordagem proposta por Phil Williams e Roy Godson (2002) – *política, econômica e social* – de certa forma coincide com a proposta de Jean Ziegler (2003) – *capitalista, militar e étnica* – e acabam por convergir com o estudo de Jeanne Giraldo e Harold Trinkunas (2007) – *hierarquia, redes e mercado*, uma vez que tais perspectivas acabam se complementando na análise do crime organizado transnacional.

Outros autores apresentam enfoques mais abrangentes à questão, como Donald Lavey, conforme aponta Jane Buckwalter (1990:32-45) ao identificar cinco formas de manifestação do crime organizado, através das seguintes tipologias propostas:

- a.) **Organização de Hierarquia Estruturada:** caracterizada pelas rígidas regras internas de disciplina, contando com um severo código de ética, atuando em diversos negócios ilegais e legais, apresentando um equilíbrio entre as atividades ilícitas e as resultantes da infiltração em empresas e negócios legítimos, com uma intensa atuação internacional e reduzido emprego da violência em razão da adoção da corrupção como forma de garantir a impunidade.
- b.) **Organizações Profissionais:** em razão da especialização de seus integrantes, em geral estas organizações incorporam-se a outras maiores, atuando, por exemplo, no refino de drogas ou no transporte e armazenamento de cargas roubadas;
- c.) **Organização Corporativas:** são empresas regularmente constituídas que emprestam os seus serviços no mercado financeiro para o crime organizado, especializados em crimes

do “colarinho branco”, em especial atuando na lavagem de ativos ilícitos;

d.) **Criminalidade de Estado**: entendido não como o conjunto de atos ilícitos praticados por funcionários públicos, como corrupção e concussão, mas por organizações incrustadas no aparato do Estado, sendo praticado de forma intencional e até institucional;

e.) **Organizações Terroristas**: sendo a tipologia mais controvertida por não existir uma definição exata do que seja terrorismo no enfoque do crime organizado, assim apenas as atividades de terrorismo voltadas ao lucro como seriam possíveis dentro desta tipologia, como o terrorismo criminoso;⁶⁹

O autor identifica a possibilidade da *criminalidade de estado* e das *organizações terroristas*, sendo essas duas ultimas vistas separadamente, uma vez que o autor não enfrenta duas questões centrais como a corrupção (manifestação da criminalidade de Estado), e o terrorismo (criminalidade de cunho ideológica), sendo que tal forma de análise da atuação do crime organizado transnacional, também é identificada pelas Nações Unidas e em 1994⁷⁰ (Müller, 2005: 17-20).

Em um primeiro momento, é possível estabelecer os pontos de contato e similaridade entre as características apontadas pelos autores, assim destacamos a análise: a.) *capitalista, econômica e de mercado* – em razão da atuação na esfera econômica na busca do ganho ilícito; b.) *política e militar e hierárquica* – na forma de comando estabelecido; e c.) *étnica* ou de *redes* – na necessidade de estabelecer vínculos entre os participantes de forma a neutralizar ou dissimular a ação do Estado.

Apesar de não haver um consenso entre os pesquisadores em definir qual a forma organizacional dominante para o crime organizado transnacional, é possível vislumbrar um caminho intermediário, tomando por base os enfoques apresentados, e assim destacar os pontos centrais e

⁶⁹ O tema será retomado final do presente capítulo.

⁷⁰ Fourth United Nations Survey of Crime Trends and Operational of Criminal Justice Systems – Conference n. ° 169/15/add. 1, 4 April 1995.

convergentes de cada abordagem; entretanto tal enfoque não é o bastante para a definição do grau de ameaça que o crime representa para a sociedade contemporânea, e nem tampouco qual a resposta mais adequada a ser estabelecida.

Os defensores da abordagem *hierárquica* argumentam que tais grupos exercem sua força de forma violenta controlando um grupo de pessoas e infiltrando-se na sociedade lícita. Os que defendem as *redes*, por seu turno, identificam as redes voláteis como a forma de maximizar os lucros e minimizar os riscos, dificultando a sua identificação e as ações do Estado, e, finalmente, os críticos destas duas visões, sustentam que o crime transnacional encontra-se em um estágio cada vez mais disperso em pequenos grupos na conquista do mercado de bens e serviços ilícitos (Giraldo e Trinkunas 2007: 359)

As formas de organização identificadas, na realidade apresentam duas características fundamentais que sintetizam todo o debate:

- Associativa (hierarquia e redes) e, outra
- Mercado (atividade econômica que objetiva o ganho ilícito)

Assim o crime organizado transnacional pode ser definido como uma associação estratégica de indivíduos que atuam de forma supranacional e têm por meta a obtenção de um ganho ilícito.

Trata-se de um grande gênero que engloba diversas modalidades ilícitas conforme observado no primeiro capítulo, e apresenta-se como uma ameaça às áreas ambiental, política, econômica e social, além da militar, em razão de afrontar os valores fundamentais, como a liberdade e a igualdade, inerentes à evolução humana.

2. Visão Associativa: da hierarquia às redes, uma mudança de paradigma

A hierarquia foi inicialmente identificada como a principal característica do crime organizado, sendo utilizada como ferramenta de

análise dos grupos criminosos como as máfias tradicionais, os estudiosos observaram uma rígida estrutura hierarquizada, relacionada ao monopólio do mercado em determinada área geográfica para o desenvolvimento das atividades ilícitas fazendo uso sistemático da violência e da corrupção na persecução de seus objetivos (Abadinsky 2000: 4-6; Alarchi, 1988: 57 – 58; Buschetta, 1999:37-40; Cressey, 1969: 313; Gambetta, 1993:75-76; Johansen e Lampe, 2002: 07-09).

O conceito de hierarquia monopolizou o debate ao redor do crime organizado por várias décadas, dando um caráter totalitário aos seus líderes que agiam de forma ostensiva, acima de tudo e de todos. Entretanto, a noção de controle monopolista das organizações criminosas através da hierarquia, não serve para identificar as atividades desenvolvidas pelo crime organizado transnacional, pois os mecanismos estabelecidos pelas máfias e gangues, suas raízes ideológicas, tornaram-se contraproducentes em um ambiente em que as atividades não podem ser desenvolvidas através de um controle rígido e hierarquizados como antes promovido pelas máfias e *sindicatos do crime*, mas sim através das redes voláteis que consigam dissimular a ação legal (Woodiwiss, 2003a e 2003b e Beare, 2003 apud Sheptycki, 2007: 57-58 Castells, 2000: 205-207, Rosenau 1990, apud Shelley 2005: 17).

O Escritório de Drogas e Criminalidade da Organização das Nações Unidas elaborou um estudo piloto, com término em setembro de 2002, onde foram coletadas informações de quarenta grupos do crime transnacional organizado em dezesseis países,⁷¹ no qual foram identificados os principais grupos do crime organizado transnacional, com a coleta da amostra total de quarenta grupos específicos em atuação e, ao final, foram identificados cinco tipos diferentes de organizações (Nações Unidas, *Global Program Against Transnational Organized Crime: Results of a pilot survey of forty selected organized criminal groups in sixteen countries*, 2002: 38-45).

⁷¹ Apesar da pesquisa não ter coletado informações sobre o crime organizado no Brasil, é de grande utilidade para nosso estudo, pois algumas das organizações analisadas encontram-se em atuação no território nacional, e as tipologias desenvolvidas podem ser aplicadas em qualquer outra organização criminosa não estudada ou que possa vir a ser criada, sendo estabelecido a seguir alguns exemplos de organizações com atuação no território nacional, nas notas explicativas.

O trabalho apresenta uma mudança na forma de análise do crime organizado transnacional, uma vez que mais de dois terços dos grupos identificados exercem suas atividades em mais de três países, fornecendo indicadores das mudanças na forma de organização, comando e exercício do poder, bem como na especialização no desenvolvimento das atividades ilícitas (Albanses, 2007: 210-211).

Assim podemos observar as seguintes formas de organização:

Fonte: Nações Unidas, Pesquisa Piloto, 2002: 34-34.

⁷² O principal exemplo de hierarquia padrão encontrado atualmente é o do crime organizado da China e sudeste asiático que adotam o modelo das *tríades* (nome originado do triângulo representativo das três forças do universo – céu, terra e homem, símbolo do antigo movimento *Huang Mun*), composta e divididas em grupos, sendo os mais famosos a *Sun Yeon* (64.000 membros), a *14-K*, o grupo *Wo* (28.000 membros), a *Gangue Unida do Bambo* (20.000 membros), os *Dragões Voadores* (30.000 membros), atuando nos Estados Unidos, principalmente na cidade de Nova Iorque, em conjunto com a gangue das *Sombras de Fantasmas*, dedicando-se ao tráfico de drogas que dominam o mercado internacional de heroína, agiotagem, prostituição, extorsão, jogos, fraudes e imigração ilegal. A incorporação de Hong Kong à China Popular favoreceu a movimentação ilegal de pessoas e o conseqüente crescimento da comunidade chinesa no exterior, em especial no Canadá e EUA, que estão tornando-se importantes bases das tríades chinesas, que também atuam em Taiwan, Hong Kong, Filipinas, Grã-Bretanha, Espanha, França, Malásia, Austrália, e na América Latina, Brasil, Bolívia e Paraguai (DECOIE 2001: 55-56); a Máfia Rússia, que desde o colapso da União Soviética em 1991 favorecendo-se da reforma econômica, das privatizações e pouca articulação estatal, muitos funcionários públicos ligados as área de estratégia e defesa serviram para aprimorar ainda mais as qualidades criminosas de diversas organizações criminosas russas (Webster; 1997: 17-18), tendo por base a existência de um mercado negro de bens e serviços, desenvolvido desde a era soviética, o qual atendia a uma grande demanda de produtos de consumo proibidos ou não, em razão do constante problema de abastecimento, acabando por formar uma criminalidade difusa e enraizada, tornando o terreno fértil para as organizações criminosas se estabelecerem (Pellegrini, 1999: 70; Ziegler, 2003: 91) e Leste Europeu, onde os grupos geralmente foram criados ao redor de um único indivíduo, o qual freqüentemente dá seu nome ao grupo (Nações Unidas, Pesquisa Piloto, 2002: 38-45 e Werner 2005: 74-76).

<p>Hierarquia regional: forma mais sofisticada de hierarquia, conta com linhas relativamente rígidas de comando partindo de um centro, entretanto, permitindo às organizações regionais subordinadas um certo grau de autonomia nas decisões dos assuntos de interesse local; entretanto as instruções centrais anulam qualquer iniciativa regional, adota uma forma similar ao modelo de franquia, com pagamento de percentuais dos ganhos ao comando central; sua forma de atuação permite reunir um grande número de associados em várias atividades ilícitas, esta cooperação ajuda a aumentar a influência do comando central, difundindo o temor nos competidores.⁷³</p>
---	--

Fonte: Nações Unidas, Pesquisa Piloto, 2002: 35-37.

⁷³ Exemplos: *Yamaguchi-Gumi* japonesa e os grupos da *Yakuza* (o nome tem origem em um jogo de cartas chamado “*hanafuda*” – cartas floridas, similar ao *blackjack*, somando-se os valores das cartas, e perde o jogo quem tiver uma combinação de soma vinte, como 8-9-3 em japonês “*ya-ku-as*”). A partir de 1963, o número de integrantes cresceu 150% passando para 184.000 membros, distribuídos em aproximadamente 5200 gangues operando, mais que o exército japonês, sendo o responsável por essa união *Yoshio Kodama*, sendo reconhecido como o visionário Poderoso Chefe Japonês. Operando com o tráfico de anfetaminas, exploração da prostituição, exploração do comércio de material pornográfico, extorsão de empresas e comerciantes com venda de proteção, usura, tráfico de imigrantes, controlam os setores da construção civil e especulação imobiliária, controlando também os sindicatos interferindo em muitas empresas na condução de greves e protestos (Pellegrini, 1999:68-69). A *Yakusa* moderna é dividida em gangues, destacando-se “*Yamaguchi-gumi*” a maior delas sediada em Kobe e Osaka, tendo ganhado prestígio e desenvolvido-se graças a atuação de seu líder Kazuo Takoda, um dos mais poderosos chefes do crime japonês; bem como a Inagawa Kai; Sumiyoshi Rengo Kai, Aizu Kotetsu de Kyoto, e Boryo-Kudan em Tóquio, todas empenhadas na exploração de jogos de azar, comércio de anfetaminas e drogas, pirataria da informática, contrabando de armas e extorsão empresarial, os ganhos ilícitos são reciclados e investidos em atividades esportivas e construção civil (Maierovitch, 1995: 74). A *Yakuza* tem operado ativamente nos Estados Unidos e na Europa, destacando-se na Alemanha, Rússia, China e Coreia onde, juntamente com a Colômbia, evidencia-se no tráfico de entorpecentes (Pellegrini, 1999: 69). No Brasil o crime organizado japonês atua principalmente através da *Yamaguchi Gumi* e *Sumiyoshi Rengo*, no tráfico de drogas, agenciamento de “*dekasseguis*” e - tráfico e exploração de mulheres, principalmente nos Estado de São Paulo e Paraná (DCOIE 2001: 54, Nações Unidas, Pesquisa Piloto, 2002: 38-45, e Werner, 2005: 76-77).

Hierarquia em Núcleo: conglomerado onde a chefia é exercida na forma de guarda-chuva por um núcleo central de comando associado a diversas hierarquias periféricas, composta por grupos estruturados da mais variada forma e considerada individualmente que adotam a hierarquia padrão, entretanto quando reunida ao centro passam a adotar uma estrutura em formato de guarda-chuva, sendo as ordens emanadas do núcleo central para as organizações periféricas, as quais mantêm um elevado grau de autonomia, podendo até comunicar-se com outras organizações periféricas, sendo a hierarquia entre os agrupamentos relativamente rara; o ponto fundamental em relação a esta tipologia é que os grupos desempenham suas atividades de forma independente, existindo apenas uma coordenação realizada pelo núcleo central que busca otimizar os recursos e dirimir as controvérsias.⁷⁴

Fonte: Nações Unidas, Pesquisa Piloto, 2002: 37-39.

⁷⁴ Exemplos: Gangue dos 28, criada na África do Sul no início do século XX, formada por indivíduos de um grupo étnico específico, estabelecendo o seu domínio sobre criminosos ao longo do sistema prisional do país, com o controle do comércio informal dos serviços dentro das prisões, e fora no comércio de drogas em especial as sintéticas como *methaqualone* (*Methaqualone* (*Quaalude*) é um sedativo com efeitos hipnótico, depressivo do sistema nervoso central, produz uma sensação de euforia, consumido por via oral (FBI – Drugs 2003: 42)); e na Rússia o Grupo de Ziberman, composto pelo conjunto de seis grupos criminosos separados, cada um com estrutura hierárquica e papéis bem definidos, coordenados por uma estrutura central estabelecida por um rígido código de conduta onde a disciplina interna é mantida por altos níveis de violência. Os agrupamentos foram desenvolvidos objetivando o comércio ilegal em tabaco, contrabando de álcool, jogos tráfico e comercio de veículos roubados (Lunde, 2004: 34-35, Nações Unidas, Pesquisa Piloto, 2002: 38-45 e Werner, 2005: 77-79).

<p><u>Grupo Central:</u> grupo com um número limitado de participantes apresenta um centro relativamente rígido e estruturado para a administração das atividades criminais, e uma periferia ao redor deste núcleo, constituídas de operadores; pode haver um grande número de associados ou organizações criminosas que são arregimentadas, dependendo da atividade criminosa a ser desenvolvida, presta uma divisão de tarefas entre os sócios centrais de acordo com a sua especialidade, sendo uma estrutura pequena composta no máximo 20 indivíduos.⁷⁵</p>
---	--

Fonte: Nações Unidas, Pesquisa Piloto, 2002: 39-41

⁷⁵ Exemplos: Sindicato de McLean que opera na Austrália, sendo um grupo voltado ao tráfico de entorpecentes, onde os seus sócios são arregimentados conforme as circunstâncias do mercado e suas habilidades particulares, sendo a mútua confiança fundamental; neste arranjo, existe um especialista denominado *enforcers* responsável por cobrar as dívidas e resolver as disputas dentro da organização, usando da intimidação por meio da ameaça e violência para difundir um senso de ordem e intimidar outras pessoas fora do grupo, operando também no sudeste asiático (Nações Unidas, Pesquisa Piloto, 2002: 38-45, e Werner, 2005: 79-81).

Estrutura em Redes: formada por indivíduos que se engajam na atividade criminosa através de alianças voláteis uma vez que não é necessária a filiação ao grupo criminoso, mas apenas possuir habilidades próprias indispensáveis a realização das atividades ilícitas, estas alianças buscam dificultar o rastreamento e a identificação do grupo e de seus integrantes, assim, quando as agências responsáveis pela aplicação da lei identificam um de seus componentes, a rede imediatamente se desfaz e reagrupa-se ao redor de outro líder; embora em muitos casos os participantes das redes não trabalhem juntos, existe uma ligação através de um terceiro indivíduo, a lealdade e a união são essenciais na manutenção da rede, onde cada indivíduo tem uma participação e um peso diferenciado, sendo formada ao redor de alguns indivíduos fundamentais responsáveis pelas conexões.⁷⁶

Fonte: Nações Unidas, Pesquisa Piloto, 2002: 41-44

⁷⁶ Exemplo: no *Caso Meij*, ocorrido no Caribe, envolvendo um único suspeito, cercado por uma rede de indivíduos, que o ajudam em um amplo esquema de fraude e empresas fantasmas; *Rede Verhagen* responsável pelo tráfico de entorpecentes no Holanda e Países Baixos, recrutando pessoas com habilidade particular para capitanear navios através dos quais são feitas as remessas de entorpecentes (Lunde, 2004: 46-48); narcotráfico nigeriano e dos países da África Ocidental, as quais na última década atingiram níveis elevados de controle do mercado de entorpecentes e fraudes financeiras utilizando vários indivíduos em vários países (Ziegler, 2003: 111-115) (Nações Unidas, Pesquisa Piloto, 2002: 38-45 apud Werner, 2005: 81-83).

Os pesquisadores John Arquilla e David Ronfeldt da Research and Development (Rand)⁷⁷ cunharam a expressão *netwar* para descrever os contornos e as manifestações do crime organizado que se desenvolvem no plano internacional através dos atores estruturados em redes, incluindo nesta dominação os atores transnacionais, identificando-os como terroristas, organizações criminosas e os grupos de ativistas que empregam uma linha de comando descentraliza e flexível.

O termo é proposto com a finalidade de esclarecer a propagação das redes nas estruturas organizacionais baseadas em todo o espectro dos conflitos de baixa intensidade e nos conflitos sociais, apontando para três tipos básicos de redes que podem ser utilizadas por estes atores (Arquilla e Ronfeldt, 2000: 6-7):

<p>Rede em Cadeia: caracterizado por uma linha de comando onde as decisões caminham do início ao fim da organização passando por nós, utilizado nas redes e contrabando.</p>
<p>Rede em Estrela ou Central: onde os diversos atores encontram-se ligados a um comando central (embora não existam necessariamente vínculos de hierárquica) e todas as decisões caminham através de um nó central.</p>
<p>Canais em rede: onde cada ator é capaz de se comunicar plenamente com todos os outros atores em rede.</p>

Fonte: Arquilla e Ronfeldt (2000: 8-9).

⁷⁷ A RAND ((Research ANd Development da National Defense Research Institute – Rand, Santa Monica) é uma entidade sem fins lucrativos destinada a pesquisa política global, sendo criada inicialmente para fornecer uma análise de defesa ao governo dos Estados Unidos e às forças armadas. A organização se expandiu e atualmente trabalhar com outros governos, fundações privadas, e organizações internacionais e comerciais, em uma série de questões voltadas a estratégia e segurança, sendo uma organização de caráter interdisciplinar destinada a resolução de problemas utilizando conceitos dos diversos ramos do saber, inclusive da economia e das ciências humanas.

Assim, a forma de organização hierarquizada vai se abrando na exata medida em que as ações de Estado dificultam as operações dos criminosos. A visibilidade deixa de ser elemento de intimidação necessário e utilizado como instrumento de poder, conforma observado nos modelos tradicionais onde as famílias ostentavam seu poder e influência nas comunidades onde operavam, objetivando impor o temor e a reverência como formas de garantia da impunidade (Gambetta, 1993: 136 – 137; Gundle e Rinaldi 2007: 116-120).

Os novos arranjos em rede buscam justamente o oposto, ou seja, dificultar a identificação dos seus líderes e impossibilitar a persecução penal. O grau de desarticulação proposto nos modelos que adotam uma organização hierarquia regional, nuclear ou de comando central, torna-se necessário, em face da necessidade do crime organizado transnacional apresenta em captar mão-de-obra especializada para determinadas atividades específicas, bem como de distanciar as linhas do comando central das células criminosas, dificultando sua identificação e evitando a prisão.

A mudança na forma de atuação do crime organizado transnacional é explicada em decorrência de dois fatores, conforme apontados anteriormente, a *globalização*, ou seja, o crescimento dos fluxos transnacionais de pessoas, bens e capitais no final do século XX; e pelo *enfraquecimento do poder dos Estados*, representado nas mudanças das políticas ocorridas nas economias fechadas e nos regimes autoritários, agregados à inquietude provocada com o fim da guerra fria. Tais fatores arruinaram a autoridade estatal em vários países e ao mesmo tempo possibilitaram a ascensão dos grupos criminosos que adotaram as redes transnacionais para poderem atuar sem serem incomodados (Naylor, 2004: 44-50).

A globalização é aqui compreendida como um fenômeno específico, indicativo da capacidade de se criarem e desenvolverem os fluxos dinâmicos das comunicações, transporte de pessoas e bens de consumo, e no intercâmbio das informações e não apenas na homogeneização dos costumes.

O enfraquecimento dos Estados por seu turno é identificado em razão da forma como o controle dos fluxos de bens e pessoas é efetuado, e na dificuldade de se estabelecer um conjunto de medidas eficazes para de um lado, evitar a ação da criminalidade transnacional, e de outro lado, não atentar contra as liberdades públicas e as garantias individuais dos cidadãos, bem como na dificuldade existente no compartilhamento das informações e dos conhecimentos sensíveis de segurança entre os Estados.

Os críticos do enfraquecimento do Estado apontam que as manifestações do crime organizado transnacional ocorrem também em países ricos; entretanto é importante observar que o crime organizado transnacional necessita dos países ricos para desenvolverem as suas atividades, em especial quando para a lavagem de dinheiro originário das atividades ilícitas; sendo o enfraquecimento dos Estados identificado na forma como as redes de segurança deveriam ser estabelecidas de maneira a possibilitar o compartilhamento de valores. O conflito é, portanto, travado dentro do campo das idéias e é observável na própria questão da lavagem de dinheiro, onde países ricos recusam-se em cooperar com as medidas destinadas ao seu combate.

As evidências da globalização também são perceptíveis nas novas alianças estratégicas desenvolvidas pelo crime organizado transnacional, a qual não depende mais exclusivamente dos laços de comprometimento étnico e social, ou do antigo código de honra das máfias italianas, mas sim nas relações estabelecidas de forma livre entre pequenos grupos com um comando central disperso em redes (Nações Unidas, 2002: 38-42 e EUROPOL 2003:14-20).

As alianças são estabelecidas através de redes do crime organizado transnacional, formadas a partir da atuação de determinados indivíduos ao redor das atividades ilícitas, conforme anteriormente apontadas. Gravitam em torno da identificação dos vínculos extremamente voláteis e de difícil identificação, portanto o sucesso das redes baseia-se, principalmente, nas características e habilidades individuais de seus componentes e, em muitos

casos, os participantes das redes não trabalham junto, existindo ligações através de um terceiro indivíduo (Nações Unidas, 2002: 41-42).

A globalização influenciou na adoção das novas formas de cooperação e estruturação do crime organizado transnacional através das redes fluídas, uma vez que o modelo da hierarquia formal não mais atendia a realidade imposta a partir dos anos 90. Adota-se uma fórmula idêntica as das empresas legalmente constituídas, com uma linha de comando flexível, na busca por uma melhor adequação as novas demandas dos mercados internacionais, com a superação dos antigos vínculos baseados na confiança e na etnia (Giraldo e Trinkunas 2007: 354-355).

As redes conferem aos líderes e as associações criminosas um nível de cooperação e distanciamento, diminuindo a sua vulnerabilidade frente a ações dos órgãos responsáveis pela manutenção da lei e da ordem, as organizações individualmente consideradas passam a ostentar um nível de sofisticação e dissimulação que dificulta o seu combate (Williams 2001: 60-63).

O enfraquecimento dos Estados, mesmo daqueles que conseguiram se desenvolver no plano econômico, e apresentaram uma economia sólida, também encontram-se ameaçados pelo crime organizado transnacional, uma vez que a segurança só poderá ser desenvolvida de forma internacional através dos arranjos institucionais entre os Estados e no compartilhamento das idéias e valores, no fomento da segurança humana.

3. Visão de Mercado

A outra forma de análise proposta encontra-se focada no mercado econômico, ou seja, nas atividades desenvolvidas pelo crime organizado transnacional na comercialização de bens e serviços ilícitos. Margareth Beare (2005), Ian Taylor (2002) e R.T. Naylor (2002) identificam a importância de pensar o crime transnacional sob o ponto de vista da sua atuação nos mercados, sendo para eles tal enfoque, mais importante que a

abordagem através das redes; uma vez que os mecanismos destinados a minimizar os riscos das operações, determinam que as organizações criminais devam ser pequenas, competitivas e distantes das organizações monopolistas e oligárquicas influenciadas pela ênfase da visão hierárquica de crime organizado (Beare, 2005: 36-37 e 51, Naylor, 2004: 53-55 e Taylor, 2002: 120-123).

Enquanto os teóricos das redes apontam para a sua adaptabilidade, sofisticação e capacidade de recuperação em face aos esforços dos órgãos encarregados da manutenção da lei e da ordem. Os estudiosos do mercado notam que a grande maioria dos criminosos organizados é composta de diversos pequenos empreendedores (Naylor 2002: 19-21 e Giraldo e Trinkunas: 2007 358-359), assim, o impacto das atividades ilícitas no caso do crime organizado transnacional pode ser observado através da ação dos pequenos grupos que distribuem bens falsificados em diversos mercados movimentando e influenciando a economia local inclusive gerando o desemprego⁷⁸ (Naím 2006:107).

Entretanto, a dinâmica de análise econômica estabelece que as atividades ilícitas encontram-se interligadas umas as outras, tanto no plano ilícito quanto na economia formal, por meio dos mecanismos da lavagem de dinheiro e através das operações realizadas por intermédio das empresas de fachada (Lupsha, 1983: 60 – 61).

Nesse cenário se observa uma somatória das atividades ilícitas gerando um contínuo de riqueza, que, apesar de não serem formalmente contabilizados, atingem cifras quase inimagináveis, realizando a maximização dos lucros obtidos e integrando-se aos mercados legítimos (Ziegler, 2003: 50 –52).

Os criminosos beneficiam-se da estabilidade econômica e política, da mesma forma que demais atores econômicos e estabelecem um estreito relacionamento com os setores legalmente constituídos, representando uma

⁷⁸ Segundo aponta Maím 2006, o governo norte-americano estimam que entre 200 e 250 bilhões de dólares na receita anual se perde devido as falsificações; em 2003 o mercado do produto contrafeito movimentou 34 bilhões apenas no estado de Nova York, privando a receita de 1,6 bilhões de dólares. Por seu turno na União Européia, estima-se que 100 mil empregos foram extintos em decorrência da pirataria de produtos falsificados nos últimos anos.

ameaça ao equilíbrio das economias (Castle, 1997: 01 – 02), uma vez que atuam de forma dispersa, projetam-se no plano político, econômico ou social, dependendo da forma como interagem (Williams e Godson, 2002: 340-347), e nos Estados com atuação governamental fraca e instabilidade econômica aproveitam-se do mercado lucrativo equivalente ao das economias estáveis, e ainda com as vantagens da impunidade e da baixa regulamentação (Werner, 2005: 66-67).

A atuação do crime organizado transnacional pode ser observada em países com as economias estáveis, ou instáveis, desenvolvidas ou em desenvolvimento, sendo também perceptível nas sociedades desenvolvidas, onde existem mecanismos aptos a integralizar e incorporar os ganhos ilícitos através dos sistemas bancários (Naím, 2006:17-19).

A importância da análise dos vínculos sob a perspectiva econômica não pode ser afastada, como podemos observar no trabalho de Klaus von Lampe (2003),⁷⁹ no quadro abaixo o autor desenvolve um modelo analítico que identifica os fluxos e as demandas por bens e serviços ilegais propiciaram o aparecimento de organizações criminosas bem estruturadas e poderosas, que interagindo com a economia legal estabelecem vínculos com o *governo* através de instrumentos como a corrupção e com a *sociedade*, minando a moral pública conforme podemos observar (Lampe 2003: 05):

Fig. 01 – Modelo Analítico - Klaus Von Lampe

⁷⁹ A crítica de Klaus von Lampe ao modelo apresentado por Donald R. Cressey (1969), é justamente de considerar uma organização criminosa emergente ou de dimensões menores, com a mesma potencialidade dos grupos criminosos maiores, compostos e com ramificações e influência nos Estados, uma vez que as organizações emergentes também participam de forma ativa no crime organizado, considerado-se em seu conjunto desempenhando um importante papel nas redes.

O modelo analítico proposto por Klaus von Lampe, busca, justamente, suprir esta deficiência apontada no modelo causal, de forma a: a.) representar melhor a complexidade das estruturas multidimensionais e b.) preencher as necessidades atuais das pesquisas no tema de forma heurística. A seleção dos elementos de composição do modelo analítico é o passo inicial para esta representatividade da realidade. O autor propõe o uso de seis elementos básicos, sendo três estruturais (participantes, forma de organização e atividade criminosa envolvida) e três conjunturais (sociedade, governo e a opinião pública englobando a imprensa). Desta forma, a organização criminosa é composta por pessoas agrupadas conforme suas habilidades individuais específicas e em contrapartida, as atividades a serem exercidas, e de como os fatores sociais influenciam na demanda pelos serviços ou bens ilícitos ofertados (Lampe, 2003: 05-06 e Werner 2005: 67-69).

Portanto as formas de ação que objetivam o ganho ilícito podem ser classificadas de três maneiras distintas: a.) **Predatória**: baseada apenas no lucro como as fraudes financeiras; b.) **Mercado**: segue a lógica da economia de mercado, na demanda por bens e serviços ilícitos, como no caso das drogas e da prostituição; c.) **Comercial**: tem por base a distribuição de produtos ilegais (falsificados) ou no comércio de produtos legais sem recolhimento dos impostos e taxas, como no contrabando de cigarros e bebidas, neste último caso apesar do produto não ser ilícito o seu comércio é proibido em razão de impedimento aduaneiro.⁸⁰ (Naylor, 2003:37-44)

O enfoque econômico também considera o papel da globalização e os seus efeitos no desenvolvimento econômico, promovendo um alargamento das oportunidades para as atividades ilícitas no plano transnacional, em especial nas regras de oferta e procura, uma vez que determinados bens são abundantes em determinadas áreas do globo e sofrem uma demanda acentuada em outras partes, como podemos observar

⁸⁰ Existe uma distinção técnica entre o descaminho e o contrabando, no descaminho ocorre à burla no recolhimento de um imposto sobre determinado bem que é de importação permitida, já no contrabando não é permitida a importação de determinado bem, nem sua introdução em território nacional, independentemente do pagamento de tributos e taxas de importação sendo proibido o seu desembaraço aduaneiro.

no tocante ao tráfico de heroína, produzida no sudoeste asiático e exportada para os mercados europeus e das anfetaminas produzidas em laboratórios do leste europeu e comercializadas nos Estados Unidos (Giraldo e Trinkunas: 2007 358-359).

4. Surgimento das redes difusas de atuação econômica

A perspectiva de atuação do crime organizado transnacional pode ser atribuída à lógica inexorável do mercado, no lugar da sofisticação ou da abrangência empresarial das grandes organizações, existe atualmente uma tendência de um grande número de pequenos empreendedores atuarem na identificação das demandas, criando as ofertas adequadas para os bens e os serviços ilícitos demandados, e interagindo através das redes difusas e fluidas, objetivando dificultar a sua identificação e praticamente, impossibilitando o rastreamento das atividades desenvolvidas.

O combate ao crime organizado transnacional passa necessariamente pelas ações voltadas a coibir o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, mas também no combate a lavagem de dinheiro (van de Brunt e Kleemans, 2004: 207). A abrangência de tais operações foi ampliada, em decorrência da própria agenda política que englobou os crimes perpetrados em detrimento da segurança humana, incluindo também o tráfico de seres humanos e terrorismo entre outros (Edwards e Gill, 2003).

O conceito de crime organizado transnacional pode ser considerado abrangente uma vez que engloba uma vasta gama de possibilidades, entretanto, tal abordagem não pode perder o seu caráter central que denota uma estrutura de comando, que se mantém ao longo do tempo, com uma divisão preestabelecida das atividades (Serrano, 2002: 36-38).

Portanto surge uma nova forma de atuação do crime organizado transnacional, desenvolvida através das redes difusas de atuação econômica, conceito aqui proposto e que fornece o instrumental teórico necessário para se enfrentar a questão do terrorismo como uma de suas

manifestações, sendo que esta questão é apenas tangenciada na maioria dos trabalhos.

Entretanto existe uma nítida correlação entre o terrorismo e o crime organizado transnacional, tal correlação se faz presente, conforme aponta Louise Shelley, John Picarelli, et al., (2005: 34), D. C. Préfontaine e Yon Dandurand (2004: 06-07) e Phil Williams (2004: 19-21), em contraponto a uma abordagem tradicional, que considera que pouco se tem a ganhar com a inclusão do terrorismo na rubrica do crime organizado transnacional, exceto em se aumentar o grau de dificuldade de sua definição (Castle, 1997: 10, Hoffman, 1998: 42-43), o vínculo histórico entre o crime e o terrorismo é perceptível nos movimentos anarquistas e *Bolsheviks* (Crenshaw, 2005, apud Shelley, Picarelli et al., 2005: 16).

A questão apesar de controvertida pode ser constatada na observação da mudança de paradigma ocorrida na política norte-americana de segurança, no combate ao tráfico ilícito de entorpecentes, no final dos anos 80, com a *Guerra as Drogas* e posteriormente com o *Plano Colômbia*, bem como no combate ao terrorismo, no pós 11 de setembro, com a *Guerra Contra o Terror*.

Apesar de serem medidas questionáveis, forneceram os marcos teóricos necessários para identificar o crime organizado transnacional como o grande gênero que engloba diversas modalidades ilícitas, em consonância com o entendimento internacional adotado pela Organização das Nações Unidas (Muller 2005: 17-20) e União Européia (Anderson, 2000. Andréas, 2003, Cali, 2000; Cloud, 2000 e Edwards e Gill, 2002, apud Durmaz, 2005: 09).

A interação entre o terrorismo e o crime organizado transnacional é cada vez mais profunda e complexa. Os grupos criminosos estão expandindo e estabelecendo conexões, as quadrilhas estabelecem contatos, como pode ser observado na relação da Al Qaeda com os membros da gangue Mara Salvatrucha e MS-13 de Honduras que operam nos Estados

Unidos (Seper, 2004),⁸¹ os terroristas das prisões europeias que recrutam criminosos para a sua causa (Cuthbertson, 2004).⁸² As relações entre grupos terroristas e crime organizado desde há muito que deixou de ser apenas mais um negócio, uma vez que os grupos terroristas necessitam de financiamento para a sua causa, assim o crime e o terror interagem na criação de uma estrutura operacional mais eficiente para as suas operações (apud Shelley, Picarelli et al., 2005: 11-12).

Nas *guerras* contra as drogas e o terrorismo, os Estados Unidos enfrentam uma nova adversidade, onde os grupos de criminosos organizados em redes difusas recolhem e analisam as informações e adaptam-se rapidamente às estratégias utilizadas pelos órgãos de segurança, aprendem com a experiência, esses intervenientes não-estatais compartilham as informações através da estruturação um banco de dados e efetuam as adaptações táticas e estratégicas necessárias para evitar a captura (Kenney, 2002: 02-03).

O combate às drogas nas Américas deve ser visto dentro de um contexto histórico, uma vez que o tráfico internacional na região desenvolveu-se em meados dos anos 70, sendo que até 1973 encontrava-se restrito ao Chile, entretanto com a ascensão ao poder de Augusto Pinochet, muitos traficantes foram presos e alguns deportados, sendo que esta lucrativa atividade ilícita passou quase que imediatamente para a Colômbia onde desenvolveram os Cartéis de Medellín, liderados pelos narcotraficantes Caros Enrique Rivas, Pablo Escobar-Gavira, Jorge Luiz Ochoa Vasques e José Gonçalo Rodrigues Gacha que, nos anos 80, controlavam mais da metade de toda a droga comercializada nos Estados Unidos, gerenciando um negócio de mais de 2 bilhões de dólares; e de Cale, responsável pela exploração da maior parte da outra metade, através dos irmãos Orejuela e José Santacruz Londoño (Lunde, 2004: 183-184).

⁸¹ Jerry Seper (2004) – *Al Qaeda Seeks Ties to Local Gangs*. The Washington Times, 28 de Setembro de 2004 apud Shelley, Picarelli et al., 2005: 11-12.

⁸² Ian Cuthbertson (2004) *Prisons and the Education of Terrorists*” World Policy Journal 21 (Fall 2004) 14-22 apud Shelley, Picarelli et al., 2005: 11-12.

Entre 1984 e 1988 foi efetuada a grande ofensiva contra o narcotráfico com a destruição dos laboratórios de refino, apreensão de grande quantidade de cocaína, prisão e deportação de inúmeros traficantes, a maioria ocupante de cargos subalternos e de nível médio das organizações porém, os líderes não foram afetados. Apesar destas ações, o preço das drogas diminuiu no mercado de U\$ 191,00 em 1981 para U\$ 65,00 dólares o grama em 1989 (ONPCP, 2001: 171) e a estimativa da quantidade produzida aumentou de 80 toneladas métricas em 1981 para 500 toneladas métricas em 1989 (Zaitch, 2002: 45-47).

A situação levou ao recrudescimento das investigações com objetivo de identificar e prender os líderes do tráfico internacional, atacando a sua logística de distribuição e laboratórios de produção, através da vigilância eletrônica e das interceptações das comunicações. Após um breve período de reestruturação, centenas de novos traficantes começaram a produzir maiores quantidades de cocaína (Kenney, 2002: 05-06). Observou-se que o desmantelamento das lideranças dos chefões dos cartéis propiciou a disseminação do comando através de vários grupos de criminosos que assumiram a liderança do narcotráfico, com a conseqüente modificação de forma de atuação, ampliação das suas estruturas e criação de um sistema de redes de relacionamento através de cadeias difusas destinadas ao narcotráfico (Abadinsky, 2007: 156 e Kenney, 2002: 09).

Os cartéis de drogas inicialmente eram organizados verticalmente, com o objetivo de manter controle sobre toda a cadeia de produção, refino e distribuição dos entorpecentes em razão dos lucros astronômicos gerados, entretanto, como acontece com qualquer empresa verticalmente integrada, a quebra da ligação entre seus elos é devastadora; os seus sucessores aprenderam esta lição (Abadinsky, 2007: 156). O êxito parcial da luta contra os cartéis causou o alastramento de uma multiplicidade de organizações menores que preencheram o vazio deixado pelos grandes cartéis e passaram a adotar um perfil mais discreto (Chepesiuk, 1999: 27), sendo esta a grande crítica à política norte-americana de combate as drogas.

A entrada de novos grupos de criminoso nos mercados ilícitos e a habilidade dos mesmos em se agrupar e desagrupar, conforme a necessidade do negócio a ser desenvolvido, proporcionou um alargamento nos empreendimentos, com uma variedade de pessoas que se engajaram nas atividades do crime organizado transnacional (Girando e Trinkunas 2007: 355 Abadinsky, 2007: 156, e Williams 2002: 67).

Assim, a mudança no perfil do crime organizado transnacional ocorreu, justamente, no auge das ações norte-americanas na guerra contra as drogas. Os cartéis abandonaram sua forma de organização clássica de comando hierárquico e passaram a adotar um modelo baseado nas redes difusas de atuação econômica, com o objetivo de dificultar as investigações e garantir a integridade dos seus líderes. Neste contexto, os analistas e os políticos puderam identificar o envolvimento da guerrilha insurgente no comércio de drogas, tanto na Colômbia, quanto no Peru e, dentro deste enfoque, identificar as alianças estabelecidas entre o crime e o terror, através de duas análises distintas:

- 1- Os defensores da perspectiva tradicional acreditavam que as guerrilhas e os narcotraficantes trabalhariam em convergência com os interesses compartilhados no ganho ilícito e na desestabilização dos Estados, assim o efeito multiplicador de tal cooperação seria potencialmente devastador
- 2- Os críticos da segunda visão davam ênfase aos motivos diferentes ostentados pelos dois grupos, tratava-se da ideologia contra lucro, e argumentavam que aqueles grupos de criminosos evitariam uma colaboração com os terroristas para não sofrerem uma maior persecução por parte dos Estados;

Portanto, o vínculo entre o crime e o terror foi inicialmente identificado através dos pequenos laços cooperativos estabelecidos apenas no curto prazo, de forma a possibilitar o financiamento dos atentados terroristas, era percebido como um fenômeno de pouca significação e influencia na segurança (Girando e Trinkunas 2007: 359-361), entretanto já

existe uma convergência em tratar o terrorismo como um perigo real aos Estados e a segurança humana (Préfomtaine e Dandurand 2004: 03).

5. O terrorismo como modalidade do crime organizado transnacional

Os pontos de contato entre o crime organizado transnacional e terrorismo podem ser percebidos de forma mais clara através da análise das atividades do tráfico de entorpecentes, uma vez que tais atividades ilícitas apresentam uma área de contato bastante ampla: a.) estruturas de redes transnacionais com baixos graus de distribuição hierárquica, objetivando manter seus líderes protegidos; b.) células compartimentadas onde as informações são controladas para manter o seu sigilo necessário e objetivando que as atividades mais perigosas sejam desenvolvidas na periferia das organizações por membros que gozam de certa autonomia; c.) apresentam um planejamento estratégico específico com a análise detalhada das informações coletadas buscando o desenvolvimento das operações; d.) apreendem com a experiência e com as atuações dos organismos de Estado e adaptam as suas estratégias e práticas com as informações obtidas (Kenney, 2002: 08).

A definição do terrorismo é uma das questões mais controversas do debate contemporâneo, inclusive dentro das Relações Internacionais e encontra-se bem distante de um consenso em razão, principalmente, do peso político e ideológico da questão e o impacto dos seus desdobramentos; entretanto se faz necessário estabelecer algumas dimensões deste fenômeno, em razão da análise do crime organizado transnacional.

A primeira tentativa de se chegar a uma definição internacionalmente aceita foi feita pela Liga das Nações em 1937, estabelecendo:

“todos os atos criminosos dirigidos contra um Estado e destinados ou calculados para criar terror nas mentes das pessoas ou de um grupo particular de pessoas ou do público em geral.”,

A definição proposta, nunca chegou a ser colocada em prática, sendo que no ano de 1999 a Organização das Nações Unidas se manifestou, estabelecendo:

"1. Condena veementemente todos os atos, métodos e práticas de terrorismo como atos criminosos e injustificáveis, onde e por quem tiver cometido; 2. Reitera que os atos criminosos destinados ou calculado para provocar um estado de terror no público em geral, em grupo particular de pessoas para fins políticos é injustificáveis em qualquer circunstância, não podendo ser invocada qualquer considerações de natureza política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou de outra natureza para justificá-las. "(GA Res. 51/210 Medidas para eliminar o terrorismo internacional)

Os países membros vêm realizando um amplo debate sinalizando na necessidade de ser realizado um estudo amplo com a compilação dos diversos protocolos e convenções buscando uma exata definição (UN/UNDC, 2008).⁸³

É importante observar o estudo de Bruce Hoffman (1998: 40) ao analisar a proposta Alex P. Schmid, Albert J. Jongman (1988), que destaca a frequência com que determinados elementos característicos foram utilizados por diversos autores para a criação de 109 definições de terrorismo, identificando cada uma delas em uma tabela, sendo que a atividade criminosa não aparece com a frequência que deveria, especificamente em razão da época em que tais estudos foram desenvolvidos, assim:

⁸³ GA Res. 51/210 UN/UNDC, 2008 <http://web.archive.org/web/200701121539/>, (acessado em 12.11.2008)

ELEMENTO CARACTERÍSTICO	Frequência
Uso da violência e da força	83,5 %
Identificação política	65 %
Disseminação do medo com ênfase ao terror	51 %
Ameaça	47 %
Efeito psicológico que provoca reação antecipada	41,5 %
Diferenciação na vítima – alvo	37,5 %
Intencional, planejado, sistemático, ação organizada	32 %
Método de combate, estratégia, tática	30,5 %
Anormalidade na ação e violação das regras humanitárias	30 %
Coação, extorsão, constrangimento para o cumprimento	28 %
Uso da publicidade	21,5 %
Ações de caráter arbitrário, impessoal, aleatório e indiscriminado	21 %
As vítimas são civis, não combatentes, forasteiros e pessoas neutras	17,5 %
Intimidação	17 %
Ênfase na inocência das vítimas	15,5 %
Perpetrado por Grupos, movimento ou organização	14 %
Aspecto simbólico, a demonstração de outros	13,5 %
A violência ocorre de forma imprevisível, inesperada e incalculável	9 %
Natureza clandestina com uso de cobertura	9 %
Ataques em série ou campanha repetitiva de violência	7 %
Atividade criminosa	6 %
Exigências feitas em relação a terceiros	4 %

Fonte: Alex P. Schmid, Albert J. Jongman et al., *Political Terrorism: A New Guide to actors, Authors, Concept, Data Base, Theories and Literature*. New Brunswick, Transaction Books, pág. 5-6.

O autor após a análise das características mais abrangentes do terrorismo sistematiza todo o pensamento acadêmico, observando a tendência de separar o terrorismo do crime, apresentando as seguintes características: a.) motivo e objetivo político; b.) o uso da violência e tão importante quanto a ameaça da prática da violência; c.) destinado a provocar uma repercussão psicológica que alcance muito além das vítimas atingidas; d.) perpetrado por uma organização com uma estrutura de comando ou células conspiratórias; e.) perpetrado por um grupo insurgente ou entidade não estatal, (Hoffman, 1998: 40).

Essa limitação do conceito de terrorismo e o distanciamento com o crime organizado transnacional, não fazem mais sentido, o debate internacional, mesmo nos primórdios conforme observado no conceito da Liga das Nações de 1937, já qualificava o terrorismo como uma modalidade de crime, esvaziando do seu conteúdo político.

Em novembro de 2004, um relatório do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, manteve a tendência do amplo debate promovido pela Organização das Nações Unidas⁸⁴, nos seguintes termos descreveu o terrorismo como sendo:

“qualquer ato destinado a causar a morte ou danos corporais graves a civis ou não combatentes com a finalidade de

⁸⁴ Convenções da Organização das Nações Unidas que versam sobre terrorismo: a) Convention on Offences and Certain Other Acts Committed on Board Aircraft, signed at Tokyo on 14 September 1963. (Deposited with the Secretary-General of the International Civil Aviation Organization) b) Convention for the Suppression of Unlawful Seizure of Aircraft, signed at the Hague on 16 December 1970. (Deposited with the Governments of the Russian Federation, the United Kingdom and the United States of America); c) Convention on the Prevention and Punishment of Crimes against Internationally Protected Persons, including Diplomatic Agents, adopted by the General Assembly of the United Nations on 14 December 1973; d) Convention for the Suppression of Unlawful Acts against the Safety of Civil Aviation, signed at Montreal on 23 September 1971. (Deposited with the Governments of the Russian Federation, the United Kingdom and the United States of America X) International Convention against the Taking of Hostages, adopted by the General Assembly of the United Nations on 17 December 1979; e) International Convention for the Suppression of Terrorist Bombings, adopted by the General Assembly of the United Nations on 15 December 1997; f) Convention on the Physical Protection of Nuclear Material, signed at Vienna on 3 March 1980. (Deposited with the Director-General of the International Atomic Energy Agency) g) Protocol on the Suppression of Unlawful Acts of Violence at Airports Serving International Civil Aviation, supplementary to the Convention for the Suppression of Unlawful Acts against the Safety of Civil Aviation, signed at Montreal on 24 February 1988. (Deposited with the Governments of the Russian Federation, the United Kingdom and the United States of America and with the Secretary-General of the International Civil Aviation Organization) h) Convention for the Suppression of Unlawful Acts against the Safety of Maritime Navigation, done at Rome on 10 March 1988. (Deposited with the Secretary-General of the International Maritime Organization) i) Protocol for the Suppression of Unlawful Acts against the Safety of Fixed Platforms Located on the Continental Shelf, done at Rome on 10 March 1988. (Deposited with the Secretary-General of the International Maritime Organization) j) Convention on the Marking of Plastic Explosives for the Purpose of Detection, signed at Montreal on 1 March 1991. (Deposited with the Secretary-General of the International Civil Aviation Organization) k) International Convention for the Suppression of the Financing of Terrorism, adopted by the General Assembly of the United Nations on 9 December 1999; l) International Convention for the Suppression of Acts of Nuclear Terrorism New York, 13 April 2005; Convenções de propositura regional sobre terrorismo: a) Arab Convention on the Suppression of Terrorism, signed at a meeting held at the General Secretariat of the League of Arab States in Cairo on 22 April 1998. (Deposited with the Secretary-General of the League of Arab States) b) Convention of the Organization of the Islamic Conference on Combating International Terrorism, adopted at Ouagadougou on 1 July 1999. (Deposited with the Secretary-General of the Organization of the Islamic Conference) C) European Convention on the Suppression of Terrorism, concluded at Strasbourg on 27 January 1977. (Deposited with the Secretary-General of the Council of Europe) d) OAS Convention to Prevent and Punish Acts of Terrorism Taking the Form of Crimes against Persons and Related Extortion that are of International Significance, concluded at Washington, D.C. on 2 February 1971. (Deposited with the Secretary-General of the Organization of American States) e) OAU Convention on the Prevention and Combating of Terrorism, adopted at Algiers on 14 July 1999. (Deposited with the General Secretariat of the Organization of African Unity) f) SAARC Regional Convention on Suppression of Terrorism, signed at Kathmandu on 4 November 1987. (Deposited with the Secretary-General of the South Asian Association for Regional Cooperation) g) Treaty on Cooperation among States Members of the Commonwealth of Independent States in Combating Terrorism, done at Minsk on 4 June 1999. (Deposited with the Secretariat of the Commonwealth of Independent States); última atualização em 10.6.2005, <http://untreaty.un.org/English/Terrorism.asp> (visitado em 9.12.2008)

intimidar uma população ou obrigar um governo ou uma organização internacional a fazer ou abster de fazer algo”
(UN/ODC - Conferencia de Combate ao Financiamento do Terrorismo Viena 2005: 02-03)

Os teóricos das relações internacionais vêm produzindo um grupo importante de estudos destinados a examinar a correspondência entre o crime e o terrorismo. Louise I. Shelley efetua uma abordagem sob a perspectiva dos agentes e dos processos envolvidos e observa que, embora as referências encontradas na literatura por ela comentada se revelem demasiadamente gerais ao demonstrar tais interações, classificando-as como manifestações exercidas por atores não estatais, que exploram as falhas dos Estados e do sistema internacional, como as limitações legais impostas pela soberania, assim a autora destaca os seguintes construtos teóricos:

- a.) James Rosenau discute a cooperação entre o crime e o terror estabelecendo como atores não estatais influenciam a ordem mundial e nos temas da pauta política (Rosenau, 1990);
- b.) Maryann Cusimano-Love, identifica o crime e o terrorismo internacional como dois exemplos de problemas que exigem a parceria e o comprometimento do setor público e privado para o seu combate (Cusimano-Love 2005);
- c.) Manuel Castells e John Arquilla e David Ronfeldt examinam a natureza do crime organizado e do terrorismo como um fator significativo para o estabelecimento de alianças (Castells 2000 e Arquilla e Ronfeldt 2001);
- d.) Susan Strange que define as zonas cinzentas de desgoverno identificável no *"recuo do Estado"*, tanto para a globalização como para os demais atores não estatais, em um cenário onde cada vez mais os governos nacionais se tornam fracos e os criminosos poderosos, tendendo a dissolução e a algo próximo da guerra civil (Strange, 1996);
- e.) Erik Scott e Mary Kaldor's estabelecem um quadro conceitual de uma economia globalizada a fim de realçar a

forma como os diversos tipos de grupos não-estatais definem os seus interesses, neste sentido temos as pesquisas de Saskia Sassen, James Mittelman, e Moises Naim cada qual argumentando os poderes do crime organizado transnacional (Scott, 2005; Kaldor, 1999; Naim, 2003 apud Shelley, 2005: 17-18).

A Comissão dos Assuntos Jurídicos da União Européia, no Parecer 556.824/2005, identificou a necessidade do aprofundamento dos meios de lutar contra o terrorismo, agora sob uma nova perspectiva, que não considere o terrorismo como uma realidade monolítica. Embora sejam todas as suas manifestações condenáveis, existem diversos tipos de terrorismo que utilizam vários meios e estratégias de consequências terríveis, sendo necessária a identificação com precisão para cada tipo de terrorismo (Comissão de Assuntos Jurídicos – União Européia PA\556824PT 2004: 3-4), bem como distingui-lo do terrorismo de Estado.

A multiplicidade de definições utilizadas encontra-se co-relacionada com a discordância dos estudiosos e das agências na discussão do tema uma vez que o debate judicial propõe um conceito que criminalize a conduta enquanto o debate político apresenta outras necessidades, assim uma definição corrente de terrorismo inclui os seguintes elementos: a.) o uso da violência ou da grave ameaça; b.) praticado por um grupo organizado; c.) com objetivos políticos; d.) a violência é dirigida contra um alvo que não é o alvo combatido, sendo que a conduta recai geralmente sobre civis inocentes, buscando assim atingir a opinião pública; e.) o governo de determinado Estado pode ser considerado perpetrador de violência terrorista; f.) não pode ser considerado ato de terrorismo o seqüestro com objetivo do ganho ilícito, mesmo se praticado com finalidade política.⁸⁵ (Lutz e Lutz, 2007: 292).

⁸⁵ Questão controversa uma vez que a atividade criminosa tende a fornecer o suporte econômico para a prática do terrorismo conforme será desenvolvido adiante.

Assim Robert Pape, identifica três modalidades distintas de terrorismo.⁸⁶

a.) Demonstrativo: que objetiva a publicidade no intuito de recrutar um maior número de ativistas e simpatizantes, bem como influir nos grupos moderados e terceiros para a sua causa e pressionar a opinião pública e o inimigo utilizando ações típicas de ameaça e violência em prol de publicidade, como o realizado pelo Exército Republicano Irlandês (IRA)⁸⁷ e a Pátria Basca e Liberdade (ETA),⁸⁸ o seqüestro de aviões e pessoas ou a explosão de bombas precedida por um anúncio público, uma vez que o objetivo é ser visto e não cometer assassinatos (Jenkins, 1975 apud Pape, 2003:304);

⁸⁶ Podemos também identificar as seguintes modalidades de terrorismo: a) Nacionalista: pretende a secessão e a formação de um novo Estado para o seu próprio grupo muitas vezes, denominada insurgência de *libertação nacional*. b) Religioso: utiliza a fé como instrumento de legitimação da violência com o fim de atingir os seus propósitos de ordem divina. c) Patrocinado: grupos terroristas são deliberadamente patrocinados por Estados como instrumento de política externa e ferramentas utilizada para atuar de forma dissimulada em uma guerra, lançando mão de mercenários; d) Esquerda: busca destruir o capitalismo e substituí-lo por um regime de esquerda, o seu tema central é a libertação dos indivíduos da exploração e da operação do regime capitalista, evita ações de grande impacto e violência contra a população civil, tendo como alvo o governo; e) Direita: relacionados a grupos reacionários de cunho racial com forte atuação na Europa Ocidental e nos Estados Unidos nos anos 70 e 80, são contrários aos governos democráticos liberais e desejam reconstruir uma *ordem* baseada na supremacia racial; f) Anarquista: atuou no final do século XIX e início do século XX até meados da I Guerra Mundial, sendo o terrorismo anárquico um fenômeno global eminentemente revolucionários, pretende derrubar governos estabelecidos, suas bases ressurgem atualmente como forma de protesto contra a globalização.

⁸⁷ O Exército Republicano Irlandês, do inglês Irish Republican Army (IRA) (Irlandês: *Óglaigh na hÉireann*), grupo militar descendente dos Voluntários Irlandeses, organização militar nacionalista formada em 1913, de orientação católica e objetivos separatista insurgente, pretende a independência da Irlanda do Norte do Reino Unido e anexação à República da Irlanda, tendo ligações com outros grupos nacionalistas irlandeses e com o partido nacionalista Sinn Féin; lutava pela igualdade religiosa, em razão da maioria da população ser protestante, criando um conflito cultural e de identidade (Townshend, 2005: 226-230), e em 28 de Julho de 2005, o IRA depõe as armas e anuncia o fim da luta armada, processo terminou em 26 de Setembro de 2005, contando com a participação da Comissão Internacional de Desarmamento, influenciado pela repercussão negativa dos atentados de quinta-feira, 11 de Março de 2004 da Espanha, em quatro composições da rede ferroviária de Madrid, atribuída a uma célula do terrorismo isâmico ligado ao Al Qaeda.

⁸⁸ Pátria Basca e Liberdade (ETA), na língua basca: *Euskadi Ta Askatasuna*, organização criada em 1959, de uma dissidência do Partido Nacionalista Basco (PNV), é um grupo terrorista voltado a independência da região denominada País Basco *Hegoalde*, situado entre a Espanha e França, conhecida como Pirineus, com ideologia separatista e insurgente de orientação de esquerda, influenciado pela doutrina marxista-leninista e revolucionária, durante a ditadura do General Franco (1939-1975), teve o apoio da população basca e cooperação internacional, por ser considerada uma organização contrária ao regime ditatorial, mas sofreu um enfraquecimento durante o processo de democratização e abertura política, (Shabad e Ramo, 2005: 411 e 426-438), no dia 22 de Março de 2006 a organização declarou um cessar-fogo permanente, influenciado pelos atentados de 11 de Março de 2004.

b.) Destrutivo é mais agressivo e procura coagir seus opositores e mobilizar apoio para a causa, o incremento de agressividade vai a ponto de se correr o risco da perda do apoio da opinião pública e de simpatizantes, como ocorre com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)⁸⁹ da Colômbia, o grupo Baader-Meinhof⁹⁰ ligado ao RAF na Alemanha e o terrorismo palestino da década de 1970 promovido pela Organização Para a Libertação da Palestina (OLP) (Elliott 1998; Rapoport 1971; Tuchman 1966 apud Pape, 2003: 343-361);

c.) Terrorismo suicida, o mais agressivo, que tenta matar o maior número possível de pessoas e busca coagir a população inimiga e seus governantes, mesmo que às expensas da perda do apoio da sua comunidade, os ataques suicidas pode ser definido de duas formas: a primeira é aquela em que o terrorista comete suicídio durante a operação (um homem-bomba, por exemplo), a outra é aquela em que o terrorista espera ser morto por outros durante a operação (algum militante armado cuja missão seja atirar indiscriminadamente sobre a população-alvo, sem contar com um plano pré-

⁸⁹ As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia–Exército do Povo (FARC) (em castelhano *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia–Ejército del Pueblo*), foi criadas no ano de 1964 como força militar do Partido Comunista Colombiano, do qual se separou nos anos 80 após associar-se ao narcotráfico, e funda o Partido Comunista Clandestino, de inspiração de esquerda luta pela implantação do socialismo, consideradas organização terrorista, pelos Estados Unidos e União Européia, outros governos não lhe dão esta classificação, rechaçada pelo presidente Hugo Chávez, estando presente em 20% do território colombiano, principalmente nas selvas do sudeste e nas planícies localizadas na base da Cordilheira dos Andes, controlando a maior parte do refino e distribuição de cocaína dentro da Colômbia, sendo responsável por boa parte do suprimento mundial de cocaína e pelo tráfico dessa droga para os Estados Unidos (US Department of State, 2005:02).

⁹⁰ Baader-Meinhof pertencente a Facção do Exército Vermelho (Red Army Faction (RAF) ou em alemão Rote Armee Fraktion), grupo de esquerda fundado em 1970, na Alemanha Ocidental, por Andreas Baader, Ulrike Meinhof, Gudrun Ensslin, Horst Mahler, Irmgard Möller, cometendo inúmeros crimes, especialmente no Outono de 1977, que conduziu a uma crise nacional, foi responsável por 34 mortes, incluindo alvos secundários, e policiais, com grande força política, sua atuação influenciou outros grupos de esquerda da Europa, em especial na Itália e França. Uma grande ação foi promovida em 27 de junho de 1993, culminando com a prisão de Birgit Hogefeld e Wolfgang Grams, e posteriormente em 20 de Abril de 1998 uma carta de oito páginas foi encaminhada a agência de notícias Reuters, declarando que o grupo estava dissolvido (Miller, 2005: 28-29 e Merkl, 2005: 16-165).

determinado de fuga), considerando-se que a Greve de fome e a auto-imolação, não sejam considerados como atos de terrorismo, porque o seu principal objetivo é o de evocar o entendimento e a simpatia do público-alvo, e não para causar terror; assim na prática, o suicida busca matar o maior número de pessoas, apesar de perder o apoio dos grupos moderados e do público em geral, atrair o apoio dos radicais (Niebuhr, 1960 apud Pape, 2003: 354).

O terrorismo, nesse contexto, relacionado com o crime, envolve o uso da violência por uma organização que não seja um governo nacional, com o objetivo de causar medo ou intimidação em um público-alvo (US Department of State 1983–2001; Reich 1990; Schmid e Jongman 1988).

A clássica divisão entre o terrorismo de Estado e terrorismo insurgente, neste aspecto, é um elemento fundamental a ser compreendido. O terrorismo de Estado é praticado por quem já detêm o poder dentro do Estado, sendo prática de quem recorre sistematicamente da violência para através do medo eliminar a insurgência ou a possibilidade de contestação bem como qualquer ato de oposição (Bobbio et alli, 1994: 1242-1243 e Borja, 1998: 984-985). Já o terrorismo insurgente, revolucionário ou de contestação, visa responder contra o regime de determinado Estado, como forma de resistência objetivando uma mudança do poder constituído ou da sua forma de atuação (Bobbio et al., 1994: 1242-1243 e Borja, 1998: 984-985), englobando praticamente todas as formas de manifestação do terrorismo apontadas.

Alargar a definição de terrorismo, com o fim de incluir as ações adotadas por determinados governos nacionais para causar terror entre uma população e eliminar eventual oposição ao regime imposto, seria uma definição ampla o bastante que retira o foco da questão, o qual deve se ater as relações com o crime transnacional organizado e o combate às ameaças representadas por grupos não estatais na segurança dos Estados, *um alargamento do conceito e terrorismo*, traria apenas confusão analítica, nada contribuindo para a resolução da questão. As organizações terroristas e os

governos estaduais possuem diferentes níveis de recursos e, encontram-se susceptíveis a várias espécies de pressões, devendo ser considerados separadamente. Em geral, o terrorismo apresenta duas finalidades: conquistar defensores e coagir os opositores, sendo que a maioria dos grupos terroristas procura ambas as metas, afetando o inimigo e simultaneamente, mobilizando apoio (Bloom 2002, apud Pape, 2003: 346-354).

O terrorismo, se for analisado de forma superficial e perfunctória, apresenta uma implicação importante para o seu tratamento como modalidade do crime organizado transnacional, uma vez que a motivação política da ação terrorista pode caracterizá-lo como crime de natureza política - *crime político*, inserindo-se em regime jurídico que a primeira vista poderia afastar os instrumentos internacionais de cooperação jurisdicional penal em especial o da extradição.⁹¹

A presente questão vem sendo superada, em especial pelos países da União Européia, contemplando a possibilidade de extradição de autores dos atos de terrorismos, conforme previsto na Convenção Européia de Supressão ao Terrorismo de Estrasburgo na França, assinada em 27 de janeiro de 1977,⁹² que ampliou o campo de atuação da Convenção Européia

⁹¹ Extradição é ato pelo qual um Estado entrega um indivíduo acusado ou reconhecido como culpado de uma infração cometida fora de seu território, a outro Estado que o reclama e que é competente para julgá-lo e puni-lo (Cahali, 1983: 295), é a entrega de uma pessoa por um Estado a outro Estado conforme previsto em um tratado, em uma convenção ou no direito interno (Convention Relating to Extradition between the Member States of the European Union, adopted 27 Sept. 1996 (1996) OJ. C313/11).

⁹² O impacto do atentado terrorista ocorrido durante os Jogos Olímpicos de Verão de Munique em 1972, resultando na morte de 11 membros da equipe olímpica israelita, que haviam sido tomados como reféns pelo grupo terrorista palestino denominado de Setembro Negro, serviram de base para a ampliação do debate sob o aspecto criminal das atividades terroristas no contexto do continente Europeu (Lustick, 2005: 547), em especial pelas críticas a tentativa de resgate dos atletas da delegação que se mostraram infrutíferas (Merkel, 2005: 185 e 202) assim a Convenção Européia de Supressão ao Terrorismo de Estrasburgo na França, prevê: Article 1 For the purposes of extradition between Contracting States, none of the following offences shall be regarded as a political offence or as an offence connected with a political offence or as an *offence inspired by political motives*: a) an offence within the scope of the Convention for the Suppression of Unlawful Seizure of Aircraft, signed at The Hague on 16 December 1970; b) an offence within the scope of the Convention for the Suppression of Unlawful Acts against the Safety of Civil Aviation, signed at Montreal on 23 September 1971; c) a serious offence involving an attack against the life, physical integrity or liberty of internationally protected persons, including diplomatic agents; d) an offence involving kidnapping, the taking of a hostage or serious unlawful detention; e) an offence involving the use of a bomb, grenade, rocket, automatic firearm or letter or parcel bomb if this use endangers persons; f) an attempt to commit any

de 1957, sendo que posteriormente, na década de 90, com o acirramento do terrorismo e do crime organizado transnacional, as medidas de extradição foram sucessivamente simplificadas através das Convenções C 78/1 de 1995⁹³ e C 313/11 de 1996⁹⁴ (Council Framework Decision 2002/584/JHA de 13 de junho de 2002: 02-03).

Portanto o terrorismo de Estado, praticado através da ação política dos líderes do Estado, deve ser considerado em razão de sua natureza, uma vez que impossibilita a sua caracterização como atividade do crime organizado transnacional, estando adstrita ao regime do Tribunal Penal Internacional⁹⁵ instituído para o julgamento dos crimes de genocídio, contra a humanidade, de guerra e de agressão, restringindo a sua atuação aos *crimes mais graves, que afetam a comunidade internacional no seu conjunto* (UN A/CONF.183/9 de 17 de julho de 1998, art. 5, 6, 7 e 8).

Esta perspectiva exerce grande influência nos pesquisadores que tratam da questão do terrorismo como uma ação sistemática do Estado na buscando pela eliminação da oposição ao seu regime, através do implemento de políticas destinadas ao extermínio ou o banimento dos opositores, por meio do genocídio e da denominada limpeza étnica, deportação e transferência forçada de suas populações, justificando-se a atribuição dos Tribunais Penais Internacionais conforme previsto no Estatuto de Roma (Cretella Neto, 2008: 44-51).

Assim o terrorismo quando praticado pelo Estado, *Terrorismo de Estado*, apresenta uma perspectiva que dificulta a sua caracterização como atividade do crime organizado transnacional, e a aproximam de outros regimes internacionais como o do Tribunal Penal Internacional, instituído para o julgamento dos crimes de genocídio, entretanto é importante observar

of the foregoing offences or participation as an accomplice of a person who commits or attempts to commit such an offence (g.n.).

⁹³ Convention on Simplified Extradition Procedure between Member States of the European Union, adopted on 10 March 1995 (1995) OJ. C78/1.

⁹⁴ Convention Relating to Extradition between the Member States of the European Union, adopted 27 Sept. 1996 (1996) OJ. C313/11.

⁹⁵ O Brasil aprovou o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional das Nações Unidas, assinada em Nassau, em 23 de maio de 1992, por meio do Decreto Legislativo n.º 112 de 6 de junho de 2002, promulgado pelo Decreto n.º 4.388, de 25 de setembro de 2002 de 25 de setembro de 2002, passando a vigorar no Brasil em 1ª de setembro de 2002.

que o Estatuto de Roma apresenta um rol taxativo das modalidades de crimes de sua competência sem incluir o terrorismo, crime que sequer é citado.⁹⁶

Portanto a motivação política do terrorismo não impede a aplicação da Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional, uma vez que a mesma, ao conceituar a atividade dos grupos criminosos transnacionais, não fez qualquer distinção em razão de eventual motivação política dos atos praticados, afastando tal questionamento (Buscaglia, Ruiz et al, 2002: 16-17).

Após os ataques terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos, e 11 de março na Espanha, muitos estudiosos indicaram que a partir dos anos 90 os grupos terroristas desenvolveram atividades ligadas ao crime organizado transnacional, atribuindo-se a esta mudança de atuação, a substituição da participação Estatal no financiamento do terrorismo, no pós Guerra Fria, e uma radicalização do componente religioso deste fenômeno, como observável na ação das organizações como Abu Midal⁹⁷, Al-Qaeda⁹⁸ e movimentos separatistas africanos, que passaram a atuar em várias atividades ilícitas como fraudes bancárias, contrabandos e tráfico de entorpecentes entre outras, visando recursos econômicos para ataques

⁹⁶ O Estatuto de Roma prevê que a competência do Tribunal Penal Internacional deverá restringir-se aos crimes mais graves, que afetam a comunidade internacional no seu conjunto, sendo os seguintes crimes: a.) genocídio; b.) contra a humanidade; c.) de guerra; d) de agressão (art. 5º). O genocídio é qualquer um dos atos que a seguir se enumeram, praticado com intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal: a.) Homicídio de membros do grupo; b.) Ofensas graves à integridade física ou mental de membros do grupo; c.) Sujeição intencional do grupo a condições de vida com vista a provocar a sua destruição física, total ou parcial; d.) Imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo; e.) Transferência, à força, de crianças do grupo para outro grupo (art. 6º) e crime contra a humanidade, qualquer atos cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque: a.) Homicídio; b.) Extermínio; c.) Escravidão; d.) Deportação ou transferência forçada de uma população; e.) Prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais de direito internacional; f.) Tortura (art. 7º).

⁹⁷ A organização Abu Midal foi criada pelo seu líder Sabri Khalil al Banna, e pertence ao terrorismo religioso, teve sua sede no Iraque (1974-1983), Syria (1983-1987) e atualmente encontra-se na Líbia onde coordena as demais células terroristas responsáveis por vários ataques terroristas na Europa (Kegley Jr e Wittkopf, 2001: 220-223)

⁹⁸ Al-Qaeda: grupo terrorista transnacional fundado em 1988 pelo milionário saudita Osama Bin Laden, sendo que Al-Qaeda em árabe significa *A Base*, conta com uma base operacional em mais de vinte de quatro países, incluindo os Estados Unidos, sendo o grupo responsabilizado por diversos ataques a alvos norte americanos incluindo o de 11 de setembro (Kegley Jr e Wittkopf, 2001: 220-223).

terroristas. A transnacionalização do crime organizado propiciou aos grupos terroristas estabelecerem vínculos associativos com as atividades ilícitas e seu envolvimento com os mercados ilícitos, não tanto pelos grandes grupos de criminosos que protegem o seu território, mas pela incursão dos grupos menores que se associaram em redes (Girando e Trinkunas 2007: 359-361).

A leitura do atentado de 11 de Março em Madrid demonstrou que a relação entre a ameaça do terrorismo global e as respostas adotadas, não encontraram um modelo adequado. O unilateralismo dos EUA, evidenciado no Iraque, implantou um perigo global para todos os países do ocidente sem ter conseguido contribuir para uma doutrina de segurança que aproveite à paz mundial (Moreira, 2004: 11-18).

O relacionamento do crime organizado com o terrorismo é perceptível na atuação dos narcotraficantes, os quais utilizam os grupos insurgentes e as milícias para fornecer proteção às suas atividades (Lupsha, 1988: 183). O exemplo emblemático é o relacionamento dos narcotraficantes com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), uma vez que a atividade terrorista desestabiliza o processo político, além de comprometer com o poder do Estado, arruinando os mecanismos que os governos têm ao alcance para intervir efetivamente na atuação do crime (Manwaring, 1996, apud Shelley, Picarelli et al., 2005: 16).

Observa-se que tais alianças são na verdade vias de mão dupla, se por um lado o crime organizado transnacional se beneficia do respaldo dado pelo poder paramilitar dos grupos terroristas, por outro, os terroristas necessitam de recursos para financiamento de sua causa; tal inter-relação ocorre através da observação da atuação dos grupos terroristas que freqüentemente se utilizam do instrumental do crime para desenvolver as suas atividades, praticando seqüestros e roubos, corrupção de oficiais, tráfico de pessoas, contrafação de documentos e lavagem de dinheiro.

A aliança estratégica observada entre o terrorismo e o crime organizado transnacional é uma realidade presente no mundo contemporâneo e representa uma ameaça às liberdades públicas e a democracia. Existirem críticas de tais alianças, que são apontadas como

exageradas, ou fabricadas por analistas de governo, objetivando criminalizar as atividades insurgentes e facilitar o combate ao terrorismo (Naylor 2002).

Os grupos terroristas têm-se aperfeiçoado, tornando-se capazes de atuar em rede,

“misturar o público com o privado, ou o civil com o militar, investir em tecnologia ou manipular os instrumentos da sociedade democrática e livre em seu benefício. Para melhor o conseguir, é preciso dinheiro e conhecimentos; pelo que é um falso engano pensar que os terroristas pertencem apenas às facções menos privilegiadas da sociedade, pois nem sempre são pobres e ignorantes; não raramente pertencem às elites, tendo recebido uma formação completa, inclusivamente nas melhores Universidades. Os terroristas são ainda especialistas no efeito surpresa e costumam dar excelentes soldados; guerrilheiros, justiceiros, soldados da liberdade – o nome pouco importa – mas não hesitam; para eles não há meio termo, sensatez ou acrescidas considerações. Cabe ao mundo civilizado compreender as suas causas sem cair na armadilha do choque de civilizações ou, pior, do choque de religiões” (Galito, 2004:10).

Assim, é possível identificar o terrorismo como uma manifestação do crime organizado transnacional, em razão da adoção do modelo de redes difusas de atuação econômica, bem como na modificação das táticas empregadas na técnica de combater as redes criminais. A burocracia dos governos é baseada fundamentalmente na rígida estrutura das hierarquias inflexíveis, o que o torna incapaz de acompanhar a fluidez das redes criminosas; devendo optar por um modelo de cooperação mais ágil, utilizando-se de redes de informações na luta contra as redes criminosas.

As organizações criminosas com finalidades terroristas têm aumentado a sua presença em mais de 67 países entre 1990 e 2001, quando ocorreram os atentados terroristas de 11 de setembro, e o seu apoio financeiro conta com uma rede internacional em mais de 88 países (US

Department of State 2001: 02-04), neste contexto, a cooperação internacional contra o financiamento do terrorismo desenvolvido através de mecanismos de combate a lavagem de dinheiro, representa o grande desafio a ser enfrentado. O Conselho de Segurança das Nações Unidas através da Resolução n.º 1373 de 11 de setembro de 2001 estabeleceu a criação de um Comitê Anti-terrorismo, modificando a perspectiva internacional da questão do terrorismo.

CAPÍTULO V

Estado, Segurança, Segurança Humana e *Securitização*.

A base empírica construída no capítulo anterior possibilitará estabelecer o peso do crime organizado transnacional na agenda política internacional e identificar a sua influência nos debates contemporâneos de segurança, estabelecendo como se deu a *securitização* do crime organizado transnacional no contexto internacional, para que no próximo capítulo, seja possível identificar a atuação dos aparatos policiais no plano regional e internacional, ampliando a abrangência do conceito de comunidades de segurança.

O estudo do crime transnacional como um novo ator nas Relações Internacionais contemporâneas deve afastar o rigor da perspectiva tradicional da segurança internacional, a qual trabalha vinculada a dois binômios clássicos: *guerra e paz* e *conflito e cooperação*; e adotam como ator central os Estados, perspectiva puramente *estadocêntrica*; sendo certo que a ameaça representada pelo crime organizado transnacional tem característica tanto regional, quanto internacional, e transcende os limites traçados pelas fronteiras dos Estados, apresenta implicações nos campos da defesa nacional e da segurança pública interna de cada Estado, e influencia na estabilidade dos regimes democráticos (Giraldo e Trinkunas 2007: 348).

A temática da segurança manteve-se em voga na agenda internacional e no debate contemporâneo por estar inserida em um contexto global, estabelecendo um vínculo dialético com as Relações Internacionais. No presente capítulo, serão analisadas as influências das teorias de segurança nas Relações Internacionais e a modificação de paradigma provocada pelo crime organizado transnacional.

1. Segurança, o seu alcance no debate das Relações Internacionais

O estudo da segurança é um dos principais temas das Relações Internacionais contemporâneas, sendo atualmente um dos mais importantes objetos de análise, entretanto um grande caminho foi percorrido até as questões relativas à segurança atingirem o prestígio de ser considerado um objeto de análise autônomo.

A temática da segurança nasce vinculada a prevenção dos horrores provocados pelos conflitos, em especial os decorrentes da I e II Guerra Mundial, e posteriormente dentro do cenário da Guerra Fria, tendo a disciplina se inserido no debate pela busca da paz e da prevenção dos conflitos que se iniciou em 1919 na cidade de Alberystwyth no Reino Unido (Baldwin, 1995: 117-120 e Collins 2007:02-04).

Sua consagração veio junto com as preocupações oriundas da guerra fria e na necessidade de se estabelecer um estudo estratégico destinado a identificar um balanço na liderança militar e nas implicações de uma mobilização de longo prazo, eventualmente imposta pela bipolaridade e suas implicações políticas (Waeber e Buzan, 2007; 386-387).

O principal diferencial para as outras disciplinas, como história, economia, geografia e direito, repousa na sua ocupação por um objeto de análise próprio tendo por tema o estudo do conflito e da segurança, dentro da dinâmica dos mecanismos da guerra e da paz (Sheehan, 2005: 01 e Collins, 2007: 02-03).

A questão a ser enfrentada encontra-se no plano do debate conceitual e destina-se a estabelecer os limites da segurança e a sua relação com a segurança humana; identificando a dicotomia existente entre o conceito tradicional de segurança e um conceito mais abrangente que englobe as questões da segurança humana, sob a perspectiva do bem estar dos indivíduos e dos agrupamentos sociais e comunidade no lugar dos interesses do próprio Estado (Collins, 2007: 422).

A abordagem proposta é fundamental para a compreensão de como o crime organizado transnacional foi introduzido no debate internacional como uma ameaça real e efetiva ao desenvolvimento humano e a busca da realização do bem estar comum das sociedades e dos indivíduos através da segurança humana.

As ameaças à segurança do estado não podem mais ser identificadas por meio do aparato teórico tradicional, tributário da Escola Realista, em razão das assimetrias impostas pelo debate contemporâneo das Relações Internacionais, e pela pressão do peso dos temas relacionados com os Direitos Humanos na agenda internacional, indicando e identificando a importância dos novos atores não-estatais e expondo as fraquezas do modelo de segurança tradicional.

A sociedade contemporânea encontra-se inserida em um cenário que adquire as características e os contornos próprios de um campo de batalha tradicional, onde as ameaças impostas pelo crime organizado transnacional manifestam-se em conjunto com as ameaças tradicionais das guerras e os movimentos insurgentes, que operam na forma de redes difusas de atuação econômica, muitas vezes financiando e fomentando tais manifestações e promovendo a instabilidade global.

Assim, resumidamente, podemos identificar três vertentes teóricas distintas na área da segurança internacional:

- 1) **Tradicionalista**: consoante com as premissas teóricas da Escola Realista defende que os estudos na área da segurança devam se restringir às questões militares na salvaguarda dos interesses do Estado, sendo este a sua unidade básica de análise (Walt, 1991: 33-45);
- 2) **Abrangente**: defende que os estudos de segurança devam incorporar tanto as ameaças militares quanto aquelas advindas das áreas política, econômica, social e ambiental (Buzan, 1991: 49-51);
- 3) **Crítica**: associada aos trabalhos da Escola de Frankfurt propõe que as pesquisas de segurança busquem a

emancipação humana, incorporando ao debate valores como a igualdade e a liberdade consolidando perspectiva da segurança humana (Booth, 1995: 313-326 e Tanno, 2003:50).

2. O Estado, a perspectiva estadocêntrica e os poderes erráticos

O Estado exerce uma grande importância nos estudos das Relações Internacionais como seu principal ator, e historicamente pode ser compreendido como uma categoria política *estruturante* desenvolvida através do pensamento político e jurídico; por isso, algumas notas referentes à sua caracterização e compreensão são reconhecidas nos trabalhos de cientistas políticos da envergadura de Jean Bodin com *Lês Six Livres de la Republique* (1576) e em Thomas Hobbes, na sua obra *O Leviathan* (1651), onde foram estabelecidos os primeiros recortes teóricos do Estado, definindo o seu poder soberano como categorias centrais da modernidade política.

O Estado é, assim, uma forma histórica de organização jurídica de poder, dotada de qualidades que a distinguem de outros *poderes e organizações de poder*, sendo essas qualidades a do *poder soberano*, onde a soberania, em termos gerais e no sentido moderno, traduz-se no *poder supremo* no plano interno e em um poder *independente* no plano internacional; articulando ao mesmo tempo a dimensão constitucional interna com a dimensão internacional do Estado, sendo possível identificar os seguintes elementos constitutivos: a.) *poder político de comando*; b.) que tem como destinatários os cidadãos (*povo* - sujeitos do soberano e destinatários da soberania); c.) reunidos num determinado território (Canotilho, 2003: 89).

A personalidade interna do Estado se observa no seu caráter organizacional e na forma como a identidade nacional é forjada ao redor dos valores mutuamente compartilhados como língua, cultura, religião, ideologia e raça, e como tais valores se desenvolvem no contexto de sua própria história (Buzan, 1991: 78-79)

As condições da personalidade internacional do Estado resultam de um duplo mecanismo: a.) reunião efetiva dos elementos que constituem o Estado, sendo tais elementos o território, a população e uma sociedade organizada por um governo capaz de assegurar as suas funções externas e internas; b.) ordem política e material efetiva; c.) reconhecimento da existência do Estado. A prática internacional admite em geral que a existência destes três elementos é uma condição necessária à existência do Estado, mas para sua oponibilidade frente a outros Estados é necessário o seu reconhecimento no plano internacional (Reuter, 1981: 101).

A soberania dos Estados é o princípio chave para compreender a estrutura de justaposição que prevalece nas relações internacionais, sendo o elemento fundamental da constituição das personalidades internacionais, com especial peso social em razão do comprometimento com o ideal nacional; tal perspectiva metodológica estabelece o caminho para o exame do *poder efetivo*, à margem das formulações jurídicas, sendo que esta perspectiva leva ao reconhecimento de uma hierarquia dos Estados soberanos, freqüentemente assumida e imposta sem a necessidade do consentimento dos outros Estados⁹⁹ (Moreira, 2002: 476 – 480).

Portanto, a soberania no plano interno traduzir-se-ia no *monopólio* da edição do direito positivo pelo Estado e no monopólio da coação física legítima para impor a *efetividade* das relações dos seus comandos, ou seja, o emprego do uso legítimo da força para a garantia da segurança expressa pela garantia da ordem pública e da paz social; por seu turno a *soberania internacional* – ou como preferem alguns internacionalistas - *independência* é um conceito de natureza relativa uma vez que sempre existe outro Estado soberano, significando, assim dizer que existe uma igualdade soberana dos Estados que não reconhecem qualquer outro poder superior (Canotilho, 2003: 90-91).

Assim, para analisar a segurança, é necessário se estabelecer previamente a exata dimensão do Estado, de forma a conceituá-lo de

⁹⁹ Um exemplo de tal hegemonia pode ser observado no momento em que a Carta das Nações Unidas deu direito de veto aos cinco grandes do Conselho de Segurança e nenhum Estado membro se atreveu a contestar a democraticidade da organização (Moreira 2002: 480).

maneira mais abrangente possível, identificando-o na sua perspectiva interna como território, governo e sociedade (povo), mas também em sua dinâmica externa de como este Estado se relaciona com os outros Estados no plano externo internacional (Buzan, 1991: 60).

Um importante fator nesse plano de relacionamento é a presença dos atores não-estatais na comunidade internacional, perceptíveis quando o ambiente é de paz e estabilidade, e o papel dos Estados como moderadores do sistema comercial e investimentos internacionais, uma vez que tais transações são realizadas sob condições em que os riscos operacionais são relativamente baixos, ou seja, em um ambiente internacional de relativo equilíbrio sem instabilidades e com a presença de organismos supranacionais de moderação (Josselin e Wallance 2001: 04-06).

Esses grupos internacionais e organizações de Estados ou de seus representantes, como a Organização Mundial de Comércio (OMC), Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), sendo que a maior parte das organizações internacionais desenvolve diversas atividades administrativas rotineiras e encontram-se diretamente relacionadas às questões de comércio, por outro lado podemos observar a atuação de organizações como a Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO), quando ao debate sobre as medidas a serem adotadas no tocante ao apoderamento ilícito de aeronaves por parte dos terroristas (Dougherty e Pfaltzgraff Jr, 2003: 40-41), ou quando o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou o Grupo de Egmont,¹⁰⁰ se manifestam sobre medidas destinadas ao combate à lavagem de dinheiro (Werner: 2005: 110-111).

Entretanto, conforme aponta Adriano Moreira (2002), é possível identificar outras manifestações de poder, em novos atores que apresentam um poder efetivo de atuação e influência internacional, implicando no reconhecimento de fato de tal poder, tradicionalmente alheio ao poder dos

¹⁰⁰ O Grupo de Egmont organismo supranacional formado em junho de 1995, criado a partir da iniciativa da Unidade Financeira de Inteligência da Bélgica (CTIF) em conjunto com a norte-americana (FINCEN) para promover, no âmbito internacional, a troca de informações, o recebimento e o tratamento de comunicações relacionadas à lavagem de dinheiro e outros crimes financeiros (Angelovska, 2002: 03).

Estados. Nessas condições esse novo poder embora não preenchendo de imediato as condições necessárias para o seu reconhecimento internacional, não pode ser ignorado, mesmo porque dispõe de capacidade de pressão e apoio dos Estados interessados em arregimentar alianças e ampliar zonas de influência (Moreira, 2002: 371 – 372).

A existência de tal poder apresenta um caráter desgastante para os Estados, com repercussão transnacional e conseqüentemente de interesse para a ordem internacional, dado ao poder que exercem na comunidade onde atuam, surge assim uma forma não convencional de poder denominada de *poder errático*, a qual não encontra paralelo de expressão nas tradicionais fórmulas, manifestando-se no sistema de relações internacionais, como integrante dos diversos tipos de agentes ao lado dos Estados. Tais *poderes erráticos* confrontam com os Estados questionando a sua superioridade, propondo um processo de anarquia na vida internacional com a desvalorização do Estado, através do enfraquecimento da sociedade civil, apresentando características próprias bem marcantes, similares à apresentada pelo crime transnacional organizado (Moreira, 2002: 371–372).

A presente análise considera como agente das relações internacionais, em primeiro lugar, os Estados; mas também as organizações internacionais ou transnacionais (organizações não-governamentais) nascidas na sociedade civil que controlam os limites das fronteiras políticas; e os *poderes erráticos*, identificáveis nas manifestações do crime organizado transnacional como o terrorismo o narcotráfico, que surgem no plano das relações internacionais como atores atuantes no mesmo plano de outras instituições reconhecidas como as Organizações não Governamentais e as empresas multinacionais (Moreira, 2002: 38-39), sendo que tal perspectiva foi objeto de análise no capítulo inicial do presente trabalho, quando foi tratada a questão da transnacionalização e dos novos atores.

As características predominantes dos denominados “*Poderes Erráticos*” conforme aponta Adriano Moreira (2000), neste domínio, aquilo que vigora é o princípio *da efetividade*, e um poder errático que se imponha

passa inevitavelmente a ser um interlocutor político sem território, sem população, sem orçamento, sem legalidade objetiva, exatamente o negativo do Estado que conhecemos, tem a legitimidade política pendente da eficácia da intervenção (Moreira, 2000:67).

Assim o poder errático não tem um território próprio, necessitando de um hospedeiro que forneça um santuário,¹⁰¹ entretanto procede nos moldes de um Estado, é obedecido por largas massas da população, alimenta seu orçamento de maneira violenta ou consentida, sustenta forças armadas ou movimentos de milícias, pratica a guerra sob a forma do terrorismo contra vários territórios ou Estados, pode apresentar um projeto final de se constituir como um Estado clássico (Moreira 2002: 371-373).

Os novos atores, a princípio, não se propõem a alterar o quadro institucional básico das relações internacionais, ou seja, assumir a posição central dos Estados, mas passam a influir em seu processo decisório, quando ameaçam os regimes institucionais as liberdades públicas e os valores democráticos.

Assim, é importante analisarmos a cooperação e quais as razões que impelem os Estados a associarem-se e cooperarem, e como os governos trocam as informações sobre o movimento de suspeitos, a compra e o envio de substâncias entorpecentes, das contas bancárias suspeitas de recepcionar dinheiro ilícito e da prática de lavagem de ativos, buscando aumentar a visibilidade de tal fenômeno (Dougherty e Pfaltzgraff Jr. 2003:28).

O sistema internacional contemporâneo sofre uma reformulação, assim uma nova realidade se descortina em decorrência da rápida internacionalização do sistema econômico e financeiro, trazendo à tona uma nova categoria de atores não governamentais, essencialmente de natureza empresarial, além de novos pólos de poder; personagens que até então agiam internos as fronteiras dos Estados, ou no máximo alcançando um

¹⁰¹ A questão do santuário em um determinado território de um Estado implica no consentimento do soberano deste Estado no fornecimento de abrigo, neste contexto o Estado contra o qual a guerrilha combate não pode deixar de assumir que o fornecedor do santuário participa de certa forma ou esteja envolvido na ação e nas atividades deste poder errático (Moreira, 2002: 373).

número diminuto de nações passam a atuar de forma globalizada, desenvolvendo atividades criminosas na forma de redes transnacionais (Williams, 2001: 73-75).

A percepção em relação ao crime organizado transnacional mudou seu foco, sendo percebido como uma ameaça real à segurança nacional e ao regime democrático, impondo aos governos, respostas imediatas, com a alocação dos recursos e verbas para a efetivação das políticas de segurança inseridas em uma metodologia destinada ao aprimoramento das atividades dos órgãos estatais e ao intercâmbio das informações e atividades de inteligência. A consequência desta nova perspectiva é atribuída às medidas destinadas ao combate do crime transnacional organizado e a adoção destas políticas de reação imediata que podem ser observadas no cenário internacional contemporâneo, inclusive em certas ocasiões tais medidas acabam por promover uma limitação nas liberdades civis (Girando e Trinkunas 2007: 348-349).

3. Segurança e Segurança Humana

É importante contextualizar o exato significado do termo segurança, bem como definir os seus limites teóricos, em razão da forte tendência da Escola Realista em agregar ao conceito de segurança os valores e as dimensões da perspectiva exclusivamente estatal, vinculada aos seus aspectos militares e estratégicos, sendo importante observarmos que o debate desenvolvido sobre o tema da segurança é contemporâneo à própria teoria das relações internacionais (Tanno 2003: 50-51).

A primeira observação a ser feita gravita na obrigatoriedade de se distinguir *segurança* e *defesa*, termos que não podem e não devem ser utilizados como sinônimos, em razão de apresentarem realidades e cargas conceituais distintas, apesar de estarem intimamente relacionados ao tema da proteção dos Estados.

Assim *defesa* pode ser compreendida em seu sentido mais abrangente, como uma ação estritamente condicionada à exigência da conservação das estruturas institucionais e dos elementos constitutivos do Estado, identificados como o território, povo e poder soberano organizado, estando sua força conservativa relacionada à própria essência do Estado, que não pode renunciar a acautelar-se contra os fenômenos de subversão das próprias instituições e de eventuais ameaças ou ataques externos sob pena de padecer (Bobbio, 1994: 312-314).

O conceito de defesa encontra-se diretamente atrelado à idéia de soberania, que pode ser compreendida como o *status legal* de possuir o controle efetivo sobre determinado território e sobre as pessoas que lá residem, e de ser reconhecido pelos outros Estados soberanos, capacitando esse Estado e seus governantes de exercerem livremente suas atividades e poderes, sem a influência de outros Estados em seus assuntos internos (Collins, 2006: 430), assim, soberania pode ser compreendida como a supremacia legal de um Estado sobre determinado território (Nye Jr. 1997:76).

A situação de estabilidade do sistema institucional estatal destina-se ao desenvolvimento ordenado da coletividade nacional dentro do quadro legal do império da lei, originariamente englobados no ordenamento jurídico de cada Estado, e como a questão da segurança e tratada, sendo esta a síntese para a conservação e o desenvolvimento em conformidade com os valores jurídicos tutelados. Assim o conceito de defesa apresenta e assume todo o seu significado estritamente instrumental, compreendendo todas as modalidades organizativas e funcionais destinadas a garantir os valores essenciais sintetizados no conceito de segurança; deste modo, a exigência da segurança pode ser posta como origem dos fenômenos associativos entre indivíduo e coletividade, constituindo sempre um dos fins essenciais da entidade estatal (Bobbio, 1994: 312).

O conjunto de aparelhos destinados em primeiro lugar e de maneira exclusiva à tutela da segurança no âmbito das relações internacionais qualifica-se como organização de defesa, ou simplesmente de defesa, nesse

caso defesa coincide com a organização das forças armadas, e no sentido instrumental fala-se de defesa em relação à atividade desenvolvida para a garantia da segurança, podendo ser compreendida como um instrumento para tal garantia. Entretanto em face de uma provável agressão externa o Estado pode defender-se através de ações como o uso de força armada ou também através de ação diplomática.

O debate de segurança proposto pelos acadêmicos das Relações Internacionais consolidou aspectos diferenciados, no plano tradicional, com os estudos restritos as questões principalmente militares, e em um plano abrangente, aplicando os estudos relativos às ameaças militares, com incorporação ao debate de temas provenientes das arenas política, social econômica e ambiental, somados aos críticos que além da segurança, apontam para valores de liberdade, igualdade como inerentes à evolução humana.

Segurança pode ser considerada como um estado relativo de impossibilidade da ocorrência da guerra, conjuntamente com a possibilidade de em havendo guerra, a derrota não ser a sua consequência (Bellamy 1981: 102). Uma nação estará segura até o ponto em que não esteja em perigo de ter que sacrificar seus valores fundamentais no desejo de evitar a guerra, e que seja capaz de mantê-los através da vitória em uma eventual guerra (Walter Lippmana apud Buzan 1991: 16).

O paradigma utilizado para definir segurança encontra-se intimamente relacionado com a questão da **segurança nacional**, conceituada como sendo a habilidade para resistir a uma agressão estrangeira (Luciani 1989: 151). Neste contexto, uma ameaça para segurança nacional é uma ação ou sucessão de eventos que: a.) ameace drasticamente e em um breve lapso de tempo degradar a qualidade de vida dos habitantes de um estado, ou b.) ameace estreitar significativamente a gama das escolhas de política disponíveis para o governo de um estado ou o setor privado, entidades não governamentais (pessoas, grupos, corporações) dentro do estado (Ullman. 1983: 133).

Portanto a segurança pode ser compreendida através de duas percepções distintas, por meio do senso objetivo apto a medir a ausência de ameaças aos valores adquiridos e pelo senso subjetivo, observável na ausência do temor em relação à eventual ataque a tais valores (Wolfers 1962: 150).

Segurança e insegurança são definidas em relação às vulnerabilidades dentro dos planos interno e externo, se a ameaça tem o potencial para derrubar ou debilitar as estruturas estatais, os regimes de exercício de soberania no plano territorial, institucional, e administrativo (Ayoob 1995: 9).

O caráter emancipatório da segurança é indispensável para a consecução da libertação das pessoas no plano individual e coletivo, dos constrangimentos físicos e psicológicos que as impede de escolherem e decidirem livremente os seus destinos. Assim à segurança e a emancipação podem ser considerados os dois lados de uma mesma moeda, e apresentam uma correlação teórica com a segurança (Booth. 1991: 319).

Assim um determinado tema será considerado de segurança quando a sociedade e os representantes do governo, identificarem determinado assunto como sendo uma ameaça as suas vidas, tanto no aspecto público quanto no âmbito privado, e de algum modo responder politicamente a isto, pressionando o debate e influenciando na formação da opinião pública diante do tema de segurança (Hough. 2004: 9).

A segurança sob o aspecto das Relações Internacionais, pode ser considerada como o conjunto de manobras destinadas a neutralizar a ação de um eventual agressor, bem como todas as maneiras de persuasão, objetivando transformar hostilidades em cooperação, com o objetivo de se estabelecer benefícios mutuamente compartilhados entre os Estados (Kolodziej 2005: 25); e encontra-se diretamente relacionada ao território soberano, e na manutenção de sua integridade contra determinadas ameaças, (Buzan, 1991: 09-10), entretanto deve ser observada como uma prática auto-referenciada, uma vez que uma questão pode se tornar uma matéria de segurança sem ser efetivamente uma ameaça, mas sim por

representar uma possível ameaça, sendo tal percepção intersubjetiva e realizável através da análise política dos possíveis efeitos que possa produzir (Waeber *et alli* 1998: 24-25).

Observa-se assim que a segurança é um tema político decidido no interior dos Estados, e também entre os Estados no plano internacional, em uma arena multifacetada, onde o debate se desenvolve.

Nesse contexto, a **segurança humana** é a perspectiva incorporada de forma definitiva na agenda internacional durante os anos 90, e em especial no ano de 1994 através dos debates produzidos pelo Programa de Desenvolvimento Humano pelas Nações Unidas; o conceito de segurança humana deve englobar quatro características essenciais:

- a) a segurança humana é uma preocupação universal, tanto dos países ricos quanto dos países pobres, em razão das novas ameaças comuns, como o tráfico de entorpecentes, tráfico de seres humanos e as violações dos direitos humanos;
- b) os componentes da segurança humana são interdependentes, ocorrendo uma violação a segurança humana as conseqüências são disseminadas por todos, como no caso do terrorismo e dos conflitos étnicos;
- c) a prevenção na proteção da segurança humana é mais fácil que eventual intervenção posterior, como observável no caso do tráfico de entorpecentes que disseminam enfermidades como AIDS/SIDA;
- d) o ponto central da segurança humana é o ser humano, como ele vive na sociedade, as suas oportunidades e possibilidades de acesso aos mercados, uma vida sem ameaças e conflitos. Assim a segurança humana tem sido reconhecida pela Organização das Nações Unidas, desde os seus primórdios, através de dois componentes principais: a *liberdade do medo* e da *liberdade da necessidade*, entretanto houve uma evolução nesta abordagem em favor do primeiro componente, em

detrimento do segundo que é muito abrangente (Nações Unidas Relatório do Desenvolvimento Humano 1994: 25-27).

A *segurança humana* é diferente da *segurança formal*, crivada sob o ponto de vista *estadocêntrico*, que considera a segurança através do prisma da proteção do Estado contra as ameaças externas, sendo exercida através do aparato militar de defesa que não considera a derrota como uma possibilidade plausível (Bellamy 1981: 102), sendo esta segurança expressa através da soberania legitimadora do uso da força, assim na visão estadocêntrica, o Estado é o objeto de referência¹⁰² da segurança, entretanto sob o enfoque humanista, as pessoas é que são o objeto de referência para a análise da segurança (Kerr, 2007: 94).

A Conferência das Nações Unidas levada a termo em São Francisco no Estado Unidos, no ano de 1945, estabeleceu que a batalha pela paz fosse travada em duas frentes distintas: a.) representativa da segurança, onde a vitória significaria a liberdade do medo; b.) promover a estabilidade econômica e social onde a vitória significa a liberdade da miséria. Assim, apenas com a vitória nas duas frentes de batalha se asseguraria uma paz duradoura, sendo neste momento histórico que se faz a transição a partir do conceito estrito de segurança nacional para um conceito globalizado de segurança humana (Nações Unidas Relatório do Desenvolvimento Humano 1994: 27).

A mudança de foco sob a segurança humana ocorreu com o Relatório do Desenvolvimento Humano elaborado em 1994 pelas Nações Unidas, onde se destacam quatro características essenciais: a.) é uma preocupação universal e pertinente a todos os povos; b.) os componentes de segurança são interdependentes; c.) a segurança humana é mais fácil de garantir, mediante prevenção precoce; d.) a formulação define segurança humana como primeiro, a segurança das ameaças crônicas como a fome, as doenças e repressão e em segundo lugar na proteção contra a ruptura dos

¹⁰² Objeto de referência no estudo de segurança é tudo aquilo que deva ser protegido ou esteja sofrendo alguma espécie de ameaça, assim a coisa a ser protegida é o objeto de referência, podendo ser o Estado, ou sob outras abordagens as pessoas, sociedade, economia ou o meio-ambiente (Collins, 2007: 429). O tema será desenvolvido a seguir.

padrões da vida diária, em casa, no trabalho ou nas comunidades; sendo que tais ameaças podem afetar todos os níveis do desenvolvimento nacional (Dalby, 2000: 05-06).

Assim é possível identificar uma tensão aparente entre os dois enfoques destinados à análise da segurança humana, por um lado a **visão restritiva**, estabelecendo que a segurança humana deva atuar na proteção dos indivíduos e das comunidades ameaçadas pela possibilidade da guerra e violência – liberdade do medo e da violência (abordagem realista); e uma **visão ampliativa**, que identifica os objetivos da segurança humana na proteção de um núcleo vital destinado a superação do subdesenvolvimento e a proteção da vida e de todos os mecanismos destinados ao seu pleno exercício – liberdade das necessidades, manifestação do desenvolvimento humano; entretanto podemos observar que a segurança humana é o objetivo da segurança estatal, sendo essa, o instrumento para atingir tal objetivo, uma vez que é possível identificar a sua tutela, através do uso legítimo da força nas intervenções humanitária onde coexistem as questões de soberania interna e autodeterminação com a busca pelo equilíbrio internacional e proteção humana (Kerr, 2007: 94-96).

Independente da visão que se adote, ao abordar a dimensão da segurança humana e a influência da ação do crime organizado transnacional, sendo possível perceber sua ação nos dois enfoques, o **restritivo** – exercendo pressão sobre a sociedade e na estabilidade política dos governos; **abrangente** – impedindo o desenvolvimento gerando desequilíbrio econômico; uma vez que o crime organizado transnacional se manifesta na forma de redes difusa de atuação econômica que interfere na estabilidade da sociedade e do Estado.

O enfoque dado ao conceito de segurança humana o coloca sobre o eixo estabelecido entre o desenvolvimento e o conflito, mas não se encontram baseados exclusivamente nas questões éticas ou no sofrimento humano, devendo ser identificado especialmente quando ocorra a falência do Estado em manter a lei e a ordem, gerando consequências nefastas no plano local, regional e global; sendo a mais recente manifestação desta

problemática o terrorismo internacional e seu combate através dos meios militares, *guerra ao terror*; afastando-se da análise a pobreza global e a exclusão de grupos sociais, considerando-a como um problema independente, em que pese estar diretamente relacionada à questão do terrorismo (Kerr, 2007: 92-93).

Entretanto, existe uma gama de desafios não militares que se inseriram na agenda do debate de segurança nos últimos anos, destacando-se os desafios ideológicos (segurança política), economia nacional e estabilidade do sistema financeiro (segurança econômica), identidades coletivas (segurança social), espécimes, habitat e poluição (segurança ambiental) (Buzan, Wæver e Wilde 1998: 36-39).

4. O enfoque europeu e suas escolas:

Os estudos de segurança inseridos dentro das Relações Internacionais se desenvolveram sob a influência do pensamento da Escola Realista; em especial durante o período compreendido do pós II Guerra Mundial até o final da Guerra-Fria, o qual apresentava um enfoque central baseado na segurança nacional com grande ênfase na soberania; os Estados são considerados atores *auto-interessados* os quais apresentam *interesses* mínimos em se resguardar, ou seja, autoproteção, e *interesses* máximos em aumentar o seu poder no sistema internacional, frente aos outros Estados (Waltz, 1979 apud Tanno, 2003: 48-49).

Os debates sobre a natureza e o significado da segurança, a partir do final do confronto bipolar, mudaram de perspectiva em razão da ampliação da agenda da segurança internacional, com a inclusão das ameaças que gravitam fora da estreita rubrica militar; a temática não mais se limitava às ameaças voltadas a integridade nacional e sim a uma percepção mais abrangente que englobe a segurança dos indivíduos e da sociedade (Williams, 2003: 511).

A influência realista de certa forma acaba por fornecer um viés pessimista ao debate da segurança internacional, por afastar a possibilidade da cooperação, por estabelecer que as questões de segurança devam ser debatidas e resolvidas exclusivamente na esfera militar (Floyd, 2007,39), entretanto com a globalização e o fim da Guerra-Fria, foi possível ampliar a visão proposta pelo paradigma realista anteriormente voltada a concepção *estadocêntrica*; dando lugar assim a uma abordagem ampliativa, tomando como ponto de referência a segurança humana (Wendt, 1999; Campbell, 1998; Walker, 1993; Williams e Krause, 1997 apud Tanno, 2002: 56-57).¹⁰³

O período da guerra-fria foi pontuado por dois enfoques distintos que permeavam o debate internacional uma percepção patrocinada pelos Estados Unidos e baseada nos Estudos Estratégicos, apresentando uma abordagem racionalista, onde a segurança é pensada nos moldes da Escola Realista e muitas vezes dentro de uma perspectiva intra-realista entre o *realismo ofensivo* e *realismo defensivo* e as suas manifestações de poder (Wæver, 2004: 02-04); e outro enfoque Europeu, baseado percepção crítica da segurança (*Critical Security Studies* (CSS)) desenvolvido através de uma abordagem de natureza eminentemente internacionalista, observável nos estudos para a paz, cujo objetivo é a busca pelo desenvolvimento de um ambiente internacional voltado à cooperação, perceptível na mudança do foco da segurança associada exclusivamente ao Estado, para uma visão ampliativa e reflexiva voltada para os indivíduos e a sociedade (John Galtung e Dieter Senghaas apud Booth 1997: 86 – 87).

Trata-se assim de duas formas distintas de se pensar a segurança, uma voltada ao plano estratégico, inserida no contexto da perspectiva realista e militar e outro concentrado nos estudos críticos de abordagem

¹⁰³ Neste sentido os estudos que em decorrência dos questionamentos propostos com o fim da guerra fria, possibilitaram novas abordagens com o instrumental teórico construtivista e pós-moderno, destacando-se os trabalhos de: Alexandre Wendt, (1999), *Theory of International Politics*. Cambridge, Cambridge University Press; David Campbell, (1998) *Writing Security: US foreign policy and the politics identity*. Minneapolis, University of Minnesota Press; R. J. B. Walker (1993) *Inside-Outside: International Relations as a Political Theory*. Cambridge, Cambridge University Press; Keith Krause e Michael Williams (1997) *Critical Security Studies*. Minneapolis, University of Minnesota Press (Tanno, 2002: 56-57).

mais abrangente e humanista voltado a considerar outros fatores intervenientes a questão da segurança (Buzan, 1991: 23-25).

O debate entre o realismo ofensivo e defensivo é bastante ilustrativo sob o aspecto da teoria geral de Relações Internacionais, destinado a avaliar as teorias concorrentes freqüentemente associadas ao debate sobre os papéis a serem desenvolvidos na ordem internacional pelos Estados, no uso do *hard power* ou seja da coerção física com uso da força e do poderio militar, em contraposição as instituições que lançam mão do *soft power* compreendido como a capacidade de influenciar através do exercício político das lideranças, utilizando o prestígio e autoridade moral. Transpondo esta abordagem para o discurso da segurança podemos observar do uso dos instrumentos da *hard security* com o uso da força militar ou da *soft security*¹⁰⁴ lançando mão dos aparatos de segurança pública judicial (Wæver, 2004: 15-16 Morgan, 2007, 28-29 Collins, 2007: 430), sendo que o debate acaba por influenciar na forma como o crime organizado transnacional deva ser enfrentado.

Os estudos pela paz nos levam a esperar que líderes democráticos respondam as demandas públicas para o combate ao crime organizado transnacional, esse tema encontra-se sob os cuidados das competências das áreas de atuação da polícia e da justiça no nível nacional, entretanto considerando as dificuldades de uma cooperação internacional eficaz existe a necessidade da transferência das competências e da tomada de decisão para o plano internacional (Wagner, 2003: 700).

As demandas populares podem ser contraditórias no tocante a segurança, em razão da cultura política que destaca a capacidade ou mesmo expectativa dos líderes democráticos em cooperar no plano internacional em questões de segurança interna. Assim existe uma expectativa que a política de segurança entre os Estados democráticos

¹⁰⁴ Soft Security: a segurança suave que dá ênfase a outros mecanismos que não os militares para tratar da segurança e do bem estar dos Estados ou dos demais atores (Collins, 2007: 430), baseia-se no uso do aparato estatal de segurança pública especifica designado, em especial o das policias judiciárias.

possa ser identificada como compatível com a definição de interesses coletivos pela segurança nacional (Kahl, 1999: 95 e 125)

O pensamento europeu se faz presente através de três escolas distintas estabelecidas na cidade de Aberystwyth, Paris e Copenhagen, com especial destaque a esta última, por apresentar um caráter internacionalista maior do que nacionalista, destinando-se a paz e a cooperação, estabelecendo a importância e o peso do discurso de *securitização* (Wæver, 2004: 20-22), assim observamos:

4.1. Escola de Aberystwyth

A Escola de Aberystwyth também conhecida como Escola de Gales, apresenta com seus principais expoentes Richard Wyn Jones¹⁰⁵ e Ken Booth¹⁰⁶, fortemente influenciados pela Teoria Crítica fundamentada no pensamento Marxista, e desenvolvida sob a égide do pensamento da Escola de Frankfurt, objetiva a emancipação dos indivíduos da falsa consciência imposta pelo pensamento positivista na sua forma de produzir conhecimento, propondo como alternativa uma posição mais reflexiva, colocando o indivíduo no foco central do debate para sua emancipação, ampliando assim a abrangência do conceito de segurança voltado a este indivíduo, sendo a emancipação humana a sua principal preocupação na questão da segurança (Wyn Jones, 1999, 2001; Sheehan, 2005 apud Booth, 2005: 260 Wæver, 2004: 07);

¹⁰⁵ Richard Wyn Jones (1999) *Security, Strategy, and Critical Theory*. London: Lynne Rienner; (2001) *Critical Theory and World Politics*. Boulder, CO: Lynne Rienner; (2005) *On Emancipation: Necessity, Capacity and Concrete Utopias*, in Ken Booth, ed., *Critical Security Studies and World Politics*. London: Lynne Rienner (215–235).

¹⁰⁶ Ken Booth (1991) *Security and Emancipation*, *Review of International Relations* 17(4): 313–326. (1997) *Security and Self: Reflections of a Fallen Realist*, in Keith Krause & Michael C. Williams, eds, *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. London: UCL Press (83–120). (2004) *Realities of Security: Editor's Introduction*, *International Relations* 18(1): 5–8. (2005a) *Critical Security Studies and World Politics*. London: Lynne Rienner. (2005b) *Beyond Critical Security Studies*, in Ken Booth, ed., *Critical Security Studies and World Politics*. London: Lynne Rienner (259–278). (2005c) *Security*, in Ken Booth, ed., *Critical Security Studies and World Politics*. London: Lynne Rienner (21–25) (*Critical Approach to Security in Europe*, *Security Studies*, vol 37, pag. 487-443).

4.2. Escola de Paris

A Escola de Paris é representada por Didier Bigo¹⁰⁷ e Jef Huysmans,¹⁰⁸ e apresenta o debate sobre a segurança em uma perspectiva ampla sob o aspecto da ameaça, a qual se manifesta tanto no plano interno

¹⁰⁷ Didier Bigo (1992) *L'Europe des polices et de la sécurité intérieure* [Polices and Internal Security in Europe]. Brussels: Editions Complexe, (1995) *Grands débats dans un petit monde. Les débats en relations internationales et leur lien avec le monde de la sécurité* [Great Debates in a Little World: Debates in International Relations and Their Link with the World of Security], *Cultures & Conflits* 19–20: 7–48. (1996) *Polices en réseaux. L'expérience européenne* [Police in Networks: The European Experience]. Paris: Presses de Sciences Po. (1998) *L'Europe de la sécurité intérieure, Penser autrement la sécurité* [Europe of Internal Security, Thinking Security Differently], in Anne-Marie Le Gloannec, ed., *Entre Union et Nation. L'Etat en Europe* [Between Union and Nation, the State in Europe]. Paris: Presses de Sciences Po (55–90). (2000). 'When Two Become One: Internal and External Securitizations in Europe', in Morten Kelstrup & Michael C. Williams, eds, *International Relations Theory and the Politics of European Integration, Power, Security and Community*. London: Routledge (171–205). (2001) 'The Möbius Ribbon of Internal and External Security', in Mathias Albert, David Jacobson & Yosef Lapid, eds, *Identity, Borders, Orders: Rethinking International Relations Theory*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press (91–116). (2002) 'Security and Immigration: Toward a Critique of the Governmentality of Unease', *Alternatives* 27(1): 63–92. (2003) Editorial – Les entreprises de coercition para-privées: de nouveaux mercenaires ? [Introduction: Para-private Coercion Companies: The New Mercenaries ?] *Cultures & Conflits* 52(4): 5–10. (2005) 'La mondialisation de l'(in)sécurité. Réflexion sur le champ des professionnels de la gestion des inquiétudes et analytique de la transnationalisation des processus d'(in)sécurisation' [The Globalization of (In)Security ? Reflections on the Field of the Professionals of Unease Management and Analysis of the Transnationalization of the (In)Securitization Process], *Cultures & Conflits* 58: 53–100. (2006) 'Globalized (in)Security: The Field and the Ban-opticon', in Didier Bigo & Anastasia Tsoukala, eds, *Illiberal Practices in Liberal Regimes*. Paris: L'Harmattan (5–49). (2003) 'La mise à l'écart des étrangers. La logique du visa Schengen' [The Exclusion of Foreigners: The Logic of the Schengen Visa], *Cultures & Conflits* 49: 38–70. (2005) *Controlling Frontiers: Free Movement Into and Within Europe*. Aldershot: e Bigo, Didier & Daniel Hermant, 1988. *La relation terroriste, analyse de la violence politique des organisations clandestines dans les démocraties occidentales* [The Terrorist Relation, Analysis of Clandestine Organizations' Political Violence in Western Democracies]. Paris : Etudes Polémologiques, Documentation Française. Bigo, Didier; Emmanuel-Pierre Guittet & Andy Smith, 2004. 'La participation des militaires à la sécurité intérieure: RU, Irlande du Nord' [The Participation of the Armed Forces in Internal Security: United Kingdom, Northern Ireland], *Cultures & Conflits* 56: 11–34, (Critical Approach to Security in Europe, Security Studies, vol 37, pag. 487–443).

¹⁰⁸ Jef Huysmans (1998a). 'Dire et écrire la sécurité: le dilemme normatif des études de sécurité', *Cultures & Conflits* 31–32: 177–202; published in English as Jef Huysmans, 2002. 'Defining Social Constructivism in Security Studies : The Normative Dilemma of Writing Security', *Alternatives: Global, Local, Political* 27: 41–62. (1998b) 'Revisiting Copenhagen: Or, on the Creative Development of a Security Studies Agenda in Europe', *European Journal of International Relations* 4(4): 479–505. (1998c). 'The Question of the Limit: Desecuritization and the Aesthetics of Horror in Political Realism', *Millennium: Journal of International Studies* 27(3): 569– 589. (2000) 'Migration and the Politics of Security', in Sophie Body-Gendrot & Marco Martiniello, eds, *Minorities in European Cities: The Dynamics of Social Integration and Social Exclusion at the Neighbourhood Level*. London: Macmillan (179–189). (2002) 'Defining Social Constructivism in Security Studies: The Normative Dilemma of Writing Security', *Alternatives* 27: 41–62. (2004a). 'A Foucaultian View on Spill-Over: Freedom and Security in the EU', *Journal of International Relations and Development* 7(3): 294–318. Huysmans, Jef, 2004b. 'Minding Exceptions: Politics of Insecurity and Liberal Democracy', *Contemporary Political Theory* 3(3): 321–341. (2006) *The Politics of Insecurity*. London: Routledge (Critical Approach to Security in Europe, Security Studies, vol 37, pag. 487–443).

dos Estados quanto no seu plano externo, faz uso do arcabouço teórico e conceitual multidisciplinar, englobando conhecimentos da Sociologia, Criminologia, Ciência Política e Relações Internacionais, produzindo uma análise voltada aos organismos de segurança, *soft security*; correlacionam os efeitos da tecnologia e do conhecimento na atuação racional dos governos e estabelecem o caminho para o combate das ameaças através dos profissionais que operam a segurança pública e das suas relações. Assim, através da perspectiva social construtivista é possível identificar a importância da linguagem para no discurso da segurança pública, como força produtiva da realidade integradora das relações sociais. Assim se estabelece que no debate sobre segurança o discurso dos seus autores contribui para o processo de legitimação das ações adotadas. A crítica a esta escola é de privilegiar o discurso estratégico das elites, pois somente os que possuem uma posição de destaque na estrutura institucional pode transformar um determinado tema em questão de segurança (Huysmans, 1998: 37-44 e Wæver, 2004: 23-26)

4.3. Escola de Copenhague

A Escola de Copenhague foi criada no âmbito do *Copenhagen Peace Research Institute* (COPRI), em 1985, com o objetivo de desenvolver estudos voltados à paz, sendo influenciada pela Teoria Construtivista das Relações Internacionais, trabalha com a criação das identidades coletivas e busca compreender a segurança internacional sob uma perspectiva abrangente, tendo como principais pensadores Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde, cujo pensamento central é voltado à *securitização*. Os seus trabalhos se afastam do enfoque proposto pela Escola Realista em razão da evolução do conceito de segurança, proposto por Barry Buzan (1991:123), assim o debate da segurança não se encontra mais adstrito ao setor militar; este novo cenário de análise identifica cinco sectores onde a *securitização* poderia ocorrer: Militar, Político, Econômico, Social e Ambiental, destacando-se que o processo de *securitização* pode envolver concomitantemente mais

de um setor (Emmers, 2007: 109 – 111)¹⁰⁹ Apresenta uma predileção por temas afetos a União Européia, buscando a integração dos estudos empíricos com a teoria, vinculando suas pesquisas aos estudos voltados a paz (Huysmans, 1998, 484-485 e Emmers, 2007: 109-125).

É possível observar uma evolução no debate teórico de segurança em especial na contribuição européia ao cotejar os principais conceitos teóricos e inovações propostas; assim, a Escola de Aberystwyth propõe a emancipação humana, sendo esta perspectiva reforçada pelo pensamento da Escola de Paris, voltada a uma ação integradora das relações sociais e ao fortalecimento do papel das instituições de segurança pública; finalmente a Escola de Copenhague, propõe a mudança do foco de análise de uma perspectiva realista e estadocêntrica para uma perspectiva mais abrangente do construtivismo, objetivando a criação de identidades coletivas, identificando no processo de *securitização*, os principais setores envolvidos no grande debate da segurança, mantendo a tradição da lógica estadocêntrica na relação segurança e soberania (Emmers, 2007: 110-111).

Entretanto o marco inicial da perspectiva realista se faz presente em razão do contexto histórico; as pesquisas individuais de Barry Buzan durante a guerra-fria em 1983 pertinentes ao livro *People State and Fear: The National Security Problem in International Relations* e após o confronto bipolar, no livro *People State and Fear: An Agenda for International Security Studies in Post Cold-War Era*, de 1991, contribuíram para identificar o problema da segurança, bem como o papel a ser desempenhado pelo Estado, como um ator central neste processo. Os estudos de Ole Wæver e Jaap de Wilde decorrem de outra perspectiva histórica, influenciado pelas

¹⁰⁹ A política norte-americana da Guerra Contra o Terror que em 2003 efetuou um ataque militar ao Iraque, tendo sido o conflito securitizado no setor militar em razão da suspeita da existência de armas químicas e de destruição em massa e no setor social em razão dos constantes desrespeitos aos direitos humanos e ao genocídio das minorias étnicas promovido por Saddam Hussien (Emmers, 2007: 109-203); bem como no Plano Colômbia que dando continuidade a Guerra Contra as Drogas, foi securitizado pelo setor social em razão dos prejuízos que a droga causa por desagregar os indivíduos e prejudicar a saúde pública disseminando doenças como a SIDA/AIDS, pelo setor econômico, em razão da ameaça econômica causada pela lavagem do dinheiro do narcotráfico, pelo setor político e militar em razão da atuação da Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) na Colômbia e o alastramento da insurgência civil e do terrorismo, e no setor político, pela corrupção dos agentes públicos envolvidos no seu combate.

guerras étnicas nos Bálcãs e Leste Europeu, demonstrando a incapacidade das teorias de cunho realista em resolver os novos temas do debate de segurança sob a perspectiva de outros atores além dos Estados, influenciado pela mudança na política internacional na relação leste-oeste, sendo o conceito de segurança revisitado em uma perspectiva diversa por Ole Wæver e Jaap de Wilde (1993 e 1998);¹¹⁰ possibilitando uma análise construtivista da segurança incorporando as novas idéias do pós-modernismo que defende que *as questões de segurança sejam construídas com as práticas sociais* (Tanno, 2003: 55-57).

O contraste do pensamento europeu com os estudos desenvolvidos nos Estados Unidos é nítido, uma vez que o conceito norte americano de segurança não é aprofundado, mas apenas influenciado pelo enfoque realista da teoria das Relações Internacionais, com uma abordagem eminentemente militar para a resolução das questões relacionadas com a segurança, utiliza a teoria racionalista e o instrumental teórico do conhecimento produzido no debate como fonte legitimadora do processo político de decisão (Wæver, 2004: 16).

A visão Européia, por seu turno, estabelece um conceito de segurança fundado no constante debate reflexivo, construindo uma teorização específica com uma ampla abordagem política e economia, ancorada na teoria construtivista, onde a reflexão geral do processo político conta com a participação da sociedade na definição das questões fundamentais de segurança, sendo esta a sua fonte legitimadora (Wæver, 2004: 16).

O pensamento europeu proposto pela Escola de Copenhague é desenvolvida através da identificação das três unidades envolvidas no debate da segurança, as quais tem a participação obrigatória e indispensáveis para a consolidação do processo de *securitização* (Buzan, Wæver e Wilde 1998: 35-36):

¹¹⁰ Assim podemos observar: Ole Wæver, Barry Buzan, Morten Kelstrup e Pierre Lemaitre (1993) *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe* Ed. Westview Press. e Barry Buzan, e Ole Wæver (1998) *Security: A New Framework of Analysis*. Ed. Reinner.

- **Objeto de referência:** aquilo que é identificado como existencialmente ameaçado e que apresentam legitimidade para reclamar a própria sobrevivência, podendo ser transformado em tema para a *securitização*, ou seja, o objeto a ser protegido ou que estejam sofrendo alguma espécie de ameaça específica para a segurança, (Collins, 2007: 429); portanto o objeto de referência pode ser o Estado (militar), soberania nacional ou ideologia (político), sistema financeiro e economia nacional (econômico), identidades coletivas (social), espécimes e habitat (ambiental) (Buzan, Wæver e Wilde 1998: 35-36).
- **Ator Securitizador:** são os atores que através dos seus discursos *securitizam* determinado objeto de referência existencialmente ameaçado, sendo os atores que iniciam o movimento de securitização através dos seus discursos, podendo ser os políticos ou as burocracias especializadas, bem como os atores transnacionais e os indivíduos (Collins, 2007: 428 e Buzan, Wæver e Wilde 1998: 35-36)
- **Atores Funcionais¹¹¹:** são os atores que afetam a dinâmica de análise da segurança, e embora não possam ser considerados como objetos de referência nem tampouco como atores securitizadores, através das suas atuações influenciam nas decisões a serem tomadas no campo da segurança (Buzan, Wæver e Wilde 1998: 35-36).

¹¹¹ É possível identificar, uma empresa poluidora como um *ator funcional*, sendo um ator central no debate do setor ambiental, entretanto não é o *objeto de referência* (meio-ambiente equilibrado e saudável), nem tampouco um *ator securitizador* (mobiliza a opinião pública sobre determinada ameaça) (Buzan, Wæver e Wilde 1998: 36).

5. A securitização

A *securitização* significa a possibilidade de se declarar que determinado *objeto de referência* uma vez ameaçado seja ou não considerado um tema de segurança. Esse processo não cabe apenas aos atores securitizadores, mas também a opinião pública, aos pesquisadores (comunidades epistêmicas)¹¹² e formadores de opinião considerados como *atores funcionais*¹¹³ os quais atribuem determinado *significado*¹¹⁴ a ameaça no processo de *securitização*; ou percorrendo o caminho inverso, estabelecendo que determinado objeto de referência saia da esfera da segurança e integre a esfera política, perdendo o *significado*, de questão de segurança sofrendo um processo de *dessecuritização* (Wæver, 2004: 13 e Buzan, Wæver, de Wilde, 1998: 40).

O crime organizado transnacional, apesar de poder ser identificado como um ator transnacional, não pode ser classificado como um *ator securitizador*, uma vez que é sobre ele que recai a atuação do discurso, sendo ele um ator funcional, que afeta a dinâmica da análise de segurança, sendo a fonte geradora da ameaça a ser combatida.

A Escola de Copenhague dimensiona a segurança como um objeto de análise inserido em um movimento político que leva para além das molduras estabelecidas as questões que requeiram um tipo especial de tratamento; assim, qualquer assunto específico pode ser classificado sob

¹¹² Comunidade Epistêmica: é uma rede de profissionais com reconhecida perícia e competência em um domínio particular, com autoridade de possuir o domínio dos conhecimentos relevantes para à política dentro desse tema (Adler, 1999: 232), pode ser considerado como o grupo transnacional de especialistas que compartilham o mesmo conhecimento específico sobre determinada área do saber científico ou no campo político, e com base nesses conhecimentos, desenvolvem medidas desatinadas a cooperação (Carlsnaes, Risse e Simmons, 2006: 380).

¹¹³ Considerando como formadores de opinião os atores funcionais que contribuem de certa forma certificando e validando o discurso de segurança, como os lobistas da indústria armamentista no período da guerra-fria ou o setor de segurança privada nos Estados Unidos atualmente, neste sentido destacando-se a análise de Jeremy Scahill no livro *Blackwater: The Rise of the World's Most Powerful Mercenary Army*, Editora Nation Books, 2007.

¹¹⁴ Significado é a representação psicológica de determinado objeto (Barthes 1995: 35) ou a representação da dimensão semântica do procedimento semiológico de determinado signo (*qualquer objeto ou acontecimento utilizando como mansão de um objeto ou acontecimento*) corresponder diretamente ao seu objeto (Abbagnano, 2000: 894 e 890), assim a questão aqui é tratada inserida na teoria do discurso e da linguagem, como uma questão de significante e significado, sendo o significado uma valoração lingüística ao processo de *securitização*.

três perspectivas distintas como temas ou assuntos: *não-politizados*: aqueles que não pertencem às questões de Estado e não se encontram incluído no debate público; *politizado*: quando o tema é gerido dentro do padrão do sistema político, exigindo a decisão governamental e a alocação dos recursos normais; *securitizado*: é a extremidade final do espectro de análise de uma situação classificada como emergencial e que exige do Estado ações além dos padrões e processo políticos normais, em razão de afetar a sua segurança (Buzan, Wæver, de Wilde, 1998: 23-24), sendo clara a distinção de um objeto *politizado*, um *securitizado* na exata compreensão do processo de *securitização* e do conceito de segurança (Emmers, 2007: 123 – 124).

Assim, podemos observar dois processos distintos, a politização e a despolitização de um determinado tema ou assunto; sendo que o processo de despolitização pode significar duas coisas: sua volta para a esfera privada, ou sua elevação para o nível de ameaça à segurança nacional por meio da securitização (Messari, 2004: 134).

A *dessecuritização*, por conseguinte é o processo inverso que envolve mudar a classificação de determinado assunto, não mais o considerando como um tema emergencial, mas recolocando-o no processo normal de negociação inserindo-se na esfera política (Buzan, Wæver, de Wilde, 1998: 23-24).

Um exemplo emblemático foi o fim do regime de Apartheid na África do Sul, onde é possível identificar o processo de *dessecuritização* da questão racial, recolocando-a apenas como uma questão política normal, por não mais representar uma ameaça à segurança que requeira medidas extremas ou de emergência (Emmers, 2007: 111-112).

A *securitização* estabelece através de um processo dividido em dois estágios distintos:

- a.) o primeiro estágio consiste em elaborar um panorama de determinada matéria, pessoa ou entidade classificando-a como uma ameaça real e eminente ao *objeto de referência*, o movimento inicial da *securitização* pode ser dado por qualquer

ator não-estatal (entidade ou grupo ou formadores da opinião pública, comunidades epistêmicas, grupos de interesse, grupos de influência – elites,¹¹⁵ e também pela comunidade de segurança – aqui entendida como o grupo de profissionais que atuam na área da segurança pública), denominados de *securitizadores*;

b.) O segundo estágio corresponde ao momento em que a audiência relevante (opinião pública, políticos, militares, outras elites e componentes do Estado em geral) é convencida de que um determinado *objeto de referência* encontra-se sob extrema ameaça, necessitando que sejam impostas *medidas extraordinárias*,¹¹⁶

O ponto central destes dois estágios estabelecidos pela importância do *ato discursivo*,¹¹⁷ que consiste em uma representação discursiva de determinado assunto apresentando-o como uma ameaça existencial para a segurança. As questões de segurança são articuladas através de uma teoria do discurso, e o peso do discurso encontra-se fundado no seu poder legitimador para a ação a ser adotada, entretanto tal legitimação vai depender de uma compreensão compartilhada por todos no reconhecimento da ameaça apresentada como tal pelo discurso (Buzan, Wæver, de Wilde, 1998: 23-24 e Emmers, 2007: 111-114).

A crítica ao pensamento da Escola de Copenhague no tocante a securitização ser um pensamento voltado às elites uma vez que as mesmas

¹¹⁵ A elite pode ser conceituada como o grupo dominante na sociedade, entretanto deve ser observada de forma mais abrangente quando se trata da formulação de políticas criminais, uma vez que a discussão deve ser democratizada e levada ao coração da sociedade e dos grupos organizados, uma vez que a política de segurança, em última análise, não é apenas uma política do campo criminal, mas, sim um compromisso políticos de todos, se alimentando do debate, dos acordos e também da luta pela hegemonia e imposição, sendo que o resultado desta dinâmica irá, em última análise, estabelecer a política de um Estado (Blinder: 1997:121).

¹¹⁶ Medidas extraordinárias são aquelas que vão além normalmente estabelecidas e, portanto localiza-se fora dos limites dos procedimentos e práticas políticas normais, sua adoção implica na identificação e na classificação de determinadas questões como uma ameaça existencial (Collins, 207: 422), normalmente localizadas fora dos limites usuais das práticas políticas (Emmers, 207: 114).

¹¹⁷ Ato discursivo encontra-se inserido na teoria do discurso intimamente relacionado à pragmática; diferencia o falar algo do discurso considerado como uma forma de referenciar determinada ação ou objeto pelo falante, que estabelece a componente de virtude do falante, como em um voto onde se presta um compromisso que impõe, um grau de comprometimento, a quem fala (Collins, 207: 430).

compõem os formadores de opinião da sociedade que articulam para incluir na agenda política os temas de seu interesse, bem como através da securitização possam vir a influir nas liberdades públicas ou no aumento do orçamento militar (Collins 2005 apud Emmers 2007: 122).

Entretanto é importante observarmos que o debate político, nas democracias, tende a ser o mais amplo possível, e a opinião pública geral por consenso acaba retirando a legitimidade de determinada decisão através dos mecanismos de pressão, este fenômeno foi observado durante a Guerra do Vietnã nos Estados Unidos e recentemente na invasão do Iraque, tendo por consequência uma crise de legitimidade do Governo Bush e no Reino Unido provocando a renúncia do Primeiro Ministro Tony Blair, pois o equilíbrio da medida acaba ao final sendo atingido, uma vez que o processo de *deseuritização* é a ferramenta utilizada para o re-enquadramento da questão na esfera política mais adequada (Collins 2005 apud Emmers 2007: 122).

Os fatos institucionais surgem coletivamente, tanto nos processos de socialização, compreendido na difusão de significados entre países, quanto de processos políticos e diplomáticos que incluem negociação, persuasão e coerção, sendo a persuasão um importante fator na *securitização*; uma vez que a *persuasão* é a disputa para definir entendimentos mútuos, que corroboram identidades, interesses e direitos, e as tentativas de controle do comportamento, através de um amplo espectro de instrumentos coercitivos. O papel das Conferências Sobre a Segurança e Cooperação na Europa durante a guerra-fria, serviram de fórum para o desenvolvimento de significados e valores compartilhados, socialmente construídos através da persuasão entre o Leste e o Ocidente (Adler, 1999: 230).

Entretanto, pode ocorrer que após o processo político ser desenvolvido, determinada população rejeite a securitização de um dado tema; assim se o mesmo tema for novamente debatido em uma arena limitada e que busca os seus próprios interesses (não compartilhados), tal manobra consegue a aprovação da agenda, entretanto não atende ao processo de securitização discursiva dos valores compartilhados. Em

sociedades não democráticas o processo é realizado através das burocracias políticas e militares cumprindo com a securitização não discursiva através da implantação das políticas de segurança, sem a participação da sociedade, entretanto, ao final não haverá legitimidade no processo de securitização, por inexistir um debate que estabeleça e identifique a percepção compartilhada; o ato de securitização terá obtido êxito, mas não terá uma legitimidade funcional, sendo particularmente relevante nas democracias emergentes ou onde a divisão entre as autoridades civis e militares ainda encontra-se imbricada (Antony, Emmers e Acharya, 2006 Collins, 2005 apud Emmers, 2007: 113).

O movimento de *securitização* pode falhar na exata medida em que a *audiência relevante* rejeite o *discurso de securitização*, como ocorreu no caso da Guerra Contra o Terror, onde o Presidente George W. Bush e o Primeiro Ministro Tony Blair (*securitizadores*), se esforçaram ao máximo para tentaram convencer a comunidade mundial da existência de um perigo real e eminente imposto pelo regime de Saddam Hussein no Iraque, justificando assim uma intervenção militar para o combate ao terrorismo, baseada na existência de tais armas de destruição em massa que reapresentam uma ameaça a paz mundial (*objeto de referência*); entretanto o processo de securitização falhou já no primeiro estágio, uma vez que o vínculo não foi aceito pela maioria da comunidade internacional e nem tampouco pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, evidenciando desde o início a falta de legitimidade da medida adotada (Emmers, 2007: 122 – 123).

Inserido no contexto da securitização encontramos a Teoria dos Complexos de Segurança Regionais (TCSR)¹¹⁸ que identifica algumas unidades políticas conectadas e integradas com as outras unidades de forma a impossibilitar que os processos de *securitização* ou de *dessecuritização* possam ser decididos de forma individual ou separadamente (Wæver, 2004: 20), sendo que tal dinâmica é percebida através da análise cuidadosa dos níveis regional, inter-regional e global, apresentando uma

¹¹⁸ Em inglês: Regional Security Complex Theory (RSCT).

dimensão onde é possível identificar a ameaça, bem como estabelecer de pronto uma cooperação como a observada no espaço europeu (Buzan e Wæver, 2003: 343–376), sendo que esta a matéria a ser abordada no próximo capítulo.

Portanto a securitização proporciona alguns benefícios tangíveis, incluindo um tratamento mais eficiente dos problemas complexos, uma mobilização popular de apoio às políticas comunitárias em domínios específicos, possibilita o debate de questões específicas de segurança, fomenta a alocação de mais recursos, sendo que tais conquistas não poderiam ser obtidas se os problemas estivessem sendo tratados apenas na esfera das questões políticas (Emmers, 2007: 115).

6. A securitização na perspectiva das organizações internacionais

A percepção supranacional do crime transnacional pode ser observada através das respostas políticas dadas pelas organizações internacionais, destacando-se a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA) e União Europeia (EU), as quais incorporaram em sua agenda o tema do crime organizado transnacional na agenda global e a sua influência para a segurança mundial.

Os pronunciamentos das organizações internacionais apontam para um consenso na necessidade do fortalecimento da cooperação em razão da ameaça que o crime organizado transnacional a segurança e a estabilidade global.

6.1. Organização das Nações Unidas (ONU)

A Organização das Nações Unidas se inserem no combate ao crime através de um processo de contínuo desenvolvimento, destinado a estabelecer a exata dimensão da questão da criminalidade transnacional,

buscando assim o fortalecimento da cooperação internacional para o seu combate (Vlassis, 202: 83); na década de 80, o debate se desenvolveu, culminando nas ações internacionais a serem adotadas no combate ao tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas, com a proposição de uma metodologia eficaz voltada diretamente para a questão da lavagem de dinheiro e posteriormente na adoção de medidas contra o crime organizado transnacional (Kenney, 2001: 30-32; Alldridge, 2002:17-18).¹¹⁹

As Nações Unidas desenvolveram uma sistemática de análise do crime organizado, buscando evitar o desenvolvimento das atividades criminosas, com a elaboração de políticas destinadas a sua prevenção, bem como na redução da vulnerabilidade das atividades lícitas perante a ameaça do crime organizado (Williams e Savona, 1996: 44-46).

O primeiro empreendimento contra o crime organizado se deu em 1975, em Genebra, na Suíça, quando o 5.º Congresso das Nações Unidas discutiu os assuntos relacionados ao crime organizado e sua ação, posteriormente, no 6.º Congresso de Caracas, em 1980, ampliou a agenda de debate, incluindo o crime organizado e sua relação com o abuso de poder e a impunidade; no 7.º Congresso de Milão em 1995, a discussão se em razão da ampliação do crime organizado inserido no contexto do tráfico internacional de drogas e corrupção, com propostas de um plano de ação em resposta a esses desafios; a agenda acabou por ser incorporada pela Assembléia Geral com a criação de um Congresso Anual de Prevenção do Crime e Tratamento das Vítimas (Müller 1998:13, Williams e Savona 1996: 108-118 e Alan Wright 2000:191-192).

O papel das Nações Unidas no combate à criminalidade transnacional pode ser percebido, em razão de sua longa tradição em lidar com questões relacionadas à justiça e atividade criminal, inclusive na criação

¹¹⁹ A Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas (Convenção de Viena, 1988), tem como objetivo central promover a cooperação internacional para as questões ligadas ao tráfico ilícito de entorpecentes e os crimes correlatos, dentre eles a lavagem de dinheiro; trata-se do primeiro instrumento jurídico internacional a definir como crime a operação de lavagem de dinheiro, e busca atender as diretrizes da agenda de diversos países voltada ao combate do tráfico internacional de drogas e em especial da agenda norte-americana.

da Comissão de Prevenção e Justiça Criminal (UM-CPCJ) em 1992;¹²⁰ a qual se dedicou de imediato a questão do crime organizado transnacional, encaminhando em 1994 uma proposta, através do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, para a realização da Conferência Mundial sobre Crime Transnacional Organizado, realizada em Nápoles em 1994¹²¹ (McClean, 2007: 02-03); a qual deliberou pela primeira vez uma resolução contextualizando de que *o crime organizado transnacional se insere nos temas de segurança e também englobam aspectos econômicos e sociais que comportam, igualmente, uma agenda de direitos humanos*¹²² (Werner 2005: 60-61).

O crime organizado transnacional foi, portanto identificado como uma ameaça ao desenvolvimento mundial, pondo em risco as liberdades fundamentais e os direitos humanos, configurando-se em um risco desestabilizador e corruptor das instituições sociais, econômicas e políticas, identificando a necessidade da cooperação internacional no seu combate no plano global, e no plano interno, com a adoção através dos Estados de políticas destinadas a adequação das legislações nacionais aos padrões internacionais¹²³ (Werner, 2005: 60).

A influência dos debates levados a termo durante a Convenção Internacional em Varsóvia em 1996, é observável através da proposta do governo da Polônia, destinada a definir, o crime organizado transnacional como:

¹²⁰ Em inglês Commission on Crime Prevention and Criminal Justice (CCPCJ), criada por determinação do encontro interministerial em Versalhes 1991 .

¹²¹ Relatório da Conferência – A/49/748.

¹²² The World Ministerial Conference on Organized Transnational Crime (21 a 23 de Novembro de 1994) “*was convened in accordance with Economic and Social Council Resolution 1993/29 of 27 July 1993, adopted on the recommendation of the Commission on Crime Prevention and Criminal Justice at its second session. In its Resolution 48/103 of 20 December 1993, the General Assembly, inter alia, expressed its support for the World Ministerial Conference and called upon Member States to be represented at the Conference at the highest possible level. It also requested the Secretary-General to submit the conclusions and recommendations of the World Ministerial Conference to the General Assembly at its forty-ninth session*”.

¹²³ Dentre os itens componentes da Resolução, constam explicitamente trechos que propugnam aos Estados Nacionais, medidas e meios com o objetivo aperfeiçoar e reforçar as legislações, medidas, instrumentos e instâncias de combate ao crime organizado transnacional, particularmente seu item B, intitulado “*National legislation dealing with organized transnational crime and guidelines for legislative and other measures*” (United Nations Congress on The Prevention of Crime and The Treatment of Offenders A/CONF.169/16 Cairo 12 May 1995) .

“a atuação de um grupo de três ou mais pessoas, operando com vínculos de hierarquia, ou por meio de relacionamentos pessoais que permitam aos seus líderes o controle interno, bem como a percepção dos lucros das operações, bem como no controle dos territórios e mercados internos ou estrangeiros, mediante o uso da violência, intimidação e corrupção, tudo em benefício da atividade ilícita, bem como se infiltrando na atividade lícita” (Nações Unidas, Assembléia Geral de 1º de Outubro de 1996 A/C 3/51/7 p.3).

As Nações Unidas, em 1998, através da Assembléia Geral deliberou pela elaboração da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, cujo texto final foi firmado durante a Conferência de Assinatura para a Convenção, realizada em Palermo, Itália, entre 12 a 15 de maio de 2000 sendo incorporada na versão final uma definição teórica (McClellan 2007:38-41), securitizando a questão como uma ameaça a segurança global.

Nota-se uma evolução do conceito anterior em que o crime organizado era compreendido como uma atividade criminosa de larga escala perpetrada por um grupo de pessoas, que organizadas em alianças rígidas, objetivavam o enriquecimento com o desenvolvimento de atividades ilícitas, contando com a ausência de regulamentação proibitiva específica e fazendo uso da corrupção.

O debate internacional transcende a mera identificação conceitual do crime organizado transnacional, podemos observar uma *securitização* do tema no âmbito internacional, e sua incorporação no fórum das Nações Unidas, destacando-se neste sentido uma ampliação da agenda, incorporando diversas modalidades do crime organizado transnacional tradicionalmente, que foram objeto de deliberação, como podemos observar:

- a.) Tráfico ilícito de entorpecentes definido na Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1988;

- b.) Trafico de pessoas inicialmente definido pela Convenção para Supressão do Trafico de Pessoas e Exploração da Prostituição de 1949;
- c.) Falsificação de moeda definido na Convenção para a Supressão da Contrafação de Moeda de 20 de abril de 1929;
- d.) Proibição do Trafico de objetos Artísticos e Culturais através da Convenção de Proibição e Prevenção do Comercio Ilícito e Possessão de Objetos Culturais de 14 de Novembro de 1970, de Exploração de Bens Culturais ilegais ou Roubados de 24 de junho de 1995;
- e.) Convenção de Proteção de Materiais Nucleares de 3 e março de 1988, dentre outras relacionadas ao terrorismo, trafico ilícito de armas e corrupção

Os debates desenvolvidos apontaram para a necessidade da implementação da cooperação internacional mais eficiente como principal forma de combate ao crime organizado transnacional, baseando em cinco pontos fundamentais:

- a.) alinhamento legislativo internacional no tocante a definição de crime transnacional organizado;
- b.) ampliação da cooperação internacional da atuação no âmbito da investigação policial, unificação de procedimentos e homogeneização da atuação judicial;
- c.) estabelecer princípios básicos e modalidades de cooperação internacional no plano regional e global;
- d.) elaboração de acordos internacionais contra o crime organizado transnacional;
- e.) desenvolver as medidas destinadas ao combate da lavagem de dinheiro e outras formas de atuação (McClean, 2007: 04).

Nessa perspectiva, os instrumentos internacionais de cooperação para o combate ao crime organizado transnacionais passaram a ganhar relevância na agenda internacional, em especial nas últimas décadas, quando diversos países incluíram no debate político interno os temas

discutidos nos encontros internacionais, incorporando de forma gradativa as alterações dos mecanismos jurídicos de combate a esta modalidade criminosa (Evans, 1997:23-24), modificando a legislação e criando agências governamentais de inteligência policial, (Gorgues, 2002: 33-34) e incentivando o fortalecimento de organizações supranacionais como a Europol e a Interpol.

Os estudos contribuíram para a construção de uma definição ampla e global do crime organizado transnacional, identificando a sua forma de ação e interação com a sociedade (Fijnaut, 2001: 02–03) podendo ser definido como amplo e complexo conjunto de atividades ilícitas praticadas de forma continuada, realizada por um conjunto ordenado de pessoas, objetivando o enriquecimento indevido e freqüentemente realizada sem respeito a qualquer lei estabelecida e, inclusive atentando contra a integridade das pessoas e a corrupção política (Broome 2000: 01-05).

As definições apresentadas e discutidas pelos organismos internacionais serviram de orientação no combate ao crime organizado transnacional, alertando para a necessidade da criação e do desenvolvimento de políticas destinadas à primazia da *criminalização* e *homogeneização* internacional dos dispositivos legais, bem como na regularização da cooperação policial, através da *securitização* de tais temas afetos a segurança internacional (Andreas e Nadelmann 2006: 224-237).

6.2. Organização dos Estados Americanos (OEA)

A Organização dos Estados Americanos (OEA),¹²⁴ tomando por base a revolução tecnológica e a globalização transformadoras das atividades comerciais, e em especial das atividades ilícitas, e seguindo os paradigmas

¹²⁴ A Organização dos Estados Americanos (OEA) é uma organização internacional que foi criada em 1948 com sede em Washington (Estados Unidos), cujos membros são as 35 nações independentes das Américas, tem por objetivo central aproximar as nações do hemisfério ocidental, buscando fortalecer mutuamente os valores democráticos, defender os interesses comuns e debater um grande número de temas regionais e mundiais, consistindo em um fórum multilateral destinado ao fortalecimento da democracia, bem como para a promoção dos Direitos Humanos (OEA – www.oas.org)

propostos pelo Consenso de Washington;¹²⁵ incluíram em sua agenda de debates a questão do crime organizado transnacional, em razão da ameaça que representa para a sociedade e um grave risco imposto para as democracias das Américas (Granada, 2002: 101-102).

Os antecedentes históricos da postura adotada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), foram estabelecidos durante a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) de 1986, com o objetivo de promover e facilitar o estabelecimento de uma estreita colaboração entre os Estados-membros no controle do tráfico, produção e consumo de drogas ilícitas, de acordo com o Programa Interamericano de Ação do Rio de Janeiro, elaborado em 1986, com forte influência da política Norte-Americana dos anos 80 de combate as drogas, denominada *Guerra as Drogas* (Granada, 2002: 101-102).

A questão das drogas pode ser vista sob o ponto de vista da Escola de Copenhague como um tema recorrentemente a ser *securitizado*, em razão da influência que exerce em vários setores do debate de segurança (militar, político, econômico, social e ambiental) por constituir-se uma ameaça *política* por corroer a trama político dos Estados através da corrupção e da ingerência; *social* por fomentar os níveis de violência e desarticulação da sociedade e promover a incapacidade física do usuário de exercer uma vida produtiva, *ambiental* atingindo o meio ambiente saudável (sanitário) através da disseminação de doenças como SIDA/AIDS, *econômico* uma vez que as drogas movimentam aproximadamente US\$ 400 bilhões ao ano, distorcendo as economias nacionais e criando a

¹²⁵ Consenso de Washington é uma expressão muito em voga no debate econômico contemporâneo relacionado ao comércio e desenvolvimento, muitas vezes identificada como sinônimo para o neoliberalismo e globalismo. Trata-se do conjunto de medidas formuladas em novembro de 1998 pelos economistas ligados ao Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, com sede em Washington/EUA, tendo por mentor intelectual John Williamson, do Instituto Internacional de Economia da Universidade de Harvard, estabelecendo as diretrizes econômicas mínimas a serem aplicadas nos países da América Latina, sendo: disciplina fiscal, redirecionamento dos gastos públicos em atividades com o objetivo de fortalecer a distribuição de rendas, reforma fiscal, liberação da taxa de juros, câmbio, liberação do comércio, liberalização dos investimentos estrangeiros, privatização, desregulamentação das barreiras alfandegárias, assegurar o direito a propriedade (fonte: <http://www.cid.harvard.edu/cidtrade/issues/washington.html>).

informalidade fundamentada na lavagem de dinheiro, na sonegação fiscal e na evasão de divisas (Emmers, 2007: 120).

É possível identificar outras medidas destinada ao combate do crime organizado transnacional destinam-se ao tráfico ilícito de armas leves e munições; nesse sentido a Assembléia Geral do OEA, reunida em Quito na sessão plenária de 8 de junho de 2004, adotou o texto da resolução AG/RES. 2026 (XXXIV-O/04); a qual estabelece que a luta contra o crime organizado transnacional no hemisfério deve adotar as Recomendações da Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros e Procuradores-Gerais das Américas (REMJA-V) (REMJA-V/doc. 7/04 rev. 4).

O combate ao tráfico de armas é um importante tema que foi *securitizado* tanto no plano regional quanto no internacional,¹²⁶ por se tratar de uma questão que atinge os setores, militar, econômico e social, constituindo se em um instrumento fundamental para o combate do crime organizado transnacional, o debate evoluiu desde o fim da guerra-fria; buscando-se o fomento as guerrilhas insurgentes e aos conflitos, separatistas, perpassando a necessidade de enfraquecer a atuação do crime, uma vez que as *armas leves*, ou seja, as armas que podem ser carregadas por um único combatente ou por um veículo leve são amplamente utilizadas, bem como nos montantes decorrentes da comercialização na cifra de bilhões de dólares (Husbands, 2003: 75 – 77)

Assim o ponto I.A.3, da recomendação estabelece que a Assembléia Geral da OEA:

“convoque um grupo de peritos que considere a possibilidade da elaboração de um Plano de Ação Hemisférico contra o Crime Organizado Transnacional, como um plano integrado que reúna o esforço que cada área da OEA vem desenvolvendo com relação aos distintos aspectos do

¹²⁶ Organização das Nações Unidas, na Conferência de Nova Iorque, realizada de 9 à 20 de julho de 2001, lançou o “*Programa de Ação para Prevenir, Combater e Erradicar o Comércio Ilícito de Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves em todos os seus Aspectos*”(UN Document A/CONF. 192/15), sendo que o Brasil através do Decreto Legislativo 36, de 2006, aprovou o texto do Protocolo contra a fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo, suas peças e componentes e munições, complementando a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, adotado pela Assembléia-Geral, em 31 de maio de 2001, e assinada pelo Brasil em 11 de julho de 2001.

problema, em conformidade com a Declaração sobre Segurança nas Américas”,

no cumprimento deste mandato, a Comissão solicitou e recebeu, relatórios, recomendações dos órgãos, organismos, entidades e mecanismos da Organização envolvidos na luta contra o crime organizado transnacional¹²⁷ e, com base em suas recomendações,¹²⁸ considera que pode ser de grande utilidade que a Organização conte com um plano de ação hemisférico contra o crime organizado transnacional (OEA: CP/CSH-677/05 rev. 2).

Posteriormente, foram estabelecidas diversas convenções as quais foram adotadas pelos países signatários, tendo por agenda básica, ações conjuntas destinadas ao efetivo combate do crime organizado transnacional, destacando-se a Convenção Interamericana Contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo e Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos¹²⁹, Convenção Interamericana contra Corrupção¹³⁰, Convenção Interamericana de Tráfico de Crianças¹³¹; Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção¹³² Convenção Interamericana contra o Terrorismo.¹³³

¹²⁷ A resolução AG/RES. 2026 (XXXIV-O/04) estabelece que entre estas entidades estão “a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), a Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA), a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), o Instituto Interamericano da Criança (IIN), a Rede Hemisférica de Intercâmbio de Informações para a Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal, a Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA), o Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC) e, nos aspectos considerados pertinentes, o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)”. Neste último ponto a Declaração de Port-of-Spain sobre o Fortalecimento da Cooperação em Estratégias para Sustentar e Fazer Avançar o Combate Hemisférico ao Terrorismo, adotada pelo CICTE (OEA/Ser.L/X.2.5 CICTE/DEC. 1/05 rev. 1, em 17 de fevereiro de 2005) diz “*que a ameaça do terrorismo é agravada pelos vínculos existentes entre o terrorismo e o tráfico ilícito de drogas, o tráfico ilícito de armas, a lavagem de dinheiro e outras formas de crime organizado transnacional e que as alianças e benefícios resultantes desses vínculos são ou podem ser utilizados para apoiar e financiar atividades terroristas...*”.

¹²⁸ Documento CP/CSH-667/05 rev. 1.

¹²⁹ O Brasil aprovou o texto da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos, concluída em Washington, em 14 de novembro de 1997, através do Decreto Legislativo n.º 58 de 18 de agosto de 1999, promulgado pelo Decreto n.º 3.229 de 29 de outubro de 1999.

¹³⁰ O Brasil aprovou o texto da Convenção Interamericana Contra a Corrupção, concluída em Caracas em 29 de Março de 1996, através do Decreto Legislativo n.º 152 de 25 de junho de 2002, promulgada pelo Decreto n.º 4.410, de 7 de outubro de 2002.

¹³¹ O Brasil aprovou a Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores, assinada na Cidade do México em 18 de março de 1994, através do Decreto Legislativo n.º 105 de 30 de outubro de 1996, promulgado pelo Decreto n.º 2.740 de 20 de agosto de 1998.

¹³² Aprovada pelo Decreto n.º 5.687/2006.

O governo Norte-Americano exerceu grande influencia na agenda da Organização dos Estados Americanos (OEA), até então voltada principalmente para as questões relativas aos Direitos Humanos, destacando a Declaração Americana dos Deveres e Direitos do Homem de 1948 e a Convenção Americana de Direitos Humanos, Pacto de São José da Costa Rica de 1969.¹³⁴

Nesse debate, foram agregadas as questões voltadas à segurança, de uma forma mais abrangente, destacando-se a Declaração Sobre a Segurança nas Américas, (Declaração do México de 2003); onde se observou:

“a clara expressão de uma linha progressiva de ação e de pensamento nas Américas consolidada em importantes antecedentes históricos como na Carta Democrática de 2001 e na anterior Convenção sobre Direitos Humanos de 1969, bem como nos valores e princípios que sempre nortearam o Sistema Interamericano, expressos na Carta de Bogotá (1948) (OEA/Ser.G CP/CSH/INF.106/07 de 26 março 2007)”,

sendo que a Comissão de Segurança Hemisférica busca debater também os temas mais complexos de sua agenda, como é o caso do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) (CP/CSH/INF.106/07).

Assim a Declaração do México preceitua a necessidade do alcance *multidirecional*, para incluir as ameaças tradicionais as novas ameaças, como desafios aos valores compartilhados na busca da manutenção da paz e da democracia; sendo que a declaração identifica sete novas ameaças:

- “1) o terrorismo, o crime organizado transnacional, as drogas, a corrupção, a lavagem de ativos e o tráfico de armas;*
- 2) a pobreza extrema e a exclusão social de amplos setores da população;*

¹³³ O Brasil aprovou a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada em Barbados, em 3 de junho de 2002, através do Decreto Legislativo n.º 890 de 10 de setembro de 2005, promulgado pelo Decreto n.º 5.639 de 26 de dezembro de 2005.

¹³⁴ O Brasil aprovou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), adotada no âmbito da Organização dos Estados Americanos, em São José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, entrou em vigor internacional em 18 de julho de 1978, através do Decreto n.º 678 de 6 de Novembro de 1992.

- 3) os desastres naturais, as doenças e a deterioração do meio ambiente;
- 4) o tráfico de pessoas;
- 5) os ataques à segurança cibernética;
- 6) os riscos de acidentes de transporte de materiais perigosos (petróleo, material radiativo e resíduos tóxicos);
- 7) a possibilidade do acesso e uso de armas de destruição em massa.” (SerOEA/Ser.K/XXXVIII CES/doc.14/03 add.1 3 dezembro 2003).

Observa-se que:

“embora existam áreas claras de cooperação, como o combate ao terrorismo, e de responsabilidade compartilhada, como a luta contra as drogas e o crime organizado, é clara a proeminência da segurança humana, onde o respeito ao Estado de Direito, ao Direito Internacional, aos direitos humanos e às liberdades civis constitui uma importante conquista dos Estados” (SerOEA/Ser.K/XXXVIII CES/doc.14/03 add.1 3 dezembro 2003).

Em 2004 foi instituída a Rede Ibero-americana de Cooperação Judicial (IberRED), após a VI Cúpula Ibero-americana de Presidentes de Cortes Supremas e Tribunais Superiores de Justiça levada a termo em Cartagena das Índias na Colômbia, tendo por objetivo otimizar a cooperação judicial em matéria civil e penal entre os países membros, bem como estabelecer sistema de informações sobre os regimes jurídicos de 23 países. A 1ª Reunião de Pontos de Contato foi realizada em maio de 2005 na Guatemala, e estabeleceu, de modo permanente, grupos de trabalho para a elaboração de manuais de boas práticas em matéria de cooperação penal e civil, visando o exato diagnóstico sobre a cooperação e difusão dos projetos de segurança através da rede mundial de computadores no sítio <http://www.iberred.org>.

O enfoque na cooperação ao combate do crime organizado transnacional também se faz presente na agenda do Mercado Comum do

Sul (Mercosul)¹³⁵, influenciada pelo antecedente da Organização dos Estados Americanos, através da Resolução n.º 544, dando origem a Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal;¹³⁶ Convenção Interamericana Sobre Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior;¹³⁷ sendo que posteriormente no âmbito do Mercosul, o Governo brasileiro, participado de uma série de programas objetivando o combate ao narcotráfico e lavagem de dinheiro na região da tríplice fronteira, culminando na elaboração do Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais para o Mercosul, o qual busca criar medidas para atualizar e melhorar a cooperação jurídico-legislativa dos países signatários (Cervini e Tavares, 2000: 96-97).

6.3. União Européia (EU)

Compreender como o crime organizado transnacional se inseriu na agenda política da União Européia requer a análise dos mecanismos e das dimensões do Tratado da União Européia,¹³⁸ assinado em Maastricht em 7

¹³⁵ O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi criado em 26 de março de 1991 através do Tratado de Assunção, *objetivando a compartilhar uma comunhão de valores que encontra expressão nas sociedades democráticas, pluralistas, defensoras das liberdades fundamentais, dos direitos humanos, da proteção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, incluindo seu compromisso com a consolidação da democracia, a segurança jurídica, o combate à pobreza e o desenvolvimento econômico e social com equidade, com essa base fundamental de concordâncias, os sócios buscaram a ampliação das dimensões dos respectivos mercados nacionais, através da integração, a qual constitui uma condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social.* (Fonte: www.mercosul.int).

¹³⁶ O Brasil aprovou a Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau, em 23 de maio de 1992, e seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua, em 11 de junho de 1993, por meio do Decreto Legislativo n.º 272 de 4 de outubro de 2007, promulgado pelo Decreto n.º 6.340, de 3 de janeiro de 2008.

¹³⁷ O Brasil aprovou com reservas o texto da Convenção Interamericana sobre Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior, concluída em Manágua em 9 de junho de 1993, por meio de Decreto Legislativo n.º 268 de 29 de dezembro de 2000, promulgada pelo Decreto n.º 5919 de 3 de outubro de 2006.

¹³⁸ Tratado da União Européia (92/C 191/01) publicado no Jornal Oficial n.º C 191 de 29 de Julho de 1992; e entrou em vigor em 1 de Novembro de 1993. Este Tratado alterou a designação da Comunidade Económica Européia, que passou a denominar-se de Comunidade Européia; e também introduziu novas formas de cooperação entre os governos dos Estados-Membros em domínios como a defesa e a justiça e assuntos internos, ao acrescentar esta cooperação intergovernamental ao sistema comunitário já existente, o Tratado de Maastricht criou uma nova estrutura, tanto política como económica, com base em três pilares da União Européia (UE) (fonte: <http://europa.eu>).

de fevereiro de 1992, formador da União Européia, que unificou as três Comunidades Européias – Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA), Comunidade Econômica Européia (CEE), e a Comunidade Européia da Energia Atômica (Euroatom) – retomando o Tratado de Roma revisto pelo Ato Único Europeu, e criam um ambiente propício ao estreitamento das relações entre os cidadãos da Europa e de seus países; para tanto, estabeleceu uma arquitetura composta e solidificada através de três pilares, um pilar central – comunitário – e dois pilares laterais relativos às matérias de cooperação intergovernamental, (Camisão e Fernandes, 2005: 73-74) assim a sua estrutura se encontra assentada da seguinte forma:

1.º Pilar: Comunitário – supranacional relativo às políticas integradas a serem adotadas pelos Estados-Membros como: união alfandegária, mercado interno, política agrícola e de desenvolvimento, implantação da unidade econômica do Euro, entre outras que me razão do relevo impõe que parte da soberania dos Estados seja transferida para a União Européia.

2.º Pilar: cooperação intergovernamental, Política Externa e Segurança Comum (PESC).

3.º Pilar: trata da cooperação policial e judiciária em matéria penal, destinada a combater o crime organizado transnacional, composto pela Europol e Eurojust¹³⁹ destina-se a prevenir e reprimir as ações ilícitas praticadas como o tráfico de drogas, e armas, terrorismo, tráfico de pessoas e imigração ilegal corrupção.

Os Estados europeus apresentam uma longa tradição na busca pela cooperação legal e judicial no combate ao crime organizado, e em abril de

¹³⁹ Eurojust: cooperação jurídica em matéria penal, destinada a aplicação uniforme das normas penais pelos Estados-Membros, conforme previsto no Tratado de Amsterdã (art.31º - 97/C 340/01) e a Europol que será tratada no capítulo final da presente tese.

1959, o Conselho de Europa aprovou a Convenção de Mutua Assistência em Matéria Criminal, com o objetivo de regulamentar e ampliar as perspectivas de ação na esfera criminal; com a inclusão de protocolos destinados a coibir crimes específicos que ocorriam através das fronteiras dos Estados Europeus (Wright, 2000: 1994).

A cooperação no continente Europeu desenvolve-se até a criação pelos Ministros dos Assuntos Internos em 1975, do Grupo de Trevi (abreviatura em inglês das palavras *Terrorism, Radicalism, Extremism, and International Violence*) que tinha por meta inicial o combate ao terrorismo, mas, contudo, foi ampliado nas suas atribuições para abranger outras modalidades do crime organizado (den Boer e Walance, 2000: 494).

A inserção da temática do terrorismo dentro do espaço Europeu se dá em momentos distintos, por pressão de países como a Espanha e a Irlanda onde existem organizações terroristas em atividade o Exército Republicano Irlandês (IRA) e a Pátria Basca e Liberdade (ETA), bem como especificamente em razão do atentado terrorista ocorrido durante os Jogos Olímpicos de Munique em 1972, o qual fortaleceu a pressão sobre a agenda política da Europa.

Inicialmente o Grupo de Trevi, foi criado com o objetivo de atuar na cooperação para uma política de controle de imigração visando atender aos objetivos do combate ao terrorismo, dentro da agenda de Política Externa e Segurança Comum (PESC), que pertencente ao 2º Pilar do Tratado da União Européia, uma vez que as questões relacionadas ao tráfico de drogas e ao terrorismo possam também ser relacionadas com matérias de Política Externa, sendo que o foco inicial do Grupo de Trevi, em razão da atuação do crime transnacional organizado, se deslocou para o plano da cooperação penal, matéria pertencente a agenda do 3º Pilar (den Boer, 2002: 103-104).

O reposicionamento do debate político da agenda de segurança ocorreu em razão do enfraquecimento do controle das fronteiras que na via oblíqua facilitou a ação do crime organizado transnacional (Anderson, 2000. Andréas, 2003, Cali, 2000; Cloud, 2000 e Edwards e Gill, 2002, apud Durmaz, 2005: 09).

A luta contra a criminalidade se estabeleceu definitivamente na agenda Européia, a partir de 1985, com a assinatura dos Acordos de Schengen,¹⁴⁰ em um ambiente sinalizando pela necessidade da assistência mútua e do intercâmbio das informações como instrumentos fundamentais para a atuação das agências policiais. Tal posicionamento veio de encontro ao formulado através do Plano de Ação Contra a Criminalidade Organizada, do Conselho Europeu em 24 de abril de 1997, (CE - 97/C 251/01), que determinou aos Estados-Membros a ratificação das convenções referentes à segurança e ao combate da criminalidade, objetivando assim, uniformizar a legislação em todo o território europeu, uma vez que a *criminalidade organizada torna-se uma ameaça crescente para a sociedade, tal como conhecemos e desejamos preservar* (Introdução - 97/C 251/01); sendo tal meta reafirmada através da Reunião do Conselho Europeu em Dublin 1996¹⁴¹ (Sousa, 2005: 77-79).

A mudança de paradigma imposta ao Grupo de Trevi foi muito importante para consolidar a agenda do combate ao crime organizado transnacional na Europa, servindo de base para a institucionalização da cooperação policial no continente Europeu com a adoção de medidas destinadas ao fortalecimento da cooperação dos organismos policiais em especial no tocante as atividades de inteligência¹⁴² (Andreas e Nadelmann 2006: 102-103).

¹⁴⁰ Medidas destinadas a livre circulação de pessoas dentro da União Européia, trata-se de um conjunto de normas destinadas a disciplinar a imigração dentro do continente Europeu iniciadas em 1985.

¹⁴¹ Os principais instrumentos de combate a criminalidade organizada transnacional na União Européia são: Convenção Européia de Extradicação, Paris 1957; Segundo Protocolo à Convenção Européia de Extradicação, Estrasburgo 1978; Protocolo à Convenção Européia relativa à assistência Mútua em Matéria Penal, Estrasburgo, 1978; Convenção Relativa ao Branqueamento, Detecção, Apreensão e Confisco dos Produtos do Crime, Estrasburgo 1978; Convenção Relativa à Assistência Mútua entre Administrações Aduaneiras e Protocolo, Nápoles 1967; Acordo Relativo ao Tráfico Ilícito por Mar, Estrasburgo 1995, dando aplicação ao artigo 17º da Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Substâncias Psicotrópicas (Viena 1988); Convenção Européia sobre Supressão do Terrorismo, Estrasburgo 1977; Convenção Relativa a Simplificação dos Processos de Extradicação entre Estados-Membros, 1998; Convenção da Europol, 1997; Convenção Relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades, 1998; Convenção Relativa à Utilização de Informática no Domínio Aduaneiro, 1998; Protocolos à Convenção relativa a Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades, 1998.

¹⁴² Inteligência Policial é a atividade destinada à coleta de dados e sua análise, e através do conjunto de informações obtidas, produzir um conhecimento específico de interesse policial, sendo que o

Assim o Tratado da União Européia fortalece as bases de cooperação no continente europeu, sendo tal objetivo reiterado pelo Tratado de Amsterdã de 1999,¹⁴³ que ampliou as medidas de cooperação, incluindo a cooperação policial e aduaneira, criando uma área de segurança e justiça; sendo que a grande maioria dos tratados internacionais e em especial a Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Transnacional Organizado foram sistematicamente incorporados às legislações internas dos Estados-Membros (Wright, 2000: 1994).

A incorporação da legislação internacional pode ser identificada nas medidas destinadas ao combate do tráfico de entorpecentes, uma vez que o Acordo Relativo ao Tráfico Ilícito por Mar de Estrasburgo 1995, da aplicabilidade ao artigo 17º da Convenção das Nações Unidas Contra o Tráfico Ilícito de Substancias Psicotrópicas (Convenção de Viena 1998), conforme determinado pelo Conselho Europeu (CE - 97/C 251/01); assim como nas recomendações do Conselho Europeu em 21 de setembro de 2001, na esteira dos atentados terroristas de 11 de setembro (Nova York e Washington) e posteriormente na reunião do Conselho Europeu em 25 de março de 2004, em decorrência dos atentados terroristas de 11 de março (Madri), reiterando aos Estados-Membros a necessidade de aprovação da maioria destas Convenções ou transposição de Decisões-quadro¹⁴⁴ e incorporação ao respectivo ordenamento jurídico interno dos Estados membros (Souza, 2005: 77-78).

O Tratado de Amsterdã reafirmou o objetivo da União Européia, de fortalecer o 3º Pilar, na busca pela manutenção e desenvolvimento de um espaço de liberdade, segurança e justiça, devendo tal objetivo ser atingido através do amplo combate a criminalidade organizada, e em especial o terrorismo, o tráfico de seres humanos e os crimes contra as crianças, o tráfico ilícito de droga e o tráfico ilícito de armas, a corrupção e a fraude,

acesso a tais conhecimentos e limitado a quem tenha necessidade de conhecê-los, sendo que a tramitação de tais informações se faz de maneira compartimentada e controlada.

¹⁴³ O Tratado de Amsterdã (97/C 340/01) foi assinado em 2 de Outubro de 1997 e entrou em vigor em 1 de Maio de 1999, alterando o Tratado da União Européia (fonte: <http://europa.eu> em 14/11/2008).

¹⁴⁴ Decisão-quadro, tal como a Diretiva, são instrumentos que obrigam os Estados-Membros a transpor para a respectiva ordem jurídica interna as normas externas, sendo que a Diretiva não pode ser discutida pela Corte Constitucional dos Estados-Membros (Souza, 2005: 77-78).

através de mecanismos de cooperação mais estreita entre forças policiais e judiciárias e demais autoridades competentes, visando a integração e a homogeneização das normas legislativas dos Estados-Membros (Tratado de Amsterdã 97/C 340/01 art. 29º) (Sousa, 2005: 82-83).

O Tratado da União Europeia determinava expressamente que Conselho Europeu por iniciativa de qualquer Estado-membro, adotasse as ações e as medidas destinadas a cooperação policial no âmbito da Unidade Europeia de Polícia denominada de Serviço Europeu de Polícia (Europol), (Tratado da União Europeia - 92/C 191/01 art. K.1, n.º 9 e k.3, n.º 2), em razão de tal previsão legal, no ano de 1995, foi criada a Europol, destinada a atuar em todo o território europeu (Convenção Europol C-316/1995 e den Boer, 2002: 103-104).

A ampliação da União Europeia com a entrada de novos membros, através do Tratado de Nice de 2001,¹⁴⁵ impôs a ampliação das regras de cooperação no âmbito judicial em matéria penal, tendo por objetivo:

“adotar gradualmente medidas que prevejam regras mínimas quanto aos elementos constitutivos das infrações penais e às sanções aplicáveis nos domínios da criminalidade organizada, do terrorismo e do tráfico ilícito de droga e favorecer a contribuição da Eurojust para as investigações relativas aos processos referentes a formas graves de criminalidade transfronteiriça, especialmente quando se trate de criminalidade organizada, tendo em conta nomeadamente às análises da Europol” (Tratado de Nice - C 80/2001 Item 8).

A evolução do debate de segurança no continente Europeu encontra-se inserido no atual debate do Tratado de Lisboa,¹⁴⁶ que amplia o

¹⁴⁵ O Tratado de Nice foi assinado em 26 de Fevereiro de 2001 e entrou em vigor em 1 de Fevereiro de 2003. Incidiu principalmente na reforma das Instituições a fim de assegurar o funcionamento eficaz da União Europeia na sequência do seu alargamento em 2004 para 25 Estados-Membros e em 2007 para 27 Estados-Membros. O Tratado de Nice, o anterior Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia foram reunidos numa versão única consolidada (2001/C 80/01). Jornal Oficial n.º C 80 de 10 de Março de 2001 (fonte: <http://europa.eu>).

¹⁴⁶ O Tratado de Lisboa, foi assinado em 13 de dezembro de 2007, entretanto, antes de entrar em vigor deverá ser ratificado pelos 27 Estados-Membros, o que se espera que aconteça até antes de junho de 2009, data das próximas eleições para o Parlamento Europeu, tendo como principais objetivos aumentar a democracia na EU, em resposta às grandes expectativas dos cidadãos europeus em matéria de responsabilidade, de abertura, de transparência e de participação, e aumentar a eficácia da atuação da EU e a sua capacidade para enfrentar os atuais desafios globais, tais como as alterações climáticas, a segurança e o desenvolvimento sustentável, ampliando a atuação da Europol (fonte: <http://europa.eu>).

papel da Europol, assim o Parlamento e o Conselho Europeu, por meio de regulamentos a serem adotados, estabelecem como domínio de ação da Europol, incluindo: a.) coleta, armazenamento, tratamento, análise e intercâmbio das informações transmitidas, nomeadamente, pelas autoridades dos Estados-Membros; b.) coordenação, organização e realização de investigações e de ações operacionais, conduzidas em conjunto com as autoridades competentes dos Estados-Membros ou no âmbito de equipas de investigação conjuntas, eventualmente em articulação com a Eurojust, bem como no controle das atividades da Europol através do Parlamento Europeu, associados aos Parlamntos nacionais. Assim, as ações operacionais da Europol devem ser conduzidas de forma articulada e com a anuência das autoridades dos Estados-Membros incumbida com exclusividade da realização das medidas coercivas e restritivas das liberdades públicas (Tratado de Lisboa art. 69.o-G).

CAPÍTULO VI

COOPERAÇÃO, COMUNIDADES E COMPLEXOS DE SEGURANÇA

O presente capítulo propõe que se estabeleça a ampliação da perspectiva de abrangência das comunidades de segurança, buscando sua aplicabilidade em face às novas ameaças a segurança internacional, e em especial no campo da segurança humana, uma vez que a sua principal característica é de congregar as comunidades que compartilham os mesmos valores e interesses, sendo que a segurança humana é um valor universal, e o crime organizado transnacional, a sua principal ameaça.

Conforme definido no capítulo anterior, a contribuição do pensamento europeu para o tema de segurança e o legado da Escola de Copenhague, foi fundamental para a compreensão dos mecanismos e da forma como o processo de *securitização* se desenvolveu, ao identificar: a.) a ampliação da participação dos atores para além dos planos políticos e das burocracias, incluindo as instituições internacionais, atores não estatais, a sociedade civil, bem como os indivíduos; b.) os Estados e governos não são mais os únicos *objetos de referência* a sofrerem ameaças; c.) as preocupações com a segurança devem ser articuladas a uma ameaça efetiva, vinculando o conceito de segurança com a questão da sobrevivência; d.) o ato de securitização só estará completo se a audiência (opinião pública, políticos, militares, outras elites) for convencida, legitimando o processo; e.) a securitização legitima a utilização das medidas extraordinárias que transponham os balizamentos para além das regras normalmente estabelecidas (Emmers, 2007: 123 – 124).

1. Cooperação e consenso

Com a participação da sociedade civil cada vez mais transnacionalizada, a qual pressiona a agenda política, inserindo no debate da segurança novos elementos de interesse para a proteção humana, a perspectiva de segurança é ampliada para além da conjuntura tradicional militar, ao englobar os setores político, social, econômico e ambiental; surge assim uma nova abordagem para a segurança internacional diferente da tradicional.

Alguns autores, com o final da guerra-fria, identificaram a mudança no foco de análise da segurança para o campo da *Segurança Global Multidimensional* (SGM), em razão da interdependência e da transnacionalização, sendo a perspectiva multidimensional também adequada em razão de englobar outros conteúdos transnacionais além do estritamente militar, como as mesmas colocadas pelo narcotráfico e o terrorismo (Villa, 2000: 99 – 100).

A sistematização da segurança global multidimensional se relacionando a uma arena diferenciada da tradicional, estratégico militar, e apresenta como condicionante o interesse nacional, o relacionado com a idéia de que os novos fenômenos de segurança decorrem da globalização dos riscos, estabelecendo que o conceito genérico e realista do interesse nacional seja confrontado com a noção de interesse internacional (Villa, 1997: 247).

Independentemente da nomenclatura dada ou da teoria adotada, é possível identificar a atuação dos *complexos de segurança*, como unidades políticas conectadas e integradas, umas com as outras, de forma a tornar os processos de *securitização* ou de *deseuritização* decisões coletivas, e não mais medidas unilaterais adotadas individualmente pelos Estados isoladamente e distante do debate e do consenso, que em ultima instância é a sua fonte legitimadora (Wæver, 2004: 20), sendo que tais complexos englobam necessariamente os organismos de cooperação internacionais e regionais desenvolvidos dentro desse contexto.

Essa dinâmica é percebida através da análise cuidadosa dos níveis do debate e do conteúdo da agenda regional, inter-regional e global, onde temas como a segurança e ameaças são identificados e as medidas a serem adotadas são decididas com base no consenso, sendo implementada em razão da função e do grau de cooperação atingido (Buzan e Wæver, 2003: 343–376).

A cooperação e o consenso tornam-se fundamentos de validade para a atuação dos Estados e influenciam as estratégias e os modos de ação dos organismos de cooperação policial internacional, legitimando-os.

2. As novas perspectivas nas Relações Internacionais

O contexto internacional e o tratamento dado às questões de segurança, modificaram-se ao longo do tempo, em especial com o fim da guerra-fria, e com o surgimento das novas ameaças à segurança focalizadas em setores distintos do militar, influenciando nas esferas política, sociais, econômicas e ambientais. O debate agravou-se após os atentados terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos e de 11 de março na Europa, impondo uma mudança nos paradigmas de tratamento das questões relacionadas à segurança tanto interna quanto global, lançando a dúvida quanto à necessidade de se revisar as teorias das Relações Internacionais, para se identificar a eventual necessidade de uma reformulação do seu conteúdo.

Visando resolver tal questionamento, Barry Buzan (2002) efetuou um estudo voltado a analisar a validade dos argumentos das novas perspectivas que permeiam o debate das Relações Internacionais sob o aspecto da segurança internacional e da cooperação, através de suas distintas hipóteses, identificando a aplicabilidade das abordagens *neo-realista*, *globalista*, *regionalista* e *construtivista*, no contexto das novas ameaças, ou da eventual necessidade de se desenvolver uma nova teoria que explique

tais fenômenos; para tanto o autor analisou a aplicabilidade das seguintes perspectivas:

1. Neo-Realista: Trata-se de uma abordagem estadocêntrica focada na transformação do mundo bipolar em unipolar, e as suas conseqüências para a política de poder mundial, analisa a distribuição do poder material no sistema internacional, a configuração das estruturas políticas e de segurança, e a sua interação com a lógica do equilíbrio de poder (Waltz, 1979); o neo-realismo é construído em dois níveis – sistemas e Estados, e se preocupa principalmente em definir e operacionalizar o primeiro aspecto, sendo a territorialidade o aspecto dominante dos sistemas.

Aplicabilidade: observa a diminuição das preocupações com os direitos humanos, e o fortalecimento das ações para eliminar o terrorismo, enfatizar a política dos Estados e a importância da higidez territorial (reforço das fronteiras e novas possibilidades para a intervenção militar); identificada na teoria do *choque das civilizações*¹⁴⁷ nas quais as linhas de conflito seriam modeladas por padrões de diferenciação cultural, especialmente entre o Ocidente e o mundo islâmico (Buzan, 2002: 235 – 236).

2. Globalista: apresenta um contraponto ao enfoque estadocêntrico do sistema internacional, e a política de

¹⁴⁷ Choque de civilizações é o termo criado pelo cientista político Samuel P. Huntington para definir que as identidades culturais e religiosas dos povos serão a principal fonte de conflito no mundo pós-Guerra Fria, trata-se de uma teoria formulada em 1993, no artigo *The Clash of Civilizations* publicado na revista *Foreign Affairs*, senod contraponto a teoria de Francis Fukuyama, *The End of History and the Last Man* (1992), sua hipótese geral é de que a fonte fundamental de conflitos neste mundo novo não será principalmente ideológica ou econômica, as grandes divisões entre a humanidade e a fonte dominante de conflitos será cultural, os Estados-nações continuarão a ser os atores mais poderosos no cenário mundial, entretanto os principais conflitos da política global ocorrerão entre países e grupos de diferentes civilizações, e o choque das civilizações dominará a política global (Huntington, 1993: 25).

poder do Realismo e do Neo-Realismo; propõe uma abordagem cultural e transnacional utilizando o instrumental teórico da Economia Política Internacional, tem por tema central a *desterritorialização* da política mundial (Held et al., 1997; Woods, 2000; e Scholte, 2000, apud Buzan, 2002: 235 – 236) apresenta uma versão teórica de base liberal, retirando da centralidade da análise política mundial, os Estados e os sistemas de Estados (Held et al., 1999 apud Buzan, 2002: 235 – 236), e na sua versão tradicional, mantêm os Estados no cenário, incorporando outros atores e sistemas não estatais (Scholte, 2000; Woods, 2000 e Clark, 1999 apud Buzan, 2002: 235 – 236); reconhece o papel independente das entidades transnacionais, nesse contexto a soberania territorial foi redefinida por *redes de interação*¹⁴⁸ envolvendo atores de diferentes tipos e em vários níveis, sendo que os Estados algumas vezes participam de tais redes, entretanto sem exercer um controle específico; as redes e os processos são os traços característicos do sistema, e não mais a territorialidade.

Aplicabilidade: a teoria globalista observa e analisa as operações e métodos transnacionais das redes como na organização terrorista Al-Qaeda, bem como o significado mais amplo das identidades religiosas; apontar para os *efeitos econômicos* do terrorismo e do crime organizado transnacional, enfatizando a importância da ordem econômica global e a como tal ameaças transcende a

¹⁴⁸ É possível considerar que a globalização é responsável por complicar a agenda de segurança e ao mesmo tempo, reduzir os elementos de controle que sustentam as opções estratégicas de segurança dos Estados (Clark 1999, Guehenno, 1998 e 1999), entretanto, a globalização aumenta a capacidade e os incentivos para os Estados adotarem políticas de segurança mais cooperativas, especialmente no plano regional (Batkawi e Laffey, 1999, Buzan, 2002). Bary Buzan aponta os elos existentes entre a globalização e segurança, o autor argumenta que é importante saber como os aspectos específicos da globalização (fluxos financeiros, terrorismo, liberalização do comércio, meio-ambiente) são transformados em temas da agenda de segurança internacional por atores do sistema internacional, através da *securitização* (Buzan, 2002: 237 – 238).

capacidade de controle dos Estados individualmente considerados; identifica a fragilidade das estruturas da economia mundial, a volatilidade dos fluxos de capitais e a vulnerabilidade das redes de tecnologias de informação. (Buzan, 2002: 236).

3. Regionalista: encontra-se sustentada em dois pressupostos: a) o declínio da rivalidade das superpotências reduzem a capacidade de penetração do poder global no resto do mundo (Stein e Lobell, 1997 e Lake, 1997 apud Buzan, 2002: 235 – 236) e b) a maior parte dos grandes poderes do sistema internacional do pós-guerra fria, agora são poderes leves, sua dinâmica doméstica os afasta do envolvimento militar e da competição estratégica (Buzan e Segal, 1996 apud Buzan, 2002: 235 – 236). Analisa os temas de segurança contemporâneos, sendo que essa perspectiva contém elementos tanto do Neo-Realismo (ênfaticam a questão da territorialidade e da segurança, especialmente quando os Estados são os atores principais) e *Globalista* (destaca a falta de especificidade quanto à estrutura do sistema e a relação entre territorialidade e desterritorialização).

Aplicabilidade: destaca a segurança regional como questão chave da ordem internacional; e aponta o crime organizado transnacional como manifestação de um ator *desterritorializado*, fortalecendo o aspecto não territorial da segurança (Buzan, 2002: 239 – 241).

4. Construtivista: abandona as abordagens materialistas, e muda o foco para a análise da dinâmica das interações sociais, busca compreender e questionar os processos de desenvolvimento humano na construção dos sentidos e

significados que formam as estruturas de relacionamento e da cooperação; baseia-se na compreensão das mudanças e suas consequências não apenas na distribuição internacional do poder, mas também na *estrutura normativa* da sociedade internacional, assim o construtivismo não pode ser compreendido separado dos entendimentos intersubjetivos compartilhados.

Aplicabilidade: possibilidade de compreender os discursos que apontam o crime organizado transnacional como uma ameaça, bem como as respostas adotadas, e as implicações de ambos para o funcionamento e a estrutura da sociedade internacional, criando novas áreas de interesses compartilhados entre os Estados (Buzan, 2002: 235 – 236).

Assim, Barry Buzan (2001), conclui que nesse cenário, nenhuma das teorias analisadas foi invalidada, não havendo neste contexto a necessidade da criação de uma nova teoria para preencher as lacunas expostas pelos atentados terroristas e pelo crime organizado transnacional (Buzan, 2001: 255 – 259).

Observa-se nas teorias expostas um nítido contraponto à perspectiva realista, com a ampliação do foco de análise para além das questões eminentemente militares, buscando-se assim uma abordagem de outros temas relacionados à segurança. Trata-se de uma redefinição de conceitos com a ampliação do enfoque, dando uma maior abrangência à segurança internacional, adequando-a as novas ameaças, estabelecendo-se assim uma distinção mais clara entre os assuntos da ***segurança de alta intensidade*** ou *hard security*, que utiliza o aparato militar no enfrentamento de qualquer ameaça, com os assuntos de ***segurança e baixa intensidade***, ou *soft security*, que utiliza os meios alternativos na contenção das novas ameaças, como definido pela Escola de Paris, que estabelece um caminho a ser trilhado através da perspectiva analítica dos profissionais que operam a

segurança pública (Huysmans, 1998: 37-44 e Wæver, 2004: 23-26), uma vez que seria inócuo conter ameaças ambientais e migratórias com o aparelho militar (Messari, 2004: 133).

A distinção, anteriormente apontada, dos estudos estratégicos para os estudos de segurança, baseiam-se na modificação do foco de perspectiva militar de *alta intensidade*, para um novo enfoque de *baixa intensidade* proposto pela Escola de Copenhague, que redimensiona a questão da segurança entre diferentes setores, sem afastar o militar, ao incluir os setores político, social, econômica e ambiental, assim a segurança na perspectiva militar continua sendo um tema importante, mas não se apresenta mais como o único no contexto da segurança, (Buzan, Wæver e Wilde 1998; Buzan 1983 e 1991; e Emmers, 2007: 109 – 111), o que possibilita inserir no debate do crime organizado transnacional como uma questão de segurança que não é especificamente militar e requer um tratamento baseado nas suas próprias especificidades.

A mudança na abordagem da segurança internacional, bem como na forma de atuação das instituições, estabelece um novo papel para os profissionais da segurança, que tem a missão de definir as ameaças e estabelecer as estratégias operacionais destinadas ao seu combate, bem como de influir no processo de *securitização*, e nas políticas públicas destinadas a cooperação do compartilhamento de dados e informações para uma melhoria das ações, conforme proposto por Didier Bigo e Jef Huysmans, os estudiosos da Escola de Paris.

A cooperação entre as instituições de segurança, tanto no plano interno dos Estados, quanto no plano externo, é um tema complexo em razão das dificuldades em se estabelecerem os laços de cooperação para a difusão das informações, acompanhamento e monitoramento de suspeitos, bem como na diversidade legislativa dos diversos regimes jurídicos que disciplinam a coleta e tratamento das provas ao redor do mundo, nesse cenário as instituições regionais e supranacionais desempenham um importante papel para a integração e cooperação dos órgãos de segurança, como atores intervenientes na formulação das políticas públicas de

segurança, em especial se considerarmos tais organizações como verdadeiras comunidades epistêmicas compostas por *experts* que dominam o estado da arte no âmbito dos seus conhecimentos.

3. Cooperação e Construtivismo: um debate nas Relações Internacionais

O construtivismo é *a perspectiva segundo a qual o mundo material se forma através das ações e interações humanas*, o que demonstra que mesmo as instituições mais duradouras são baseadas em entendimentos coletivos, voltados à preservação e à cooperação. A perspectiva construtivista busca compreender o modo através do qual o mundo material é formado no contexto das ações humanas (Adler 1999: 205-206).

A idéia de que atores internacionais compartilham as suas normas, idéias, símbolos e identidades sociais, com a possibilidade de celebrar alianças de longa duração em várias esferas, baseando-se na reciprocidade e na mutua confiança, e tendo por objetivo final, o combate as ameaças comuns; sendo tal entendimento identificado como uma manifestação da realidade *intersubjetiva*,¹⁴⁹ na busca pela concórdia coletiva, graças ao desenvolvimento dos valores compartilhados e a compreensão mutua desses valores, assim o objetivo é a construção de comunidades voltadas a preservar e difundir tais ideais, sendo esse o ponto de partida para a construção de uma ordem internacional mais estável e segura (Adler e Barnett, 1998: 03-04), e também centro da argumentação destinada a compreender a cooperação policial internacional.

¹⁴⁹ A *intersubjetividade* tem por significado, compreender a linguagem comum do falar de um povo sobre a sua realidade social, é o entendimento comum de determinadas normas, mas apenas com a compreensão dos significados comum é possível realizar as ações comuns, as celebrações, e os sentimentos, é isso que faz com que uma comunidade compartilhe os seus valores (Adler e Barnett, 1998: 31), assim a *intersubjetividade* é o termo usado para designar: a) tudo o que se refere às relações entre os sujeitos, *experiência intersubjetiva*; b) o que é válido, para um sujeito qualquer, como quando se diz *conceito intersubjetivo*, ou *verificação intersubjetiva* (Abbagnano, 2000: 660).

A intersubjetividade não pode ser considerada simplesmente como um agregado das crenças dos indivíduos, suas experiências e percepções do mundo individualmente considerado, mas também, o conhecimento coletivo compartilhado por todos aqueles que são capazes de se comprometer com as práticas sociais legítimas e aceitas (Cohen, 1987: 2008 apud Adler, 1999: 212).

A influência da Teoria Construtivista nas Relações Internacionais *repousa basicamente em sua ênfase na realidade ontológica¹⁵⁰ do conhecimento intersubjetivo e nas suas implicações metodológicas e epistemológicas¹⁵¹ desta realidade*, assim, os construtivistas acreditam que as relações internacionais consistem originariamente em um conjunto de fatos sociais, estabelecidos através do acordo humano¹⁵² (Adler 1999: 206-213).

Existe, portanto um compromisso coletivo compartilhado através de uma realidade intersubjetiva de todos aqueles que são capazes de se comprometer ou reconhecer o desempenho de uma prática social ou de um conjunto de práticas (Adler e Griffiths, 2004: 291), a realidade intersubjetiva opera graças à comunicação social, uma vez que o mundo é social e intersubjetivo, *porque nós vivemos nele e compreendemos os outros e somos compreendidos pelos outros* (Schutz, 1964: 10 apud Adler, 1999: 213).

A importância do debate construtivista é identificada através da contribuição dada na formulação da teoria das *comunidades de segurança*, uma vez que o conceito de *segurança* não pode mais ser considerado como

¹⁵⁰ Ontológico é aquilo que é considerado em si mesmo independentemente de como ocorra; trata-se do plano metafísico do tratamento das idéias, tem por objeto; o objeto que engloba todas as outras ciências e como princípio; um princípio que condiciona a validade de todos os outros (Abbagnano, 2000: 580).

¹⁵¹ Epistemológico é o estudo do conhecimento de forma crítica, buscando a sua validade (Abbagnano, 2000: 338 e 952-954)

¹⁵² Nesse sentido Emanuel Adler (1999) destaca o trabalho do sociólogo Steven Woolgar descreve três perspectivas do debate ontológico e epistemológico sobre a realidade das idéias: 1) *reflexiva*: onde a realidade é independente da cognição, mas pode ser acuradamente representada em descrições verdadeiras; 2) *construtivistas*: embora não neguem a existência da realidade material, acreditam que ela não pode ser conhecida além da linguagem humana; 3) *mediativistas*: são realistas ontológicos que acreditam que a realidade é afetada pelo conhecimento e por fatos sociais (Adler, 1999: 207).

um conceito material ligado à capacidade dos atores, mas sim, a um conceito ligado ao conjunto de valores e idéias mutuamente reconhecidos e compartilhados, sendo esse o ponto central que estabelece a segurança como um valor identificado através do debate, valorado pelo discurso, e legitimado através da *securitização*, sendo o discurso a fonte legitimadora das políticas de segurança a serem escolhidas e implementadas.

O *poder*, nesse contexto, traduz-se na habilidade dos integrantes das comunidades de defenderem-se das ameaças aos seus valores compartilhados, contemplando tanto o plano das idéias quanto o plano da segurança nacional, do progresso e do desenvolvimento material (Adler e Barnett, 1998: 05-07). O crime organizado transnacional apresenta-se como uma nova ameaça a tais valores, tanto no plano institucional *segurança nacional*, ou contemporaneamente como defesa institucional, quanto no plano dos indivíduos *segurança humana*, sendo tais valores compartilhados em virtude das suas próprias características.

O construtivismo desenvolveu-se a partir das críticas das estruturas teóricas dominantes no cenário norte americano, do final dos anos 80, contextualizadas pelas teorias neo-realista¹⁵³ e o neoliberalismo,¹⁵⁴ sendo que o prefixo *neo* atribui um significado novo a antigas tradições do pensamento já cristalizado, apesar de distintos o neo-realismo e o neoliberalismo (Jepperson, Wendt e Katzenstein 1997: 37-39), desta forma, o sistema de crença básica dos neo-realistas e dos neoliberais encontra uma raiz comum realista, os Estados existem em um sistema internacional anárquico e os estudos das ações coletivas, no que diz respeito aos incentivos seletivos que podem induzi-los a constituição de um ambiente próprio de cooperação (Wendt, 1992: 391-393 e Griffiths, 2004: 291).

Neo-realistas e Neoliberais podem discordar no tocante a amplitude das motivações dos Estados que atuam em busca dos ganhos absolutos ou

¹⁵³ O neo-realismo apresenta como idéia central a estabilidade dos sistemas, tendo por unidade chave as estruturas dos sistemas, seu primado repousa no interesse nacional e no poder como meio de sobrevivência (Moreira, 2002: 434 e Messari e Nogueira, 205: 88-90).

¹⁵⁴ O neoliberalismo apresenta como idéia central a cooperação entre os Estados na solução dos problemas globais, suas unidades são os Estados e os atores transacionais, seu primado repousa no interesse nacional na paz e na prosperidade (Messari e Nogueira, 205: 88-90)

relativos, bem como nas implicações da anarquia e nas possibilidades de cooperação internacional. Assim se os Estados são motivados primeiramente pela busca de ganhos relativos *vis-à-vis*, com outros Estados, bem como na busca de ganhos absolutos de riqueza e de poder, sendo o interesse dos Estados é o ponto de partida, o motor de suas ações (Wendt, 1992:395-396 e Griffiths, 2004: 292).

Apesar do viés “*estadocêntrico*”, o construtivismo pode ser definido como uma teoria voltada a compreender o sistema internacional, que faz as seguintes reivindicações centrais: a.) os Estados são as unidades principais de análise para a teoria política internacional; b.) as estruturas chaves no sistema dos Estados apresentarem são características intersubjetivas que materiais; e c.) os interesses e as identidades dos Estados são constituídas, em grande parte, por essas estruturas sociais, em vez de ser fornecida de modo exógeno pelo sistema, pela natureza humana ou pela política doméstica (Wendt, 1994: 384-385).

Nessa perspectiva, o mundo da política é dominado pela ação coletiva, onde as identidades formadas entre os Estados são amalgamadas de maneira endógena e no nível sistêmico, criando um processo transformador da anarquia em cooperação (Wendt, 1994: 384-385).

A preocupação básica do construtivismo está em perceber como estão construídas as realidades, não se preocupando com a relação mediata de causa e efeito, e sim com a gênese dessas realidades, pretende, portanto ser uma via fora do enfoque racionalista, mas agregando em seu núcleo teórico os elementos presentes tanto na teoria positivista quanto no pós-positivismo, buscando-se assim a construção de uma síntese teórica que explica a cultura internacional (Griffiths, 2004: 293).

Mesmo observando os teóricos clássicos da Escola Realista como Raymond Aron, podemos identificar os *sistemas internacionais* como o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si, e os governantes dos principais Estados, consideram o cálculo de poder das unidades políticas como o aspecto fundamental do sistema, através da forma como a força é configurada, podendo ser

apresentar de maneira multipolar, onde a rivalidade e a cooperação se desenvolvem entre as unidades de uma mesma classe; ou bipolar, onde duas unidades políticas principais se destacam das demais em importância e força, de forma a estabelecer apenas duas alternativas de coalizão para os Estados menores, e impelindo-os de estabelecerem alianças nos dois pólos simultaneamente (Aron, 2002: 153-157).

O ambiente contemporâneo de segurança criado pelos Estados encontra-se fundamentado na identidade cultural e institucional, muito mais do que apenas no aspecto material, sendo que o ambiente cultural afeta não apenas os interesses e comportamentos dos Estados, mas também suas características identificadas como sendo uma identidade Estatal compartilhada (Jepperson, Wendt e Katzenstein 1997: 33).

O primado basilar da Escola Realista identifica que as preferências praticamente unívocas conduzem ao conflito, entretanto na Escola Institucionalista, as instituições podem alterar as suas preferências e criar um cenário de cooperação, tanto no Realismo quanto no Institucionalismo, as preferências são ditadas por fatores exógenos aos sujeitos, elas não existem como dados da realidade (Carlsnaes, Risse e Simmons, 2006: 371-383); já para o Construtivismo, a percepção de como se formam as preferências que movem os Estados não são identificadas apenas na luta pela sobrevivência, mas também na forma como um Estado reconhece os demais, sendo essa a linha central para explicar como se formam as identidades, como percepções variáveis; assim os Estados podem perceber-se como cooperativos ou beligerantes, sendo o conhecimento e a inter-relação determinados através da mutua observação (Jepperson, Wendt e Katzenstein 1997: 42-45).

O conceito de identidade funciona como um elemento de ligação crucial entre estruturas do meio e os interesses, assim a formação da identidade dentro do construtivismo é um processo dinâmico, as identidades são construídas e destruídas dentro de um processo de interação social (Jepperson, Wendt e Katzenstein 1997: 59); o construtivismo, portanto, está

equipado para mostrar como os *interesses nacionais*¹⁵⁵ nascem e se desenvolvem, adquirindo o seu status de entendimentos políticos gerais e como esses entendimentos são selecionados através dos processos políticos (Adler, 1999: 225).

A maneira como os Estados cooperam e formam as suas alianças é determinante para se estabelecer a forma mais adequada no combate ao crime organizado transnacional, através da criação dos mecanismos de controle dessa criminalidade, e nas medidas de cooperação, com a homogeneização da *criminalização* das condutas ilícitas no plano interno dos Estados e na regularização das medidas de cooperação dos órgãos policiais responsáveis pela segurança no plano internacional (Andréas e Nadelmann 2006: 224-231).

4. Comunidades de Segurança e os Complexos de Segurança

A contribuição mais importante para a Teoria da Integração foi dada por Karl Deutsch, em 1957, no trabalho *Political Community and the North Atlantic Area*, voltado a compreender como foi criada comunidade política na área do Atlântico Norte.¹⁵⁶ O autor toma por ponto de partida a forma como ocorrem as integrações e dissoluções no plano nacional, desenvolvendo a teoria das comunidades no plano internacional (Deutsch et al. 1957: 70 e Dougherty e Pfaltzgraff Jr, 2003: 660).

¹⁵⁵ Interesses Nacionais: são os entendimentos intersubjetivos sobre o que se faz necessário para promover poder (compreendido não apenas como os recursos necessários para se impor uma visão própria para os outros, mas também a autoridade para determinar os significados compartilhados que constituem as identidades, os interesses e as práticas de estados) influência e riqueza que sobrevivam ao processo político, dada a distribuição de poder e conhecimento em uma sociedade, assim os interesses nacionais são fatos cuja objetividade está no acordo humano e na atribuição coletiva dos significados (Alder, 1999: 225).

¹⁵⁶ A partir do conceito de comunidade de segurança é possível explicar como se formou a aliança de segurança da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, criada em 4 de abril de 1949, tornou-se um elemento central dos valores compartilhados pelos Estados que se agrupam ao redor dos valores e ideais liberais, bem como a razão pela qual o Pacto de Varsóvia não sobreviveu ao final da Guerra Fria, em razão das mudanças de entendimentos intersubjetivos dos países do Leste Europeu em face à abertura política e a redemocratização (Adler 1999: 225).

Partindo da premissa de que a *comunidade de segurança* é formada por um grupo de pessoas integradas, e considerando a *integração* como uma realização participativa que se inicia no interior do Estado, por meio da difusão do senso de pertencimento, agregado as práticas institucionais fortes e suficientemente amplas para incutir na população durante um longo tempo as expectativas da mudança pacífica e a crença de que todos os indivíduos, de um determinado grupo, obtenham o consenso ao redor do conceito de que os problemas devam ser resolvidos de forma pacífica, buscando-se assim a preservação da unidade e integridade da comunidade (Deutsch et al., 1966: 25-26).

4.1. Teoria das Comunidades de Segurança

O conceito de comunidade de segurança surgiu na década de 50 e 60, através dos estudos de Karl Deutsch, e insere-se dentro de um debate entre os funcionalistas e realistas, sendo Deutsch, um representante da escola funcionalista. Assim o funcionamento de uma comunidade de segurança baseia-se na reciprocidade difusa, significando que cada membro não possui obrigações contratuais específicas e formalizadas, mas sim um senso de responsabilidade para com a comunidade, sendo esta, formada ao longo do tempo, sendo essa a gênese da comunidade de segurança (Adler e Barnett 1998: 06-09).

A noção de comunidade de segurança compreende um grupo de pessoas que compartilham um ambiente comunicativo e, conseqüentemente, comungam de valores, responsabilidades e confianças mútuas aproximando-se da idéia da *realidade intersubjetiva*,¹⁵⁷ de

¹⁵⁷ O conceito de realidade intersubjetiva pode ser identificado, conforme argumenta Karl Popper (1982), através da divisão do universo em três mundos distintos; Mundo 1: é o mundo de todos os corpos, da força física; Mundo 2 é o mundo subjetivo das expediências do consciente do nosso pensamento; e o Mundo 3 é o mundo da cultura, dos produtos da mente humana, sendo especialmente o mundo da língua, da cultura, dos mitos e das histórias, adquire uma realidade ontológica, uma vez que o pensamento assim que formulado através da linguagem se torna um objeto que nos é externo, sofrendo a análise intersubjetiva da coletividade e passa a ter conseqüências no mundo, os mundos

pertencimento, pensada na mesma forma que Benedict Anderson (1991) ao introduzir a noção de *comunidade imaginada*, não como a soma das crenças de um grupo nacional, mas a despeito da existência física dos indivíduos, através da existência de símbolos, práticas, instituições e discursos, sendo reais sob a perspectiva de suas conseqüências para o mundo subjetivo dos membros da própria comunidade e também no mundo físico através das ações (Adler, 1999: 213), os Estados se integram criando uma comunidade, em uma estabilidade pacífica, onde os conflitos serão resolvidos de forma pacífica, remetendo a questão da formulação das identidades (Adler e Barnett 1998: 03-06).

A principal tarefa da integração nesse contexto é de: a.) preservar a paz; b.) obter uma maior capacitação com múltiplas finalidades; c.) possibilitar a realização de algumas tarefas específicas; e d.) conquistar uma nova imagem e uma nova identidade funcional (Deutsch, 1978: 267), sendo que tal conceito foi forjado para explicar a cooperação no contexto *estadocêntrico* onde prevalecem os conceitos como guerra e paz, e ameaça e defesa.

Assim a Comunidade de Segurança pode ser compreendida como um grupo de pessoas integradas, que assumem um compromisso com os demais membros da comunidade de que não irão lutar entre si, adotando uma sistemática na resolução dos conflitos de forma pacífica. Tais comunidades podem ser constituídas de forma *amalgamada*, quando ocorre a fusão formal de duas ou mais unidades previamente independentes em uma unidade única maior, ou na forma de comunidades *pluralistas* as quais mantêm a independência legal de governos separados, possuem uma compatibilidade de valores nucleares derivada de instituições comuns, possuindo responsabilidades mútuas e um senso de coletividade, sendo integradas a ponto de manter expectativas confiáveis na mudança pacífica (Deutsch et al., 1957: 5-8 e Deutsch, 1978: 269 – 271).

A proposta aqui é de se fazer uma releitura do conceito de *comunidade de segurança*, com a identificação da importância da

não podem existir independentemente e a passagem do Mundo 1 para o Mundo 3 é realizada através da forma como se faz o uso da linguagem, por meio da pragmática (Adler: 1999: 213-214)

linguagem, bem como dos valores mutuamente compartilhados para a sua constituição, identificando como se desenvolvem os processos de *securitização*, conforme foi observado, uma vez que:

- a.) a linguagem e o discurso são fundamentais na identificação dos valores compartilhados, e para a inclusão ou exclusão dos temas de segurança das agendas através da *securitização*;
- b.) o reconhecimento da linguagem e do discurso como o instrumento de legitimação e constituição dos mecanismos de segurança;
- c.) o alargamento do conceito de segurança para englobar a segurança humana, sendo este um valor universalmente compartilhado entre as nações, uma vez que envolve a sobrevivência individualmente e coletivamente considerada e o desenvolvimento pacífico.

A formação de uma comunidade pressupõe a compatibilidade dos valores apreciados pelos *decisores* políticos (*securitizadores*), a previsibilidade mútua dos comportamentos dos *decisores* das unidades sujeitas à integração; a responsabilidade mutua, e a capacidade de trabalhar em estreita colaboração de forma a responder aos assuntos mais urgentes (Dougherty e Pfaltzgraff Jr, 2003: 661)

A lógica da comunidade de segurança busca compreender como os Estados podem vir a se sentir seguros, segundo este pensamento, é possível construir uma percepção de segurança entre os Estados a partir do processo de formação das identidades, uma vez que uma comunidade de segurança se forma apenas quando os valores e significados sejam compartilhados, tais valores podem ser institucionalizados, ao redor dos elementos subjetivos da confiança.

4.2. Teorias dos Complexos de Segurança

Outra forma de se compreender a integração e cooperação no contexto da segurança é através da Teoria dos Complexos de Segurança Regionais (TCSR),¹⁵⁸ a qual identifica algumas unidades políticas conectadas e integradas com as outras de forma que se torna difícil que os processos de *securitização* ou de *deseuritização* possam ser decididos individualmente ou de forma separada (Wæver, 2004: 20).

A dinâmica é percebida através da análise cuidadosa dos níveis regional, inter-regional e globais, apresentando uma dimensão onde seja possível identificar a ameaça, e estabelecer as estratégias para a cooperação como pode ser observado no espaço europeu (Buzan e Wæver, 2003: 343–376).

A identificação dos Complexos de Segurança Regionais foi possível graças às reflexões de Karl Deutsch, primeiro autor a considerar a possibilidade da integração através das *comunidades de segurança*, onde as *identidades coletivas* se formam em razão da interdependência e da responsabilidade mútua entre os Estados (Deutsch et al., 1966: 25-26).

Conforme observado trata-se de um sistema desenvolvido com o objetivo de dirimir os conflitos de forma pacífica, uma vez que afasta o uso da força militar, sendo uma resultante da escola realista e da identificação da estrutura anárquica das relações internacionais.

Uma análise superficial a teoria das comunidades de segurança não serviriam para resolver as ameaças impostas pelo crime organizado transnacional, entretanto, Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde, pensadores da Escola de Copenhague retomaram o conceito de *comunidade de segurança* proposto por Karl Deutsch sob uma perspectiva mais abrangente, assim Barry Buzan estabelece que um complexo de segurança regional é composta por um grupo de Estados cujas principais percepções e referências encontram-se interligadas, não podendo ser razoavelmente analisados e resolvidos de forma apenas por alguns Estados

¹⁵⁸ Em inglês: *Regional Security Complex Theory* (RSCT).

de forma independentemente, assim a percepção da segurança de cada um deles, e constituída baseados em: a.) a interdependência surge em razão da ameaça; b.) os Estados ao perceberem uma determinada ameaça utilizam os instrumentos de cooperação para reduzir os problemas de segurança; e c.) uma visão positiva, na qual os Estados não têm expectativas ou intenções de usar a força entre si, mas contra uma ameaça comum (Buzan, Wæver e Wilde 1998: 43-54 e 178-179).

Assim o *complexo de segurança regional* foi originalmente definido pela participação de *um conjunto de Estados cujas principais percepções e preocupações com relação à segurança não podem ser resolvidas ou dirimidas separadamente, em razão da sua interligação* (Buzan, 1991: 187-202) sendo que posteriormente tal conceito foi reformulado, uma vez que a interdependência torna-se um fator preponderante sobre o regionalismo; assim o *complexo de segurança* passa a ser identificado como sendo *um conjunto de unidades que apresentam interesses compartilhados para o desenvolvimento dos processos de securitização ou desecuritização, ou em ambos, sendo que os problemas de segurança não possam ser razoavelmente resolvidos individualmente ou de forma separada* (Buzan, Wæver e Wilde, 1998: 201-202), observa-se uma ampliação da definição com um afastamento da influência do realismo político.

Trata-se de uma tendência internacional por parte dos Estados que compartilham a mesma cultura política, que visam controlar o crime organizado transnacional, e no caso do terrorismo, através de organismos supranacionais que possibilitem a troca e informações sobre o movimento dos suspeitos, compra e envio de materiais perigosos, assim como outros dados recolhidos graças ao monitoramento de atividades ilícitas como o tráfico de drogas, das contas suspeitas de lavagem de dinheiro e das comunicações eletrônicas (Dougherty e Pfaltzgraff Jr, 2003: 497).

A teoria das comunidades de segurança, desenvolvida por Karl Deutsch, considera o paradigma *sociocausal* da integração, referindo-se a uma assimilação social dos povos envolvidos baseada no mútuo respeito pelos sistemas culturais e objetivos internacionais coincidentes, bem como

no apoio comunitário de cada unidade política, caracterizando-se também em uma condição *sociopolítica* (Moreira, 2002: 551).

É importante destacar que Karl Deutsch, identificou certos fenômenos como os fluxos transnacionais (comercial e migratório), não apenas sob sua perspectiva material, mas também em razão da possibilidade de operarem na transposição e no compartilhamento dos valores, transacionados no campo das idéias, na criação de novos significados e valores comuns, sendo esse um fenômeno transnacional de longo prazo (Adler e Barnett 1998: 06-09), e no limite, leva ao compartilhamento dos valores da segurança humana e do combate ao crime organizado transnacional como uma ameaça comum a tais valores.

O conceito de *complexo de segurança* origina-se da formulação da *comunidade de segurança* e pode ser utilizado para compreender a sistemática adotada pelos governos na luta contra o terrorismo e narcotráfico, ao lado das questões militares clássicas, identificadas e *securitizadas* como novas ameaças que anteriormente não integravam a agenda da segurança internacional (Buzan, Wæver e Wilde, 2003: 452-454).

A nova tomada de consciência da complexidade dos temas de segurança e da necessidade de um amplo debate para a sua exata compreensão, sendo particularmente importante a coesão social no nível interno e o relacionamento entre os Estados na arena internacional, isso significa que segurança de cada nível torna-se, em parte, uma condição para a segurança de todos (McSweeney, 1999: 60-61).

5. Atores supranacionais de cooperação: Interpol e Europol

Na atualidade, os organismos supranacionais desempenham um importante papel no combate do crime organizado transnacional, diversas iniciativas foram adotadas até a consolidação de uma organização supranacional de porte, cuja perspectiva de ação encontra-se voltada ao compartilhamento das informações e o desenvolvimento técnico, e ao

mesmo tempo servir de fórum de debate, contando com a opinião técnica dos profissionais de segurança, formando uma verdadeira comunidade epistêmica.

O desenvolvimento de uma organização supranacional de cooperação policial se iniciou em meados do século XIX, e início do século XX, na Europa, em face da necessidade operacional da cooperação internacional para o desenvolvimento das atividades policiais, atividades estas compreendidas como as conduzidas pelas instituições destinadas a executar o *monopólio do Estado sobre os meios de coerção consistentes na persecução dos infratores conduzindo-os a justiça* (Bayley 1985:12-14 e Manning 1977: 105, apud Deflem, 2000a: 740-745).

Trata-se de uma análise não sobre a polícia, órgão de atuação, compreendida como o conjunto de funcionários incumbidos da aplicação da lei, mas da polícia como instituição legitimada pelos estados, uma vez que a atividade policial é a atividade destinada em última análise à proteção das instituições do Estado e da segurança física dos seus cidadãos, constituindo-se na aplicação da lei para a manutenção da ordem pública e na paz social, portanto sendo uma atividade interna do Estado, em uma análise superficial pareceria paradoxal a necessidade de existir uma cooperação entre as instituições públicas policiais no plano internacional, entretanto tal afirmação não é verdadeira (Deflem, 2000a: 740).

A análise supranacional da cooperação policial deve ser efetuada em consonância com a forma como os organismos policiais atuam, ou seja, como a *burocracia* policial opera, sendo o termo burocracia empregado na acepção weberiana, que a considerou como a forma das organizações estatais modernas operarem de maneira racional, e funcionarem com base em uma impessoalidade formalista, orientada a empregar os meios mais eficientes, e apenas esses para atingir os objetivos institucionais determinados (Weber 1964: 128), sendo que a eficiência é aumentada através da especialização burocrática perceptível dentro do domínio do conhecimento técnico de especialização e de informação acumulados através do exercício e da experiência profissional (Weber 1974:352-354).

Apesar das várias configurações possíveis, a polícia se desenvolve dentro de um aparelho burocrático extremamente especializado, tanto em aspectos funcionais quanto organizacional (Bayley 1985:12-14; Manning 1977:109-111; Skolnick 1966:235-239 apud Deflem, 2000a: 743).

Assim as instituições policiais são responsáveis pela manutenção da lei e da ordem, tarefas para as quais os policiais podem legitimamente recorrer ao uso legítimo da força, assim tais características seguem de perto a tipologia proposto por Max Weber, na qual a burocracia policial é: a.)hierarquicamente ordenada, com uma clara cadeia de comando (disciplina); b.) os agentes são formalmente treinados, dedicando-se em tempo integral a atividade policial, sendo formalmente nomeado para ocuparem tais funções nos quadros estatais (profissionalização); c.) divisão do trabalho conforme o grau de conhecimento (especialização); d.) a atividade policial esta vinculada a observância de um conjunto de regras e procedimentos pré-estabelecidos (legalidade); e.) conduzida com a utilização de meios e técnicas eficazes, tais como sigilo e força (racionalidade) (Deflem, 2000a: 743).

Uma perspectiva semelhante pode ser encontrada na formulação de Michel Foucault (1975, 1978) ao tratar da teoria da governabilidade, sendo que tais estudos indicam a necessidade da despolitização das atividades destinadas ao controle social (Simon 1988; Stenson 1993 apud Deflem, 2000a: 743)

Entretanto a despolitização de tais atividades sofre criticas em razão de não poder lidar satisfatoriamente com a evolução do direito e do controle social em termos de justiça, em razão da forma como a coação é utilizada (Habermas 1985: 279-343), uma vez que ignora o *enraizamento* da punição e do controle em um contexto social mais amplo (Lacombe 1996), sendo que a atividade policial deve gozar de certa autonomia política, afastando possíveis ingerências (Weber, 1922: 556-566), devendo ser desenvolvida sempre dentro do estrito balizamento legal (apud Defem, 2000a: 743).

A autonomia, inserida no contexto da cooperação policial internacional deve ser compreendida através da perspectiva weberiana,

como uma condição estrutural que assegurem aos policiais a possibilidade de atuação para além dos limites das respectivas jurisdições nacionais, e participar dos organismos de cooperação internacional sob dois aspectos: a.) como uma condição para a cooperação estrutural as instituições policiais devem ter adquirido um grau de independência como burocracias especializadas dos respectivos governos, e b.) o trabalho policial internacional de cooperação só poderá ser desenvolvido se as instituições compartilharem um sistema de conhecimentos e experiências sobre a criminalidade (Defem, 2000: 745).

A cooperação internacional surge como um mecanismo de compartilhamento dos conhecimentos produzidos em relação à criminalidade organizada transnacional, e da importância do seu combate para a estabilidade interna dos Estados, reconhecendo-a como uma ameaça aos valores que são compartilhados pelos organismos policiais que se engajam nessa cooperação.

5.1. Interpol

A primeira manifestação de cooperação internacional formal surge na Alemanha, em 1851, com a União Policial dos Estados Alemães, congregando as organizações policiais da Prússia, Áustria e os territórios alemães de Sachsen, Hanover, Baden, Württemberg, e Bavária, ampliando-se após a Conferência Anti-anarquista realizada em Roma, na Itália, em 1898, ocasião em que estavam presentes os representantes de 21 países europeus, empenhados em formalizar uma estrutura policial de cooperação internacional mais adequada ao combate dos movimentos anarquistas (Jensen 1981 apud Fijnaut 1979: 930-933), entretanto tais esforços não produziram resultados práticos, uma vez que o governo Italiano era um dos únicos interessados na *securitização* da questão dos movimentos anarquistas os quais se encontravam muito atuantes em seu território recém unificado.

A União Policial estabeleceu vários mecanismos para o intercâmbio direto das informações, especialmente com a criação de um sistema de difusão dos mandados de prisão expedidos por meio de boletins informativos, entretanto a divergência política dos países comunistas e as divergências operacionais entre Londres, Paris e outras capitais da Europa criou uma série de entraves ao seu desenvolvimento (Deflem, 2000: 749).

O contexto histórico foi propício para incentivar a primeira iniciativa de se organizar uma cooperação internacional efetiva no I Congresso Internacional de Polícia Criminal, em Mônaco, no ano de 1914, com a formalização de um organismo de cooperação policial internacional foram dominadas pelo enfoque das organizações policiais Européias; apenas a partir de 1905 contou com a participação das organizações da América Latina, ocasião em que foram realizadas as Conferências Internacionais de Polícia em Buenos Aires, em 1905, em São Paulo em 1912, e novamente em Buenos Aires, em 1920, os Estados Unidos e os países da América do Norte participaram em 1922 com a Conferência Internacional de Polícia de Nova Iorque, em 1922¹⁵⁹ (Marabuto 1935:26-27 apud Deflem, 2000: 747), entretanto, apenas em 1923, em Viena na Áustria é que foi oficialmente fundada a Organização Internacional de Polícia Criminal (OIPC), conhecida atualmente como Interpol, destina-se a ser um veículo de troca de informações das organizações policiais dos Estados membros, sendo responsável pela difusão e compartilhamento de dados entre instituições policiais, objetivando capturar criminosos que cruzam os limites estatais (Bresler, 1992:319 e Banett e Coleman, 2005: 602-603).

¹⁵⁹ A participação efetiva dos Estados Unidos da América na Interpol não levou o FBI à adesão imediata, tal iniciativa foi tomada apenas em 1936 quando o diretor J. Edgar Hoover foi pessoalmente convidado a participar do encontro anual, entretanto em 1941 a nomeação para o cargo de Presidente de Heinrich Himmler (*Reichsführer-SS und Chef der deutschen Polizei* - Líder da SS e Chefe da Polícia Alemã) dificultou a efetiva participação do FBI, sob os motivos dos membros de outras polícias acharem poucos benefícios práticos na organização, mesmo tendo a Interpol enviado diversas informações de auxílio. (Deflem, 2002: 36-37).

A Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol),¹⁶⁰ é a maior organização política voltada ao combate da criminalidade sob o ponto de vista internacional na atualidade, tendo sido criada através da Comissão Internacional de Polícia Criminal, em Viena na Áustria em 1923, conta atualmente com a adesão de 187 países,¹⁶¹ com sede em Lyon na França,¹⁶² sua missão é *o intercâmbio de informações policiais, criminais e judiciais em nível internacional, com o fim de combater efetivamente os chamados crimes transnacionais e garantir que a ação da Justiça possa alcançar os criminosos além das fronteiras, respeitando os limites legais e a soberania de cada país, sendo que as medidas são tomadas dentro dos limites das leis existentes nos diferentes países e no espírito da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Constituição da Interpol, art. 2).*

¹⁶⁰ O nome oficial em inglês é *International Criminal Police Organization* (Interpol), A palavra "INTERPOL" é uma contração de *polícia internacional*, e foi escolhida em 1946, e como endereço telegráfico, em 1956 (Constituição da Interpol art. 5º).

¹⁶¹ Em 2007 a Interpol contava com um quadro operacional de 562 funcionários distribuídos na Secretaria-Geral, nos escritórios regionais e no escritório da ONU, representando 82 nacionalidades diferentes, desses, 182 funcionários, 32% são indiretamente empregados e o restantes 68% são empregados diretamente pela Interpol, sendo que no quadro geral de empregados 43% são mulheres, no exercício de 2007, a receitas operacionais totalizou € 49 milhões de Euros, sendo que 88% proveniente das contribuições dos países membros, e o restante de projetos financiados por fundações privadas e empresas comerciais (Anual Report 2007: 34-36).

¹⁶² O comando da Interpol é exercido pelo seu Presidente é pelo Secretário-Geral que trabalham em estreita cooperação na prestação de uma liderança coesa destinada ao cumprimento das metas institucionais sendo organizada da seguinte forma: Assembléia-Geral: órgão supremo da Interpol reúne-se anualmente, composta por delegados nomeados por cada país membro, e tomam todas as decisões importantes relacionadas com a política, os recursos, os métodos de trabalho, finanças, atividades e programas; Comitê Executivo: composto por 13 membros, essa comissão é eleita pela Assembléia Geral, e inclui o presidente, três vice-presidentes e nove delegados abrangendo as quatro regiões, sendo esses organismos o conjunto diretivo da Interpol; Secretaria-Geral: localizada em Lyon, na França, funciona 24 horas por dia, 365 dias por ano e é gerido pelo Secretário-Geral, com funcionários de mais de 80 países trabalham lado a lado, em qualquer das quatro línguas oficiais da organização (Árabe, Inglês, Francês e Espanhol), a Secretaria tem seis Escritórios Regionais (Argentina, Costa do Marfim, El Salvador, Quênia, Tailândia e Zimbábue), e um gabinete nas Nações Unidas em Nova Iorque; Escritórios centrais nacionais: cada país-membro mantém uma Central Nacional, ou escritório central que funciona conforme as leis nacionais, a representação dos Escritórios Centrais Nacionais é feita através das Polícias Judiciárias Nacionais ou Federais; no Brasil, o Escritório Central Nacional é representado pela Coordenação - Geral de Polícia Criminal Internacional do Departamento de Polícia Federal, sediado em Brasília-DF (Werner, 2005: 35), sendo o ponto de contato designados pelo Secretariado-Geral, para outros países membros que requerem assistência com os inquéritos e à localização e apreensão dos fugitivos e Conselheiros: estes são peritos a título meramente consultivo, que pode ser nomeado pelo Comitê Executivo e confirmado pela Assembléia Geral. (Constituição da Interpol, art. 5).

No tocante a sua legitimidade a Organização das Nações Unidas, em 1948, classificou a Interpol como organização não-governamental (ONG) de carácter consultivo, permitindo a sua participação nas comissões e seções sobre drogas e prevenção da criminalidade, e mais tarde em 1971, a ONU elevou o status da Interpol a organização intergovernamental, conferindo-lhe mais legitimidade, e atualmente a Interpol vem sendo mencionada em vários instrumentos multilaterais e convenções, como nas que instituem o Grupo de Schengen e a Europol, como um organismo de mútua assistência (Durmaz, 2005: 39).

Assim a Interpol mantém sempre uma postura politicamente neutra a Constituição da Interpol, proíbe a realização de qualquer intervenção ou atividades de carácter político,¹⁶³ militar, religioso ou de carácter racial; assim o seu trabalho concentra-se principalmente na segurança pública no combate ao crime organizado transnacional (terrorismo, produção e tráfico de drogas ilícitas, tráfico de armas, contrabando, tráfico de seres humanos, lavagem de dinheiro, pornografia infantil, crime do colarinho branco, os crimes informática e tecnológico, crimes contra a propriedade intelectual e a corrupção (Constituição da Interpol, art. 3 e Anual Report 2007: 02-04).

As principais prioridades da Interpol atualmente são:

- a.) Drogas e organizações criminosas, combatendo o crescente problema do abuso de drogas e do tráfico muitas vezes ligadas a outros crimes;

¹⁶³ No caso dos crimes políticos as difusões de captura podem ser expedidas pela Interpol, entretanto com base no artigo 3º: Os Estados podem recusar-se ao seu cumprimento elegendo crime político, trata-se de manifestação de soberania onde o órgão de cooperação não se manifesta do mesmo modo, quando a Interpol considera um pedido contrário a diretriz política, o Estado requerente pode enviar o seu pedido através de outros canais, assim a Interpol faz distinções entre os casos, apenas para determinar se um pedido viola os princípios institucionais, assim é examinado todos os pedidos para avaliar se trata de crime político ou comum, o fator preponderante e baseia a sua análise através de três critérios: 1.) a ação foi realizada em zona de conflito: quando os crimes são cometidos em países que não estão diretamente envolvidos ou os reféns são levados para fora da área conflito; 2.) o status das vítimas: quando há um ataque de membros do público em geral fora da área do conflito; e 3.) gravidade da infração: quando alguns delitos, tais como apoderamento ilícito de aeronaves, tomada de reféns, seqüestros, são cometidos fora da área do conflito, estes crimes não entram no âmbito de crimes políticos; assim as ligações das vítimas com os objetivos dos infratores e com os países em conflito e sua situação política é de vital importância para avaliar o pedido dos Estados-Membros (Durmaz, 2005: 41).

- b.) Crimes financeiros e fraudes de alta tecnologia: buscando o combate a falsificação, fraude de cartões, e crimes contra a propriedade intelectual e o ciber-crime cometido através da internet;
- c.) Fugitivos: rastreando os fugitivos, que buscam minar a segurança pública e o sistema judicial;
- d.) Segurança pública e terrorismo: luta contra o terrorismo, que ameaça a segurança humana mundiais;
- e.) Tráfico de seres humanos, buscando evitar a violação dos direitos humanos através dos abusos e a exploração de pessoas;
- f.) Corrupção, com trabalhos em conjunto buscando promover e defender a integridade das instituições dos Estados (Interpol Anual Report 2007: 02-04).

A Interpol disponibiliza instrumentos operacionais e ferramentas essenciais para a cooperação policial internacional como: a.) comunicação global e um sistema de mensagens; b.) sistema de avisos e pedidos de ação ou informações ou ambos; c.) bases de dados com as informações trocadas entre os Estados membros ou fornecida diretamente à sede; d.) serviços relacionados com impressões digitais, DNA destinados a identificação de suspeitos, pessoas desaparecidas e vítimas desastres; e.) análise de tendências e de casos específicos (Interpol, 2001: 06).

A comunicação de dados entre os países membros é feita por vários meios, entre elas a rede de internet exclusivas e protegidas, que utiliza um sistema de correio eletrônico, proporcionando a interligação “on-line” e ininterrupta, a qual recebe o nome de I-24/7¹⁶⁴, e destina-se a transmissão de textos e imagens fotográficas e similares, as comunicações são feitas através das difusões¹⁶⁵ (Interpol, 2001: 06).

¹⁶⁴ O sistema I 24/7 significa Interpol vinte e quatro horas no ar sete dias por semana, esse sistema substituiu o antigo sistema X-400 de comunicação em 2002, possibilitando no Brasil, após um curto espaço de tempo de alguns meses de sua implementação a detenção de 45 procurados internacionais (Interpol, 2004: 15).

¹⁶⁵ As difusões da Interpol fornecem a identidade, indicações, descrição física, fotografias e impressões digitais dos indivíduos conforme a necessidade, existindo as seguintes espécies: 1)

No Brasil, a Interpol também se faz presente, por intermédio de um *Escritório Central Nacional*, no caso brasileiro, representado pela Coordenação-Geral de Polícia Criminal Internacional, órgão permanente da estrutura do Departamento de Polícia Federal (Werner, 2005: 35).

A Interpol trabalha a questão do crime organizado transnacional, sendo um amplo fórum que propicia o debate inspirado em diversos estudos da legislação dos seus Estados membros, apresentando um conceito do crime organizado transnacional que repousa em sua característica da transnacionalidade, da seguinte forma:

“todo o empreendimento ou grupo de pessoas que se ocuparam de maneira continuada da atividade ilegal com o objetivo precípua de obter lucros, sem levar em consideração os limites e as fronteiras nacionais dos Estados” (Bresler, 1992:319).

O problema do crime organizado transnacional foi tratado pela Interpol e amplamente discutido pelos seus integrantes, sendo um tema *securitizado* através do discurso dos seus especialistas; tendo derivado do debate sobre o conceito do crime organizado o qual sofreu inúmeras modificações e adaptações ao longo do tempo (Imhoff e Culer 1998: 10-16).

Atualmente a tendência da Interpol é de considerar qualquer grupo que tenha uma estrutura de corporação e cujo objetivo seja a obtenção do ganho ilícito com atividades ilegais que transcendam as fronteiras nacionais, como atividades do crime organizado transnacional, tal percepção vem sendo debatida já a muito tempo, desde o I Simpósio Nacional da Interpol sobre Crime Organizado, realizado em maio de 1988, em St. Cloud, França (Bresler 1992: 320), sendo que o crime organizado transnacional pode ser

Procurados: onde os anúncios são emitidos contra pessoas cuja detenção é solicitada com vista à extradição, contendo todas as informações sobre o mandado de detenção e o crime cometido; 2) Investigação: onde os anúncios são publicados para coletar informações adicionais sobre determinada pessoa, podendo ser utilizada para ajudar a localizar um foragido através de depoimentos; 3) Avisos: destinado a dar informações sobre determinados criminosos ou grupos que operam em vários países; 4) Pessoas desaparecidas: anúncios emitidos para ajudar a rastrear pessoas desaparecidas (especialmente menores); 5) Corpos não identificados: contem descrições e impressões digitais, quando disponíveis; 6) Bens roubados: patrimônio artístico e cultural, como obras de arte com fotografias e descrições roubada ou cuja origem seja suspeita, estes são frequentemente artigos de enorme valor cultural e financeiro; 7) *Modus Operandi*: busca detalhar dados de particularmente interessante como as técnicas ou métodos utilizados pelos criminosos (Interpol, 2001: 06).

identificado através das redes difusas de atuação econômica, conforme já foi observado anteriormente.

5.2. Europol

Outra importante iniciativa no plano regional foi instituída pelo Tratado da União Européia a qual, determinava expressamente que Conselho Europeu, por iniciativa de qualquer Estado-membro, adote as ações e medidas destinadas *a cooperação policial tendo em vista a prevenção e a luta contra o terrorismo, o tráfico ilícito de droga e outras formas graves de criminalidade internacional, incluindo, se necessário, determinados aspectos de cooperação aduaneira, com a organização de um sistema de intercâmbio de informações no âmbito de uma Unidade Européia de Polícia* denominado Serviço Europeu de Polícia (Europol) (Tratado da União Européia - 92/C 191/01 art. K.1, n.º 9 e k.3, n.º 2).

O Serviço Europeu de Polícia (Europol) é uma organização de execução da lei dentro do espaço comunitário da União Européia, estando incumbida do tratamento das informações sobre criminalidade, tendo por objetivo melhorar a eficácia e a cooperação entre os serviços de segurança pública dos Estados-Membros no domínio da prevenção e do combate a formas graves de criminalidade organizada internacional, tendo por missão contribuir significativamente para a aplicação das leis da União Européia.

A criação da Europol foi acordada no Tratado da União Européia assinado em Maastricht, em 7 de Fevereiro de 1992, sua sede se localiza na cidade de Háia, nos Países Baixos; sendo que a Europol tornou-se operacional em 3 de Janeiro de 1994, sob a forma da Unidade de Narcóticos da Europol, cuja ação se limitava no início à luta contra a droga, tendo o seu mandato sido progressivamente alargado a outras áreas importantes de criminalidade, a partir de Janeiro de 2002, o mandato da Europol foi alargado às formas graves de criminalidade internacional enumeradas no anexo da Convenção Europol.

A Convenção Europol foi ratificada por todos os Estados-Membros e entrou em vigor em 1 de Outubro de 1998, na sequência de uma série de atos jurídicos adotados no âmbito da Convenção, a Europol entrou em plena atividade no dia 1 de Julho de 1999. Considerando que o crime organizado transnacional não se encontra limitado às fronteiras nacionais, a Europol melhorou também a sua cooperação em matéria de aplicação da lei no plano internacional através da negociação de acordos bilaterais estratégicos ou operacionais com os estados terceiros e organizações internacionais como a Interpol (Europol OCTA, 2007: 25-27).

Assim foi criado em 1995, o Serviço Europeu de Polícia (Europol), entretanto a ratificação da Convenção da Europol só se deu em 1998, com a posterior entrada em operação em 1º de janeiro de 1999; tendo como principal objetivo a adoção das medidas destinadas a:

“cooperação no que diz respeito à prevenção e combate ao terrorismo, ao tráfico de estupefacientes e a outras formas graves de criminalidade internacional, quando haja indícios concretos da existência de uma estrutura ou de uma organização criminosa e quando dois ou mais Estados-Membros sejam afetados por essas formas de criminalidade de modo tal que, pela amplitude, gravidade e consequências dos atos criminosos, seja necessária uma ação comum por parte dos Estados-Membros (Convenção Europol C-316/1995)”

Inicialmente a atuação da Europol encontrava-se restrita ao combate do tráfico de drogas e de pessoas, imigração clandestina e roubo de veículos, sendo que por pressão do governo da Espanha foi incluído o combate ao terrorismo (den Boer, 2002: 103-104), devendo na verdade apenas incluir o combate ao crime organizado transnacional, genérica e que engloba todas estas espécies de criminalidade.

Portanto os instrumentos internacionais de cooperação para o combate ao crime organizado transnacional, ganham destaque nas ultimas décadas na agenda internacional, uma vez que diversos países incluíram em suas políticas internas os temas discutidos nos encontros internacionais, incorporando de forma gradativa as mudanças propostas, e adequando-as aos mecanismos jurídicos internos de combate ao crime organizado

transnacional (Evans, 1997:23-24), bem como através da celebração de acordos bi ou trilaterais e regionais (Monet, 2001: 266-267) as modificações nas legislações nacionais, possibilitando a criação de agências governamentais de inteligência policial, (Gorgues, 2002: 33-34) bem como o desenvolvimento de agências de monitoramento das atividades financeiras destinadas ao combate da lavagem de dinheiro, perspectiva econômica do crime, tais como as Unidades Financeiras de Inteligência – (FIU).¹⁶⁶

A cooperação policial pode ser identificada também através das iniciativas informais relacionadas ao debate do crime organizado transnacional, destacando-se as medidas antiterrorismo estabelecidas pelo Clube de Berna, criado em 1971, e o Clube de Viena, em 1978, que reuniam os Ministros do Interior, responsáveis pela segurança interna dos da França, Suíça, Áustria, Itália e Alemanha, e finalmente pelo Grupo de Trevi¹⁶⁷ que a

¹⁶⁶ A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) cria um novo sistema para o combate à lavagem de dinheiro no Brasil, baseado no princípio da articulação permanente dos órgãos públicos nos três níveis de atuação: estratégico, inteligência e operacional. No nível estratégico, foi criado o Gabinete de Gestão Integrada de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (GGI-LD), responsável pela definição das políticas públicas e dos objetivos da área. O GGI-LD será secretariado pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça. Na área de inteligência, manteve-se o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, criado pela Lei 9.613/98, recomendando-se maior atuação do colegiado na definição das ações de inteligência. As operações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro mantêm-se no âmbito de competência dos respectivos órgãos e devem ser articuladas, caso a caso, pela criação de forças-tarefa específicas (MJ – Brasil 2007). Assim segundo definição do Grupo de Egmont, a Unidade Financeira de Inteligência (FIU) - sigla em inglês de *Financial Intelligence Unit* é a agência nacional, central, responsável por requerer, receber, analisar e distribuir às autoridades competentes as denúncias sobre as informações financeiras com respeito a procedimentos presumidamente criminosos conforme legislação ou normas nacionais para impedir a lavagem de dinheiro (Werner, 2005: 103-105) Nesse cenário, atendendo a Recomendação n.º 27 Gafi/Fatf foram criadas as varas da Justiça Federal destinada a apurar os ilícitos de lavagem de dinheiro, conforme Resolução n.º 314/2003 do Conselho Nacional de Justiça, (De Sanctis 2008: 20-25). No nível estratégico, foi criado o Gabinete de Gestão Integrada de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (GGI-LD), responsável pela definição das políticas públicas e dos macro-objetivos da área. O GGI-LD será secretariado pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça, sendo que as operações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro mantêm-se no âmbito de competência dos respectivos órgãos e devem ser articuladas, caso a caso, pela criação de forças-tarefa específicas (Brasil Ministério da Justiça 2008).

¹⁶⁷ O Grupo de Trevi apresenta quatro grupos de atuação: Trevi I: o Grupo de Trabalho contra o terrorismo, criado em 1977 para facilitar uma ação coordenada, este grupo analisou as informações existentes sobre os grupos terroristas e forneceram informações sobre práticas de segurança e criminalidade (Moore, 1996, apud Durmaz, 2005: 54-56); Trevi II: pertence a um Fórum Técnico também foi formado em 1977, cujo objetivo é promover a cooperação policial e o intercâmbio das informações sobre uma série de questões no tocante a ordem pública, equipamentos e táticas, ciência forense (Anderson et al., 1995 apud Durmaz, 2005: 54-56); Trevi III: Crime Organizado Internacional (Transnacional), foi criado em 1985, para coordenar as atividades contra a criminalidade grave que transcende as fronteiras dos Estados (Elvins, 2003a, apud Durmaz, 2005: 54-56), operando nas

partir de 1976, estabeleceram encontros duas vezes por ano com os Ministros do Interior dos doze países da Comunidade Européia, objetivando debater as questões relacionadas à segurança dos seus integrantes, bem como na implementação do Plano Operacional, em 1979, com a criação do grupo informal europeu de cooperação na luta contra o terrorismo, *Police Working Group on Terrorism*, que fomentou a criação de um ambiente propício para a troca de informações e o fortalecimento dos laços de mútua confiança, o que não ocorre normalmente nas comunidades de inteligência onde a filosofia de trabalho é de desconfiança tanto dos amigos como dos inimigos, o que praticamente impossibilita a cooperação (Monet, 2001: 328-329).

Observa-se também a criação de um organismo de cooperação transcontinental denominado de Grupo de Quantico em 1979, com a participação dos Estados Unidos e Canadá além alguns outros países das Américas destinado a ser um fórum de debate e de estudos (Monet, 2001: 328-329).

Em outras esferas de combate ao crime organizado transnacional, destaca-se a iniciativa de cooperação do Grupo Pompidou criado no quadro do Conselho Europeu em 1971, bem como as iniciativas do Trevi II, III e IV destinado ao combate ao tráfico de entorpecentes, imigração ilegal e lavagem de dinheiro, e compartilhamento de informações; e no combate ao tráfico de pessoas através dos debates do Grupo de Schengen,¹⁶⁸ que

seguintes áreas: a) narcotráfico com a criação da *National Drugs Intelligence Unit*, e o *European Drugs Intelligence Unit*; b) crimes graves buscando harmonizar as atividades policiais promovendo a melhoria das iniciativas internacionais contra a lavagem de dinheiro, trabalhando em conjunto com outras organizações internacionais, incluindo a ONU, o Conselho de Europa, e do *Financial Action Task Force*, c) crime ambiental; d) grupo de análises desenvolveu técnicas para resolver os crimes especiais por meio da análise de criminalidade nos Estados-Membros; Trevi IV: que existiu no período entre 1988 e 1992 concentrando-se na polícia de segurança nacional e controle de fronteiras, sem um bom resultado prático (Anderson et al., 1995; Klosek, 1999, apud Durmaz, 2005: 54-56), e em 1990, o Programa Ação Trevi enfatizou o combate ao tráfico de drogas, comércio ilegal de armas e explosivos, comércio de arte e bens culturais roubados, imigração ilegal, afirmando que as informações devem ser trocadas numa base regular entre as organizações policiais (Gregory, 1998 apud Durmaz, 2005: 54-56).

¹⁶⁸ Convenção de Schengen estabelece como os dados sobre as pessoas devem ser administrados no espaço europeu, contando com um sistema de alerta para pessoas a serem extraditadas ou de interesse judicial, como testemunha ou suspeito, ou que estejam sobre vigilância, bem como os nacionais de países terceiros que são declarados inelegíveis para entrar em território europeu, contando também com um banco de dados sobre veículos roubados, documentos de identidade ou passaportes falsos,

integram o sistema de combate ao crime organizado transnacional através da difusão das informações de interesse policial (Monet, 2001: 328-329 e 333-335).

6. Cooperação Internacional e o Crime Organizado Transnacional

Os instrumentos de cooperação internacional, conforme estabelece Peter Andréas e Ethan Nadelmann, (2006: 223), podem ser identificados através de três perspectivas distintas, ou seja, *global*, *regional* e *individual*, entretanto sem afastar a análise crítica de tais enfoques, assim:

- a.) Perspectiva Global: busca a ampliação das técnicas policiais e das normas jurídicas de proibição das atividades ilícitas de forma homogênea por todas as nações, indistintamente, ao redor do mundo, sendo tal perspectiva de ação o objetivo institucional perseguido pela Interpol;¹⁶⁹
- b.) Perspectiva Regional: as medidas são adotadas pelos países de uma determinada região, próximos ou vizinhos que compartilham os mesmos objetivos e apresentam vínculos culturais ou ideológicos, como observado no continente Europeu nas várias medidas de cooperação e nos arranjos

sendo que os departamentos policiais, embaixadas, consulados, escritórios de imigração tem acesso aos alertas (Hoey & Topping, 1998), tal estrutura apresenta 1) Central and National Schengen Information System (SIS): rede de informações estipulada pelo artigo 92º da Convenção de Schengen, que determina que cada uma das partes contratantes manter um conjunto sistema de informação constituído por uma parte nacional e um canal através do qual as informações possam ser disponibilizadas para pesquisa (Brazier, 2001; 2) Supplementary Information Request at the National Entries (SIRENE) que permite o intercâmbio de dados suplementares sobre pessoas e itens antes da entrada de um relatório do SIS (UE Schengen Catálogo, Volume 2, Dezembro de 2002); e 3) Schengen Joint Supervisory Authority (JSA): além da central e sistemas de informação nacionais e SIRENE escritórios, o sistema de Schengen tem uma supervisão, JSA formado pelos países membros dos próprios nacionais autoridades e representantes de outros países observadores e funções de apoio técnico do SIS, e analisa os problemas de aplicação ou interpretação que possam surgir durante o funcionamento do (artigo 115º da Convenção de Schengen) (Cloud, 2000 apud Durmaz: 2005: 60-63).

¹⁶⁹ A Interpol tem por objetivo: (1) Garantir e promover a mais ampla assistência mútua entre as autoridades policiais penais dentro dos limites das leis existentes nos diferentes países e no espírito da Declaração Universal dos Direitos Humanos; (2) Criar e desenvolver todas as instituições que possam contribuir eficazmente para a prevenção e repressão dos crimes de direito comum (Constituição da Interpol artigo 2º).

entre países durante as guerras e durante a guerra-fria, culminando com a criação da Europol;

c.) Perspectiva Individual: no enfoque de um Estado hegemônico que em razão do poder que dispõe, ocupa uma posição de destaque e dita às políticas a serem adotadas, com repercussão internacional como os Estados Unidos na Guerra contra o Terrorismo e na Guerra Contra as Drogas.

Os autores indicam que tais perspectivas podem ocorrer simultaneamente e se adotadas em conjunto seriam decisivas para o controle do crime organizado transnacional no plano internacional (Andreas e Nadelmann 2006: 223). Entretanto medidas adotadas de forma unilateral como as previstas na Perspectiva Individual, apresentam-se inadequadas, inclusive no contexto da legitimidade do discurso *securitizador* conforme observado nas consequências da Guerra ao Terrorismo com relação à invasão do Iraque (Emmers, 2007: 122 – 123 e Kerr, 2007: 92 – 93) e na Guerra as Drogas que fragmentou a ação dos cartéis dos narcotraficantes na Colômbia (Abadinsky, 2007: 156; Chepesiuk, 1999: 27 e Kenney, 2002: 09).

A perspectiva individual rompe com a idéia dos *complexos de segurança*, e da cooperação policial internacional, se considerarmos os processos de *securitização* ou de *deseuritização* como decisões coletivas, uma vez que, se as discussões e as políticas forem tomadas de forma unilateral ou isolada, afastar-se-iam do debate e do consenso, carecendo da necessária legitimidade (Wæver, 2004: 20).

Historicamente a luta contra o inimigo comum serviu de justificativa em meados do século XIX e início do século XX, para a criação dos organismos de cooperação internacional, conforme demonstrado anteriormente, uma vez que uma nova classe de criminosos surgiu no cenário internacional em razão da rápida mudança social causada pelo progresso tecnológico e o aumento da mobilidade através das fronteiras européias (Deflem, 2000: 762).

A resposta mais adequada para esta nova problemática, foi à criação de uma rede internacional destinada a promover a cooperação como um meio eficaz de combate a criminalidade organizada transnacional, sendo que tal ameaça foi identificada e incorporadas através do discurso dos funcionários das instituições policiais e também pelos representantes dos organismos de cooperação, destacando-se nesse cenário a Comissão Internacional de Polícia Criminal (Deflem, 2000: 762).

A estrutura organizacional da cooperação policial internacional se desenvolveu baseada no sistema de conhecimento compartilhado através do qual os profissionais de polícia trocam informações e experiências e estudam casos específicos, nesse sentido é importante retomar o estudo de Max Weber sobre a importância do conhecimento para o poder burocrático como uma forma de *dominação através do conhecimento*¹⁷⁰ (Weber 2005: 68-75).

Nesse contexto Michel Foucault destaca a relevância do conhecimento e da cultura e sua relação com a teoria tripartida da criminologia, o conhecimento empírico da estatística criminal, e a aplicação dos instrumentos de controle no desenvolvimento das atividades policiais específicas (Foucault 1978; apud Deflem 2002:30-35). Os dois enfoques são aplicáveis no caso da Interpol que tem por principal meta a luta contra a criminalidade organizada transnacional, por meio do intercâmbio das informações relativas aos criminosos, sendo que tal atividade encontra-se lastreada na percepção, especialização e competência dos profissionais de polícia participantes da sua comunidade (Barnett e Coleman, 2005: 597).

A abordagem multilateral deve superar as dificuldades existentes no trabalho em equipe agravado com a participação de diversos governos, o que contrasta com o sucesso que muitos países desfrutam de trabalhar em equipe e em pequenos grupos, assim o caminho para o sucesso e o

¹⁷⁰ Para Max Weber existe o domínio legítimo e o não legítimo, e dentro do primeiro grupo, o domínio carismático (reconhecido pela qualidade do chefe seu crisma), tradicional (constituído pela crença nas regras e nos poderes antigos e imutáveis) e legal-burocrático (as regras possuem um caráter abstrato como as leis e sua aplicabilidade legítima através do aparelho burocrático) (Weber, 2005: 172).

fortalecimento da Interpol repousa na confiança mútua de seus integrantes (Naím, 2006: 241-242).

Os profissionais que atuam, nos órgãos de segurança podem, através dessa perspectiva, integrar uma *comunidade de segurança* relativamente diversa da *comunidade epistêmica*, uma vez que as suas atividades apresentam limites institucionalmente impostos que devem ser obedecidos: a.) observância das normas relativas à quebra de sigilo funcional; b.) impedimento da violação das informações das investigações como forma de garantia da persecução criminal, objetivando evitar a destruição de provas e a fuga dos investigados; portanto uma abordagem empírica mais aprofundada, levando para o discurso casos práticos colocaria em risco a própria atividade de segurança especificamente desenvolvida, prejudicando ou até inviabilizando as investigações.

Assim qualquer medida a ser adotada no âmbito da segurança, deverá ser tomada na esfera institucional, através dos órgãos de segurança, orientados por seus profissionais, mas não de forma individual por seus integrantes, assim o mediador da cooperação será sempre os Estados representados pelas suas instituições, em conjunto com os organismos supranacionais, buscando-se assim o estabelecimento de políticas de segurança mais abrangentes.

A natureza das atividades policiais pode servir de entraves a criação de um ambiente de cooperação, uma vez que:

- a.) existem regiões onde não ocorre o compartilhamento das idéias e dos valores entre os países;
- b.) uma abordagem nacionalista das atividades policiais sob a perspectiva da segurança e do interesse nacional pode servir de pretexto para impossibilitar o compartilhamento das informações face a sua implicação política;

- c.) a falta de estrutura das instituições nacionais e a dificuldade em se estabelecer rotinas destinadas ao compartilhamento de informação dentro e fora dos Estados;
- d.) as divergências operacionais dentro dos Estados entre instituições policiais e dessas com outras instituições de fiscalização e inteligência, gerando uma mutua desconfiança entre as agências e os profissionais no interior do próprio Estado.

No plano internacional a falta de confiança resulta no receio de que as informações compartilhadas sejam difundidas de forma inadequada, tornando inadmissível o seu uso em um procedimento judicial, ou sem o sigilo necessário comprometendo as investigações efetuadas. O problema se agrava pelo fato da cooperação com as polícias nacionais exigir o emprego de metodologias de trabalho unificado, com a implantação de um sistema de fluxo de dados adequados e seguros, onde as informações são transmitidas através dos canais específicos, por um escritório central da polícia nacional, pré-estabelecido, e em posição para compartilhar as informações com outros escritórios nacionais e estrangeiros, e com os organismos internacionais de segurança, em um ambiente onde o acesso as informações seja efetuado apenas por meio dos servidores previamente credenciados e que tenham a *necessidade de conhecer* a informação (Gerspacher, 2008: 169-172).

Os estudos sobre a cooperação policial defendem a relevância dos sistemas de informação para a difusão do conhecimento e das técnicas de investigação policial, objetivando as parcerias internacionais, sendo que os sistemas de conhecimento compartilhado são desenvolvidos pelas instituições policiais em todas as nações, fomentado pelo intercâmbio das informações e estudos de casos práticos, criando uma cultura profissional onde o sigilo e a confiança são as suas vigas mestras (Nadlem, 2000: 769).

A iniciativa de cooperação envolve esforços bilaterais e multilaterais para organizar o estabelecimento dos contatos entre os funcionários da polícia (o chamado sistema de correspondência pessoal) ou através da

distribuição de informação impressa sobre suspeitos (boletins de busca ou difusões)¹⁷¹ (Deflem 2000: 749).

As organizações de cooperação policial internacional desempenham um papel fundamental para a melhoria da capacidade de atuação dos seus associados na lutar contra a criminalidade organizada transnacional uma vez que: a.) aumentam o nível de preocupação dos Estados vis-à-vis as ameaças colocadas pela criminalidade organizada transnacional e os benefícios da cooperação; b.) ajudam os Estados a cooperarem a nível internacional através da construção de uma metodologia apropriada; c.) elimina os tradicionais obstáculos à cooperação policial internacional, promovendo a confiança, comunicação e parcerias profissionais entre colegas estrangeiros (Gerspacher, 2008: 169-172).

A cooperação surge como uma consequência da autonomia que gozavam os organismos policiais e na cultura comum que gradualmente se formou no interior das organizações e se alastrou para além das fronteiras nacionais, servindo de cimento para a construção das relações internacionais entre as instituições policiais independentemente dos ditames da política dos governos locais, tal fato gerou à progressiva constituição de uma cultura policial de valores compartilhados e orientados para cooperação (Deflem, 2000: 750).

Esse contato estabelecido entre os policiais através dos encontros e operações conjuntas foi responsável pela criação de um sentimento de fraternidade de efeito moral em razão dos valores sociais implícitos da missão policial que é desempenhada para o bem da sociedade (Fijnaut 1997:111).

A forma como a cooperação policial foi materializada guarda semelhança com as *comunidades pluralistas*, indicadas por Karl Deutsch, uma vez que se mantêm a independência legal através das instituições independentes, entretanto ao compartilharem valores comuns, e

¹⁷¹ O sistema de correspondência se iniciou de forma *ad hoc*, para a difusão de interesse dos Estados em relação a crimes praticados contra seus mandatários, e através dos sistemas de boletins impressos como forma permanente do intercâmbio de informações, através da Polícia de Viena na Áustria, que desde 1850 publicava o Boletim Central de Polícia (*Central-Polizei-Blatt*), fornecendo informações sobre suspeitos e procurados (Deflem 2000: 749).

desenvolverem atividades de mutua responsabilidade, nasce o senso de pertencimento que integra e cria os laços de confiança recíproca (Deutsch et al., 1957: 5-8 e Deutsch, 1978: 269 – 271).

Nesse sentido, as organizações internacionais vêm promovendo simpósios, grupos de trabalho *ad hoc* e reuniões, além das valiosas contribuições das redes de informação, destinadas a fortalecer o relacionamento interpessoal dos profissionais de segurança, colocando-os em contato direto e permanente. No campo operacional, oferece a oportunidade para o compartilhamento de conhecimentos na busca do aprimoramento das técnicas de investigações conjuntas, e por meio das conferências internacionais, *securitizam* as matérias discutidas, fornecendo as diretrizes para os Estados elaborarem políticas públicas de segurança que viabilizem a cooperação policial e judicial internacional (Gerspacher, 2008: 169-172).

A Interpol no plano internacional e a Europol no plano regional, vêm trabalhando com a idéia de introduzir iniciativas para promover e desenvolver uma cultura de compreensão das ameaças com o objetivo de criar uma postura adequada ao seu enfrentamento, indicando os meios necessários para viabilizar as políticas públicas destinadas à cooperação internacional para o combate do crime organizado transnacional.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como finalidade compreender o crime organizado transnacional e as redes criminosas, a sua presença e influência no debate das Relações Internacionais contemporâneas.

O objeto central foi identificar o impacto do crime organizado transnacional na comunidade internacional e teve por objetivo compreender como os Estados e os órgãos de segurança se articulam no seu combate através das organizações de cooperação policial internacionais.

As hipóteses foram estabelecidas a partir de três perspectivas distintas, buscando-se, após uma cuidadosa revisão da literatura teórica, estabelecer as seguintes conclusões que corroboram a validade das hipóteses inicialmente levantadas, assim:

1º Hipótese: Identificar se as mudanças ocorridas no crime organizado que levaram à superação do conceito tradicional de organização hierárquica e identificar sua nova articulação através das redes difusas de atuação econômica, as quais ignoram as fronteiras nacionais, e se tais mudanças influenciaram na transnacionalização do crime; e se este novo cenário propiciou a criação de um ambiente favorável à articulação dos atores ligados à segurança através das organizações internacionais;

2º Hipótese: definir se o processo de transnacionalização do crime influenciou na mudança da percepção dos Estados em relação à segurança, transpondo o debate da perspectiva política para a perspectiva da segurança humana, identificado no processo de *securitização* proposto pela Escola de Copenhague, e as medidas adotadas no plano regional e internacional;

3º Hipótese: observar qual a importância e a influência que os valores compartilhados exercem nos órgãos destinados à manutenção da segurança, bem como na criação das comunidades de cooperação policial internacional.

Após uma cuidadosa revisão da literatura retomando o conceito de crime organizado transnacional, foi possível estabelecer as seguintes conclusões que corroboram a validade das hipóteses levantadas, assim estabelecendo:

- 1) O crime organizado transnacional é a associação estratégica de indivíduos que atua de forma supranacional e têm por meta o ganho ilícito. Trata-se de um grande gênero que engloba diversas modalidades ilícitas e apresenta-se como uma ameaça às áreas ambiental, política, econômica e social, além da tradicional, militar, em razão de afrontar os valores fundamentais, como a liberdade e a igualdade, inerentes à evolução humana (segurança humana);
- 2) O termo transnacional denota algo que ocorre em um plano distinto do estatal, sem observar os limites impostos pelas fronteiras dos Estados, onde os atores não são os governos e seus representantes, mas sim os interesses particulares específicos lícitos e ilícitos, podendo ou não coexistir com os interesses dos Estados;
- 3) Os fatores indicativos do surgimento do crime organizado transnacionais associado às possibilidades de expansão na forma de sua atuação em razão da globalização e o declínio da autoridade estatal possibilitaram o surgimento das redes criminosas;
- 4) As duas principais vertentes de análise: *associativa* (hierarquia e redes) e de *mercado* (atividade econômica que objetiva o ganho ilícito), possibilitaram identificar a superação do conceito tradicional de organização hierárquica e identificar as associação estratégica através das *redes difusas de atuação econômica*, comprovando-se tal atuação através da análise do narcotráfico e do terrorismo.

- 5) O terrorismo é uma manifestação do crime organizado transnacional que adota o modelo das redes difusas de atuação econômica, ao utilizar células com grande fluidez em sua estruturação organizacional e as atividades ilícitas como fonte de financiamento;
- 6) O crime organizado transnacional pode ser identificado como um *poder errático*, em suas manifestações como o terrorismo e o narcotráfico; assim, surge no plano das relações internacionais com um novo ator da mesma envergadura de outras instituições reconhecidas como as Organizações não Governamentais e as empresas multinacionais;
- 7) A perspectiva tradicional da segurança internacional, que trabalha vinculada ao binômio clássico: *guerra e paz* e *conflito e cooperação*; e adota os Estados como o principal ator (*estadocêntrica*) deve ser ampliada, em razão das ameaças impostas pelo crime organizado transnacional, que transcende os limites traçados pelas fronteiras dos Estados, constituindo-se em uma ameaça que se lança muito além do campo da defesa nacional e da segurança pública interna de cada Estado, influenciando na estabilidade dos regimes democráticos internacionais e na segurança humana global;
- 8) A agenda política internacional de segurança é identificada através dos debates contemporâneos e na ampliação da definição de segurança para uma percepção que englobe a segurança humana, incluindo no debate da segurança pública questões que vão além das tradicionais de cunho exclusivamente militar relacionadas com a defesa, para incluir os novos temas de natureza política, social, econômicas e ambientais, sendo que o conceito de segurança humana deve ser compreendido sob a perspectiva do bem estar dos indivíduos, dos grupos e comunidades, e também do próprio Estado responsável pela garantia da ordem pública e da paz social;
- 9) O debate nacional da questão da segurança encontra-se amplamente relacionado à violência em razão do viés político, influenciado pela doutrina da segurança nacional, entretanto, tal percepção deve ser

superada, para que possa ser debatida sob o enfoque do crime organizado transnacional, como uma real ameaça à segurança humana global;

- 10) O Estado tem a legitimidade e utiliza os mecanismos legais para a garantia da ordem pública e da paz social promovendo a segurança e a segurança humana fazendo uso legítimo da força na manutenção do império da lei;
- 11) A distinção conceitual entre *segurança* e *defesa*, é fundamental, uma vez que tais definições apresentarem realidades distintas, apesar de intimamente relacionados ao tema da proteção dos Estados, a defesa não pode ser compreendida apenas como uma ação estritamente condicionada à exigência de conservação das estruturas institucionais e dos elementos constitutivos do Estado;
- 12) O debate de segurança deve abranger além das questões militares, temas das esferas políticas, econômicas, sociais e ambientais que apontam para os valores de liberdade, igualdade como inerentes à evolução humana em razão da mudança de foco ocorrida;
- 13) A segurança humana é um valor compartilhado uma vez que: a.) é uma preocupação universal pertinente a todos os povos; b.) os componentes de segurança são interdependentes; c.) a segurança humana é mais fácil de garantir, mediante prevenção precoce; d.) a segurança humana encontra-se correlacionada ao desenvolvimento nacional;
- 14) A perspectiva da Escola de Aberystwyth difusora da emancipação humana, – é reforçada pelo pensamento da Escola de Paris, voltada a uma ação integradora das relações sociais, com o fortalecimento do papel das instituições de segurança pública, convergem com o ideal da Escola de Copenhague propositora da mudança do foco de análise de uma perspectiva realista e estadocêntrica para uma perspectiva mais abrangente do construtivismo, objetivando a criação de identidades coletivas, identificando no processo de *securitização*, os principais setores envolvidos no grande debate da segurança.

- 15) O pensamento europeu apresenta um caráter internacionalista focado no estudo da paz e da cooperação, estabelecendo a importância e o peso do discurso de *securitização*, e dos estudos pela paz, indicando que os líderes democráticos respondem pelas demandas públicas de combate ao crime organizado transnacional internamente através de políticas de segurança e externamente de forma coletiva em razão dos valores que compartilham;
- 16) O processo de *securitização* se estabelece em dois estágios:
- a.) com a elaboração de um panorama onde determinada matéria, pessoa ou entidade é classificada como uma ameaça real e eminente ao *objeto de referência*, sendo que o movimento inicial da *securitização* pode ser dado por qualquer ator não-estatal denominado *securitizador*;
 - b.) e no momento em que a audiência é convencida que o *objeto de referência* encontra-se sob extrema ameaça, necessitando de *medidas extraordinárias*, para a sua proteção, sendo o *ato discursivo* e o peso do discurso legitimador para a ação a ser adotada; tal legitimação vai depender de uma compreensão compartilhada por todos do reconhecimento da ameaça;
- 17) O compartilhamento das normas, idéias, símbolos e identidades sociais, possibilitam aos Estados celebrarem alianças de longa duração em várias esferas, com base na reciprocidade e na mútua confiança, objetivando o combate às ameaças comuns. Trata-se de uma realidade *intersubjetiva*, na busca pela concórdia coletiva, graças ao desenvolvimento dos valores compartilhados e a compreensão mútua desses valores, tendo por objetivo a construção de comunidades voltadas a preservar e difundir tais ideais, sendo a base teórica para compreender a cooperação policial internacional;
- 18) A teoria das comunidades de segurança não pode mais ser considerada sob o enfoque conceitual e material ligado à capacidade dos atores, mas sim, a um conceito ligado ao conjunto de valores e

idéias mutuamente reconhecidos e compartilhados. Este é o ponto central que estabelece a segurança como um valor identificado através do debate, valorado pelo discurso, e legitimado através da *securitização*, assim o debate manifestado através do discurso é fonte legitimadora das políticas de segurança a serem escolhidas e implementadas;

19) A teoria do *complexo de segurança* serve de *arcabouço teórico* para compreender a participação dos *Estados* cujas *principais percepções e preocupações com relação à segurança não podem ser resolvidas ou dirimidas separadamente, em razão da sua interligação*;

20) A importância da linguagem e dos valores mutuamente compartilhados no processo de *securitização* é perceptível uma vez que:

a.) a linguagem e o discurso são fundamentais na identificação dos valores compartilhados, bem como para a inclusão ou exclusão dos temas de segurança das agendas através da *securitização*;

b.) o reconhecimento da linguagem e do discurso como o instrumento de legitimação e constituição dos mecanismos de segurança;

c.) o alargamento do conceito de segurança para englobar a segurança humana, sendo esta um valor universalmente compartilhado entre as nações, uma vez que envolve a sobrevivência individualmente e coletivamente considerada e o desenvolvimento pacífico;

21) Os organismos supranacionais desempenham um importante papel no combate do crime organizado transnacional, sendo necessária a cooperação voltada ao compartilhamento de informações e desenvolvimento técnico, sendo que tais organismos devem funcionar como um amplo fórum de debate, contando com a opinião técnica dos profissionais de segurança, e os instrumentos de cooperação internacional podem ser identificados através da:

- a.) Perspectiva Global: busca a ampliação das técnicas policiais e das normas jurídicas de proibição das atividades ilícitas de forma homogênea por todas as nações, indistintamente, ao redor do mundo, sendo tal perspectiva de ação o objetivo institucional perseguido pela Interpol;
 - b.) Perspectiva Regional: as medidas adotadas pelos países de uma determinada região, próximos ou vizinhos que compartilham os mesmos objetivos e apresentam vínculos culturais ou ideológicos, como observado no continente Europeu nas várias medidas de cooperação e nos arranjos entre países durante as guerras e durante a guerra-fria, culminando com a criação da Europol;
 - c.) Afastamento da Perspectiva Individual impositiva do Estado hegemônico que dita às políticas de repercussão internacional a serem adotadas, como no caso dos Estados Unidos na Guerra contra o Terrorismo;
- 22) As organizações internacionais de cooperação policial apresentam-se como um importante fórum de debate, além das valiosas contribuições das redes de informação destinadas a fortalecer o relacionamento interpessoal, no campo operacional, oferecem a oportunidade para o compartilhamento de conhecimentos na busca do aprimoramento das técnicas de investigações conjuntas, e por meio das conferências internacionais, *securitizam* as matérias discutidas e fornece as diretrizes para os Estados elaborarem políticas públicas de segurança que viabilizem a cooperação internacional no combate do crime organizado transnacional.

BIBLIOGRAFIA

- ABADINSKY, Howard. (2000). *Organized Crime*. 6ª ed. Chicago: Wadsworth.
- ABBAGNANO, Nicola. (2000) *Dicionário de Filosofia*. Ed. Martins Fontes – São Paulo.
- ADAMOLI, Sabrina; Di Nicola, Andrea, Savona, Ernesto U., Zoffi, Paola (1998), *Organised Crime Around the World*, Helsinki Pathway Books Service.
- ADLER, Emanuel & BARNET, Michael. (1998) *Security Communities in Theoretical Perspective*. Security Communities. Cambridge: Cambridge University Press. pág. 3-28.
- ADLER, Emanuel. (1999) *O construtivismo no estudo das relações internacionais*. Lua Nova, vol. 47, 1999, p. 201-246.
- ADORNO, Sérgio. (1998). *Violence, Security and Public Perceptions in Brazil*. – Departamento de Sociologia (DS/FFLCH), Núcleo de Estudos da Violência NEV. (www.nev.prp.usp.br)
- _____. (2002) *O monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea*, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down078.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2008.
- ALARCHI, Pino. (1988). *Mafia business: the mafia ethic and the spirit of capitalism*. Oxford: Oxford University Press.
- ALBANESE, Jay S. (1989). *Organized crime in America*. 2ª ed. Cincinnati Ohio.
- _____. (2000). *The Causes of organized Crime: Do Criminals Organize Around Opportunities for Crime or Do Criminals Opportunities to Create New Offenders?* Journal of Contemporary Criminal Justice 2000, volume 15 pág. 409-423.
- _____. (2002). *The Prediction and Control of Organized Crime A Risk Assessment Instrument for Targeting Law Enforcement Efforts*. Virginia Commonwealth University, Department of Criminal Justice.
- _____. (2007). *Organized Crime in our Times*. 5ª ed. LexisNexis.
- ALBINI, Joseph (1971), *The American Mafia: Genesis of a Legend*, New York.

- ALLDRIDGE, Peter (2002). "The moral limits of the crime of money laundering". *Buffalo Criminal Law Review*, vol. 5, 29/01/2002. pp.279-319
- ALVES, José Augusto Lindgren. (2001). *Relações internacionais e temas sociais: a década das Conferências*. Brasília: IBRI.
- ANDREAS, Peter. (2002) *Transnational Crime and Economic Globalization* In Transnational organized Crime & International Security. Business as usual? BREDAL, Mats e SERRANO, Mónica (organizadores). Ed. Reinner, Londres: pp. 37-52.
- ANDREAS, Peter. e NADELMANN Ethan (2006) *Policing The Globe: Criminalization and Crime Control in International Relations*. Ed. Oxford USA.
- ANDRÉSEN, Rolf-Inge Vogt (2001). *Terrorism and organized crime in post-Soviet Russia* – Forsvarets Forskningsinstitut Norwegian Defense Research Establishment 03.07.2001.
- ANGELOVSKA, Merija. (2002). *The Egmont Group*. Ministry of Finance Republic of Macedonia Bulletin n.º 04 Macedonia 2002.
- ANHEIER, Helmut, et al. (ed.) (2001) *Global Civil Society 2001*, Oxford: Oxford University Press;
- ARQUILLA, John e RONFELDT, David. (1996). *The advent of Netwar*. National Defense Research Institute – Rand, Santa Monica, CA EUA.
- _____. (2001). *The Advent of Netwar*. National Defense Research Institute – Rand, Santa Monica, CA EUA.
- ARIAS, Enrique Desmond. (2002). *The Trouble with Social Capital: Networks and Criminal in Rio de Janeiro*. Nova York: American Political Science Association.
- _____. (2003). *Connecting the Sea and the Stars: The Politics of Drug Trafficking in Brazil and Latin America*. Nova York: American Political Science Association.
- ARON, Raymond. (1987). *Os últimos anos do Século*. Editora Guanabara.
- _____. (2002). *Paz e guerra entre as nações*. Brasília. Universidade de Brasília (UNB).
- AUSTRALIA Queensland Crime Commission (1999) *Queensland Police Service Police Report 1999*.

- AYOUB, Mohammed (1995). *The Third World Security Predicament* (Boulder: Lynne Rienner, pág. 9.
- AZEVEDO, Thalia Lacerda. (2007) *(RE)escrevendo e (RE)pensando a Segurança: Gales, Paris e Copenhagen* – Trabalho apresentado no 1º Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC/SP) 12 a 14 de Novembro de 2007.
- BALDWIN, Bernard (1992) *Security Studies and the End of the cold War*. World Politics Volume 48 pág. 117-141
- BANETT Michael e COLEMAN, Liv (2005) *Designing Police: Interpol and the Study of Changes in International Organizations*. In *International Studies Quarterly* (2005) 46, 593-619.
- BARTHES, Roland. (1995) *Elementos de Semiologia*. Lisboa Edições 70 Almedina. Portugal.
- BAKE JR, John S. (2004) *The Sociological Origins of "White-Collar Crime"* *Legal Memorandum* The Heritage Foundation Washington Dc.
- BAUMAN, Zygmunt. (2003) *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (2004) *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BEARE, Margaret. WILLIAMS James W. (2003). *The busisnes of bribery: Glaobalization, Economic Liberalization, and the Problem of corruption*. In *Critical Reflections on Transnational organized Crime, Money Laundering, and Corruption* Organizadora: Margaret E. Beare. Editora UTP Toronto pp. 88-119.
- BEATO FILHO, Cláudio C. (2003). *Ação e estratégia das organizações policiais* – Departamento de Sociologia e Antropologia – UFMG. (www.crisp.ufmg.br/acaoest.ptf)
- BELLAMY, Ian. (1981). *Towards a theory of International security*, *Political Studies*, 29/1 (1981), p. 102.
- BETTI, Francisco de Assis.(1999). O sigilo bancário e a nova lei que define o crime de "lavegam de dinheiro" aspectos tributários e penais. *Revista da Associação dos Juizes Federais* ano 18 número 60. pág. 112 e 122 Minas Gerais – Brasil jan-mar 1999
- BIGO, Didier. (2002) *Security and Immigration: toward a Critique of the Governmentality of Unease*. *Alternatives*, no. 27, special issue, 2002

- _____. (2006) *Globilized (in)Security: the field and the Ban-opticon*. In: BIGO, Didier; TSOUKALA, Anastassia (Eds.) *Illiberal Practices in Liberal Regimes: the (in)Security Games*. Paris: L'Harmatan.
- BLACK, Christopher; BEKEN, Tom Vander & RUYVER, Brice De. (2000), *Measuring Organized Crime in Belgium*, Antwerpen/Apeldoorn: Maklu.
- BLINDER, Alberto M. (1997) *Política Criminal – de la formulación a la paxis*. Ed Ad Hoc, Argentina.
- BLOCK, Alan (1980), *East Side-West Side - Organizing Crime in New York, 1930-1950*, Cardiff.
- BLOCK, Alan A. & Chambliss, William J. (1981), *Organizing Crime*, New York/Oxford.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (1994) *Dicionário de Política*. 6ª Edição Editora Universidade de Brasília, Brasília – DF.
- den BOER, Monica. e WALLANCE, W. (2000). *Justice and Home affairs. Integration Through Incrementalism? Police-making in Europe Union*. Oxford.
- den BOER, Monica. (2002) *Law-Enforcement Cooperation and Transnational Organized Crime in Europe* In *Transnational organized Crime & International Security. Business as usual?* BREDAL, Mats e SERRANO, Mónica (organizadores). Ed. Reinner, Londres: pp. 103-116.
- BOOTH, Ken (1991). *Security and emancipation*, *Review of International Studies*, 17/4 (October 1991), p. 319-326.
- _____. (1997). *Security and Self: Reflections of a Fallen Realist*. in Keith Krause & Michael C. Williams, *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. London: UCL Press (83–120).
- _____. (2005). *Beyond Critical Security Studies', in Ken Booth*. *Critical Security Studies and World Politics*. London: Lynne Rienner (259–278).
- BORGES, Paulo César Corrêa. (2002). *O crime organizado*. São Paulo: UNESP.
- BORJA, Rodrigo. (1998). *Enciclopedia de La Política*. México Fundo de Cultura Económica São Paulo: UNESP.
- BRASIL (1999). Ministério da Justiça. *Orientação Estratégica do Ministério da Justiça para a elaboração do plano Plurianual 2000-2003* Brasília.

- BRASIL (2000). Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública - *Plano Nacional de Segurança Pública*. Ed: Imprensa Oficial – Brasília 2000. BRASIL (2000). Conselho de Atividades Financeiras COAF. *Relatório da Atividades 2000*. COAF
- BRASIL (2001) Conselho de Atividades Financeiras (COAF) - *Lavagem de Dinheiro: legislação brasileira*. / Organizador: COAF. Conselho de Controle de Atividades Financeiras. – Brasília: Ed. Banco do Brasil, 2001.
- BRASIL (2001). Conselho de Atividades Financeiras COAF. *Lavagem de Dinheiro: um problema mundial*. / Organizador: COAF. Conselho de Controle de Atividades Financeiras; Colaborador: Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas (UNDCP). Ed. Banco do Brasil.
- BRASIL (2001). Departamento de Polícia Federal Divisão de Crimes Organizados e Inquéritos Especiais. *Manual de Procedimentos & Legislação da DECOIE*. Brasília - DF.
- BRASIL (2003). Conselho de Atividades Financeiras COAF. *Relatório da Atividades 2003*. COAF.
- BRASIL (2003). Ministério da Justiça. *Cooperação Judiciária Internacional*. - Secretaria Nacional de Justiça Brasília.
- BRESLER, Fenton (1992), *Interpol*, London: Hardcover.
- BROOME, John. (2000). *Transnational Organized Crime in the twenty-first century*. Paper presented at Transnational Crime Conference covered by The Australian Institute of Criminology Canberra: 9-10 Maio 2000.
- BUCKWALTER, Jane (1990) *International Perspectives on Organized Crime*. Office of International Criminal Justice, University of Illinois at Chicago.
- BUSCAGLIA, Edgardo, RUIZ, Samuel Gonzáles; FUMARULO, Stefano e PALMA, Cesar Prieto (2002). *Delincuencia organizada y terrorismo: su combate através de la Convencion de Palermo*. / Edgardo Buscaglia, Samuel Gonzáles Ruiz, Stefano Fumarulo, César Prieto Palma. / Revista Universitária de la Universidad Católica de Chile. Delincuencia Organizada y corrupcion.
- BUSCHETTA, Tommazo. (1999). *La Mafia ha vinto*. Intrevista di Saverio Lodato. Ed. Mandori Milão.
- BUZAN, Barry (1991) *People State and Fear: An Agenda for International Security Studies in Post Cold-War Era*. Blouder, Colorado, Lynne Rienner Publisher.

_____. (2002) *As Implicações do 11 de Setembro para o Estudo das Relações Internacionais*. Contexto Internacional, Volume 24 n.º 2 julho/dezembro 2002 pág. 233-265.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole e WILDE, Jaap de. (1998) *Security a New Framework of Analysis*. London, Lynne Rienner Publisher.

BUZAN, Barry e WÆVER, Ole. (2007) *After the Return to Theory: The Past, Present, and Future of Security Studies*. In Contemporary Security Studies. COLLINS, Alan, (organizador). Ed. Oxford. Gran Bretanha: pp. 383-402.

_____. (2007) *Regions and Power: The Structure of International Security*. Cambridge, Cambridge University Press.

CAHALI, Yussef Said. (1983) *Estatuto do estrangeiro*. São Paulo: Saraiva.

CAMISÃO, Ismael e FERNANDES, Luís lobo (2005). *Construir a Europa: O Processo de Integração Entre a Teoria e a História*. Editora Principia - Portugal.

CAMPOS, J. Edigardo e PRADHAN, Sanjay (2007) *The many Faces of Corruption: Tracking Vulnerabilities at the Sector Level*. Washington D.C. The World Bank

CARLSNAES, Walter. RISSE, Thomas e SIMMONS, Beth A. (2006) *Handbook of International Relations*. London. Sage Publications.

CARROLL, Lisa C. (1999) *Alternative remittance systems distinguishing sub-systems of ethnic money laundering in Interpol member countries on the Asian continent*. Interpol General Secretariat, França Março de 1999.

CASTELLS, Manuel. (2000) *O Fim do Milênio*. Volume III 3º Edição. São Paulo: Paz e Terra.

CASTLE, Allan (1997). *Transnational Organized Crime and the International Security* – Institute of International Relations The University of British Columbia Working Paper n.19 November 1997.

CEPIK, Marco. (2001a). *Segurança Humana Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Consequências Políticas*. - Security and Defense Studies Review Vol. 1 01:19 Spring 2001.

_____. (2001b). *Serviços de Inteligência; Agilidade e Transparência como Dilemas de Institucionalização*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro.

_____. (2003) *Inteligência e políticas Públicas: dinâmicas operacionais e condições de legitimação*. - Security and Defense Studies Review Vol. 2 Pag. 246:267 Winter 2002/2003.

CERVINI, Raúl & TAVARES, Juarez. (1997). *Princípios de Cooperação Judicial Penal Internacional no Protocolo do Mercosul*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

CERVINI, Raúl. (1997). *Crime organizado*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

CERVO, Amado Luiz. (2002). *Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso*. In: Revista Brasileira de Política Internacional nº 1/2002, Volume 45. pp. 5-35.

CHEPESIUK, Ron. (1999) *The War on Drugs: An International Encyclopedia* Editora ABC-CLIO Universidade de Michigan.

COLLECTIVE, c.a.s.e. (2006) *Critical Approaches to Security in Europe: a networked manifesto*. Security Dialogue vol. 37, pág 487-443.

COLLINS. Alan, (2007) *Introduction: What is Security Studies?* In Contemporary Security Studies. COLLINS, Alan, (organizador). Ed. Oxford. Gran Bretanha: pp. 01-09.

CRESSEY, Donald R. (1969), *Theft of the Nation: The Structure and Operations of Organized Crime in America*, New York: Harper.

CRETELLA NETO. José. (2008), *Terrorismo Internacional*. São Paulo, Editora Millenium.

CURTIS, Glenn E. (2003). *Organized Crime and Terrorist Activity in Mexico, 1999-2002*. - A report prepared under an Interagency Agreement by the Federal Research Division, Library of Congress February 2003.

DALBY, Simon. (2000) *E Geopolitical Change and Contemporary Security Studies: Contextualizing the Human Security Agenda* institute of International Relations The University of British Columbia Working paper n.º 30 April 2000

DEFLEM, Mathieu. (2000) *Bureaucratization and Social Control: Historical Foundations of International Policing*. Law & Society Review 34(3):601-640

_____. (2002a) *Policing World Society: Historical foundation of international police cooperation*. New York, Oxford University Press.

- _____. (2002a). *Policing World Society: Historical Foundations of International Police Cooperation*. Clarendon Studies in Criminology (CSC) Oxford, Oxford University Press.
- _____. (2002b). *The Logic of Nazification: The Case of the International Criminal Police Commission (Interpol)*. *International Journal of Comparative Sociology* 43(1):21-44.
- DEFLEM, Mathieu, e MAYBIN, Lindsay C. (2005) *Interpol and the Policing of International Terrorism: Developments and Dynamics since September 11*. in *Terrorism: Research, Readings, & Realities*, edited by Lynne L. Snowden and Brad Whitsel. Upper Saddle River, New Jersey EUA Pearson Prentice Hall, pág. 175-191.
- DENT, Christopher. (2007) *Economic Security*. In *Contemporary Security Studies*. COLLINS, Alan, (organizador). Ed. Oxford. Gran Bretanha: pp. 204-222.
- DEUTSCH, Karl W. et al., (1957) *A Political Community in North Atlantic area: international organization in the light of historical experience*. New Jersey, Princeton University Press.
- _____. (1966) *Integración y formación de comunidades políticas*. Argentina, Instituto para La Integración de la América Latina (INTAL).
- DUPUY, René-Jean. (1993) *O Direito Internacional*. Livraria Almedina, Coimbra Portugal.
- DURMAZ, Huseyin (2005). *International Police Cooperation as a Response to transnational organized crime in Europe, Improvements in Extradition – Thesis Master of Science – University of North Texas*.
- van DUYNE, Petrus C. (1996). *Organized crime in Europe*. New York: Commack.
- EMMERS, Ralf. (2007) *Securitization*. In *Contemporary Security Studies*. COLLINS, Alan, (organizador). Ed. Oxford. Gran Bretanha: pp. 109-125.
- EUROPOL. (2001) *The Europe Police Office Annual Report 2001*. União Européia: Oficial.
- EUROPOL. (2003). *2003 European Union Organized Crime Report*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- EUROPOL (2007) *European Organized Crime Threat Assessment (OCTA)* Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.

- EUROPOL (2008) *European Organized Crime Threat Assessment (OCTA)* Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- EVANS, Graham, e NEWNHAM, Jeffrey. (1998) *The Penguin Dictionary of International Relations*. Penguin Books. Londres – Inglaterra.
- EVANS, John L. (1997). *International efforts to Contain Money Laundering*. - Paper presented at the seminar “Money Laundering: Joining Forvrd to Prevent It” 8 de abril de 1997 Bankers Club Mexico City publicado pelo The international Centre for Criminal Law reform and Criminal Justice Policy Vancouver Canada.
- FELÍCIO, Tânia. (2007) *Multilevel Security Governance: Reinventing Multilateralism through Multiregionalism* Humans Security Journal. Volume 5, Winter 2007 pág 50-61.
- FICKENAUER, James O. E VOROTIN, Yuri A. (2001), *The threat of Russian Organized Crime*. National Institute of Justice – NCJ. 18708, June 2001.
- FIJINAUT, Cyrille.(1997) *The International Criminal Police Commission and the Fight against Communism, 1923-1945*, in M. Mazowar, ed., *The Policing of Politics in the Twentieth Century : Historical Perspectives*. Providence, RI : Berghahn Books.
- _____. (2001) *The United Nations Convention Against Transnational Organized Crime: an assessment*. Paper Modern Criminal Investigation, organized Crime & Human Right. Durbain.
- FIORENTINI, Gianluca. (2005). *Oligopolistic competition in illegal markets*. In: *The Economics of Organized Crime*. Centre for Economic Policy Research, Cambridge University Press, pág 274-295.
- FLOYD, Rita. (2007) *Human Security and the Copenhagen School's Securitization Approach: Conceptualizing Hunan Security as Securitizing Move*. Hunan Security Journal Volume 5, Winter 2007 pág. 38 - 49.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio (1983). *A Nova Lei de Segurança Nacional*. Revista de Direito Penal de Criminologia, nº 35, Ed Forense, Rio de Janeiro, jan-jun. pág 60-69.
- GAFI/FATI - Força-tarefa de Ação Financeira em Dinheiro Lavagem de Dinheiror, Informe, Paris, fevereiro. 7, 1990, pp. 6-8.
- GALITO, Maria Miguel Sousa (2004) *Terrorismo* CIARI – Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais Portugal Janeiro de 2004

- GAMBETTA, Diego. (1993). *The Sicilian Mafia: the business of private protection*. Harvard: Harvard University Press.
- GIRALDO, Jeane e TRINCUNAS, Harold. (2007) *Transnational Crime*. In Contemporary Security Studies. COLLINS, Alan, (organizador). Ed. Oxford. Gran Bretanha: pp. 346-366.
- GLYNN, Patrick; KORBIN, Stephen J. e NAÍM, Moisés (2002) *A Globalização da Corrupção*. Em *A Corrupção e a Economia Global*, Kimber Ann Elliott (Org.) Brasília: Editora Universidade de Brasília, pág. 27-57.
- GODSON, Roy. WILLIAMS, Phil. *Strengthening Cooperation Against Transnational Crime: A new security Imperative* In Combating Transnational Crime: Concepts, Activities and Responses. Organizadores: Phil Williams e Dimitri Vlassis Editora ISPAC Londres. pp. 321-354.
- GOMES, Luiz Flávio e CERVINI, Raúl. (1997). *Crime organizado*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- GORGUES, Vincent. (2002). *L' économie des organisations criminelles transnationales; blanchiment, lutte et déséquilibres*. Paris: Fondation pour la Recherche Stratégique.
- GRANADA, Camilo. (2002) *The OAS and Transnational Organized Crime in the Americas*. In Transnational organized Crime & International Security. Business as usual? BREDAL, Mats e SERRANO, Mónica (organizadores). Ed. Reinner, Londres: pp. 95-102.
- GERSPACHER, Nadia (2008) *The history of international police cooperation: a 150-year evolution in trends and approaches*. In Global Crime Volume 9, Issue 1 & 2 February 2008 , pag. 169 – 184.
- GRIFFITHS, Martin. (2004) *50 Grandes Estrategistas das Relações Internacionais*, São Paulo, Editora Contexto.
- GUNDLE, Stephen, RINALDI, Lucia (2007) *Assassinations and Murder in Modern Italy: Transformations in Society and Culture (Italian & Italian American Studies)* Palgrave Macmilan Nova York EUA.
- HALSTEAD, Boronia. (1998). "Use of models in the analysis of organized crime and development of policy." *Transnational Organized Crime*. 4(1): 1-24.
- HEINEMAN, Robert A. (1998) *Political Science*. McGraw-Hill New York.

- HOBBS, Thomas. (1988) *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. 4ª edição, Ed. Nova Cultural, São Paulo.
- HOBBS, Eric. (1976). *Era dos Extremos, o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOFFMAN, Bruce (1998) *Inside Terrorism*. Columbia/EUA, Columbia University Press.
- HOUGH, Peter. (2004), *Understanding Global Security* Routledge London.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1973) *Transnational Organizations in World Politics* in: *World Politics*. Volume 25 nº 3 (Abril 1973), The Johns Hopkins University Press. Pág. 333-468.
- _____. (1993) *The Clash of Civilizations* in: *Foreign Affairs*, volume 72 Summer 1993, pág. 22-49.
- HUSBANDS, Jo L. (2003) *The Proliferation of Conventional Weapons and Technologies*. in *Grave New World: Securitization Challenger in The 21st Century* Michael Edward Brown, Georgetown University Center for Peace and Security pág. 91-112
- HURRELL, Andrew. (1998) *An emerging security community in South America?* In: ADLER, Emanuel & BARNETT, Michael (eds.) *Security Communities*. Cambridge: Cambridge University Press. pág 228-264.
- HUYSMANS, Jef. (1998) *Revisiting Copenhagen: Or, On The Creative Development of a Security Studies Agenda in Europe*. *European Journal of International Relations*, vol 4, n.º 4)
- HUYSMANS, Jef. (2002) *Defining Social Constructivism in Security Studies: the Normative Dilemma of Writing Security*. *Alternatives*, no. 27, special issue, 2002
- IANNI, Octavio (2004) *Capitalismo, Violência e Terrorismo*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- IMHOFF, John J. & CUTLER, Stephen. (1998). *Interpol Extending Law Enforcement's Reach Around the World*. - *FBI Law Enforcement Bulletin* December 1998. pp. 10-16
- INTERPOL. (2001) *Interpol: an Overview*. Lyon France CPO/PWDE, INTERPOL General Secretariat
- INTERPOL. (2004). *Interpol fact sheet – I247-06*. Retrieved January 14, 2005,

- INTERPOL. (2007) *Interpol Annual Report 2007* Lyon France CPO/PWDE, INTERPOL General Secretariat.
- JACKSON, Richard. (2007) *Regime Security*. In Contemporary Security Studies. COLLINS, Alan, (organizador). Ed. Oxford. Gran Bretanha: pp. 109-125.
- JAUTSEN, Matti. (2000). *International Cooperation Against Transnational Organized Crime*. - The General Development. Resource Material Series n. 59 Pag.345:363 2000.
- JEPPERSON, Ronald L. WENDT, Alexander. & KATZENSTEIN, Peter J. *Norms, Identity, and Culture in National Security*. In The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics. New York, Columbia University Press, pp. 33-75.
- JOHANSEN, Per Ole & LAMPE, Klaus Von. (2002) *Is There Honor Among Crooks? On the importance of Trust in Criminal Relations*. - Paper prepared for the annual meeting of the American Society of Criminology Chicago November 2002.
- JOSSELIN, Daphne e WALLANCE, Willian. (2001) *Non-state Actors in World Politics: a Framework*. In Non-state Actors in World Politics. Palgrave Publishers. Capítulo 1.
- KAHL, Colin H., (1999) *Constructing a Separate Peace: Constructivism, Collective Liberal Identity, and Democratic Peace*, in Security Studies Volume 8 (2-3), pág. 94-144.
- KECK, Margaret E. e SIKKINK, Kathryn (1998) *Activists Beyond Borders. Advocacy Networks in International Politics*, Ithaca: Cornell University Press
- KEGLEY Jr. Charles W. e WITTKOPF, Eugene R. (2001). *World Politics: Trend and Transformations*. 8ª Edição, Boston, Bedford e St Martin's
- KENNEY, Michael. (2002). *The Challenge of Eradicating Transnational Criminal Networks*. - Lessons from the war on drugs. Center for International Studies – University of Southern California EUA. Paper prepared for delivery at the 2002 annual meeting of the American Political Science Association, August 29 – September 1, 2002. pág. 02:21
- KEOHANE, Robert O. (2002) *The Globalization of Violence, Theories of World Politics, and The Liberalism of Fear*. International Organization, Verão 2002, pág. 29-43.
- KEOHANE, Robert O. e NYE, Joseph (1971) *Transnational Relations and World Politics*, Cambridge: Harvard University Press

- _____. (1989). *Power and interdependence*. 2nd. ed. Glenview: Scott, Foresman and Company.
- KISSINGER, Henry. (1999) *A Diplomacia das Grandes Potências*. São Paulo: Livraria Francisco Alves.
- KERR, Pauline. (2007) *human security*. In Contemporary Security Studies. COLLINS, Alan, (organizador). Ed. Oxford. Gran Bretanha: pp. 91-108.
- KOLODZIEJ, Edward A. (2005) *Security and International Relations* (Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 25.
- KRASNER, Stephen D. (1983). "Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables". In: KRASNER, S.D. (ed.) *International regimes*. Ithaca: Cornell University Press. pp. 1-21.
- LAMBSDORFF, Johann Graf (2007) *The Methodology of the Corruption Perceptions Index 2007* Transparency International (TI) University of Passau, September 2007
- LAMPE, Klaus von. (1998) *Recent German Publications on Organized Crime*. In: Criminal Organizations 12 (1+2), 1998, 37 – 39.
- _____. (2002) *Assessing Organized Crime: The Case of Germany*. ECPR Standing Group e Newsletter Organized Crime n. ° 3. Setembro 2002.
- _____. (2003) *The use of Models in the study of organized Crime*. Paper presented at the 2003 conference of the Europe Consortium for Political Research (ECPR) Marburg, Germany, 19 September 2003.
- LILLEY, Peter. (2001) *i Lavagem de Dinheiro: Negócios Ilícitos Transformados em Atividades Legais*. Editora Futura São Paulo.
- LUCIANI, Giacomo, (1989) *The economic content of security*, Journal of Public Policy, 8/2 (1989), pág. 151.
- LUNDE, Paul. (2004) *Organized Crime: An Inside Guide to the World's Most Successful Industry*. DK London.
- LUPSHA, Peter A. (1983), *Networks versus Networking: Analysis of an Organized Crime Group*. Beverly Hills, CA: Sage.
- LUSTICK, Ian S. (2005) *Terrorism in the Arab-Israeli Conflict: Targets and Audiences*. In Terrorism in Context Martha Crenshaw (organizadora). USA, Pen State Press: pp. 160-210.

- LUTZ, Brenda e LUTZ, James (2007) *Terrorism*. In Contemporary Security Studies. COLLINS, Alan, (organizador). Ed. Oxford. Gran Bretanha: pp. 289-310.
- MAIA, Rodolfo Tigre. (1997) *O Estado desorganizado contra o crime organizado*. Ed. Lúmen Juris, Rio de Janeiro.
- MARTINS, A. G. Lourenço (1999). Branqueamento de Capitais: Contra-medidas a nível internacional e nacional Revista Portuguesa de Ciência Criminal ano 9. Fascículo 3º julho - setembro 1999 página 455 e 456
- MARTINS, Luciano. (1999) *Novas Dimensões da "Segurança Internacional"*. In: O Brasil e as Novas Dimensões da Segurança Internacional Organizador Gilberto Dupas e Túlio Viggevani, São Paulo: Alfa-Omega.
- McCLEAN, David. (2007) *Transnational Organized Crime*. Ed. Oxford. Great Britain.
- McFARLANE, John. (2000). *International Co-operation against transnational crime: second track mechanisms*. - Australian Defense Force Academy ACT paper presented at the Transnational Crime Conference covered by the Australian Federal poolica and Australian Customs Service held in Camberra, 9-10 March 2000.
- McSWEENEY, Bill. (1999) *Security, Identity an Interests: A Sociology of International Relations*, Cambridge University Press.
- MEARSHEIMER, John J. (1998). "The false promise of international institutions". In: BROWN, M.; COTÉ Jr., O; LYNN-JONES, S.M.; MILLER, S.E., eds. *Theories of war and peace*. Cambridge and London: The MIT Press. pp. 329-383.
- MERKL, Peter H. (2005) *West German Left-Wing Terrorism*. In Terrorism in Context Martha Crenshaw (organizadora). USA, Pen State Press: pp. 160-210.
- MESSARI, Nizar. (2004). *Existe um novo cenário de Segurança Internacional?* In: América Latina y el (des)orden global neoliberal. Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. pág. 131 – 149. Consultado através da internet em 20/02/2008 no site: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/relint/mittelman.pdf>.
- MESSARI, Nizar e NOGUEIRA, João Pontes (2005). *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. Elsevier, Rio de Janeiro.
- MICHALOWSKI, Raymond J. (1985). *Order, Law, and Crime: an introduction to criminology*. New York.

- MILLER, Martin A. (2005) *The Intellectual Origins of Modern Terrorism in Europe*. In *Terrorism in Context* Martha Crenshaw (organizadora). USA, Pen State Press: pp. 27-62.
- MINGARDI, Guaracy. (1998). *O Estado e o crime organizado*. São Paulo: IBCCrim
- _____. (1998). *O que é Crime organizado: Uma definição das Ciências Sociais*. Revista do ILANUD, n.º 8, pág. 25-27.
- MONET, Jean-Claude. (2001). *Polícias e Sociedade na Europa*. São Paulo, Editora Universidade de São Paulo Edusp.
- MOREIRA, Adriano. (2000), *Poder Funcional-Poder Errático*, in *Estudos da Conjuntura Internacional*, Publicações Don Quixote, Lisboa.
- _____. (2002). *Teoria das Relações internacionais*. 4º Edição. Portugal: Almedina.
- _____. (2004) *Insegurança sem Fronteiras: o Martírio dos Inocentes* In *Terrorismo* Coordenação de Adriano Moreira - 2.ª Edição Portugal, Almedina.
- MORGAN, Patrick M. (2007) *Security in International Politics: Traditional Approaches*. In *Contemporary Security Studies*. COLLINS, Alan, (organizador). Ed. Oxford. Gran Bretanha: pp. 13-34.
- MÜHLENBROCK, Gisela von. (2002). *Legislando sobre Inteligência*. - Centro de Estudios Estratégicos – Universidad Arcis Estudios Políticos Militares ano 2 número 3 Santiago do Chile 1º semestre 2002. pág.67-90.
- MÜLLER, Harald. (2006) *Security Cooperation* In *Handbook of International Relations*, Organizadores: Wlateral Carlsnaes, Thomas Risse e Beth A. Simmons, London Sage Publications. pág. 369-391.
- MÜLLER, Gerhard O. W. (2005) *Transnational Crime: Definitions and Concepts* In *Combating Transnational Crime: Concepts, Activities and Responses*. Organizadores: Phil Williams e Dimitri Vlassis Editora ISPAC Londres. pág. 13-21.
- MUNA, Riefqi. (2004). *E Securitization of Transnational Crime: Small arms and light weapons & Drugs Trafficking in Indonesia* – paper presented at workshop on Non-Traditional Security In Asia The Dynamics Of Securitization, organized by Institute of Defense and Strategic Studies (IDSS) Singapore.
- NAÍM, Moisés. (2006) *Ilícito: O ataque da pirataria e da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global*. Ed. Jorge Zahar Rio de Janeiro.

- NAYLOR, R. T. (2003). *Predators, Parasites, or Free-Market Pioneers: Reflection on the nature and analysis of profit-driven crime*. In *Critical Reflections on Transnational organized Crime, Money Laundering, and Corruption* Organizadora: Margaret E. Beare. Editora UTP Toronto pp. 35-54.
- _____. (2005). *Wages of Crime Black Markets, Illegal Finances, and the underworld Economy* Editora Cornell University Press London.
- NYE JR, Joseph S. (1997) *Understanding International Conflicts: An introduction Theory and History*. Harvard University Logman.
- OEA (2003) Organização dos Estados Americanos - *Conferência Especial Sobre Segurança – Cidade do México Outubro 27-28, 2003*, SerOEA/Ser.K/XXXVIII, CES/doc.14/03 add. 1, 3 dezembro 2003.
- OEA (2003). Organização dos Estados Americanos - Avaliação do progresso no Controle de Drogas 2001-2002 Brasil
- OEA (2005) Organização dos Estados Americanos - *Reunião de Peritos Governamentais para Considerar a Conveniência de Elaborar um Plano de Ação Hemisférico contra o Crime Organizado Transnacional*. Conselho Permanente Comissão de Segurança Hemisférica. OEA/ser.K/XXIV, 13 de abril 2005.
- OEA (2007) Organização dos Estados Americanos – *Projeto de Resolução, Execução de Plano de Ação Hemisférica Contra a Criminalidade Organizada Transnacional, Conselho Permanente*. Comissão de Segurança Hemisférica CP/CSH-879/07 rev. 3 22 maio 2007.
- OEA (2007) Organização dos Estados Americanos - *Reunião para Examinar sobre Avanços da Implementação da Declaração Sobre a Segurança das Américas*. Conselho Permanente da Comissão de Segurança Hemisférica. OEA/ser.G CP/CSH/INF.106/07, de 26 março 2007.
- OEA (2007). Organização dos Estados Americanos - Primeira Reunião do Grupo Técnico sobre Criminalidade Organizada Transnacional da OEA Conselho Permanente. Comissão de Segurança Hemisférica. OEA/Ser.K/XXXIV GT/DOT-I/doc.7/07 rev.1 corr.1 11 outubro 2007.
- OLIVEIRA, Adriano. (2007). *As Peças e os Mecanismos do Crime organizado em Sua Atividade Tráfico de Drogas*. Revista Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, nº. 4, pág. 699 a 720.
- PASTRANA, Débora Regina. (2003). *Cultura do Medo: Reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil*. Ed. Método. São Paulo.

- PAPE, Robert A. (2003), *The strategic logic of suicidal terrorism*. American Political Science Review, Volume 97, Issue 03, August 2003, pp 343-361
- PASSAS, Nikos (2001) *Globalization and Transnational Crime: effects of Criminogenic Asymmetries* In Combating Transnational Crime: Concepts, Activities and Responses. Organizadores: Phil Williams e Dimitri Vlassis Editora ISPAC Londres. pág. 22-56.
- PELLEGRINI, Angiolo & COSTA JR, Paulo José da. (1999) Criminalidade Organizada. São Paulo: Jurídica Brasileira.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. (1983) *Crime Violência e Poder*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. (1991) *Autoritarismo e Transição*. Revista da Universidade de São Paulo (USP), Volume. 9, março abril maio, 1991 páginas 45-56.
- PORTEOUS, Samuel (1998), Organized Crime Impact Study: Highlights, Public Works and Government Services of Canada.
- PREFOMTAINE, D. C. e DANDURAND, Yvon (2004). *Terrorism and organized Crime: Reflections on Illusive Link and its implication for Criminal Law Reform*. – International Society for Criminal Law Reform Annual Meeting – Montreal, August 8-12, 2004-08-11 Workshop D-3 Security Measures and Links to Organized Crime.
- PROCÓPIO FILHO, Argemiro. (1999) *Narcotráfico e Segurança Humana*. 1. ed. Argemiro Procópio (Org.) São Paulo: Editora LTr.
- _____. (2003) *Novas ameaças e o multilateralismo na Amazônia*. In: Argemiro Procópio. (Org.). Brasil: Novos Desafios. 1 ed. São Paulo: Alfa-Omega, v. 1, p. 29-49.
- QUINTERO, Hernando Hernández (1997). El lavado de activos. Santa Fé de Bogotá. Editora Jurídica Gustavo Ibáñez D.C., 1997 página 25-27
- RAMALHO, José Ricardo. (2002) *O mundo do Crime: A ordem pelo Averso*. Ed. IBCcrim, São Paulo.
- REUTER, Paul (1981). *Direito Internacional Público*. Editorial Presença Portugal.
- RHODES, Robert P. (1984), Organized Crime: Crime Control vs. Civil Liberties, New York.
- ROBINSON, Jeffrey.(2001). *A Globalização do crime*. Rio de Janeiro: Ediuoro

- ROGERS, Paul. (2007) *Peace Studies*. In Contemporary Security Studies. COLLINS, Alan, (organizador). Ed. Oxford. Gran Bretanha: pág. 35-52.
- ROSENAU, James N. (1990) *Turbulence in World Politics: A Theory of Change and Continuity*. Princeton University Press, New Jersey EUA.
- RUBARTH, Ernesto Otto (1999). *A diplomacia brasileira e os temas sociais: o caso da saúde*. Brasília: Instituto Rio Branco/Fundação Alexandre de Gusmão.
- RUGGIE, John Gerard (1983). "International regimes, transactions, and change: embedded liberalism in the postwar economic order". In: KRASNER, S.D. (ed.) *International regimes*. Ithaca: Cornell University Press. pp.195-231.
- RUGGIERO, Vincenzo (1996), *Organized Crime in Europe: offers that can't be refused*, Aldershot: Dartmouth Publishing Company.
- RUSSEL, Philip S (2004) Money Laundering: A Global Challenge *Journal of American Academy of Business, Cambridge*; Sep 2004; 5, 1/2; ABI/INFORM Global pg. 259
- SALES, Sheila Jorge Salim, (1999). Notas sobre a contribuição de E. H. Sutherland à Ciência Criminológica. *Revista Nacional do Conselho de Política Criminal e Penitenciária*, vol.1. n.º 07 Brasília, página 158 – 163
- DE SANCTIS, Fausto Martins (2008) *Combate a Lavagem de Dinheiro: teoria e prática*. Campinas, SP: Millenium Editora. SANTIAGO, Rodrigo. (1994) O branqueamento de capitais e outros produtos do crime. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal* ano 4 Fascículo 4º outubro –dezembro 1994 pág. 498
- SCHLEGEL, Kip. (2000), *Transnational Crime: Implications for Local Enforcement*. *Journal of Contemporary Criminal Justice* 2000; volume 16; pág. 365-384.
- SCHMITZ, Hans Peter (2007), *Non-State Actors in World Affairs*. Papper Verão de 2007 Maxwell School of Citizenship and Public Affairs of Syracuse University – Nova York EUA.
- SENTO-SÉ, João Trajano & RIBEIRO, Eduardo. (2001) Segurança Pública: enfim, na agenda federal, in *Segurança Pública, Laboratório de Análises da Violência – LAV/UERJ* Rio de Janeiro pág. 423:48.
- SEQUEIRA, Carlos Antonio Guimarães de (1996). *Crime organizado: aspectos nacionais e internacionais*. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. Vol. 4, Fascículo 16. São Paulo, out/dez 1996. pág. 260:29

SERRANO, Monica (2002) *Transnational Organized Crime and international Security, Business as Usual?* In Transnational organized Crime & International Security. Business as usual? BREDAL, Mats e SERRANO, Mónica (organizadores). Ed. Reinner, Londres: pp. 13-36.

_____. (2002a) *Transnational Organized Crime and international Security: The New Topography*. In Transnational organized Crime & International Security. Business as usual? BREDAL, Mats e SERRANO, Mónica (organizadores). Ed. Reinner, Londres: pp. 197-208.

SHABAD, Goldie e RAMO, Francisco José Llera (2005) *Political Violence in a Democratic State: Basque Terrorism in Spain*. In Terrorism in Context Martha Crenshaw (organizadora). USA, Pen State Press: pp. 311-351.

SHEEHAN, Michael. (2005). *International Security: an Analytical Survey*. Boulder, CO: Lynne Rienner.

SHELLEY, Louise. (1995) *Transnational Organized Crime: An Imminent Threat to the Nation-State?* Journal of International Affairs volume 48,2 Winter 1995 pág: 463-489.

_____. (2002). *The Nexus of Organized International Criminals and Terrorism*. - International Annals of Criminology, 40(1/2)

SHELLEY, Louise; PICARELLI, John e CORPORA, Chris. (2003) *Global Crime Inc* in Beyond Sovereignty: Issues for a Global Agenda 2º Edition, Waldsworth pa. 143-166.

SHELLEY, Louise; PICARELLI, John; IRBY, Allison; HART, Douglas; HART, Patricia; WILLIAMS, Phil; SIMON, Steve; ABDULLAEV, Nabi; STANISLAWSKI, Bartosz e COVILL, Laura (2005). *Methods and Motives: Exploring Links Between Transnational Organized Crime & International Terrorism* – US Department of Justice.

SHELLEY, Louise (2005). *The Unholy Trinity: Transnational Crime, Corruption, and Terrorism*”, Brown Journal of World Affairs, Winter/Spring 2005.

SHEPTYCKI, James. (2007) *Police Ethnography in the House of Serious and Organized Crime* em: Transformations of Policing. The Edinburg Centre of Law and Society Editora Ashgate.

SIEGEL, Larry (1995), Criminology, 5th ed., Minneapolis/St. Paul.

SOLOGO, Dolgor (2001) *Russian Capitalism and Money-Laundering* United Nations, United Nations Global Programme Against Money Laundering, Office for Drug Control and Crime, United Nations, 2001

- SOUSA, Alfredo Jose. (2005) *A Criminalidade Transnacional na União Européia*. Editora Almedina – Portugal..
- SOUZA, Rosinaldo Silva de. (2002) *Impactos Locais do Crime Organizado Global: observação a partir das favelas da cidade do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado Universidade de Brasília UnB Brasília 2002.
- STERLING, Claire. (1997) *A Máfia globalizada*. Revan. Rio de Janeiro.
- STRANGE, Susan (1983). "Cave! hic dragones: a critique of regime analysis". In: KRASNER, S.D. (ed.) *International regimes*. Ithaca: Cornell University Press. pp. 337-354.
- SUTHERLAND, Edwin H. (1961) *White Collar Crime*. Ed. Hold, Rinehart e Winston - NovaYork EUA.
- TANNO, Grace. (2003) *A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional*. Contexto Internacional, Vol. 25 n.º 1, janeiro/julho pp.47-80 Rio de Janeiro Instituto de Relações Internacionais.
- TAYLOR, Ian. (2002) *Liberal Market and the Republic of Europe; Contextualizing the Growth of Transnational Organized Crime*. In *Transnational organized Crime & International Security*. Business as usual? BREDAL, Mats e SERRANO, Mónica (organizadores). Ed. Reinner, Londres: pp. 119-153.
- TERRIFF, Terry. CROFT, Stuart. JAMES, Lucy. MORGAN Patrick M. (1999) *Security Studies Today*. Polity Press. Cambridge.
- TOKATLIAN, Juan Gabriel. (1999) *Crime organizado e drogas psicoativas: o caso da Colômbia*. Contexto Internacional, vol 21 nº 1, Janeiro/julho pp.165-191 Rio de Janeiro Instituto de Relações Internacionais.
- TOWNSHEND, Charles (2005) *The Culture of Paramilitarism in Ireland*. In *Terrorism in Context* Martha Crenshaw (organizadora). USA, Pen State Press: pp. 311-351.
- TRUETT, Lila J. e TRUETT, Dale B. (1982) *Economics*, West Publishing Co EUA.
- U.S. California Commission on OC (1953) *Special Crime Study Commission on Organized Crime*, pág. 11.
- U.S. California Control of Profits of Organized Crime Act. (1982) *Penal Code Part 1. Title 7.21: 189*
- U.S. Chicago Crime Commission (1971) *IIT Research Institute*.

- U.S. Congress, Office of Technology Assessment, *Information Technologies for Control of Money Laundering*, OTA-ITC-630 (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, September 1995).
- US Department of State (2005) *Foreign Terrorist Organizations (FTOs)* Office of Counterterrorism Washington, DC October 11, 2005.
- U.S. Federal Bureau of Alcohol, Tobacco and Firearm (2004) *Annual Report 2004*
- U.S. NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL (2000) *Global Trends 2000*. Washington: National Intelligence Council, December 2000 pág. 41-42.
- U.S. Omnibus Crime Control and Safe Streets Act (1968) *public Law 90-315, Title I part F(b)*.
- ULLMAN, Richard H. (1983) *Redefining security* - International Security, 8/1 (1983), pág. 133.
- UNIÃO EUROPEIA. (2002) *Schengen Catálogo*, Volume 2, Dezembro de 2002. União Europeia: Oficial.
- UNIÃO EUROPEIA. (2002) *Relatório Anual do Conselho da Europa, 2002*. União Europeia: Oficial.
- UNIÃO EUROPEIA. (2002) *Relatório Anual do Conselho da Europa, 2002*. União Europeia: Oficial.
- UNIÃO EUROPEIA. (2004) *Parecer n.º 556824/2005 da Comissão dos Assuntos Jurídicos da União Europeia* (2004/0069 (CNS) de 18.2.2005. União Europeia: Oficial.
- UNITED NATIONS (1990) United Nations *Basic Principles on the Use of Force and Firearms by Law Enforcement Officials* adopted in 1990 by the Eighth United Nations Congress on the Prevention of Crime and the Treatment of Offenders (CCPCJ), Havana, Cuba, 27 August to 7 September 1990)
- UNITED NATIONS (1994) United Nations *Human Development Report 1994: New Dimensions of Human Security* United Nations Development Program (UNDP).
- UNITED NATIONS (1995) United Nations Congress on The Prevention of Crime and The Treatment of Offenders A/CONF.169/16 Cairo 12 May 1995.

- UNITED NATIONS (1999) United Nations *Global Studies on Organized Crime*. – United Nations: Center for International Crime Prevention Office for Drugs Control and Crime Prevention.
- UNITED NATIONS (2000) United Nations *Convention Against Transnational Organized Crime* – Palermo Convention 2000.
- UNITED NATIONS (2002) United Nations *Global Program Against Transnational Organized Crime: Results of a pilot survey of forty selected organized criminal groups in sixteen countries*. United Nations: Office on Drugs and Crime.
- UNITED NATIONS (2005) United Nations *Human Development Report 2005: International cooperation at a crossroads: Aid, trade and security in an unequal world*. United Nations Development Program (UNDP).
- UNITED NATIONS (2005) United Nations. *Conference on Combating Terrorist Financing* – United Nations: Office for Drugs and Crime, Vienna, 9 November 2005.
- UNITED NATIONS (2007/2008) United Nations *Human Development Report 2007/2008: Fighting climate change: Human solidarity in a divided world*. United Nations Development Program (UNDP).
- VASSIS, Dimitri. (2002) *The UN Convention Against Transnational Organized Crime*. In *Transnational organized Crime & International Security. Business as usual?* BREDAL, Mats e SERRANO, Mónica (organizadores). Ed. Reinner, Londres: pp. 83-94.
- VIGGEVANI, Túlio, CORREA, Priscila Rodrigues e CINTRA Rodrigo. (1999) *Globalização e Segurança Global*. In: *O Brasil e as Novas Dimensões da Segurança Internacional* Organizador Gilberto Dumas e Túlio Vigelani, São Paulo: Alfa-Omega.
- VILLA, Rafael Duarte. (1999). *Da crise do realismo à segurança global multidimensional*. Tese de Doutorado apresentada no Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP.
- _____. (1999a). *Da crise do realismo à segurança global multidimensional*. São Paulo, SP, Brasil : Annablume: FAPESP.
- WALTZ, Kenneth Neal (1979). *Theory of international politics*. New York: Random House.
- WAGNER, Wolfgang. (2003) *Building an Internal Security Community: The Democratic Peace and the Politics of Extradition in Western Europe*. *Journal of Peace Research*, vol. 40, no. 6, pág. 695–712.

WÆVER, Ole. (2004) *Aberystwyth, Paris, Copenhagen: New Schools' in Security Theory and Their Origins Between Core and Periphery*. Paper presented at the annual meeting of international Studies Association, Montreal March 17-20, 2004.

WEBER, Max. (1964) *Economy and Society: an outline of interpretative sociology*. Bedminster. New Yourk.

_____. (1974) *Ensaio de sociologia e outros escritos*. Os Pensadores XXXVII, Abril Cultural. São Paulo.

_____. (1999) *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 2 Editora Universidade de Brasília, Brasília DF.

_____. (2005) *E Ciência e Política: duas vocações*. 13ª edição Editora Cultrix São Paulo.

WEBSTER, Willian H. (1997) *Russian Organized Crime* - Center for Strategic and International Studies – CSIS. Task Force Report.

WENDT, Alexander. (1992) *Anarchy is what states make of it*. International Organization, vol. 46, Spring, pp. 391-425.

_____. (1994) *Collective identity formation and the international State*. American Political Science Review 88, pp 384-426.

_____. *Constructing international politics* in BROWN et alli. (ed), op.cit., pp. 416-426.

WERNER, Guilherme Cunha. (2005) *Crime Transnacional e Lavagem de Dinheiro: A agenda internacional e a tomada de posição do Brasil*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo FFLCH/USP.

WIEVIORKA, Michael. (1997) *O Novo Paradigma da Violência*. Tempo Social maio de 1997 Volume 9, pág. 5-41.

WILLIAMS, Michael C. (2003) *Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics*. International Studies Quarterly (2003) 47, 511–531.

WILLIAMS, Phil & GODSON, Roy. (2002). *Anticipating organized and transnational crime*. In Crime Law and Social Change, 37(4), 2002, 311-355.

WILLIAMS, Phil (2004). *Terrorism and Human Rights*. – Centre of The Study of Terrorism and Political Violence – Political Studies Association, University of St. Andrews.

- _____. (2001). *Transnational Criminal Networks*. In: Networks and Netwars: The Future of Terror, Crime and Militancy. Organizadores John Arquilla e David Ronfeldt. National Defense Research Institute – Rand, Santa Monica, CA. pp 61-97.
- WILLIAMS, Phil e SAVONA, Ernesto U. (1996) *The United Nations and Transnational Organized Crime*. Ed. Frank Cass EUA.
- WILLIAMS, Phil. (2002) *Cooperation among criminal organizations*. In Transnational organized Crime & International Security. Business as usual? BREDAL, Mats e SERRANO, Mónica (organizadores). Ed. Reinner, Londres: pp. 67-94.
- _____. (2005) *Organizing Transnational Crime: Networks, Markets and Hierarchies*. In Combating Transnational Crime Concepts, Activities and Responses, WILLIAMS, Phil. VLASSIS, Dimitri (organizadores). Ed. Cass Londres: pp. 57-87.
- WOLFERS, Arnold. (1962). *Discord and Collaboration* Baltimore: Johns Hopkins University Press, pág. 150.
- WRIGHT, Alan. (2000) *Organized Crime*. UK Willam Publishing.
- ZAITCH, Damián. (2002) *Trafficking Cocaine - Colombian Drug Entrepreneurs in the Netherlands*. Studies of organized Crime. Kluwer Low international
- ZALUAR, Alba. (1994). *Violência Crime organizado e Poder: a tragédia brasileira e seus desafios*. Velloso, J. P. dos Reis (org.) Governabilidade, Sistema político e Violência Urbana. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio
- _____. (1997). *Exclusão e Políticas Públicas* Revista Brasileira de Ciências Criminais, Rio de Janeiro. V12 n.º 35 pág. 29-47.
- _____. (2001). *Violence in Rio de Janeiro: styles of leisure, drug use, and trafficking*. *International. Social Science Journal*, Londres e Paris, UNESCO, v. LIII, n. no. 3, p. 369-379, 2001..
- ZIEGLER, Jean. (2003). *Os senhores do crime*. Rio de Janeiro: Record.